

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE SOARES NOMERIANO

**O AVANÇO DO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

MACEIÓ, ALAGOAS
2022

ALINE SOARES NOMERIANO

**O AVANÇO DO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora de Defesa, homologada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Soares Paniago.

Maceió, Alagoas
2022

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

N799a Nomeriano, Aline Soares.
O avanço da financeirização do ensino superior em tempos de crise estrutural do capital / Aline Soares Nomeriano. – 2022.
212 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 200-212.

1. Ensino superior. 2. Financeirização. 3. Capital (Economia) - Crises.
I. Título.

CDU: 338.124.4:378(81)

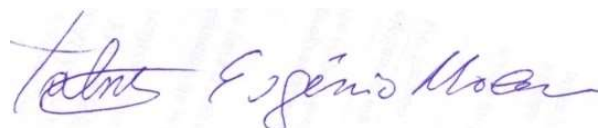
Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Tese de Doutorado de **ALINE SOARES NOMERIANO**, intitulada "O AVANÇO DO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 29 de março de 2022, às 13 horas e 30 minutos, por meio de vídeo conferência.



Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago
Presidente – UFAL



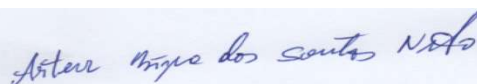
Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos
Examinador Externo – UFC



Prof. Dr. Talvanes Eugênio Maceno
Examinador Externo – UFAL



Profa. Dra. Edlene Pimentel Santos
Examinadora Interna – UFAL



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador Interno – UFAL

Dedico esta Tese às pessoas mais importantes de minha vida: meus pais, José Uedison Nomeriano e Maria José Soares Nomeriano, e meu filho amado, Guilherme Nomeriano Fontes. Sem eles ao meu lado, nada faria sentido!

AGRADECIMENTOS

Sem a contribuição de tantas pessoas, eu não teria chegado ao final do percurso do Doutorado, nem teria conseguido produzir esta Tese. Por esse motivo, não posso deixar de usar esse espaço para agradecer, imensamente:

Aos meus pais (Uedison e Maria José) e ao meu filho (Guilherme), presenças constantes e muito fortes em minha vida: por todo amor, cuidado, paciência e incentivo incondicionais a mim oferecidos durante tantos anos, especialmente, nesses últimos quatro anos e meio. O acolhimento na casa de meus pais, durante os três semestres de aulas em Maceió, foi inestimável! A compreensão que meu menino (Gui) teve nos momentos de minha ausência foi preciosa!

Ao meu pai, o melhor professor de português das Alagoas, quiçá, do Brasil, pela brilhante revisão linguístico-semântico-gramatical feita nesta Tese.

À minha ajudante, Adalgisa de Freitas, pessoa forte, de fibra e que se dedicou a mim, a meu filho e ao nosso lar, com tanto zelo e carinho. Cuida de Guilherme desde que nasceu, e por um ano e meio, ficou com ele em Arapiraca, ainda pequeno, enquanto eu viajava a Maceió, todas as semanas, para assistir às aulas do Doutorado.

À minha Orientadora, Cristina Paniago, que aceitou o desafio de seguir comigo na construção da Tese, ajudando-me a realizar este sonho antigo do Doutorado. Cristina interveio, decisivamente, em diversos momentos difíceis desse percurso: na definição do novo objeto de pesquisa, no caminho investigativo e na produção da Tese, ela fez a diferença. Marcou sua presença com muita coerência e rigor teórico, qualidades suas tão peculiares. Sempre criteriosa com o texto e atenciosa com os problemas pessoais e de saúde que tive nos últimos dois anos, a ela terei eterna gratidão!

Aos professores examinadores Artur Bispo, Edlene Pimentel, Deribaldo dos Santos e Vera Jacob (membros titulares na Banca de Qualificação) e, ao examinador Talvanes Maceno (que substituiu Vera Jacob na Banca de Defesa), por terem me dado essa honra: suas contribuições foram valiosíssimas e muito enriqueceram o texto da Tese.

A todos os professores, professoras e técnicas (Quitéria e Lívia) do PPGSS – Programa de Pós-graduação em Serviço Social – da UFAL, pelo trabalho administrativo e pedagógico desempenhado com tanto esmero.

A todos os colegas da turma de 2017.2 (a primeira turma de Doutorado em Serviço Social da UFAL) em especial, a: Fernando, Mônica, Jaqueline e Mayra, pelas risadas em vários momentos de descontração; a dois amigos muito especiais, da segunda turma de Doutorado (2018.1): Renalvo e Vicente, pelas inesquecíveis conversas, horas de estudos e desabafos.

Ao Talvanes Maceno e à Gorete Amorim (amigos desde o Mestrado em Educação e colegas de trabalho na UFAL-*Campus* Arapiraca) que, além do carinho e torcida de sempre, se dispuseram a substituir-me em sala de aula nos últimos semestres do meu afastamento (fase mais crítica da pandemia da Covid-19): poder continuar afastada durante o ano de 2021 foi crucial no processo final de produção da Tese (período entre a qualificação e a defesa).

Aos colegas do Colegiado de Pedagogia da UFAL-*Campus* Arapiraca, especialmente, na pessoa da professora Jane Marinho, então coordenadora do curso, por aprovarem meus pedidos de prorrogação de afastamento, feitos após a saída do colega que foi meu professor substituto por dois anos, Luciano Amorim.

Aos companheiros e às companheiras do Grupo de Pesquisa EMO – Educação, Marxismo e Ontologia – da UFAL-*Campus* Arapiraca, principalmente, à/ao: Gorete Amorim, Talvanes Maceno, Severina Lessa, Luciano Accioly, Renalvo Cavalcante e Vicente Guimarães, pelos ricos momentos de leitura, estudo e debates acalorados.

Enfim, a todos os parentes e amigos que me acompanharam nesse processo árduo de quatro anos e meio, por todo apoio, torcida e carinho. Esta tese também é deles/delas!

“[...] Toda atividade educativa, teórica ou prática, que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana e não pela perspectiva da construção de um mundo cidadão. Vale enfatizar: um mundo cidadão significaria a melhor forma política de reprodução da sociabilidade, mantendo, ao mesmo tempo, a desigualdade social. Por mais que aquele objetivo pareça difícil e sem viabilidade imediata, ele deve ser perseguido, incansavelmente, porque ele é o objetivo mais humanamente digno” (TONET, 2003, p. 45).

O AVANÇO DO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

RESUMO

Tendo como base fundamental a crise estrutural do capital, vive-se um contexto de acumulação com hegemonia das finanças, sustentada pela tríade: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização. Nesse sentido, a partir da década de 1970, o lucro excedente não reinvestido na produção industrial, passa a migrar para outros setores, especialmente, o de serviços. No caso de países capitalistas periféricos como o Brasil, o processo de financeirização de áreas sociais ganha destaque com a educação de nível superior, a partir da ampliação e massificação desse segmento no âmbito privado. Desse modo, este estudo tem como objetivo investigar o fenômeno da financeirização no atual contexto de crise estrutural do capital e os desdobramentos desse processo no ensino superior privado-mercantil brasileiro. A investigação aqui apresentada é de cunho teórico com pesquisa bibliográfica referenciada na perspectiva da ontologia marxiana, de caráter histórico-dialético. Para tanto, teve como principal aporte teórico as contribuições de Marx (1985, 1986, 1996); Lukács (1978, 2018); Engels (1987); Lênin (2012, 2017); Mészáros (2002, 2003, 2008); Tonet (2005, 2012, 2013); Alves (2011a, 2011b, 2016); Antunes (2003, 2005); Chesnais (1996, 2000, 2005); Harvey (1996, 2005, 2008); Leher (1998, 2010); Paulani (2005, 2006, 2009); Chaves (2010, 2019, 2020); Sguissardi (2008, 2015), entre outros. A dinâmica da predominância financeira no Brasil está fortemente associada a um rentismo proveniente da renda de juros, especialmente, as aplicações em títulos públicos e privados, além de tratar-se de um fenômeno nacional que ocorre de forma subordinada e dependente do capital externo. No tocante ao setor de serviços educacionais no país, o fenômeno da financeirização está praticamente consolidado no Ensino Superior privado-mercantil, começando a avançar na Educação Básica. Evidenciam-se o papel ativo do Estado nesse processo e sérios desdobramentos em ambos os casos. Ao analisar estas implicações, a Tese evidenciou que, enquanto estivermos sob o jugo do capital, a educação e outros complexos sociais continuarão representando mercadorias lucrativas sem limites nas formas de mercantilização incorporadas. Pois, os interesses de lucratividade do capital sempre poderão levá-lo a migrar para outras áreas, conforme o acirramento da crise estrutural e a busca por taxas mais atrativas à acumulação capitalista. Ao final deste estudo, deixamos outra importante reflexão: o Estado não tem o papel de reverter o quadro de financeirização apresentado, muito pelo contrário, o Estado representa a classe dominante, sendo ele a estrutura de comando complementar do capital. Independentemente da instância em que atua – pública ou privada – sua natureza é a mesma. Se o capital é incontrolável, a busca pela lucratividade também é, e o Estado estará sempre pronto para facilitar a vida do capital, apoiando-o na tarefa de investir em novos nichos de mercado e expropriar ainda mais o campo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Financeirização. Crise estrutural do capital.

THE ADVANCE OF THE FINANCIALIZATION PHENOMENON IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION IN TIMES OF CAPITAL STRUCTURAL CRISIS

ABSTRACT

Based on the structural crisis of capital, there is a context of accumulation with predominance of finance, supported by the triad: productive restructuring, neoliberalism and financialization. In this sense, from the 1970s onwards, surplus profits not reinvested in industrial production began to migrate to other sectors, especially services. In the case of peripheral capitalist countries such as Brazil, the process of financialization of social areas is highlighted with higher education, from the expansion and massification of this segment in the private sphere. Thus, this study aims to investigate the phenomenon of financialization in the current context of the structural crisis of capital and the consequences of this process in Brazilian private-mercantile higher education. The investigation presented here is of a theoretical nature with bibliographic research referenced from the perspective of Marxian ontology, of a historical-dialectical character. To this end, its main theoretical contribution was the contributions of Marx (1985, 1986, 1996); Lukacs (1978, 2018); Engels (1987); Lenin (2012, 2017); Mészáros (2002, 2003, 2008); Tonet (2005, 2012, 2013); Alves (2011a, 2011b, 2016); Antunes (2003, 2005); Chesnais (1996, 2000, 2005); Harvey (1996, 2005, 2008); Leher (1998, 2010); Paulani (2005, 2006, 2009); Chaves (2010, 2019, 2020); Sguissardi (2008, 2015), among others. The dynamics of financial predominance in Brazil is strongly associated with rent-seeking from interest income, especially investments in public and private bonds, in addition to being a national phenomenon that occurs in a subordinated way and dependent on foreign capital. With regard to the educational services sector in the country, the phenomenon of financialization is practically consolidated in private-mercantile Higher Education, starting to advance in Basic Education. The active role of the State in this process and serious consequences in both cases are evidenced. By analyzing the consequences of financialization in Brazilian private-mercantile higher education, this thesis shows that, as long as we are under the yoke of capital, education and other social complexes will continue to represent lucrative commodities without limits in the forms of commodification incorporated. Therefore, the interests of capital profitability can always lead it to migrate to other areas, according to the intensification of the structural crisis and the search for more attractive rates for capitalist accumulation. At the end of this study, we leave another important reflection: the State does not have the role of reversing the presented financialization picture, on the contrary, the State represents the dominant class, being the complementary command structure of capital. Regardless of the instance in which it operates - public or private - its nature is the same. If capital is uncontrollable, so is the pursuit of profitability, and the State will always be ready to make life easier for capital, supporting it in the task of investing in new market niches and further expropriating the field of work.

Keywords: Education. Financialization. Structural crisis of capital.

EL AVANCE DEL FENÓMENO DE FINANCIAMIENTO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA EN TIEMPOS DE CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL

RESUMEN

A partir de la crisis estructural del capital, se presenta un contexto de acumulación con predominio de las finanzas, sustentado en la tríada: reestructuración productiva, neoliberalismo y financiarización. En este sentido, a partir de la década de 1970, las plusvalías no reinvertidas en la producción industrial comenzaron a migrar hacia otros sectores, especialmente los servicios. En el caso de países capitalistas periféricos como Brasil, se destaca el proceso de financiarización de las áreas sociales con la educación superior, a partir de la expansión y masificación de este segmento en la esfera privada. Así, este estudio tiene como objetivo investigar el fenómeno de la financiarización en el contexto actual de crisis estructural del capital y las consecuencias de ese proceso en la educación superior privada-mercantil brasileña. La investigación que aquí se presenta es de carácter teórico con investigación bibliográfica referenciada desde la perspectiva de la ontología marxista, de carácter histórico-dialéctico. Para ello, su principal aporte teórico fueron los aportes de Marx (1985, 1986, 1996); Lukács (1978, 2018); Engels (1987); Lenin (2012, 2017); Mézaros (2002, 2003, 2008); Tonet (2005, 2012, 2013); Alves (2011a, 2011b, 2016); Antunes (2003, 2005); Chesnais (1996, 2000, 2005); Harvey (1996, 2005, 2008); Leher (1998, 2010); Paulani (2005, 2006, 2009); Chaves (2010, 2019, 2020); Sguissardi (2008, 2015), entre otros. La dinámica de predominio financiero en Brasil está fuertemente asociada a la captación de rentas a partir de los ingresos por intereses, especialmente inversiones en bonos públicos y privados, además de ser un fenómeno nacional que ocurre de forma subordinada y dependiente del capital extranjero. En lo que respecta al sector de servicios educativos en el país, el fenómeno de la financiarización está prácticamente consolidado en la Educación Superior privado-mercantil, comenzando a avanzar en la Educación Básica. Se evidencia el papel activo del Estado en este proceso y las graves consecuencias en ambos casos. Al analizar las consecuencias de la financiarización en la educación superior privada-mercantil brasileña, esta tesis muestra que, mientras estemos bajo el yugo del capital, la educación y otros complejos sociales seguirán representando mercancías lucrativas sin límites en las formas de mercantilización incorporadas. Por lo tanto, los intereses de rentabilidad del capital siempre pueden llevarlo a migrar hacia otras áreas, a medida que se agudiza la crisis estructural y la búsqueda de tasas más atractivas para la acumulación capitalista. Al final de este estudio, dejamos otra reflexión importante: el Estado no tiene el papel de revertir el cuadro de financiarización presentado, por el contrario, el Estado representa a la clase dominante, siendo la estructura de mando complementaria del capital. Independientemente de la instancia en la que opere - pública o privada- su naturaleza es la misma. Si el capital es incontrolable, también lo es la búsqueda de la rentabilidad, y el Estado siempre estará dispuesto a hacerle la vida más fácil al capital, apoyándolo en la tarea de invertir en nuevos nichos de mercado y expropiar aún más el campo de trabajo.

Palabras clave: Educación. Financiarización. Crisis estructural del capital.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO: DOS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	24
2.1 Trabalho e educação: de sua natureza essencial à função desempenhada no capitalismo.....	25
2.2 Os pressupostos do capital financeiro e da financeirização da economia.....	40
2.3 Os antecedentes históricos do processo de desregulamentação do sistema financeiro e os elementos constitutivos da crise estrutural do capital.....	59
3 DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL ÀS POLÍTICAS ECONÔMICAS E EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS	80
3.1 Crise estrutural, mundialização do capital e especulação financeira.....	80
3.2 Reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível do capital.....	93
3.2.1 O modelo de qualificação da força de trabalho: do taylorismo-fordismo à acumulação flexível do capital.....	100
3.3 Neoliberalismo: dos postulados teóricos à agenda posta em prática.....	106
3.4 A política econômica neoliberal na América Latina e no Brasil e as implicações para a educação.....	114
4 DO AVANÇO PRIVATISTA AO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL BRASILEIRO	129
4.1 A lógica privatista da educação superior no Brasil e as políticas neoliberais preconizadas pelo Banco Mundial.....	129
4.2 Gênese e desenvolvimento da financeirização brasileira sob a égide do capital em sua crise de natureza estrutural.....	143
4.3 A inserção do ensino superior na financeirização contemporânea e o papel do Estado nesse processo.....	156
4.4 Os principais impactos da lógica financeirizada no ensino superior privado-mercantil.....	170
4.5 A financeirização alcançando a educação básica: uma tendência que se confirma?.....	183
5 À GUIA DE CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

1 INTRODUÇÃO

Tendo como temática a relação entre financeirização e ensino superior brasileiro em tempos de crise estrutural do capital, esta investigação de doutorado situa-se nos estudos do Grupo de pesquisa *Lukács, Mézáros e os fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa*, sob a Linha de pesquisa *Trabalho, Política e Sociedade*, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFAL.

Nossa trajetória de pesquisa na área educacional (alicerçada na tradição marxista) foi iniciada no curso de Mestrado em Educação Brasileira, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL, cuja dissertação teve como objetivo analisar a proposta de educação do trabalhador fundada na noção de competência, à luz da ontologia marxiana. Em seguida, ingressamos como docente na área de formação de professores e política educacional, na UFAL-Campus Arapiraca; na sequência, iniciamos nossa participação nos estudos do Grupo de Pesquisa *Educação, Marxismo e Ontologia (Campus Arapiraca)*.

A opção pelo Doutorado em Serviço Social da UFAL se deveu à necessidade de nos aprofundar sobre o debate pautado na perspectiva marxista. Essa interlocução de áreas nos permitiu avançar na análise das políticas sociais, tendo como base a compreensão das determinações da luta de classes e das alternativas de enfrentamento ao capital. Nesse sentido, desde o início do Curso, em meio a muitas leituras acerca das políticas sociais no Brasil, nosso foco de atenção continuava voltado para a política educacional. Em uma dessas leituras, nos deparamos com um fenômeno recente que está ocorrendo na realidade brasileira, sobretudo no âmbito do ensino superior: a financeirização do setor privado-mercantil¹.

Embora esse fenômeno tenha sua gênese no exterior (Estados Unidos e Inglaterra), nos chamou atenção o fato de o Brasil ser o país onde a financeirização do ensino superior mais avançou na última década. Algumas são as razões, entre elas: em uma nação capitalista periférica de tamanho continental, o enorme

¹ Com os processos de fusões e aquisições de grandes grupos educacionais ocorridos a partir dos anos 2000, houve o surgimento de conglomerados no mercado de capital aberto, que negociam suas ações na Bolsa de Valores oficial do país (atual B3, antiga BOVESPA). Fenômeno que será mais bem situado adiante, ainda nesta introdução. No que concerne à qualificação que demos ao setor privado com o termo “mercantil”, ela está ligada ao fato de estarmos nos referindo ao setor privado com fins lucrativos, uma vez que, também existe o ramo privado sem fins lucrativos.

contingente de pessoas sem o nível superior de escolaridade, torna-se um espaço fecundo para esse nicho de mercado; a legislação educacional favorável à mercantilização desse serviço e a grande contribuição do Estado brasileiro ao viabilizar políticas de financiamento estudantil no setor privado. Vejamos como se deu esse processo na breve contextualização que faremos a partir daqui.

Chesnais (1996; 2005) descreve o período da década de 1970 em diante, como de “mundialização do capital” e de “finança mundializada”; etapa do sistema capitalista marcada pela financeirização da economia, em que passa a haver (dentro de um regime de acumulação centrado na esfera da produção) um maior protagonismo do setor financeiro. Segundo Alves (2016) a financeirização da riqueza capitalista constitui-se como uma das “saídas” para a situação de crise estrutural do capital², além das estratégias anteriores já utilizadas pelo capitalismo para contornar suas crises cíclicas, a exemplo da destruição do excedente produzido (produção destrutiva) e das guerras mundiais (complexo industrial-militar) que exercem papel fundamental no processo de reprodução do capital.

Paniago (2008) explica que, com o esgotamento das condições anteriores de expansão (referindo-se ao período que antecedeu os anos de 1970), “[...] A prioridade da acumulação desloca-se da esfera produtiva, que caracterizou o período anterior, e dirige-se à realização acelerada dos ganhos financeiros por meio da mundialização do capital financeiro” (PANIAGO, 2008, p. 127). Nessa nova etapa, há uma ampliação da esfera financeira – e uma autonomia sempre relativa – em relação ao mundo da produção social de riqueza.

Dessa forma, desde 1973, o processo de financeirização das economias capitalistas passou a crescer com base na grande concentração do sistema bancário e financeiro. Ou nas palavras de Paulo Netto; Braz (2011): a financeirização resultou “[...] da superacumulação e, ainda, da queda da taxa de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setentas e meados dos oitentas” (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 241). Do montante de capital que ficou disponível na época, sob a forma de capital monetário, uma grande parte foi investida no setor de serviços, especialmente, em países da periferia capitalista (América Latina, Ásia e África). Então, parte substantiva desse investimento permaneceu na esfera da circulação procurando se valorizar (em que as transações financeiras são predominantemente

² Cf. Mészáros (2002). Trabalharemos a categoria ‘crise estrutural do capital’ na segunda seção.

especulativas). Uma decorrência desse processo é a maior dependência dos países periféricos em relação aos centrais, além do movimento de transferência de renda/capital da periferia para o centro. A atual fase da financeirização econômica decorreu, portanto, da canalização do capital acumulado (nas últimas décadas do século XX e início do século XXI) para o mercado financeiro. A imposição das políticas de austeridade aprofundou a hegemonia do capital em sua forma financeira³ no sistema capitalista global; o qual, vem apostando em áreas sociais lucrativas, a exemplo da educação.

A adoção de políticas neoliberais foi outra grande estratégia que teve e tem como objetivo “salvar” o capitalismo de sua maior crise. O neoliberalismo é, portanto, um conjunto de medidas que tem a função de criar as condições políticas, econômicas, sociais, ideológicas e jurídicas, necessárias à tentativa de recuperação da lucratividade em queda. Foi incorporado inicialmente no Chile (1973) e, logo após, no Reino Unido (1979) e nos Estados Unidos - EUA (1980); na sequência, em outros países centrais, assim como na periferia do capitalismo (América Latina).

Trata-se, dessa forma, da implantação de políticas de livre-comércio, livre-mercado, privatização da esfera pública e “minimização” do Estado pela via do desmonte do antigo sistema de proteção social, “[...] ainda que isso signifique diminuir sua presença na economia [...] (o que não quer dizer tornar-se inoperante, mas ocupar-se de atividades sem atrativos para a acumulação e a expansão do capital)” (PANIAGO, 2008, p. 123). Na América Latina, de forma geral, as políticas neoliberais foram introduzidas a partir da década de 1980. As reformas de Estado decorrentes desse processo iniciaram-se nos anos de 1990, momento em que se deu a adoção no Brasil do ideário neoliberal (seguido do avanço do processo de privatização, tanto pela venda de empresas estatais, quanto pelo maior crescimento do setor privado, em comparação ao público).

Neste sentido, o processo de mercantilização de serviços como a educação no Brasil – em especial a de nível superior – tem se destacado já desde a década de 1990, chegando com mais força nos anos 2000: “[...] Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em 1995, as IES privadas somavam

³ O capital financeiro deve ser compreendido a partir de duas dimensões: a funcional e a funcional-organizacional. Na primeira, estão os recursos que se valorizam e se transformam em capital sob a forma de créditos e/ou ações; na segunda, estão as organizações e instituições (bancos, seguradoras, fundos de pensão e mútuos, bolsas de valores) (CHAVES *et al.*, 2020). Aqui está apenas um suscito comentário, pois essa categoria será efetivamente abordada, desde seus fundamentos, na seção 1.

684. Em 2000, o número saltou para 1.004, passou para 2.100 em 2010, chegando a 2.152 em 2017” (BRETTAS, 2019, p. 12). A expansão quantitativa da iniciativa privada permite a constatação de que o formato prioritário escolhido pelo Estado brasileiro para o seu nível superior tem sido de submissão aos interesses do capital, confirmando que a natureza do Estado é de ser representante da classe dominante⁴.

E, mais precisamente em 1994, com a implantação do Plano Real, há, segundo Lavinias *et al* (2017) o surgimento de um “[...] novo padrão de financeirização em que ganhos inflacionários são substituídos pela elevada renda de juros [...]” (LAVINAS *et al*, 2017, p. 17). Juntamente com o Plano Real, as reformas estruturais executadas na gestão de Fernando Henrique Cardoso, fizeram com que o país se inserisse na globalização econômica e no circuito da financeirização. Isso “abriu as portas” para que setores sociais como saúde e educação, principalmente, comesçassem a ser consideradas áreas lucrativas no mercado financeiro (e não apenas alvo da mercantilização na iniciativa privada). E, na educação, o nível superior sobressai:

A expansão da educação superior por meio de instituições privadas de caráter estritamente mercantil deve ser analisada no contexto global de valorização do capital. É a partir da “mundialização financeira do capital” [...] que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro. O desfecho desse processo é viabilizado com a participação do capital financeiro, por meio dos grandes fundos de investimento, nacionais e internacionais, com entrada no País de grupos educacionais estrangeiros, de capitais fechados ou abertos e, com o ingresso de grupos educacionais brasileiros no mercado de ações das bolsas de valores (CHAVES *et al*, 2020, p. 3, grifo das autoras).

Assim, dos anos 2000 em diante (sobretudo desde 2007) houve o surgimento de novos “arranjos” financeiros e institucionais, o que gerou condições propícias à ascensão de um outro patamar desse processo: a financeirização da educação superior. Isso porque foi a partir de meados dos anos 2000, que as IES - Instituições de Ensino Superior - privadas (até então geridas por empresas de natureza familiar), passaram a ser controladas pelo mercado financeiro. Por essa razão, de 2007 em diante, quatro grandes grupos educacionais procederam a abertura de capital e passaram a comercializar ações na Bolsa de Valores de São Paulo: Anhanguera, Estácio de Sá, Kroton e SEB - Sistema Educacional Brasileiro. O referido ingresso no

⁴ Como demonstraremos na Seção 2.

mercado de ações por essas grandes empresas educacionais foi autorizado pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O crescimento exacerbado de matrículas, mesmo sem o aumento do número de instituições, se deve, portanto, à forte tendência de formação de oligopólios educacionais⁵. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014; SGUISSARDI, 2015).

Para Leher (2010) os fundos privados de investimentos (*Private Equity*) são os grandes protagonistas no processo de financeirização do ensino superior brasileiro, engendrando o que o autor chama de mercantilização de novo tipo; pois vai além da manutenção dos interesses do capital nesse setor, passando a ser, o próprio ensino superior, objeto de venda no mercado financeiro. Corroborando com Leher, Tavares (2019) defendeu a tese de que no Brasil, há um processo de mercantilização diferenciado em relação ao que fora vivenciado nos anos de 1990. A hipótese de sua pesquisa indica que houve uma mudança qualitativa na natureza da mercantilização do ensino superior, a partir da centralidade do capital financeiro e dos fundos de investimento nos anos 2000:

A pesquisa identificou que a educação superior e seu processo de mercantilização apresentaram mudanças importantes em relação às características da mercantilização típica da primeira fase de neoliberalismo nos anos de 1990, com a substituição dos capitalistas que dirigem o processo – as empresas de natureza familiar são substituídas por frações do capital vinculadas ao universo das finanças, controlado por investidores nacionais, mas sobretudo internacionais. É possível identificar o primeiro elemento do processo de financeirização do ensino superior com a crescente importância das operações realizadas na Bolsa de Valores [...] (TAVARES, 2019, p. 162-163).

O que interessa aos investidores que aplicam seu capital nos grandes grupos em Bolsa de Valores é o retorno alto e rápido, daí sua prioridade consistir em aplicações de curto prazo - principalmente por meio de títulos e ações, que são papéis em forma de ativos financeiros. Ou seja, o serviço educacional ofertado nas instituições de ensino sob a lógica das finanças, estará sempre vulnerável às oscilações do mercado financeiro, não importando outros aspectos, a exemplo da

⁵ A exemplo do que veio a ocorrer em 2014, quando a Kroton e a Anhanguera se fundiram, tornando-se o maior grupo educacional do ramo no mundo.

nacionalidade, do tipo ou da qualidade de serviço prestado. Acerca dos principais ramos no mercado de capitais, Lavinias; Gentil (2018) afirmam que:

[...] Hospitais, laboratórios, planos de saúde e **faculdades privadas** entraram na rota de grandes investidores do mercado de capitais do Brasil e do exterior. O interesse pelos segmentos se deve ao potencial de crescimento: **apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, e a meta do governo é dobrar esse percentual até 2025, facilitando o ingresso na rede privada.** Da mesma forma, a permanente deterioração da provisão pública de saúde pressiona a demanda por serviços empresariais de forma constante [...] (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 204, grifo nosso).

Todavia, por mais que as áreas de educação e saúde sejam igualmente importantes, nos chama atenção a educação, por conta da função social extremamente necessária que ela exerce no capitalismo, especialmente, na atual conjuntura de crise estrutural do capital: o papel alienante e de ajuste ideológico na formação, a preparação dos indivíduos para um mercado de trabalho totalmente incerto e o aprofundamento da divisão social do trabalho (entre concepção e execução).

Desse modo, pensamos que os impactos desta Tese contribuirão para um entendimento mais abrangente da Questão Social⁶, uma vez que, nosso objeto de estudo, ao analisar os desdobramentos da financeirização no ensino superior privado-mercantil brasileiro, perpassa também pelos efeitos que uma educação precarizada, rebaixada e massificada incidem sobre a relação entre capital e trabalho. Analisando o problema das desigualdades, pobreza e lutas que desafiam o Serviço Social latino-americano, lamamoto (2019) ressalta o seguinte:

Os/As assistentes sociais têm nas múltiplas expressões das desigualdades condensadas na 'questão social' a 'matéria' sobre a qual incide o trabalho profissional. A questão social é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da 'questão social' encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização [...] Atualmente, na radicalização das desigualdades, encontram-se as políticas governamentais

⁶ “Conforme afirmam as várias produções do Serviço Social no campo marxista, entender a ‘questão social’ é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo [...]” (SANTOS, 2012, p. 133, grifo da autora).

favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo - das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos, as quais passam a assumir os ônus das chamadas 'exigências dos mercados'. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário, financeiro e fiscal e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar na **esfera financeira**. Isto ocorre em detrimento de políticas e serviços públicos universais, em favor de políticas sociais voltadas para a pobreza e **políticas mercantilizadas**, passando a constituir **nichos de valorização do capital** (políticas de saúde, seguridade social, **educação**, entre outras) (IAMAMOTO, 2019, p. 20-22, grifos, em negrito, nossos).

Para a Autora, o fenômeno da financeirização da vida social (que desenvolve as forças produtivas do trabalho e alimenta os superlucros do grande capital no mercado mundial) torna aguda a sujeição da educação como uma política social pública voltada, principalmente, à capacitação técnica da força de trabalho. Esse fato (somado à financeirização do ensino superior brasileiro com ênfase na modalidade de ensino à distância) tem incidência direta sobre a formação, tanto dos assistentes sociais, quanto da classe trabalhadora com a qual o profissional do Serviço Social atua.

Ademais, pelo que aponta a literatura pesquisada⁷, o fenômeno da financeirização representa a face mais contemporânea do capitalismo. O debate acadêmico sobre esse tema não é tão recente, contudo, há pouca produção na área do Serviço Social. No debate teórico sobre as políticas sociais, *locus* privilegiado da ação profissional do assistente social, estão inseridas as políticas educacionais, daí a relevância científica e social do tema aqui proposto e sua pertinência para o referido campo do conhecimento.

Na fase de revisão da literatura ou estado da arte, selecionamos os trabalhos que abordavam a temática “financeirização da Educação no Brasil”, recorrendo ao catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Esse primeiro levantamento foi realizado em julho de 2019 e um segundo foi feito em setembro de 2021. No primeiro, utilizamos os descritores “financeirização da educação superior”, “financeirização do ensino superior privado”.

⁷ Entre eles: Chesnais (2005), Paulani (2009), Leher (2010), Salvador (2008), Iamamoto (2015), Harvey (2014), Alves (2016), Lavinhas; Gentil (2018), Brettas (2017; 2019; 2020).

No segundo momento, foram utilizados os descritores “bolsa de valores” “capital financeiro”, “financeirização da educação básica”. Esse segundo foi necessário porque no decorrer das leituras, verificamos que o fenômeno da financeirização poderia estar adentrando também na educação básica. Ao final, selecionamos 17 trabalhos, entre os quais 11 são de Teses e seis de Dissertações. A área da educação correspondeu à grande maioria das produções (13 trabalhos). Terminada essa fase, procedemos com a leitura dessa bibliografia que selecionamos. A maior parte dos trabalhos, além de ampla pesquisa bibliográfica e documental, traz dados empíricos e alguns deles envolvem estudos de caso. Trata-se de textos críticos ao fenômeno da financeirização na educação brasileira, que embora pertinentes, a maioria deles não remete à raiz do problema, que é o sistema do capital, não fazendo menção ao processo de luta de classes, à propriedade privada; e, nenhum deles, partiu da análise sobre a função social do trabalho e da educação no processo de acumulação e expansão do capital. Também foi verificado que os trabalhos não trataram da relação direta que esse processo de financeirização contemporânea tem com a crise estrutural do capital.

Apesar de todas essas produções acadêmicas possuírem objetos de estudo relevantes para a investigação científica da temática em tela, pensamos que outros questionamentos precisavam ser feitos. Diante disso, as questões-problema que nortearam a presente pesquisa de Doutorado, são estas: Que fundamentos explicam a educação e o fenômeno da financeirização capitalista? Em que medida a financeirização contemporânea está no bojo de respostas à crise estrutural do capital? Quais os impactos da financeirização no ensino superior privado-mercantil brasileiro e o papel do Estado nesse processo?

Como linha de investigação ou hipótese, tem-se que a financeirização contemporânea é uma das respostas à crise estrutural do capital, enquanto tentativa de retomada dos níveis da taxa de lucro dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, onde o excedente não reinvestido na produção industrial passou a migrar para outros setores, especialmente, o de serviços. Na realidade brasileira, o fenômeno da financeirização está praticamente consolidado no Ensino Superior privado-mercantil, começando a avançar na Educação Básica. Evidenciam-se o papel ativo do Estado nesse processo e sérias implicações em ambos os casos.

Sendo assim, esta tese tem como objetivo analisar o fenômeno da financeirização no atual contexto de crise estrutural do capital e os desdobramentos

desse processo no ensino superior privado-mercantil brasileiro. Para se alcançar essa finalidade mais geral, tem-se como objetivos específicos: a) compreender os fundamentos do trabalho, da educação e da financeirização da economia; b) examinar de que modo a relação entre crise estrutural do capital, reestruturação produtiva e neoliberalismo interfere na educação; c) investigar o fenômeno da financeirização no Ensino Superior brasileiro e o papel do Estado nesse processo.

A investigação aqui apresentada é de cunho teórico com pesquisa bibliográfica referenciada na perspectiva da ontologia marxiana, de caráter histórico-dialético. Para tanto, teve como principal aporte as contribuições de Marx (1985, 1986, 1996); Lukács (1978, 2018); Engels (1987); Lênin (2012, 2017); Mészáros (2002, 2003, 2008) e Tonet (2005, 2012, 2013).

Considerando o conjunto de sua obra, Marx pouco se deteve diretamente sobre a questão do método ou não escreveu nada específico sobre tal problemática. Como a essência de seu pensamento é de natureza ontológica e não epistemológica⁸, o seu interesse não incide sobre o “como conhecer”, mas no “que é a realidade”. Isso porque o autor entende que as questões relativas ao conhecimento somente seriam solucionadas após a elaboração de uma ontologia do ser social ou de uma teoria geral do ser social. Na sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel/1843*, Marx aponta o fundamento ontológico de seu método ao defender que o conhecimento é um processo intelectual sim, mas que parte do real. As ideias nada mais são do que a matéria transposta para a consciência e por esta interpretada.

Marx (2011) e Lukács (1978; 2018), destacam outros elementos de suma importância para o percurso investigativo: o caráter essencialmente social do homem; o caráter radicalmente histórico e de totalidade do ser social; a origem da *práxis* social está na síntese entre subjetividade e objetividade. Os verdadeiros sujeitos coletivos da história são as classes sociais, não obstante quem realiza a cognição sejam as consciências individuais. Mas, na perspectiva marxiana, quem organiza a consciência é a objetividade (isto é, quem configura a subjetividade é o objeto). Sem desprezar a consciência, a verdade é regida pelo objeto⁹ (daí, a necessidade de uma teoria do ser,

⁸ A epistemologia estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento; também é conhecida como teoria do conhecimento e relaciona-se com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência.

⁹ Seguindo a mesma perspectiva, de acordo com J. Chasin (s/d), no seu *Método dialético (mimeo)*, o núcleo essencial da questão do conhecimento é a relação sujeito e objeto. Para a dialética, que trata da coisa em si e parte da condição histórico-concreta do homem efetivo (em sua cotidianidade e não do homem especulativo) existem uma problemática do conhecimento e uma da ciência, mas ambas

da ontologia). É papel da consciência desmistificar a empiricidade para atingir a concretude.

É, especialmente, nos *Grundrisse*, no tópico sobre o método da economia política, que Marx (2011) vai, a partir de sua crítica, explicitar os fundamentos ontológicos do percurso de “ida” e de “volta” em relação ao seu objeto de estudo, que é a sociedade burguesa. O filósofo começa pontuando que os economistas do século XVIII iniciam sua análise pela população, pela nação de um país, e terminam na divisão do trabalho, dinheiro, valor. Entretanto, esse é um caminho falso, à medida que eles estariam partindo de uma abstração, ao não considerarem as classes sociais que constituem a população. Sendo também necessário analisar os elementos que as baseiam, como trabalho assalariado, capital etc. Nesse sentido, Marx chama atenção:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade e diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 54).

Assim, no caminho investigativo, o sujeito pesquisador parte do concreto representado (uma representação caótica, imediata e fenomênica do todo) decompondo-o de forma analítico-abstrata, até atingir as determinações/particularidades mais simples do objeto (este seria o caminho de ida). Daí, far-se-ia o caminho de volta, até reencontrar o ponto de partida, não mais como representação caótica do todo, mas sim, como uma totalidade (rica de relações e determinações) ou o “universal concreto”. Trata-se da articulação do todo (o universal) com as partes (o particular) e das partes com o todo, uma vez que, conhecer a totalidade concreta de um objeto significa superar a aparência imediata e chegar a sua essência¹⁰. Em síntese, trata-se da reprodução ideal (concreto pensado) de um

são interligadas. Tratar da coisa em si expressa o caráter de aproximação do sujeito que conhece para com o seu objeto.

¹⁰ Tais elementos, segundo Tonet (2013), são fundamentais para um melhor entendimento acerca do método na perspectiva marxiana: “Ao superar a dicotomia entre subjetividade e objetividade, demonstrando que a própria realidade é o resultado da síntese entre consciência (momento subjetivo) e realidade (momento objetivo), síntese essa realizada pela prática social, Marx pode sustentar, de modo sólido, a possibilidade de conhecer não apenas a aparência (o fenômeno), mas também a essência (o *númeno*)” (TONET, 2013, p. 105). *Númeno*: termo conhecido na Filosofia de Immanuel

movimento real (concreto real) ou a apreensão do sujeito (o ideal) sobre o objeto (o real), sendo esta totalidade, ponto de partida e de chegada. O ponto de partida é o contato com o objetivamente existente e o ponto de chegada é a aproximação máxima com o real existente. Portanto, o momento predominante é sempre o real.

A relação entre sujeito (consciência/subjetividade) e objeto (mundo real/concreto), no caminho de ida e volta se dá, primeiramente, por meio da intuição que faz analogias (fruto da experiência acumulada em visões de mundo, afetividade etc.) acerca do desconhecido (para saber quais são suas propriedades); em seguida, o processo analítico de decomposição do real em elementos simples criando uma imagem abstrata (à medida que o objeto vai dando mais informações, a influência da intuição vai diminuindo); no início do percurso de volta, a subjetividade vem de novo à tona, por meio da geração de hipóteses/testes (no intuito de saber o que o objeto é); por fim, ocorre um salto: o processo de síntese (acesso à qualidade da totalidade do objeto), onde o objeto é conceituado.

No momento da síntese passa-se a ter na consciência o reflexo do objeto (uma aproximação ou reprodução ideal do concreto/real), processo possível porque o real já existia no mundo objetivo. Tem-se, então, o conhecimento da dimensão universal (generalizável). Contudo, esse conhecimento sempre será um processo de aproximação infinito, já que o indivíduo/subjetividade é permanentemente transformado e a riqueza das descobertas vai criando novas necessidades e possibilidades (uma eterna continuidade). Da imagem (fenômeno), passando pela representação, até chegar ao conceito (essência), é preciso ter ciência que o ponto de partida é sempre o próprio objeto (momento predominante) e que se não houver reflexo do que a realidade exatamente é, não há conhecimento. O conhecimento é necessário para a sobrevivência dos indivíduos e isso apenas é possível por meio da transformação do mundo real.

Portanto, nossa opção por essa concepção teórico-metodológica se justifica em virtude de seu potencial explicativo, na medida em que propõe a investigação do objeto em sua totalidade e múltiplas determinações. Assim, as categorias que norteiam a referida perspectiva, sendo responsáveis por seu potencial explicativo, envolvem a historicidade (do ser social e de tudo produzido por ele), a mediação (entre

Kant, o qual utiliza a palavra para descrever as "coisas em si mesmas", para além de seus fenômenos ou de sua aparência.

o pensamento e o real concreto), a totalidade (que predomina, sendo maior que a mera soma das partes) e a contradição (movimento dialético que compõe a totalidade). Trata-se de uma concepção que vem nos possibilitar a compreensão do movimento dialético da realidade social, por meio do desvelamento de suas contradições. Ao conter elementos fundamentais para um maior entendimento da problemática do mundo atual, evitando distorções idealistas ou mecanicistas na análise do real, a referida perspectiva tem como base o necessário entendimento da luta de classes e da possibilidade de superação do sistema do capital.

A preocupação com a categoria da totalidade nos faz superar algumas análises comuns acerca da financeirização da economia que a concebem dissociada da sociedade. Ora, a dissociação entre o econômico e o social não é o caminho, a partir dos fundamentos do materialismo de caráter histórico-dialético. E nesse sentido, a análise desses elementos vincula-se ao nosso objeto de estudo, visto que, ele refletirá, no plano mais geral, acerca da articulação entre a crise estrutural do capital e o fenômeno da financeirização; e mais especificamente, sobre os desdobramentos desse processo no ensino superior privado-mercantil do Brasil. Assim, as categorias de análise que nos servirão como referência para o objeto de estudo em tela são: educação superior, financeirização e crise estrutural do capital.

Para tanto, os procedimentos específicos desta investigação se deram sob os seguintes passos: primeiramente, fizemos o levantamento do estado da arte e realizamos a leitura dos trabalhos selecionados, bem como do referencial teórico que embasou a parte inicial da pesquisa sobre os fundamentos do trabalho, da educação e da financeirização; na sequência, procedemos com a leitura da fundamentação teórica acerca da crise estrutural do capital, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, especificando, ao final da segunda parte, as implicações da política neoliberal para a educação na América Latina; por fim, encontramos na realidade concreta brasileira o avanço da financeirização sobre o ensino superior, e mais recentemente, a inserção sobre a educação básica. Alguns dados quantitativos foram buscados em fontes documentais: Censo Brasileiro da Educação Superior, *sites* do Ministério da Educação e dos maiores grupos financeirizados do país, reportagens em jornais de circulação nacional que tratavam desse assunto, assim como do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (que, desde 2007, teve pouquíssimos posicionamentos contrários às fusões e aquisições no Ensino Superior privado-mercantil, ou seja, aos atos de concentração neste segmento de ensino).

Desse modo, a exposição da pesquisa aqui empreendida foi organizada em cinco seções, sendo a primeira, esta que estamos (Introdução), em que traçamos o panorama da investigação em tela, apresentando, de maneira geral, nosso trabalho. Na Seção 2, buscamos desvelar os elementos que fundam as categorias trabalho e educação, esclarecendo sua natureza essencial e sua função social no capitalismo; na sequência, procuramos entender os fundamentos do capital financeiro e da financeirização da economia para, ao final, apontarmos em que medida o fenômeno da financeirização contemporânea vem no bojo de respostas à crise estrutural do capital.

Na terceira Seção, começamos por compreender a relação entre a crise estrutural, o movimento de mundialização do capital e a marca da especulação financeira. Em seguida, examinamos os processos de reestruturação produtiva e do neoliberalismo que, articulados ao fenômeno da financeirização contemporânea, fazem parte de um conjunto de respostas à crise estrutural do capital. No término dessa parte, buscamos explicitar o advento da política econômica neoliberal na América Latina e no Brasil e as implicações para a educação.

Na Seção 4, nos debruçamos sobre o caso brasileiro, inicialmente, apontando como se deu o avanço do privatismo na educação superior e em seguida, discorrendo sobre a gênese e o desenvolvimento da financeirização no país. Na sequência, procuramos entender como esse fenômeno econômico encontrou espaço promissor de atuação no Ensino Superior privado-mercantil; ao final, analisamos o papel ativo do Estado nesse processo, bem como os principais impactos dessa lógica financeirizada no referido setor, além de abordarmos uma tendência que se aponta: a inserção da financeirização na Educação Básica. Na última Seção, apresentamos a Conclusão do Trabalho, onde deixamos nossas considerações finais acerca da temática abordada e do objeto de estudo investigado.

2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO: DOS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Para entendermos as determinações que levaram a educação, mormente o Ensino Superior privado-mercantil, ao patamar de realidade concreta da financeirização na particularidade brasileira, precisamos ir às raízes mais profundas desse real. Por essa razão, começaremos essa primeira Seção tratando da relação entre o trabalho e a educação. Esse resgate nos permitirá o entendimento necessário das contradições inerentes ao sistema do capital e nos levará a desvelar as perspectivas e limites da educação no referido modo de produção.

Inicialmente, explicitaremos a gênese e a função social das categorias trabalho e educação no seu plano filosófico-ontológico, isto é, sua natureza essencial; na sequência, analisaremos o papel que ambas exercem no capitalismo, apontando como a educação se torna mercadoria nessa formação social. Nesse sentido, Tonet (s/d) nos alerta para a relevância de ter como fundamento a categoria do trabalho ao buscar apreender a origem, a natureza específica e a função que a educação exerce na reprodução do ser social: porque isso permitirá compreender em cada momento histórico, as possibilidades e os limites da educação formal, “[...] evitando, assim, tanto o idealismo de atribuir-lhe tarefas que não lhe são próprias [...] como o empirismo de vê-la como um mero instrumento de reprodução desta sociedade [...]” (TONET, s/d, p. 10).

Não menos importante ao iniciar esta Tese, é a compreensão do surgimento do Estado como um produto social e o reconhecimento de que essa instituição será sempre, exclusivamente, o Estado da classe dominante. Independentemente, da forma que assumiu ou assume ao longo da história das sociedades, sua identidade fundamental sempre repousará sobre o antagonismo entre classes sociais inconciliáveis. Pôr em relevo essa gênese e identidade essencial do Estado faz com que não percamos de vista seus limites intransponíveis.

Na sequência, daremos ênfase ao estudo dos pressupostos do capital financeiro e da financeirização da economia; ao final da Seção, buscaremos elucidar o processo de desregulamentação do sistema financeiro e apontar os elementos constitutivos da crise estrutural do capital. Assim, nessa segunda parte da Tese, estaremos examinando as bases teóricas das principais categorias de nosso objeto de pesquisa – educação superior, financeirização e crise estrutural do capital.

2.1 Trabalho e educação: de sua natureza essencial à função desempenhada no capitalismo

Considerando que o campo marxista não se constitui como uma totalidade homogênea, indicamos aqui, a direção teórica que orienta esta investigação acerca da problemática da educação: a perspectiva da ontologia marxiana¹¹ e a sua concepção sobre o ser social.

Ao partirmos do trabalho como ato fundante, é importante que façamos uma breve exposição sobre essa atividade que significa a base de existência do ser social. A análise ontológica da categoria trabalho nos possibilita a compreensão de que o desenvolvimento do processo de produção da vida social é resultado da atividade prática dos homens sobre o mundo. Daí a necessidade de partirmos dessa atividade primária (troca orgânica entre homem e natureza), a que funda o ser social e todas as suas esferas¹².

É o trabalho que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores da riqueza social, uma vez que, o gênero humano¹³, por meio da atividade do trabalho, transforma a natureza¹⁴ em produtos (valores de uso e meios de produção) que satisfazem às suas necessidades. Dessa forma, como fundamento ontológico, o trabalho é concebido como condição da existência humana, necessidade natural e perene de mediação da troca entre homem e natureza; portanto, criador de valores de uso, de valores úteis à vida dos homens (MARX, 1996).

Diferentemente da atividade de sobrevivência dos animais, o trabalho é atividade social orientada para um fim (há intencionalidade prévia). Ou seja, é uma atividade teleologicamente direcionada ou conduzida a partir de um objetivo proposto pelo sujeito. Ainda segundo Marx, o que distingue a espécie humana das demais espécies animais não é a consciência ou a linguagem, mas o trabalho, ou o fato de o homem produzir seus meios de vida. E, ao transformar a natureza, o homem se

¹¹ Na esteira de Marx (1996) e Lukács (2018).

¹² Após um certo estágio da divisão social do trabalho, surgem a Educação (*stricto sensu*), a Arte, a Política, a Propriedade Privada, o Estado, o Direito, e vários outros complexos sociais.

¹³ Conforme a concepção lukácsiana, o ser social é composto de inúmeros complexos interligados, mas que envolvem dois polos: indivíduo e genericidade; os quais são momentos indissociáveis, sendo a genericidade (gênero humano) sempre o momento predominante na reprodução do ser social (LUKÁCS, 2018).

¹⁴ A natureza precede e existe independentemente do ser social. Mas, na natureza, o ser inorgânico apenas se transforma; o ser orgânico apenas se reproduz biologicamente; já o ser social, além de se reproduzir biologicamente, produz o novo, socialmente (LUKÁCS, 2018).

constrói como ser social. Acerca desse processo de autoconstrução, Lukács (2018) assevera:

Também neste aspecto vale, para o trabalho, que ele é o veículo para a autocriação do ser humano como ser humano. Como ser biológico, é ele o produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, a qual, naturalmente, pode significar um afastamento da barreira natural, contudo, jamais o seu desaparecimento, seu completo ultrapassar, ele adentra em um novo e autofundado ser, no social (LUKÁCS, 2018, p. 45).

Assim, o trabalho consiste na relação entre o homem e a natureza com vistas à produção dos meios materiais de existência. Em síntese, o ato fundante do ser social é uma relação dialética entre teleologia (ato da consciência que estabelece finalidades) e causalidade (materialidade causal/natural e suas leis próprias). Esse é outro aspecto que difere o ser social do animal: o pôr consciente de uma finalidade ao transformar a realidade natural. Ou no dizer de Tonet (s/d), na esteira de Marx e Lukács:

Por sua vez, o trabalho é uma síntese específica entre subjetividade e objetividade. Isto significa que a intervenção da consciência é um elemento absolutamente essencial para que haja a transformação da natureza. O que implica que a consciência não é um mero fenômeno de importância secundária, mas um componente essencial do ser social. Podemos, pois, afirmar que a objetividade é subjetividade objetivada e que esta é objetividade tornada subjetiva. Todavia, esta relação entre subjetividade e objetividade é mais complexa. Entre estes dois momentos que compõem o trabalho há uma relação ao mesmo tempo de determinação recíproca e de prioridade da objetividade sobre a subjetividade. Por mais importante que seja o papel da subjetividade na consecução do objetivo pretendido, ela deve se subordinar à realidade objetiva, exatamente, para poder alcançar esse objetivo. Entre estes dois momentos há, pois, uma relação dialética, mas com a prioridade ontológica da objetividade sobre a subjetividade (TONET, s/d, p. 4).

É nessa perspectiva que Marx e, em seguida Lukács, apontam o trabalho como categoria ontológica central ou como modelo de toda “*práxis social*”. O pôr teleológico que orienta a ação do ser social mediatizada pela relação homem-natureza, com o objetivo de produzir valores de uso, é denominado por Lukács (2018) de pôr teleológico primário. Ao trabalhar (ao agir sobre a natureza) o homem utiliza instrumentos criados por ele mesmo, que exigem habilidades e conhecimentos, transmitidos por meio do aprendizado, atendendo a necessidades diversas, sob

variadas formas, que criam novas necessidades. Ao se situar para além da natureza ou no processo de humanização (a partir da base que é o trabalho) o ser social vai tornando-se cada vez mais complexo. Isto é, vai criando objetivações que transcendem o universo do *trabalho* (relação homem/sujeito-natureza/objeto) ou na concepção de Lukács (2018), do *pôr teleológico primário*:

Com isso é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através do trabalho é realizada uma posição teleológica no interior do ser material como o nascimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na medida em que nesta – mesmo se por meio de mediações muito extensas – sempre são realizadas posições teleológicas, por último materiais [...] o trabalho pode auxiliar, como modelo, na compreensão das outras posições teleológico-sociais, porque ele é, quanto ao ser, a forma originária delas (Ibid., p. 47).

Nessa perspectiva, cabe destacar que nem todas as posições teleológico-sociais (ou de segunda ordem) têm o mesmo estatuto ontológico. Algumas são universais, pois surgem junto com o trabalho, já que este não é realizável sem determinados complexos sociais. Como exemplo dessas posições universais, teríamos: a linguagem, a consciência, a educação (*lato sensu*), a religião, o germe da ciência. Com o desenvolvimento da *práxis* social e o afastamento cada vez maior das barreiras naturais, outras relações sociais vão surgindo a partir do ato fundante que é o trabalho, com o objetivo de induzir ou influenciar os homens a realizarem o que se espera socialmente. Esse outro processo, que atua de modo decisivo na reprodução social, Lukács denominou de *pôr teleológico secundário*:

[...] o conteúdo essencial da posição teleológica é, todavia – dito em termos de todo gerais, de todo abstratos – a tentativa de levar outros seres humanos (ou outros grupos humanos) a executar, por sua parte, posições teleológicas concretas. Esse problema emerge, imediatamente, quando o trabalho se tornou social, na medida em que se baseia na cooperação de vários humanos; desta vez, independentemente, se o problema do valor de troca já emergiu ou se a cooperação apenas é dirigida aos valores de troca. É por isso que esta segunda forma da posição teleológica, na qual a finalidade posta é imediatamente uma posição de finalidade de outros seres humanos, pode já aparecer nos patamares mais primitivos (Ibid., p. 46).

Há novas objetivações (ações que medeiam a relação entre sujeitos) que são expressões do ser social desenvolvido (do agir de uma consciência sobre outra consciência) tais como a filosofia, a arte, a política e a educação (*stricto sensu*), entre outras. Isso significa que com o desenvolvimento das forças produtivas,¹⁵ novos comportamentos sociais¹⁶ incidirão sobre a totalidade social¹⁷; ou seja, *teleologias secundárias*, fundadas a partir do trabalho (sua base necessária) e que, portanto, não se confundem com ele. Nesse sentido, é preciso ter clareza quanto à natureza de tais objetivações do ser social: a objetivação material se dá mediante o trabalho, ou seja, a *práxis* voltada para a transformação da natureza pelo sujeito; já as objetivações ideais são formas voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens (relações entre sujeitos), a exemplo da *práxis* educativa.

Assim, o complexo da educação atua na formação dos sujeitos integrando o conjunto de posições teleológicas (secundárias) fundadas pelo trabalho (posição teleológica primária) no processo de reprodução social. A educação é, portanto, uma das atividades mediadoras necessárias à reprodução societária (mediação entre indivíduos e sociedade): “O papel de mediadora entre o homem e seu patrimônio, entre o indivíduo e a sociedade entre o indivíduo e o gênero, é a função social da educação” (MACENO, 2011, p. 41). Então, esta é a especificidade da educação: mediar indivíduo e gênero, para que ambos se constituam socialmente. Por esta razão, do ponto de vista da ontologia do ser social (elaborada por Lukács) é tão importante que se parta da categoria trabalho, pois é esta a categoria que funda a educação, assim como os demais complexos sociais. Também é imprescindível o entendimento de que apesar do trabalho (esfera econômica de produção e reprodução da vida) ser a categoria fundante¹⁸, isso não anula a relativa autonomia dos outros complexos sociais. Nesse sentido, conforme Amorim (2018),

[...] a educação estabelece com o trabalho uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa. Essa relação tanto lhe confere uma especificidade, quanto o caráter de identidade e de não identidade com o trabalho [...] É preciso ter claro que o caráter de

¹⁵ Meios de produção, matéria prima e força de trabalho (MARX, 1996).

¹⁶ Com isso, os indivíduos passam a estar diante de situações nas quais terá que reagir, fazendo escolhas e decidindo entre alternativas, sempre na direção da continuidade do gênero humano (LUKÁCS, 2018).

¹⁷ Em relação a esses complexos parciais do ser social como a educação, a política, o direito, entre outros, a totalidade é sempre o momento predominante.

¹⁸ Até porque não se trata de valoração em relação a essa categoria ser mais importante do que as demais, é algo muito maior, isto é, uma questão de prioridade ontológica.

identidade e não identidade com o trabalho é encontrado não somente no complexo da educação. Todos os demais complexos sociais [...] se inserem no campo da teleologia secundária, isso não significa que desempenhem as mesmas funções, ao contrário, têm especificidades e desempenham funções próprias na totalidade social (AMORIM, 2018, p. 34).

Com o desenvolvimento do ser social, este vai se deparando com a necessidade de produzir sempre o novo e isso demandará duas dimensões específicas de educação no mundo dos homens: a educação em sentido lato (amplo) e em sentido restrito (estrito), como assevera Lukács (2018):

[...] O essencial da educação dos seres humanos consiste, ao contrário, em qualificá-los a reagir adequadamente a eventos e situações novas, inesperadas que ocorrerão mais tarde em suas vidas. Isto significa duas coisas: primeiro, que a educação dos seres humanos – tomada no sentido mais amplo – jamais está inteiramente completa. Sua vida pode, sob circunstâncias, terminar em uma sociedade inteiramente diferente, com demandas inteiramente outras daquelas para as quais sua educação – em sentido estrito – o preparou. (LUKÁCS, 2018, p. 133).

Conforme o Autor, a educação em sentido lato é de natureza mais abrangente e espontânea, se dando no cotidiano da vida humana e ligada ao processo de produção da existência material. O aprendizado é pela observação e imitação dentro do convívio social, ou seja, o grau de sistematização e intencionalidade é bastante reduzido nessa dimensão; caracteriza-se, então, pela aquisição e transmissão de um conjunto de conhecimentos passado de uma geração a outra, de maneira praticamente assistemática. Desse modo, por ser a educação, em seu sentido amplo, um complexo que se constitui nas relações sociais, ela existe em qualquer modelo societário; isto é, trata-se de uma forma ontologicamente ineliminável do ser social. E, no caso das comunidades primitivas, Maceno (2011) nos lembra que

[...] uma das principais características a ser destacada da educação [nessas comunidades] é a existência de sua universalização. O baixo nível das forças produtivas, impunha, em consequência, uma ínfima produtividade do trabalho. Em função disto, não havia excedentes de produção. Desse modo, inexistiam classes sociais. Nessa forma de organização o trabalho era exercido por todos, de acordo com a condição natural de cada indivíduo, e as forças produtivas não eram propriedade privada [...] essas características proporcionaram uma educação efetivamente universal e igualitária, uma vez que, a

reprodução social dessas comunidades exigia que todos os seus membros tivessem acesso ao ínfimo saber acumulado [...] (MACENO, 2011, p. 61).

Desse modo, na sociedade primitiva, os conteúdos da educação eram universais, o que implica que todos os indivíduos podiam se apropriar dos conhecimentos acumulados, de maneira igualitária (justamente porque não havia divisão de classes). O Autor também chama atenção para o seguinte aspecto: por se dar de forma espontânea, isso não significa que a educação, nesse tipo de sociedade, se confunda com o trabalho. Ou seja, é preciso não perder de vista que, desde o mais tenro modo de organização produtiva humana, a educação já aparece como uma esfera peculiar, separada do trabalho.

Com o lentíssimo processo de desenvolvimento das forças produtivas pelo qual passou a sociedade desde o comunismo primitivo, de maneira muito sintética: houve a descoberta da agricultura e da domesticação de animais (Revolução Neolítica), fato que proporcionou, pela primeira vez, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (divisão social do trabalho); mas o que marcou profundamente essa fase de transição para entrada nas sociedades divididas em classes sociais foi a produção do excedente (mais produtos do que se pode consumir), a qual foi (e ainda é até hoje) controlada pela classe que passou a ser proprietária dos meios de produção¹⁹. A partir do surgimento da produção material excedente e da propriedade privada, os conflitos tornaram-se insuperáveis e, com isso, a necessidade urgente de uma instância de controle sobre a classe dominada. Nesse sentido, é extremamente pertinente a análise de Engels acerca do fato de que o Estado nem sempre existiu e quando surgiu, foi por uma necessidade social:

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade (ENGELS, 1987, p. 195).

¹⁹ Para maior aprofundamento, indicamos a leitura de ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

As sociedades divididas em classes sociais, determinadas pelo modo de produção e de trabalho existente (escravidão²⁰, servidão, trabalho assalariado) necessariamente, precisam do Estado para oprimir e explorar a classe dominada. Como bem explica Engels (1987) a origem da cisão em classes está na divisão social do trabalho e, dessa primeira forma de divisão social do trabalho, nasce o modo de produção escravista:

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização²¹, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta cisão manteve-se através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – a princípio franca, depois mais ou menos disfarçada (ENGELS, 1987, p. 198).

Portanto, assim como os modos de produção, o Estado também é um produto social. Ele surge (tem sua raiz/origem) da relação antagônica entre classes sociais. Independentemente, da forma que assumiu ou assume ao longo da história das sociedades (oligarquia, monarquia, liberalismo, democracia etc.) sua identidade fundamental sempre repousou sobre a contradição entre classes inconciliáveis. Na esteira de Marx (2010) e Engels (1987), Lênin (2017) assevera:

O Estado é o produto e a manifestação do *caráter inconciliável* das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e à medida que as contradições de classe *não podem* objetivamente ser conciliadas. E, inversamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2017, p. 29, grifos do autor)

²⁰ No Ocidente, o escravismo esteve na base da grande civilização grega e perdurou até a queda do Império Romano, não sendo o único modo de produção da antiguidade, como explicam Paulo Netto; Braz (2011): “Especialmente no Extremo Oriente, constituiu-se uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político central – um *Estado* [...] ali, formas políticas despóticas combinaram-se com uma estagnação social que acabou por garantir uma enorme perdurabilidade histórica àquela articulação, designada de *modo de produção asiático*” (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 76).

²¹ Engels (1987) assinala que, com a entrada na sociedade escravista, a humanidade abandonou o período da antiga barbárie e entrou na fase da *civilização*, em que a sua força de coesão passa a ser o Estado (mas sempre o Estado da classe dominante). Não obstante a aparente contradição, o autor explica que o termo civilização se explica pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas e consequente progresso na produção, apesar do forte retrocesso nas relações de opressão e exploração da classe dominante sobre a classe dominada.

Lênin chama atenção, justamente, para o fato de que se houvesse possibilidade de conciliação entre as classes, o Estado não seria necessário. Além disso, reforça a tese de Marx e Engels de que o Estado, apesar da sua aparente neutralidade (como se estivesse acima das classes) é, exclusivamente, o Estado da classe dominante. Ele representa os seus interesses, estando todo o tempo a serviço dela (faz parte de sua essência, algo, portanto, imutável).

Feitos esses esclarecimentos sobre o surgimento das sociedades de classes e do Estado, retomemos o debate acerca das duas dimensões da educação²². Ainda na esteira de Lukács, com o desenvolvimento contínuo do ser social, tem-se outra forma que é a educação em sentido estrito: nesta há um grau bem maior de sistematização, elaboração, consciência e intencionalidade, estando presente também já desde as sociedades primitivas. A especificidade desta última dimensão está em justamente atender a uma outra exigência do ato educativo: o conhecimento sistemático institucionalizado (com o surgimento das sociedades de classes, sob o comando do Estado). Assim, no período histórico em questão, Santos; Amorim (2021) sintetizam o seguinte:

Com o surgimento da sociedade de classes, de um lado tem-se a educação em sentido lato, que é abrangente e espontâneo-cotidiana; do outro, mas sem se desligar completamente desta, surge a educação em sentido restrito, que [...] intenta sistematizar conhecimentos por meio de processos que, mais tarde, com o apoio do Estado, vão se chamar de escolares. Entre essas duas especificidades educativas, no entanto, não se pode traçar uma separação idealmente precisa, nem uma divisão mecânica [...] (SANTOS; AMORIM, 2021, p. 25).

Com a complexificação do ser social e dos próprios conteúdos a serem transmitidos de uma geração a outra, aquela transmissão cotidiana e espontânea própria das comunidades primitivas foi tornando-se insuficiente e ganhando cada vez mais espaço a forma sistemática de educação. O referido processo educativo, institucionalizado com a entrada da humanidade nos modos de produção assentados na sociedade dividida em classes, representa a gênese do que há alguns séculos

²² Outro aspecto que Lukács explica é que embora educação em sentido amplo e educação em sentido estrito sejam distintas, elas não se excluem nem se desligam, até porque a primeira dimensão é por toda a vida. Ademais, ambas se desdobram historicamente ao mesmo tempo e junto com o ser social.

conhecemos como escola²³. Como resultado das referidas mudanças, os diversos complexos sociais, a exemplo da educação, deixaram de ser universais, uma vez que, a divisão social do trabalho originou a especialização de algumas atividades e, com isso, o acesso ao saber se tornou também desigual, em que “[...] as necessidades reprodutivas da sociedade impõem um corte de classe sobre quais saberes, valores, habilidades etc. devem ser transmitidos pela educação, em que grau e medida, para quais classes sociais e para quais frações dela” (MACENO, 2011, p. 115). Corroborando com Maceno (2017) Amorim (2018) faz essa análise:

[...] nas sociedades que se constituem do antagonismo de classes sociais, marcadas pela propriedade privada da classe dominante, que detém o domínio tanto da riqueza material, quanto da riqueza espiritual produzida pela humanidade, a exemplo da arte e do conhecimento (ciência) nos deparamos com uma grande contradição: o sentido estrito da educação veste-se de interesses particulares da classe dominante sobre os interesses da classe subalterna. A educação em sentido estrito que comparece efetivamente nas sociedades de classes tende a se constituir em forma predominante, tanto por conta de consequências do concreto desenvolvimento ininterrupto do trabalho, da divisão do trabalho e das forças produtivas, quanto pela necessidade de controle de acesso ao conhecimento considerado desnecessário à classe trabalhadora pela reprodução do modo de produção vigente. Consequentemente, ao mesmo tempo, a educação em sentido *lato* tende a aparentar, cada vez menos, importância às demandas do processo de reprodução do ser social (AMORIM, 2018, p. 41-2).

A Autora nos alerta para o fato de que nas sociedades cindidas em classes, a educação em sentido estrito vem sempre, a prevalecer sobre a educação em sentido amplo, tendo em vista que a classe dominante, atende a muitos de seus interesses no campo da primeira (sobretudo no âmbito da formal escolar, como veremos melhor mais adiante, quando abordarmos a educação no capitalismo).

Com a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas e da especialização do trabalho, na passagem do escravismo para a servidão²⁴, agricultores, servos e artesãos formavam o conjunto de trabalhadores que realizavam

²³ É no capitalismo que a educação institucionalizada terá como modelo privilegiado o formal escolar, como veremos mais à frente.

²⁴ Como está fora do nosso alcance e dos nossos objetivos aqui esmiuçar o percurso histórico dessas sociedades, indicamos a leitura de duas obras que trabalham os ricos detalhes desses modos de produção e dos modelos de educação a eles articulados: MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13 ed. Cortez, 2010; PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

a produção material no modo de produção feudal²⁵. Assim como na Idade Antiga, na Idade Média (sociedades pré-capitalistas) a educação em sentido estrito sempre esteve presente, exclusivamente, na vida das classes dominantes, salvo raras exceções, como explica Maceno (2011):

Excetuando-se alguns escravos, servos e homens livres, que possuíam alguma função mais especializada ou intelectual e, que por exigência de seus ofícios, precisavam ter acesso aos aspectos, pelo menos, elementares do saber transmitido pela educação em sentido estrito, todos os outros que estavam na base produtiva das sociedades de servidão oriental, escravista e feudal, estavam excluídos do saber formal, uma vez que, o próprio exercício do trabalho produtivo nessas sociedades era incompatível com o tempo e recursos financeiros exigidos para o acesso à educação *stricto sensu* (MACENO, 2011, p. 76-77).

Então, podemos depreender daí que, nas sociedades escravista e feudal, como o trabalho cabia aos escravos e servos (classe dominada) a estas classes cabia apenas a forma da educação *lato sensu*. Enquanto que, para a classe dos proprietários, era designada a educação no sentido estrito, a qual também servia para atender aos interesses particulares dessa classe dominante, como bem explicam Santos; Amorim (2021):

Nos primeiros modos de produção das sociedades de classes – escravista e feudal – a classe trabalhadora educa-se, concomitantemente, ao ato de trabalho, sem que possa afastar-se das necessidades imediatas da produção e sem que possa criar procedimentos que sistematizem, num processo educativo determinado, a especificação ou a qualificação de certos conhecimentos ou saberes. Os proprietários da terra elaboram, com o apoio do Estado, um meio educacional afastado do cotidiano, em que os estudantes dispõem do privilégio de um local exclusivo para desenvolver a relação aprendizado-ensino. Como esse processo educativo que se institucionaliza com a luta de classes apenas pode ser ocupado por uma elite ociosa, quem vai ocupá-lo é a classe que detém a potência do tempo livre (SANTOS; AMORIM, 2021, p. 25-26).

²⁵ “O feudalismo encontrou-se plenamente estruturado na Europa por volta do século XI, com suas características principais inteiramente definidas: uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal [...]” (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 79).

E, logicamente, essa classe é a dos proprietários da propriedade privada e dos meios de produção. Então, até o modo de produção feudal, o acesso à educação *stricto sensu* era concedido apenas à elite e aos seus filhos. É no processo de dissolução do feudalismo e de constituição e consolidação da sociedade capitalista²⁶ que essa situação muda. Mas, antes de entendermos esse novo fato ligado à temática educacional em tela, façamos um breve panorama desse momento histórico de transição, bem como, mais à frente, dos elementos que baseiam a produção de mercadorias no capitalismo. Desse modo, conseguiremos compreender como a educação pôde se constituir como mercadoria nesta forma de sociabilidade, a fim de que, no avançar da tese, tenhamos melhores condições para analisarmos o fenômeno da financeirização no ensino superior brasileiro. Vamos, pois, ao referido período de transição.

Com a organização dos artesãos nas chamadas *corporações de ofício*, a classe dos comerciantes vai se complexificando; assim, com o desenvolvimento do comércio e o surgimento das cidades, a maior consequência foi a erosão das bases da ordem feudal. A partir dessas mudanças, conforme Paulo Netto; Braz (2011), um grupo social começa a ganhar destaque, o dos comerciantes/mercadores: “Dos grandes comerciantes, grupo social que nasce nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos que, a partir do século XVI, conformarão a classe que derrotará a feudalidade – eles constituirão a *burguesia*” (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 80, grifo dos autores). É também no século XVI, que já se estrutura o moderno Estado-nação, pelas mãos das monarquias absolutistas progressistas, a serviço dos interesses da nascente burguesia e, muitas vezes, administrando os conflitos feudais para o avanço do capitalismo comercial até a chegada das Revoluções Burguesas.

Após o longo processo de acumulação primitiva²⁷, a ascensão do modo de produção capitalista teve como maiores confrontos as Revoluções Burguesas; em especial, na Inglaterra e na França²⁸, com a derrota política do antigo regime, e já deixando clara a função precípua do Estado, que é a de assegurar a acumulação capitalista, garantir a propriedade privada e manter a “ordem pública”. Assim, o

²⁶ Período bastante longo, que durou por volta de cinco séculos, entre os séculos XIV e fins do século XVIII-início do XIX (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

²⁷ Que durou por todo final da transição do feudalismo ao capitalismo (séculos XV-XVIII). Cf. Marx (1996).

²⁸ Na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa (1688-1689). Na França, com a Revolução Francesa (1789-1799).

moderno Estado burguês, passou a utilizar-se de algumas de suas maiores forças – exército, polícia e burocracia – a seu serviço para atender os interesses da nova classe dominante.

Nessa época de revolução social, os aspectos econômico e produtivo foram marcados pela instauração da Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra e, em poucas décadas, se espalhou pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos. Significou a superação da manufatura, a partir de fins do século XVIII, incluindo a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas. Antes da Revolução Industrial, muitas vezes, um mesmo artesão cuidava de todo o processo produtivo, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização do produto final. Com a Revolução Industrial, os trabalhadores perderam o controle sobre a totalidade desse processo produtivo, uma vez que, passaram a trabalhar para um patrão (na qualidade de operários), perdendo também a posse da matéria-prima e do produto final (HOBBSAWM, 1988).

Foi então, com a chegada da sociedade capitalista, que se teve a necessidade histórica de ofertar a educação à classe trabalhadora. Diferentemente de uma educação no sentido amplo ou *lato sensu* (forma ineliminável da existência humana) a forma privilegiada de educação no capitalismo dar-se-á no sentido estrito (sobretudo a formal escolar, como a conhecemos). Sendo, portanto, no modo de produção capitalista que se apresentou a possibilidade de acesso a esse tipo de educação pela classe trabalhadora, justamente, porque diferentemente dos escravos e dos servos, os trabalhadores precisavam saber ler, escrever e contar. Ou seja, precisavam ter um mínimo de instrução para operarem as máquinas e, com isso, impulsionarem a produção de mercadorias.

Desse modo, em sua ascensão, o capitalismo pôde defender e promover a ampliação formal da educação no que se refere à etapa da escolarização elementar (correspondente ao que hoje temos como anos iniciais do ensino fundamental); porque assim exigiu a reprodução do referido sistema, dada sua necessidade de alargar a educação escolar à classe trabalhadora, antes restrita à elite econômica. O que muda são as formas concretas de como essa determinação se realiza, ao longo do desenvolvimento da totalidade capitalista, porque isso sempre dependerá de suas contradições internas em cada momento particular. Por vezes, esse acesso é maior, em outros momentos, pode ser menor, mas sempre é desigual (uma educação para os filhos dos trabalhadores e outra educação para os filhos da elite). Isto é, a educação

continua transmitindo valores, comportamentos, conhecimentos, mas essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe que detém o capital (MACENO, 2007).

Como mediação para a reprodução social, a educação torna-se, portanto, um *locus* privilegiado para a reprodução das relações sociais capitalistas, tanto no que concerne à capacitação para o trabalho quanto no que se refere aos aspectos ideológicos vigentes nessa nova ordem econômica. Assim sendo, a classe dominante faz da educação (mormente a formal escolar) um espaço fecundo para a disseminação das suas ideias e interesses. De forma brilhante, sobre o duplo papel da educação no capitalismo, Mészáros (2005) assim sintetiza:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não somente fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também, gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e de uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada e, de fato, frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35, grifos do autor).

Além de desempenhar essa dupla função e de seu acesso ser desigual, a educação formal passa a ter – como todo bem que pode ser vendável no capitalismo, dada sua natureza mercadológica – grande espaço como uma mercadoria lucrativa. Cumpre, neste ponto de nossa discussão analítica, indicarmos, em linhas gerais, alguns dos elementos para compreendermos o que, segundo Marx, constitui a “forma celular da economia” – a produção de mercadorias. A nosso ver, são aspectos fundamentais para o entendimento do que se configura como uma das bases do nosso objeto de estudo, que é a educação como mercadoria no capitalismo.

Em colaboração com Friedrich Engels, Marx elaborou uma teoria social, tanto para se compreender o modo de produção capitalista, quanto para poder superá-lo. Com isso, fundamentou-se no que tinha de mais desenvolvido no pensamento filosófico, econômico e social da época e construiu sua obra máxima, *O Capital*. Nessa grandiosa obra contendo três volumes - Livros I, II, III - Marx (1996; 1985; 1986) conseguiu evidenciar que o capital é uma relação social e histórica fundada no

trabalho assalariado. Logo, o capitalismo, que reproduz essa relação antagônica entre o proprietário capitalista e o trabalhador assalariado é, da mesma forma, histórico e, portanto, transitório ou passível de mudança.

Como visto no início desta Seção, no processo de trabalho, o homem promove transformações na natureza por meio de atividade orientada a certo fim, empregando os instrumentos adequados. Ao finalizar esse processo, tem-se um objeto que, no capitalismo, adquire a forma de mercadoria. Marx inicia sua obra no Livro I, analisando a produção de mercadorias na sociedade capitalista, bem como o processo de trabalho e de valorização do capital.

A mercadoria é um bem que possui valor de uso – algo material útil, que atende às necessidades humanas – e é produzida por um trabalho concreto (intercâmbio entre homem e natureza). Ao mesmo tempo, possui valor de troca (uma manifestação do valor) que se mensura pela quantidade de trabalho dispendido (ou tempo socialmente necessário) na sua produção²⁹ e cujo fundamento é o trabalho assalariado (forma específica de submissão dos produtores diretos aos donos do capital). Portanto, a mercadoria é a síntese contraditória entre valor de uso e valor de troca e junto a essa mercadoria, tem-se outra mercadoria de tipo especial: o dinheiro, seu equivalente geral e representante do valor de troca nas transações comerciais; sendo o preço, o valor de uma mercadoria (bem), expresso em dinheiro (MARX, 1996).

De acordo com o pensamento marxiano, o trabalho, como protoforma da atividade humana, é uma atividade que, no capitalismo, vai se transformar em trabalho abstrato/alienado. Assim, nesse sistema econômico, o trabalhador é alienado/separado do produto de seu trabalho, que passa a ser apropriado privadamente pelo capitalista/dono dos meios de produção. É neste preciso sentido que o trabalho assume um caráter de estranhamento, já que passa a atender às necessidades do capital, e não as do trabalhador. Daí outra importante distinção: entre trabalho concreto e trabalho abstrato; sendo o primeiro o trabalho útil, criador de valores de uso, condição necessária à existência de qualquer formação social. Já o segundo, representa o trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Assim, na sociabilidade do capital, o trabalho concreto é reduzido/subsumido ao trabalho abstrato, o qual pode ser mensurado e quantificado.

²⁹ Aqui se insere o que Marx (1996) denominou de *Lei do valor*: as mercadorias são trocadas ou vendidas de acordo com a quantidade de trabalho socialmente necessário realizado na sua produção.

Portanto, ao capitalista não interessa a produção de valor-de-uso ou mesmo o lucro isolado, mas sim, o processo permanente de produção de mais-valia: termo utilizado por Marx em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada por parte dos donos dos meios de produção, que se apropriam do trabalho excedente: “À *mais-valia*, ou àquela parte do valor total da mercadoria em que está realizado o *sobretalho*, ou *trabalho não pago* do operário, chamo *lucro* [...]” (MARX, 2010, p. 119, grifos do autor). Trata-se, então, do tempo excedente de trabalho que o capitalista não paga ao trabalhador, sendo, portanto, a fonte de onde o capital extrai a mais-valia. Assim, ao pagar o salário³⁰ ao trabalhador, o capitalista já extraiu a mais-valia (fonte de seu lucro) por isso, que o valor pago pela força de trabalho sob a forma de salário é sempre menor que o valor produzido na jornada de trabalho³¹.

Marx (1996) divide a mais-valia em dois tipos: absoluta e relativa. A primeira diz respeito à extensão da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do trabalhador. Já a segunda, é quando o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos como a modernização de processos técnicos na grande indústria: processo que resultou na passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção formal é o processo de submissão do trabalho ao capital, que tem como pressuposto a separação do produtor direto de seus meios de produção e a sua transformação em trabalhador assalariado produtor de mais-valia. Com o desenvolvimento das forças produtivas, tem-se a subsunção real, como resultado do incremento da maquinaria nas fábricas e grandes indústrias e com o processo de “coisificação” do trabalhador, já que este passa a ser totalmente subordinado à máquina (MARX, 1996).

É nesse panorama, que ainda no Livro 1, o filósofo chama atenção para o caráter *fetichizado* (ou *fantasmagórico*) da mercadoria no processo de *reificação ou coisificação* das relações de produção, em que as relações sociais entre os produtores aparentam ser relações entre coisas, entre mercadorias. Ora, se são relações sociais – entre os homens – estas relações não se dão entre coisas. Mas, é justamente o poder que a mercadoria no capitalismo exerce sobre seus produtores que faz essa inversão e tais relações aparecem como relações entre coisas.

³⁰ Com a queda do Feudalismo, os trabalhadores se viram “livres” das amarras do antigo regime; mas eles foram forçados a vender sua única propriedade – a força de trabalho – para seus novos proprietários em troca de um salário.

³¹ A jornada de trabalho é constituída pelo trabalho necessário (à reprodução do trabalhador e subsistência e de sua família) e pelo trabalho excedente.

No caso da educação no capitalismo, esta torna-se espaço fecundo de mercadoria lucrativa, inclusive seus produtos: vagas nas instituições de ensino, diplomas, produção científica, material didático (da educação básica à superior). É transformação da força de trabalho em mercadoria que origina o capital - sendo ela sua fonte de riqueza - mas diversos outros complexos sociais que vigoram neste tipo de sociedade passaram a ser alvo da mercantilização:

[...] historicamente, quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de *mercantilizar o conjunto das relações sociais* – isto é: não somente de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômico-materiais, mas também, de generalizá-la às outras relações sociais [...] as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista *universaliza* a produção mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como modo de produção de mercadorias (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 95, grifos dos autores).

Vê-se que é da natureza do sistema capitalista transformar tudo em mercadoria, ou seja, buscar a geração de lucro nas mais variadas fontes. Bem, esclarecidas a natureza essencial e a função social do trabalho e da educação no capitalismo e, identificados os elementos gerais da produção de mercadorias nesse sistema econômico, daremos prosseguimento ao nosso esforço analítico com o estudo dos pressupostos do capital financeiro.

Como hoje há um protagonismo desse tipo de capital, desnudaremos os fundamentos do capital financeiro e da financeirização da economia. O estudo dessas categorias é de suma importância para o desvelamento do nosso objeto de estudo: o fenômeno da financeirização no atual contexto de crise estrutural do capital e seus desdobramentos no ensino superior brasileiro.

2.2 Os pressupostos do capital financeiro e da financeirização da economia

Ao nos debruçarmos sobre questões contemporâneas referentes à financeirização da economia, faz-se necessário investigarmos a gênese do capital financeiro e sua consolidação, como manifestação mais desenvolvida do capital. Ter essa compreensão é condição chave para nossa futura análise sobre a mundialização

do capital, a especulação financeira e o processo de financeirização de políticas sociais como a educação.

Para tanto, é fundamental recorrermos a autores clássicos como Marx (1985; 1986) e Hilferding³² (1985) os quais empregaram conceitos como os de capital portador de juros, capital bancário, capital fictício e capital financeiro. Em relação a autores contemporâneos (e estudiosos de Marx) nos apoiaremos em Chesnais (1996; 2001; 2005), Harvey (2005; 2008; 2014), Coggiola (2009; 2012), entre outros. Apesar de Marx não ter conseguido concluir suas investigações sobre categorias como a de capital fictício no livro III de *O Capital*, trata-se de um conceito importante para o entendimento do que veio a se constituir como capital financeiro³³ (categoria estudada por Hilferding e, posteriormente, por Lênin, Chesnais).

Marx, ao longo de sua obra *O Capital* se refere às diversas manifestações do capital – usurário, comercial, mercantil – e trata das funções que elas vão assumindo ao longo dos processos de produção e de circulação de mercadorias. Segundo o filósofo, os referidos capitais são formas pretéritas de conformação do capital, presentes nas sociedades pré-capitalistas (escravista e feudal). Assim, eles precederam o capital maduro, industrial (este último já efetivamente sob o capitalismo) e constituíram condição *sine qua non* para o processo de acumulação primitiva de capital. Sendo apenas a partir da Revolução Industrial (sob o jugo da exploração do

³² Há outros estudiosos clássicos, a exemplo de Bukharin (1984), Luxemburgo (1970), Mandel (1985) e Lênin (2012) que, assim como Hilferding, também trabalharam a noção de capital financeiro, considerando este último como sinônimo de imperialismo (a fase mais avançada do capitalismo). Mas, autores como Bottomore (1985) e Coggiola (2012), consideram Hilferding referência quando o assunto envolve o estudo do capital financeiro, daí termos dado ênfase a esse autor, ao tratarmos dessa categoria, mais à frente. Vejamos o que afirma Bottomore (1985, p. 13): “Em *O Capital Financeiro*, Hilferding analisa mais a fundo e à luz de mudanças recentes havidas na economia capitalista, uma série de problemas que antes haviam sido tratados mais brevemente ou apenas citados por Marx nos volumes II e III de *O Capital*. O trabalho é concebido e apresentado, portanto, como um desenvolvimento da teoria de Marx, no qual vários conceitos novos são formulados. Hilferding parte de uma discussão sobre o dinheiro e o crédito; em seguida examina o crescimento das sociedades anônimas e dos cartéis, analisa o fenômeno das crises econômicas e, finalmente, delinea uma teoria do imperialismo” (BOTTOMORE, 1985, p. 13).

³³ Sabe-se que a categoria “capital financeiro” em si, não foi proposta por Marx, até porque os fenômenos relativos a essa categoria ainda não se percebiam maduros no tempo do Autor, como avalia Harvey: “O conceito de capital financeiro tem uma história peculiar no pensamento marxista. O próprio Marx não usou o termo, mas deixou uma enorme quantidade de escritos sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital monetário. A definição implícita de capital financeiro é a de um tipo particular de processo de circulação do capital que se concentra no sistema de crédito [...]” (HARVEY, 2014, p.373).

trabalho “livre” e assalariado) que a predominância do capital mercantil³⁴ dá lugar à hegemonia do capital industrial.

Dessa forma, o pensador expõe os elementos da produção mercantil capitalista sob a fórmula universal ou geral D-M-D', em que D = Dinheiro inicial posto a serviço da compra de M = Mercadoria (meios de produção e força de trabalho). Que vão resultar em D' = Dinheiro acrescido ou valorizado. Este último que é embolsado pelo capitalista, surge como resultado de um acréscimo de valor gerado pelo trabalhador (a mais-valia). Conforme o Autor, em seu Livro II (1985) é importante resgatar o que ele chamou de “formas funcionais do capital” e isso pode ser compreendido no ciclo de reprodução global do capital, demonstrado pela fórmula geral do capital industrial: D-M... P... M'-D'. O “D” corresponde ao capital-dinheiro (ou monetário), valor investido³⁵ no início do ciclo visando a produção; com esse recurso, o dono desse montante de dinheiro adiantado adquire máquinas, prédios, matéria-prima, força de trabalho (operários), isto é, M ou meios de produção; a soma entre D e M permite produzir P (um produto), o que cria um novo bem/mercadoria (M'). Essa ‘linha’ sobreposta ao M indica a mais-valia gerada no processo produtivo. Quando o bem é vendido em troca de dinheiro, já não é mais aquele capital-monetário inicialmente investido, mas acrescido ou aumentado pela mais-valia. O referido ciclo trata-se do tempo de rotação ou maturação do capital até se chegar ao dinheiro valorizado (ou o D' que corresponde ao capital aumentado, acrescido da mais-valia, que aparece depois de concluído o processo de produção de mercadorias); com isso, o excedente servirá de continuidade para um novo ciclo de reprodução ampliada do capital, e assim, por diante.

Trata-se de um movimento geral que é representado pelo que Marx chamou de três fases do capital industrial: o ciclo do capital-dinheiro (D...D'), o do capital-produtivo (P...P') e o do capital-mercadoria (M...M'). São capitais distintos que cumprem as

³⁴ Todavia, como nos chama atenção Santos Neto (2020a): “O capital mercantil não desaparece com a ascensão do capital industrial, mas passa a servir aos imperativos de expansão e acumulação de mais-valia. O fundamento da acumulação concentra-se na exploração direta do trabalho. Com o capital industrial a produção de mais-valia deve ser seguida pelo processo de capitalização da mais-valia apropriada, em que a reprodução deixa de ser simples para ser reprodução ampliada” (SANTOS NETO, 2020a, p. 93). E complementa o autor: “O capital mercantil promove as bases para a irradiação em escala mais ampliada do mercado; as relações de produção devem exercer um papel predominante ante as relações comerciais. O capital mercantil é suprasumido no interior do capital industrial; ele não desaparece, mas não mais exerce o papel de primeira grandeza que exercia no passado” (SANTOS NETO, 2020a, p. 105).

³⁵ Dinheiro que é adiantado para começar o ciclo produtivo, cuja figura responsável por esse empréstimo é o comerciante de dinheiro (ou capitalista monetário).

condições específicas para que se realize o processo de valorização. Na produção capitalista, o capital monetário desembolsado (que se encontrava como dinheiro inicial) assume a forma de capital produtivo, quando vai à esfera da circulação e compra meios de produção e força de trabalho. Esse trabalho assalariado, por sua vez, passa por processo de exploração e extração de mais-valia (tempo de trabalho excedente não pago). É dessa maneira, que aquele capital produtivo assume a forma de capital mercadoria e, ao ser vendido numa transação comercial, retorna à forma de capital monetário, mas agora, acrescido de valor para recomeçar o ciclo reprodutivo do capital.

Ou seja, há uma relação dialética entre essas três sucessivas formas de capital, num movimento que se dá na esfera da circulação, onde não se produz mais-valia, mas sim onde ela é realizada. Vê-se que, apesar de ocorrerem de modo separado uma da outra, produção e circulação compõem uma unidade no que diz respeito ao processo de reprodução do capital. Com a mais-valia produzida na esfera da produção pelo operariado e sendo realizada na circulação (compra e venda) das mercadorias, parte do lucro do capital comercial advém do capital produtivo. Nos termos de Marx (1986) em seu Livro III:

O capital comercial é apenas capital funcionando na esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de reprodução. Mas, no processo de circulação não é produzido valor, portanto, tampouco mais-valia. Ocorrem apenas mudanças de forma da mesma massa de valor [...] Se na venda da mercadoria produzida é realizada mais-valia, isso ocorre porque esta já existe nela [...] O capital comercial não cria, portanto, nem valor nem mais-valia, isto é, não diretamente. À medida que contribui para encurtar o tempo de circulação, pode ajudar a aumentar indiretamente a mais-valia produzida pelo capitalista industrial (MARX, 1986, p. 211).

O capitalista comercial cumpre o papel de garantir a realização da mercadoria no consumo final, ou seja, é lugar de realização da mais-valia. Portanto, atua no sentido de fazer com que o capitalista industrial controle o processo produtivo; ao diminuir o tempo de circulação³⁶ da mercadoria, é indiretamente responsável por aumentar a mais-valia produzida pelo capital industrial. O capital comercial já exercia

³⁶ Quando o tempo de circulação é estendido, há uma diminuição na velocidade da rotação do capital; já quando o tempo de circulação é encurtado, o que há é um aumento dessa velocidade. Assim, para o capitalista, quanto menor for o tempo de rotação do capital, mais rápido ele terá o acréscimo de mais-valia (MARX, 1986).

sua hegemonia sobre a produção e a circulação (portanto, antes da ascendência do capital industrial, era o comércio que subordinava a produção). A partir do século XIX, é a produção que passa a subordinar o comércio, pois, é somente com o capital industrial, que se têm relações genuinamente capitalistas.

Com o desenvolvimento do capitalismo ocorre, paralelamente, uma forte divisão do trabalho, ou uma especialização entre capitalistas em suas formas autonomizadas, quais sejam: o de prestamista (D ou dono do capital monetário que será emprestado), o de produtor (P ou dono do capital produtivo) e o do vendedor (M ou dono do capital mercadoria que se transmutará em capital comercial). Nesse contexto, à luz de Marx, Antunes *et al* (2017), chamam atenção para o fato de que o prestamista:

[...] não investe o dinheiro em produção própria, mas utiliza o capital monetário como *capital portador de juros*, o que se alia ao fato de que o capital mercadoria se autonomiza também em duas partes, o *capital de comércio de mercadorias* e o *capital de comércio de dinheiro*, cujas funções serão personificadas na figura de comerciantes. Toda essa especialização do trabalho reduz o tempo de produção de mercadorias e, portanto, aumenta a taxa de mais-valia [...] Um elemento ganha relevância neste desenvolvimento: o *crédito*. Uma massa de capital monetário é centralizada pelos bancos e instituições financeiras, de modo a poderem alavancar o sistema produtivo através de empréstimos a juros (ANTUNES *et al*, 2017, p. 439-440, grifos do autor).

É assim que, segundo Antunes *et al* (2017) em seu Livro III, Marx descreve as funções dos diferentes capitais particulares, em sua articulação dialética. Como já salientado por Harvey (2014) o revolucionário alemão não tratou, especificamente, do capital financeiro. Ele se debruçou, principalmente, sobre o capital portador de juros³⁷, o capital fictício, o sistema de crédito e os bancos.

Para o filósofo, quando o dinheiro adquire uma utilidade a mais, torna-se uma mercadoria especial (passa a funcionar como capital), que não pode ser nem vendida nem comprada (somente emprestada). Assim, esse novo capital adquire a forma de

³⁷ Juros é o rendimento que se obtém quando se empresta dinheiro por um determinado período. Os juros são devidos ao credor (aquele que emprestou o dinheiro) como uma compensação pelo tempo que ficará sem utilizar o dinheiro emprestado. Além disso, quem faz um empréstimo em dinheiro ou uma compra a crédito, geralmente terá que pagar um acréscimo pela utilização do dinheiro ou pelo parcelamento da totalidade do valor do bem. Esse acréscimo também recebe o nome de juros. Cf. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

mercadoria dada em empréstimo (capital portador de juros). Então, todo capital emprestado é uma forma *sui generis* de capital (torna-se mercadoria) nos mercados monetários:

O possuidor de dinheiro que quer valorizá-lo como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não somente como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro [...] (MARX, 1986, p. 258-259).

Essa concepção de capital portador de juros indica a posição do próprio capital como mercadoria ou uma forma de existência do próprio capital. Ou ainda, dinheiro cuja utilidade consiste no lucro que produz ao ser transformado em capital como capital. Desse modo, há um segmento de capitalistas (o prestamista) que empresta capital-dinheiro ao capitalista produtor-industrial, que produzirá mais-valia e pagará ao prestamista (após determinado prazo) o mesmo valor emprestado acrescido de juros (ou uma parte da mais-valia extraída pelo capitalista industrial e que este tem que abrir mão para continuar acumulando capital). Vejamos melhor em uma explicação mais detalhada de Marx (1986):

Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo [...] o valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar [...] O capital realmente funcionante se apresenta, conforme se viu, de tal modo que proporciona os juros não como capital funcionante, mas como capital em si, como capital monetário. Distorce-se também isso: enquanto os juros são apenas partes do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche capital estão acabadas (Ibid., p. 294).

Trata-se de um dinheiro que não é comprado nem vendido, mas apenas emprestado ou, por outras palavras, capital de empréstimo com potencial de ser capital, ao servir para o capitalista produtivo gerar mais-valia; o valor de uso (ou a

utilidade) do dinheiro emprestado é continuar crescendo e circulando sempre. É um dinheiro que se reproduz sem passar por nenhum sistema produtivo de trabalho ou gerar mais-valia. O capital portador de juros é, portanto, a forma mais elementar de empréstimo para investimento na produção e comércio de mercadorias; embora não gere mais-valia, tem direito a uma parcela dela, apropriação essa que é feita sob a forma de juros. Na prática, o capitalista industrial sempre recorre ao comerciante (que revende sua mercadoria) e ao banqueiro³⁸ (que lhe financia o capital bancário para arcar com custos e despesas). Ambos representam uma espécie de “sócios” do industrial, o qual precisa ceder/partilhar uma parte da mais-valia produzida na forma de lucro, com eles.

Sobre a interrelação entre o capitalista industrial e a produção da mais-valia, como já dito, ela se dá por meio da apropriação direta de trabalho alheio não pago. Então, nunca é demais salientar que o valor excedente é sempre gerado na produção³⁹ e o lucro comercial ou os juros são ganhos na esfera da circulação, que representam apenas uma porção daquela mais-valia. É afirmada e reafirmada na obra máxima de Marx a prevalência do capital produtor de mais-valia no processo global de reprodução do capital; portanto, nunca podemos achar que o trabalho vivo (operariado produtor de mais-valia) sucumbiu, mesmo em pleno século XXI, com a dominância do capital financeiro. Daí a importância de não descolarmos o processo de financeirização da sua base material ou nunca esquecermos a autonomia relativa que o capital financeiro tem em relação ao capital produtivo/real⁴⁰. Dessa forma, com razão, ressalta Bastos (2016):

Importa salientar sempre o postulado basilar da teoria marxiana do valor, segundo o qual apenas na esfera da produção se cria **valor** (e mais-valor). Dessa forma, o capital aparece valorizado na circulação **porque foi valorizado na esfera anterior**, a produção, por meio da extração de trabalho não pago do proletariado envolvido no processo produtivo. Sendo assim, compreende-se que qualquer ganho auferido na circulação (os juros ou o lucro comercial), constitui apenas uma fatia da mais-valia gerada na produção, portanto, qualquer regime de acumulação de capital que se ancore exclusivamente em excedentes

³⁸ O poder absoluto do capital industrial vai, aos poucos, sendo superado pelo poder dos bancos, os quais passam a interferir de maneira decisiva no processo de produção, circulação e consumo.

³⁹ “Dos três, o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia é o capital produtivo. Deve compartilhar esse excedente-valor com as outras duas formas funcionais autonomizadas: o capital comercial e o capital a juros. E o faz, até certo ponto, de bom grado, na medida em que estes cumprem funções úteis para a circulação do capital industrial” (CARCANHOLO; NATAKANI, 2015, p. 43).

⁴⁰ Em forma de meios de produção e força de trabalho.

originários de aplicações meramente financeiras terá, cedo ou tarde, que “descer ao mundo real” e ser confrontado com os lastros da efetiva produção de valor e mais-valor (BASTOS, 2016, p. 139, grifos do autor).

Harvey (2014) em seu esforço para entender as minúcias de *O Capital*, lembra que juros é o preço do capital monetário, cujo ciclo surge com a circulação do capital portador de juros. Este último é a forma mais elementar de capital de empréstimo de dinheiro; isto é, está a serviço do capital produtivo, requisitando deste uma parte de seus lucros. No que concerne à taxa de juros, esta é fixada a depender de alguns fatores, entre eles, pela concorrência entre os capitalistas monetários (poder do dinheiro) e os capitalistas industriais (produção de mais-valia). Então, a definição dessa taxa de juros depende do momento histórico (se é de depressão econômica, por exemplo), fato que faz com que o capitalista industrial precise de pouco ou muito capital de empréstimo para investir na produção.

É no Livro III (em seu capítulo XXVII) que Marx aponta as principais formulações acerca do sistema de crédito no processo global de reprodução do capital e suas principais funções na produção capitalista. Nesse contexto, o Autor seleciona quatro tópicos fundamentais sobre o papel do crédito na produção capitalista:

I. [...] mediar a equalização da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre a qual repousa toda a produção capitalista [...] II. Diminuição dos custos de circulação [...] III. Formação de sociedades por ações [...] IV. [...] o crédito oferece ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio [...] (MARX, 1986, p. 331-333).

Além de expandir as relações do capital, o sistema de crédito tem como base o crédito comercial, que é ligado ao capital industrial; ou seja, é capital de empréstimo que antecede o crédito bancário, tendo nas letras de câmbio⁴¹ seu principal produto. E sobre este último na figura dos banqueiros, Marx aponta que ele corresponde à figura do negociante intermediário, especializado tanto no gerenciamento do capital

⁴¹ A letra de câmbio é um título de crédito em que o sacador (emitente) dá ao sacado (aceitante) ordem de pagar ao tomador (beneficiário) determinada quantia. Trata-se, portanto, de uma ordem de pagamento garantida, porque, pelo saque, o sacador emite a letra contra o sacado e também garante seu pagamento. Portanto, é um título de crédito dotado de autonomia das obrigações, que desempenha importantíssima função econômica pela ampla utilização do crédito que proporciona. Cf. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

portador de juros quanto na negociação de empréstimo de dinheiro. Vejamos o que diz o filósofo a respeito dos banqueiros:

Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro, que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário [...] (Ibid., p. 303).

Desse modo, o que Marx chamou de capital bancário consistiria em dinheiro por meio de ouro ou notas, papéis comerciais, letras correntes de câmbio ou papéis públicos, a exemplo de títulos da dívida pública, do Tesouro, ações e até mesmo hipotecas. É no capítulo XXIX do Livro III que o Autor trata do problema do sistema bancário e do capital fictício⁴², um dos conceitos mais importantes que Marx deixa, embora não tenha chegado a desenvolver muito suas ideias sobre essa categoria.

A maior parte do capital bancário é, portanto, **puramente fictícia** e consiste em títulos de dívidas, letras de câmbio, títulos de dívida pública que representam capital passado e ações, direitos sobre rendimento futuro. Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas fortes do banqueiro representam – mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros como no caso dos títulos da dívida pública ou à medida que são títulos de propriedade de capital real como no caso das ações – **é completamente fictício** e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de **capital monetário fictício**. Além disso, esse **capital fictício** do banqueiro, em grande parte, não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros (Ibid., p. 13, grifos nossos).

⁴² “As formas clássicas do capital fictício, analisadas por Marx em O Capital, são a dívida pública e as ações. A primeira diz respeito a títulos que representam um volume de dinheiro, emprestado originalmente ao Estado, em função de gastos realizados no passado. Como o próprio Estado não financiou esses gastos, naquele momento foi obrigado a lançar títulos da dívida pública. Trata-se de capital fictício, pois os títulos representam capital gasto no passado; a soma emprestada originalmente ao Estado já não existe. A segunda forma clássica são as ações, que representam direito sobre a apropriação futura da mais-valia, e se constitui sobre a expectativa/especulação de um lucro (ou dividendo) futuro [...] (COGGIOLA, 2012, p. 38-39)”

O capital fictício, decorrente do desenvolvimento do sistema de crédito, trata-se de um tipo de capital puramente formal, que não possui valor em si mesmo, mas que dá direito a um rendimento⁴³ (e se tornou um dos cernes das contradições atuais do capitalismo, em que dominam os banqueiros e o sistema financeiro⁴⁴). Portanto, essa forma de capital somente aparentemente é autônoma e apenas pode se valorizar na esfera financeira, senão ficticiamente (já que é na etapa da produção de mercadorias que a mais-valia é produzida). Marx nos aponta como essa forma peculiar de capital se desdobra em diversos empréstimos e se descola da produção de riqueza:

A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada sendo calculada na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria [...] Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida (Ibid., p. 11).

Desse modo, Marx nos alerta para o que ele chama de “o outro lado do sistema de crédito”, onde os prestamistas dividem-se em: capitalistas produtivos (que emprestam crédito para atuar na reprodução) e capitalistas especulativos (que se preocupam unicamente em se apossar dos lucros alheios). O autor explica que o capital fictício é uma forma “alocada” do portador de juros (por isso, mais fetichizada) e chama atenção para o potencial ilusório do capital fictício em sua capacidade de multiplicar o próprio capital; assim como para o fato de que, em momentos de crises econômicas violentas, é esse tipo de capital que primeiro desaparece:

Do exposto segue que o capital-mercadoria perde, em tempos de crise e de paralisação dos negócios, em grande parte sua qualidade de representar capital monetário potencial. O mesmo se aplica ao capital

⁴³ Sobre rendimento e capital fictício, Santos Neto (2020b) pondera que “[...] a Bolsa de Valores não produz nenhuma riqueza, porquanto não passa de um espaço em que a riqueza proveniente da esfera do capital produtivo (industrial ou agrário) aparece na forma de rendimentos. O rendimento resulta do direito de propriedade e da expansão efetiva do processo de acumulação de mais-valia e do lucro, configurando-se como simples forma de participação nos rendimentos auferidos. O capital financeiro fictício não representa diretamente o mundo da produção e acumulação do excedente econômico, mas da geração e acumulação dos direitos de propriedade” (SANTOS NETO, 2020b, p. 44-45).

⁴⁴ Hoje, mais do que nunca, existe uma fração da burguesia que vive exclusivamente de rendimentos que são frutos da especulação financeira, os chamados rentistas. Harvey (2008, p. 154) usa a expressão “empreendimentismo com papéis” ao se referir a aplicações de natureza não produtiva, como títulos da dívida pública, ações e outros mecanismos de caráter especulativo, que operam apenas na esfera da circulação financeira.

fictício, aos papéis portadores de juros, na medida em que estes mesmos circulam na Bolsa como capitais monetários [...] Esse capital monetário fictício fica nas crises enormemente reduzido, e com ele o poder de seus proprietários de levantar dinheiro sobre ele no mercado. A diminuição do nome monetário desses papéis de crédito no boletim da Bolsa nada tem a ver com o capital real que representam, muito, porém, com a solvência de seus proprietários (Ibid., p. 31).

Ainda acerca do entendimento de categorias tão importantes analisadas por Marx, Carcanholo; Sabadini (2015) esclarecem que no sistema de crédito é necessário distinguir capital a juros e capital fictício (embora uma parte da remuneração deste seja constituída por juros⁴⁵). O capital portador de juros é o capital-dinheiro que foi emprestado ao capitalista industrial para financiar a produção e a circulação (em que os juros são uma parte da mais-valia que o capitalista industrial tem que abrir mão para continuar acumulando capital). Assim, o capital portador de juros é um capital que adquire a forma de mercadoria dada em empréstimo, constituindo uma forma útil ao capital industrial e parte importante do sistema de crédito. Já o capital fictício é gerado a partir de um reflexo do capital a juros (ou uma forma “alocada” de desenvolvimento da lógica deste) a qual corresponde a uma riqueza material/real, que foi produzida sob a forma de excedente; “[...] o capital a juros, por si mesmo, produz uma ilusão social e é exatamente a partir dela que surge o capital fictício [...]” (CARCANHOLO; SABADINI, 2015, p. 127). E reforçam os autores:

[...] o capital a juros não pode ser confundido com o capital fictício que gera. Aquele corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente; o outro é puramente fictício do ponto de vista global. O capital fictício gerado nessas condições é como o “reflexo em um espelho” do capital a juros. São dois capitais diferentes: um é real e o outro submetido à dialética real/fictícia (Ibid., p. 132-133).

Isto é, apesar de surgir em decorrência da existência generalizada do capital a juros, o capital fictício é resultado de uma ilusão social. E é chamado assim porque por trás dele não há nenhuma substância real (Ibid.); além de não financiar o capital produtivo nem o comercial, não contribui nem para a produção nem para a circulação de mercadorias. O capital a juros é utilizado para investimento na produção e/ou

⁴⁵ Consiste nos juros auferidos e pelos ganhos de capital obtidos nos mercados especulativos. Cf. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

circulação, desse modo, tem relação com o capital real/produtivo; já o capital fictício, surge do ganho especulativo do proprietário de papéis, a exemplo de títulos e ações⁴⁶.

Nos termos dos autores:

Dessa maneira, se sob a forma de capital a juros o capital adquire uma forma mistificadora, sob a forma de capital fictício ele assume um aspecto ainda mais complexo e mais desmaterializado. Aparentemente, ele se desenvolve de maneira independente da dinâmica da produção [...] Dessa forma, o capital fictício dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, ao consolidar a imagem de um capital que se valoriza autonomamente, particularmente, no mercado de compra e venda especulativa [...] (Ibid., p. 129).

O capital fictício aparece como se fosse uma fonte de autovalorização, obscurecendo ainda mais as relações de produção capitalistas, atingindo sua forma mais fetichizada. Reforçando a caracterização das referidas categorias, em outro texto, Carcanholo; Nakatani (2015) caracterizam o capital fictício como um capital ilusório, porém, com movimento próprio e certa independência do capital real, já que ele pode ser representado por um título de propriedade e transferido comercialmente.

Nas palavras dos autores:

[...] Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo não é. Uma das formas típicas do capital fictício está constituída pelos títulos da dívida pública [...] Mesmo que inicialmente pudesse se tratar de capital-dinheiro *real*, de verdadeiro capital a juros, ao comprar títulos da dívida pública, converte-se em capital fictício, sempre e quando se converta, no setor público, em gastos correntes. Esses títulos representam, pura e simplesmente, um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em grande parte, dos impostos a serem cobrados. Além dos títulos públicos, uma parcela significativa do capital fictício, no capitalismo desenvolvido, está constituída, por títulos privados como ações, debêntures e letras de câmbio (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 47-48, grifo do autor).

Ou como coloca Coggiola (2012) é preciso considerar o seu caráter contraditório, já que, do ponto de vista social, ele é fictício, mas do ponto de vista individual de quem o detém, ele é real. Isto é, o possuidor de um título da dívida ou

⁴⁶ Títulos públicos e ações ou títulos privados (títulos de propriedade). Na maioria das vezes, ambos assumem um caráter especulativo e dão direito a um rendimento, que no caso dos títulos públicos dão direito a parte dos impostos pagos (ou parte das receitas da União); no caso das ações, estas dão direito a uma parcela da mais-valia produzida. Cf. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

uma ação de alguma empresa considera que no nível imediato a riqueza é existente, uma vez que, geralmente, o valor destes papéis ultrapassa o seu valor real.

Além do que, títulos da dívida podem ser trocados por dinheiro, por exemplo. “Entretanto, do ponto de vista da totalidade, não tem substância por detrás, é pura fumaça [...] Assim, o capital fictício alcança a forma mais fetichizada do capital, ou seja, obscurece as relações de produção [...]” (ANTUNES *et al*, 2017, p. 440). Desse modo, não possui valor em si mesmo, mas dá direito a um rendimento (sob a forma de papéis, títulos, ações); constitui, portanto, um tipo de capital puramente formal, que se valoriza apenas na esfera financeira.

A etapa do capitalismo em que se desenvolvem essas formas particulares de capital corresponde ao momento em que a concorrência capitalista se transforma em monopólio⁴⁷. No setor da economia, as pequenas e médias empresas foram sendo substituídas por grandes complexos industriais, crescendo bastante as empresas de capital aberto, "sociedades anônimas" ou S.A.⁴⁸, o que resultou em fusões entre empresas. Nesse mesmo período, ocorre também, o processo de monopolização no setor dos bancos⁴⁹, em que se consolida, para além do capital comercial e do industrial, o bancário. A aproximação das indústrias aos bancos ocorreu pela necessidade de crédito para investimentos e pela transformação das empresas em sociedades anônimas. Assim, após a primeira grande depressão econômica, iniciada em 1873, há o surgimento dos monopólios. No geral, as crises econômicas do século XIX, de início, se manifestavam por meio de fortes quedas de preços, seguidas (para se restabelecer certo equilíbrio) da baixa de salários. Quanto mais longos esses períodos de diminuição dos preços, mais graves eram essas crises. Mas, o fato é que entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA se multiplicou algumas vezes, em decorrência tanto da tecnologia avançada, quanto da grande quantidade de força de trabalho e, com isso, algumas características se impuseram: a) fixação de um preço superior ao preço de mercado; b) apropriação de parte da mais-valia de setores não monopolizados pelos monopólios; c) vantagens das empresas monopolistas sobre as pequenas/médias empresas e setores não-monopolizados (COGGIOLA, 2009).

⁴⁷ Período inaugurado na transição do século XIX para o século XX (LÊNIN, 2012).

⁴⁸ Ou sociedade por ações, cuja definição constará logo mais, em citação no final da página 56.

⁴⁹ Um grande número de pequenas casas bancárias foi sendo substituído por um grupo menor de bancos.

Esse movimento levou a um processo de concentração do capital, em que as principais economias capitalistas passaram a ser dominadas por grandes grupos econômicos. Com a concentração da produção em empresas cada vez maiores, inúmeros pequenos e médios empresários se submetem à hegemonia de poucos e grandes grupos econômicos (cartéis, monopólios). A concorrência transformada em monopólio é o momento mais importante dessa nova fase do capitalismo e Marx (1986) já apontava que a livre concorrência gera a concentração da produção e que esta última conduz ao monopólio. Sendo, portanto, como disse Lênin (2012) uma lei geral e fundamental dessa etapa de desenvolvimento capitalista, que culmina numa nova fase, o imperialismo. Abre-se espaço para a monopolização das economias nacionais, com o acirramento das grandes potências fazendo surgir e expandir a etapa imperialista. O monopolismo conduz, praticamente, à socialização da produção, mas a apropriação continua sendo privada, uma vez que, “os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos [...] encontramos, frente ao estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade” (LÊNIN, 2012, p. 48-49).

Ainda segundo o Autor, não obstante o monopolismo contrariar a livre concorrência, esta não é eliminada por ele; ambos passam a existir paralelamente, embora passe a haver predominância das características monopolistas. Desse modo, como manifestações principais do imperialismo (ou capitalismo monopolista), no período histórico compreendido entre fins do século XIX e início do século XX, tem-se que os monopólios: são um produto da elevada concentração da produção formados por cartéis, sindicatos e trustes; acirram a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, aumentando o poderio do grande capital bancário e, nascem da política colonial que transformou a “livre concorrência” entre territórios em luta acirrada pela nova partilha do mundo. Assim, essa busca incessante de um capital cada vez mais concentrado e centralizado por mais oportunidades de lucro faz com que haja a exploração/dominação de um número maior de nações dependentes por um pequeno grupo de países ricos e poderosos, em que o desenvolvimento econômico e social entre os países é cada vez mais desigual no mundo.

Caracterizada a etapa dos monopólios, voltemos, a partir daqui, a Autores clássicos e suas análises acerca dessa forma peculiar que é o capital financeiro. Em

sua obra principal, *O capital financeiro* (1985) Hilferding⁵⁰ é quem primeiro utiliza a referida categoria. Sob uma leitura atenta da obra *O Capital* (sobretudo dos volumes II e III), o economista austríaco seguiu os caminhos deixados por Marx, na tentativa de esclarecer e caracterizar o que chamou de capital financeiro:

Nesse caso, o capital monetário é transformado, primeiro, em capital bancário e, depois, este, em produtivo. Em vez de capitalistas monetários particulares investirem seu dinheiro em ações industriais, investiram em ações bancárias, e o banco, ao comprar ações industriais, o transformou em capital industrial. O capital financeiro serve para expressar a nova relação social em que os bancos deixam de ser simples mediadores das operações para se constituírem como co-proprietários da indústria (HILFERDING, 1985, p. 174).

Para Hilferding, o crédito comercial foi absorvido pelo sistema de crédito bancário, diante da imensa capacidade dos bancos em oferecerem garantias (processo resultante, portanto, da dominância bancária e da diminuição da concorrência entre as indústrias). Nesse contexto, o capital financeiro assume um protagonismo na composição do capital global e está, desse modo, ligado ao capital bancário, por meio dos grandes Bancos. Assim, o autor define capital financeiro como fruto da fusão entre o capital industrial e o bancário:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles na forma de dinheiro. Mas, em verdade a maior parte do capital investido dessa

⁵⁰ É preciso ressaltar que o abandono político de Hilferding à teoria revolucionária de Marx e o fato de ter sido líder entre os teóricos reformistas da social-democracia alemã, foi alvo de críticas entre marxistas, a exemplo de Coutinho (2013) que faz essa ressalva em relação à influência da militância política do autor sobre sua obra máxima: “*O Capital Financeiro* nunca deixa de ser uma obra de partido, ou melhor, de partidos social-democratas (o austríaco e o alemão) imersos na política cotidiana [...] Basta acompanharmos a atuação do Hilferding ativista político, após 1910, para verificarmos que o militante qualificado está atento ao pêndulo entre certas tendências econômicas admitidas como ‘naturais’ (concentração, dominância dos bancos, imperialismo etc.) e a possibilidade de a luta de classes flexioná-las e moldá-las. Parece-me que essa atenção, típica do Hilferding militante político e denotadora da abertura da história, já está delineada no *Capital Financeiro*” (COUTINHO, 2013, p. 20-21, grifos nossos). Mesmo com essa ressalva de Coutinho, pensamos que Hilferding se destaca (entre os demais) em seu esforço de elucidar a natureza da forma mais complexa de capital (o financeiro) já existente em sua época (início do século XX). Sua obra se consolida quanto à elucidação da natureza do capital financeiro, uma vez que o próprio Marx não pôde concluir a investigação sobre a forma mais fetichizada de capital nos livros II e III (até porque não houve tempo de fazê-lo). Mas fato é que, Marx deixou as bases fundamentais para que no início do século XX, estudiosos marxistas como Hilferding, centrassem sua atenção e conseguissem desenvolver o referido conceito, cuja ascensão se dá na etapa imperialista do capitalismo.

forma nos Bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção [...] (Ibid., p. 219)

Com o protagonismo do capital financeiro (a partir de fins do século XIX) a relação entre o capitalista industrial e as instituições bancárias fica muito próxima. Processo esse potencializado pela fase imperialista, caracterizada, principalmente, pelas fusões, *trusts*⁵¹ e sociedade por ações, etapa marcada pela hegemonia rentista (e sua enorme busca pela redução do tempo de rotação do capital). Na esteira de Hilferding, Coggiola (2012) sintetiza: “[...] Daí sela-se a fusão entre capital bancário e capital industrial – ‘o banco deposita seu capital na empresa capitalista e com isso participa do destino dessa empresa’: eis a origem e natureza do *capital* financeiro [...]” (COGGIOLA, 2012, p. 29, grifos do Autor).

Em Hilferding, a fase monopólicia⁵² do capitalismo (entre fins do século XIX e início do século XX) resultado do processo de concentração e centralização da grande indústria, conecta diretamente esta última com as grandes instituições bancárias⁵³; havendo, assim, alguma relação do capital financeiro com a base produtiva. E, como o capital bancário é constituído, no geral, por meio de letras de câmbio, títulos e ações, e estas são papéis que representam o direito sobre a apropriação futura de um lucro, as ações se constituem, então, numa expectativa futura ou especulação desse lucro. Esse tipo de transação bancária se realiza, principalmente, por meio da aquisição de ações na negociação entre o Banco-acionista e as Sociedades Anônimas. Acerca do que sejam esses tipos de empresas, o autor diz o seguinte:

⁵¹ Silva Neto (2007) observa que os acordos entre grupos de empresas foram feitos, com vistas a garantirem maiores lucros: “[...] chega-se à conclusão de que a concorrência acirrada, que leve a uma guerra de preços e, portanto, reduza indistintamente os lucros das empresas enquanto durar o conflito, não interessa a ninguém. Movidos por esse interesse, as grandes corporações, com enormes quantidades de ações subscritas, estabelecem acordos entre si, visando não apenas evitar os prejuízos de uma competição de preços mas, principalmente, garantir a certeza de maiores ‘fatias’ de mercado e, com isso, maiores lucros [...] Esses acordos, a depender do lugar, das instituições e do tempo histórico, podem ser arquitetados de diversas formas, sendo que, as três principais, teoricamente caracterizadas, são os cartéis, os *trusts* e as fusões (SILVA NETO, 2007, p. 60-61).

⁵² “A técnica de captação de recursos de terceiros e de investimento no complexo produtivo denota que o capital financeiro possui a tendência de promover a concentração bancária e a concentração industrial. **O capital financeiro é o responsável pela passagem do capitalismo da fase concorrencial ao capitalismo dos monopólios.** Para Hilferding, Lenin, Bukharin e Luxemburg, a característica marcante do capital financeiro é o imperialismo; isso significa que o imperialismo é, acima de tudo, uma categoria econômica” (SANTOS NETO, 2020a, p. 139, grifo nosso).

⁵³ Na concepção de Hilferding, os grandes Bancos passam a assumir controle direto ou indireto sobre as indústrias.

A sociedade anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito de voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho de seu investimento [...] Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário [...] (HILFERDING, 1985, p. 121-122)

Com enorme capacidade de concessão de crédito, as instituições bancárias centralizam tanto o crédito quanto a especulação, nessas sociedades anônimas. Por meio do sistema bancário e financeiro, o capitalista acionista majoritário exerce o comando sobre sociedades anônimas mediante a compra de suas ações, assegurando lugar relevante nos conselhos administrativos e fiscais desse tipo de empresa; o volume de capital investido indica qual o poder de mando que o acionista terá. É assim que o Banco-acionista passa a participar do rendimento das sociedades anônimas. Trata-se de uma negociação com certa insegurança, por isso, nesse caso, se tem a presença de capital fictício:

A ação é, pois, sem dúvida, um título de rendimento, um título de dívida sobre a futura produção, uma ordem de pagamento de lucros. Uma vez que, o lucro é capitalizado e a soma capitalizada constitui o preço da ação, o preço da ação parece conter um segundo capital. Mas, é ilusão. O que existe, de fato, é o capital industrial e respectivo lucro. Isso não impede, todavia, que esse “capital fictício” exista para fins de cálculo e que seja tratado como “capital acionário”. Em realidade não é capital, mas apenas, o preço de um rendimento – um preço que somente é possível porque, na sociedade capitalista, toda soma em dinheiro produz alguma renda e, por conseguinte, toda renda se apresenta como produto de uma soma de dinheiro (Ibid., p. 114, grifos do autor).

Ou seja, para o Autor, no processo referente às sociedades anônimas, o capital fictício está presente, já que, as ações compradas não asseguram a participação no lucro médio das empresas, mas dão direito a um rendimento. Percebe-se também que capital real e capital nominal em ações são distintos em termos de quantidade de valor (por vezes, a diferença é bem grande). Ademais, o fato é que o acionista sempre estará assumindo certo risco no mercado de ações e essa

[...] passa a ser alternativa ao capitalista financeiro em razão do ‘prêmio’ pelo risco, ou seja, enquanto no empréstimo com taxas de juros fixas o retorno é previsível, no financiamento acionário a motivação lógica do capital pela acumulação é o principal atrativo dos investidores, sendo o montante relativo desta motivação

presumivelmente superior às taxas de juros vigentes. A disponibilidade de uso, tanto na forma de empréstimos a juros fixos quanto na forma produtiva, na compra de ações [...] quanto mais perfeito for o mercado por ações, mais o capitalista se distancia da figura do velho “empreendedor”, aproximando-se do papel de financiador “usurário” de empréstimos e, é exatamente nesse ponto, que o capital destinado tanto a empréstimos comuns, quanto à aquisição de ações, passa a ser tratado, indistintamente, como financeiro (SILVA NETO, 2007, p. 56-57, grifos do autor).

Desse modo, o que se tem de mais característico em relação ao mercado financeiro, é o de ser uma grande aposta. Com a grande expansão capitalista e a partir da desenfreada especulação que passou a existir entre os negociantes de capital-monetário/dinheiro e as instituições bancárias, o capital fictício desponta. Ou seja, é um tipo de capital que surge do ganho especulativo (sem lastro ou conexão com a base produtiva) que o dono de títulos ou ações consegue ao vendê-los no pregão das bolsas de valores. Já capital financeiro “[...] é uma unidade dialética entre o mundo da produção e o mundo das finanças. Como a mais-valia emerge do capital produtivo, subsiste um limite à expansão exacerbada pelo capital financeiro” (SANTOS NETO, 2020a, p. 147). A ascendência dessa forma mais amadurecida de capital resultou do excedente vindo do setor produtivo que passou a não retornar ao referido setor. Ademais, a base desse tipo de capital está na complexificação do sistema de crédito, com o surgimento do mercado de capitais em diversas instituições financeiras (para além dos Bancos) tais como: fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras. Grandes empresas capitalistas passaram a ser geridas por essas instituições financeiras não bancárias, daí o protagonismo do capital financeiro.

E, nesse sentido, ainda acerca da definição de Hilferding sobre capital financeiro, Lênin (2012) o segue afirmando que “[...] o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas industriais [...]” (LÊNIN, 2012, p. 124). Todavia, destaca que não se trata apenas de uma mera articulação entre o capital industrial e o bancário, mas sim de uma forma específica de junção marcada por: “[...] concentração da produção; monopólios resultantes dela; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo deste conceito” (LÊNIN, 2012, p. 75). E continua o Autor:

É próprio do capitalismo [...] separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital [...] O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes [...] (LÊNIN, 2012, p. 89, grifos do autor).

Vê-se que a exportação de capitais entre os países capitalistas centrais e dependentes, para além da exportação de mercadorias, adquire grande relevância nessa etapa imperialista; outro aspecto a se destacar é quanto ao capital financeiro manter íntima relação com a concentração e a centralização do capital, fato que decorre das referidas condições históricas. Ou seja, o aumento da concorrência seguido da monopolização da produção são fatores que, articulados a esse novo tipo de capital – via sociedades anônimas⁵⁴ – foram grandes impulsionadores do capitalismo monopolista.

Mas, é preciso ressaltar que o pleno desenvolvimento desse mercado financeiro (entre fins do século XIX e início do século XX) foi provisoriamente interrompido pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em 1929⁵⁵. Para tentar contornar a crise de 1929⁵⁶, o presidente norte-americano Roosevelt, entre 1933 e 1937, põe em prática o *New Deal* (Novo Acordo) ou programa de intervenção estatal que fazia com que o governo controlasse os preços e a produção das indústrias e fazendas (entre outras medidas) sendo possível conter a inflação e evitar que houvesse acúmulo de estoques. No entanto, a recuperação, de fato, da economia

⁵⁴ Aspecto importante para o entendimento dos conglomerados educacionais nas bolsas de valores, a serem abordados na Seção 4.

⁵⁵ Após o período de pleno desenvolvimento da economia norte-americana (entre 1918 e 1928, com muitos empregos, preço baixo, elevada produção na agricultura e a expansão do crédito) a Europa começou a se restabelecer da Primeira Guerra Mundial, o que levou a importar cada vez menos dos Estados Unidos. A indústria norte-americana passou a não ter mais para quem vender a quantidade exacerbada de mercadorias, havendo mais oferta de produtos do que procura por eles. Isso levou a baixa dos preços, queda da produção e, conseqüentemente, diminuição do PIB (produto interno bruto) e aumento da inflação e do desemprego. Desse modo, por falta de consumidores internos e externos, imensos estoques de mercadorias dos EUA começaram a sobrar; estava instalada a maior crise de superprodução até então já vista. A partir de 1925, a mesma defasagem também ocorreu no setor agrícola (os agricultores passaram a armazenar cereais e a pedir empréstimos aos bancos, os quais se tornaram incapazes de pagar suas dívidas). Grande parte das empresas norte-americanas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque e todos esses fatores juntos provocaram a queda das ações e, sem seguida, a quebra da referida Bolsa de Valores, em 1929 (COGGIOLA, 2009).

⁵⁶ “A crise de 1929 estabeleceu os limites claros dessa modalidade de expansão capitalista [a financeirizada] sem precedentes em que as finanças pulverizaram o capital fictício em larga escala. Foi preciso a indução do Estado na regulação do mercado com incremento de investimentos para a expansão do mercado consumidor [...]” (RIBEIRO, 2019, p. 175).

norte-americana, somente veio a ocorrer próximo a meados do século XX, entre os anos de 1939-1945, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial⁵⁷ e seu poderoso complexo industrial-militar:

Durante essa década [de 1930] o volume do comércio mundial caiu como nunca em qualquer depressão precedente. Houve isolamento relativo das grandes economias nacionais e a formação de blocos econômicos (cujo enfrentamento conduziria à Segunda Guerra Mundial). Durante a guerra, os gastos armamentistas impulsionaram a recuperação econômica, que se prolongou no pós-guerra [...] (COGGIOLA, 2009, p. 134).

As personificações do capital perceberam como necessária, a partir daquele momento, uma atuação mais forte do Estado para regular o referido mercado em benefício do capital. E foi assim que ocorreu com todo aquele processo de financeirização inicial, depois do *New Deal* e, em seguida, do *Welfare State* ou Estado de bem-estar social (período dos “30 anos gloriosos”). As principais medidas adotadas entre a década de 1930 e início dos anos de 1970, pelos países centrais sobre o mundo das finanças, foram as seguintes: delimitação das funções em que as instituições financeiras poderiam atuar, assim como a delimitação entre as instituições de investimento e os Bancos; a conversibilidade do ouro ao dólar e o controle das taxas de juros e crédito, bem como dos preços (COGGIOLA, 2009). Questões que serão desenvolvidas na próxima Subseção.

Assim, dando continuidade à análise sobre a referida era financista, passaremos, a partir de agora, a nos deter na relação entre a desregulamentação do sistema financeiro e a crise estrutural do capital⁵⁸, mas não sem antes compreendermos o contexto que antecedeu o referido período (Estado de bem-estar social e modelo produtivo *taylorista-fordista*).

2.3 Os antecedentes históricos do processo de desregulamentação do sistema financeiro e os elementos constitutivos da crise estrutural do capital

⁵⁷ Que resultou em “[...] sessenta milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortes (a maioria na população civil) como resultado direto dos combates, ou 80 milhões de pessoas, se forem incluídas também as que morreram por fome e doença, como resultado direto da guerra, oito vezes mais do que na primeira Grande Guerra: ao todo, aproximadamente 4% da população mundial da época, e tudo em escassos seis anos [...]” (COGGIOLA, 2009, p. 232-233).

⁵⁸ Base que fundamenta o movimento de mundialização das finanças e o fenômeno atual da financeirização.

Contextualizando esse novo momento, temos o seguinte quadro: antes da 1ª Guerra Mundial (1914) o ouro era a moeda de referência internacional, ou seja, o regime monetário ou cambial vigente era o padrão-ouro. Vejamos melhor na descrição de Silva Neto (2007):

O regime estabelecia a fixação do preço oficial do metal para cada moeda, o que também servia para estabelecer a paridade cambial entre elas. Havia, então, o entendimento entre os países pela livre circulação de ouro no mundo, determinada pelo comércio de mercadorias, o que influenciava a oferta interna de moeda, com as reservas monetárias determinadas pelas reservas de ouro [...] Este regime cambial, no entanto, foi superado no período entre guerras [...] (SILVA NETO, 2007, p. 41-42).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o capitalismo investiu na reconstrução das economias afetadas, especialmente da Europa Ocidental, e vivenciou a experiência dos chamados “anos gloriosos/dourados” por cerca de trinta anos (até o início da década de 1970). Segundo a maioria dos teóricos⁵⁹, trata-se da política do *Keynesianismo*⁶⁰ ou modelo do *Welfare State* (Estado de bem-estar social). Embora, como nos alerta Lessa (2013):

[...] ao longo de meio século, entre 1890 e 1940, os Estados capitalistas imperialistas e vários dos países da periferia do sistema vinham adotando com frequência cada vez maior uma prática de intervenção do Estado por meio de políticas públicas [...] A maior parte da bibliografia acerca do Estado de Bem-estar não hesitaria em classificar, houvessem ocorrido após 1945, tais intervenções como Keynesianas [...] Definir o Estado de Bem-Estar apenas e tão somente pela adoção de políticas públicas conduz a dificuldades teóricas insanáveis. Restringi-lo a países democráticos leva a dificuldades não menores. Limitá-lo ao período dos “30 anos dourados” também não é uma solução (LESSA, 2013, p. 180-181).

⁵⁹ Entre eles: Antunes (1999), Teixeira (1998), Sader; Gentili (1995), Montaño; Duriguetto (2011).

⁶⁰ Lembrando que não há razão para contrapor Liberalismo e *Keynesianismo*, conforme nos alerta de forma contundente, Mészáros (2002): “Ainda que contrária ao *laissez-faire* [deixe ser], mas longe de ser antiliberal, a solução keynesiana se propunha a tratar das crises capitalistas obviamente perturbadoras ‘no mundo real’ de um modo que salvaguardaria o sistema pelo aumento – estritamente subsidiário e complementar – do envolvimento do Estado no processo de reprodução econômica [...] Por aceitar cegamente o ponto de vista do capital como o único regulador racionalmente possível da reprodução sociometabólica [...] Keynes se contentou com o sonho irreal de que a manipulação estatal-intervencionista dos *sintomas negativos* encontrados produzisse *remédios positivos permanentes*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 73, grifos do autor)

Isto é, desde a última década do século XIX, havia intervenção estatal. Como essa fase já correspondia ao imperialismo, tem-se que ter em conta o quanto o Estado desempenhou papel fundamental na defesa dos países imperialistas, especialmente, após a grande crise de 1929 (com o *New Deal*). Assim, os períodos, tanto da Primeira (seguido da crise de 1929), quanto da Segunda Guerra Mundial, fortaleceram a ideia de que o Estado precisava intervir ainda mais na economia e no campo social. Em todos esses conflitos a intervenção estatal na economia foi consideravelmente expandida. A burguesia via na intervenção estatal uma forma de aumentar os lucros, além de necessária para conter o desemprego e ajustar qualquer instabilidade do sistema econômico:

[...] para além da função de coerção, o Estado passa a intervir no controle das relações capital-trabalho, subvencionando o consumo, garantindo a reprodução da força de trabalho, a expansão da acumulação capitalista, e respondendo a algumas demandas sociais. A estratégia para isso foi a construção de uma espécie de “pacto social” entre as classes “industriais”, que derivou nas diversas experiências de *Welfare State*, de Keynesianismo, ou dos chamados “populismos” (ou Estados desenvolvimentistas) latino americanos [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, 161, grifos dos autores).

Os autores também fazem uma excelente síntese do que significou para o capital e para o trabalho as duas grandes guerras mundiais, destacando, para além de suas particularidades, o desempenho de três papéis principais:

Primeiramente, foram uma instância para, na crise da hegemonia inglesa no comando do capitalismo mundial, contribuir na determinação e consolidação da nova força imperialista hegemônica: os Estados Unidos da América; em segundo lugar, contribuíram na reversão da crise de superprodução [...] revitalizando a economia e criando áreas lucrativas para o capital vinculadas ao complexo industrial militar: a indústria bélica [...]; finalmente, impactaram nas lutas de classes dos trabalhadores, que passaram a se inserir numa guerra imperialista, entre nações, no lugar do enfrentamento entre as classes, estimulando a trocar a luta de classes pela guerra entre nações [...] (Ibid., p. 150).

No que se refere à intervenção do Estado no período pós-Segunda Guerra, alguns foram os mecanismos utilizados: crédito para a produção em massa na grande indústria, investimento em tecnociência, em infraestrutura para a produção capitalista e o consumo, políticas públicas de pleno emprego e salário indireto para o consumo

em massa. Vê-se o quanto o Estado intervém, sempre que é necessário ou que a economia capitalista pede socorro (em suas crises econômicas). As medidas de proteção social⁶¹ puderam ser concedidas ao longo desse período, paralelamente, à chamada Guerra Fria⁶², momento em que o sistema capitalista estava sob “ameaça” do Socialismo⁶³. Além disso, o Estado interventor visava amenizar os impactos das crises de superprodução, inerentes ao referido sistema (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

Lessa (2013) com razão, nos chama atenção para algumas questões⁶⁴, mas especialmente para as ações contraditórias do Estado burguês e quanto à defesa dos regimes democráticos como garantia de avanço de direitos dos trabalhadores. Com isso, o Autor resume em cinco os fatos históricos que indicam o contrário do que predomina na bibliografia corrente: 1) durante os “30 anos dourados”, muitas dessas nações investiram enormes montantes no complexo industrial-militar, mais até do que em todas as políticas públicas; 2) todas as políticas públicas adotadas (saúde, educação, transporte, seguro desemprego, segurança, moradia etc.) converteram o Estado em um grande comprador, aumentando, com isso, a lucratividade do sistema capitalista; 3) o processo de democratização das relações sociais piorou entre os anos de 1945-1975, uma vez que, os sindicatos foram cooptados pelo Estado, ampliando-se a burocratização dos partidos e sindicatos de trabalhadores, sendo estes alvos de um maior controle estatal; 4) a exploração sobre antigas áreas coloniais foi expandida por parte dos países imperialistas e suas multinacionais, tanto em relação à matéria-prima e energia, quanto à exploração de mão de obra mais barata nos países subdesenvolvidos (que também sofreram com a implantação de ditaduras militares como efeito colateral da Guerra Fria); 5) independentemente do modelo político-

⁶¹ As políticas sociais associadas a um conjunto de estratégias anticrise do capital (BEHRING, 2015).

⁶² Divisão do mundo em dois grandes blocos de influência econômica, ideológica e militar: capitalismo e socialismo, representados, respectivamente pelos EUA e ex-URSS (desde 1945 até a extinção da União Soviética, em 1991). No lugar de um confronto direto entre as duas superpotências, uma disputa “fria” na corrida armamentista e no apoio a um dos dois lados em algumas guerras ou revoluções locais.

⁶³ Tonet (2012) alicerçado em Marx, em seu livro **Sobre o socialismo**, considerando que o socialismo nunca existiu em parte alguma do mundo, afirma (se referindo às experiências pós-capitalistas na ex-URSS, Leste Europeu, China, Cuba) que: [...] “não se pode abordar a problemática do socialismo tendo como referência o chamado ‘socialismo real’. Simplesmente porque aquilo nada tinha a ver com socialismo” (p. 38). Uma nova e superior forma de sociabilidade (a comunista) terá como base o trabalho associado, em que “Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o *controle livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção*” (TONET, 2012, p. 25, grifos do autor).

⁶⁴ A exemplo da defesa do Estado de Bem-estar social como uma vitória dos trabalhadores ou que houve uma melhor distribuição de renda nos países que vivenciaram esse modelo estatal.

econômico estatal (antes, durante e depois dos “30 anos dourados”), o Estado permanece com sua função social de representar os interesses da burguesia.

Isto é, com a imagem criada de um Estado a serviço do povo – durante os “30 anos dourados” – foi propagada a ideia (nos países avançados) de que seria possível haver compromisso e conciliação entre capital e trabalho. Um “compromisso” que, em verdade, buscava trocar os ganhos sociais concedidos aos trabalhadores pelo arrefecimento, por parte deles da postura de combate ao capital ou do projeto socialista. E ainda com um agravante: as políticas públicas adotadas nos países centrais eram sustentadas por meio de uma maior exploração sobre a classe trabalhadora dos países subdesenvolvidos; ademais, organismos sindicais do movimento operário passaram, por mediação do Estado, a pactuar/negociar com o capital (Ibid.).

Acerca do modelo produtivo e de trabalho nessa fase do capitalismo, durante boa parte do século XX, esteve vigente na grande indústria, o binômio *taylorismo-fordismo*. O gerenciamento científico de F. Taylor e, posteriormente, a produção em série de H. Ford⁶⁵, foram objetos de grande desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, o referido binômio não foi meramente um método de organização do trabalho e da produção, mas sim um primeiro processo de reestruturação produtiva (iniciado nos Estados Unidos) com o objetivo maior de ampliação da produção, do consumo e dos lucros. Vejamos como Antunes⁶⁶ (2003) caracterizou esse regime, que reformulou a própria sociabilidade capitalista da época:

⁶⁵ O engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) é considerado o pai da administração científica e um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica administração de empresas. O *taylorismo* é uma das vertentes na perspectiva administrativa clássica e suas ideias começaram a ser divulgadas no início do século XX. Por analogia, Henry Ford (1863-1947), empresário norte-americano e fundador da *Ford Motor Company*, foi o primeiro a implantar a linha de montagem em série na fabricação de automóveis (o que permitiu a redução dos custos e o aumento da produtividade) (GOUNET, 1999).

⁶⁶ É válido destacarmos uma divergência conceitual entre os estudiosos Ricardo Antunes e Sérgio Lessa, uma vez que ambos são referências que utilizamos nesta Subseção: em seu livro *Adeus ao Trabalho?* Antunes esclarece que usa a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” como sinônimo de classe trabalhadora, explicando que esse conceito incorpora e amplia a noção de proletariado industrial. Para este autor, a referida classe inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (aqueles que produzem mais-valia ou autovalorizam o capital). Para Lessa, em sua obra intitulada *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, proletário é apenas o trabalhador manual que transforma a natureza ou aquele que produz mais-valia e valoriza o capital. A questão é que Marx nunca sustentou que a classe trabalhadora se reduzisse aos trabalhadores produtivos, industriais ou relacionados ao trabalho material. Classe trabalhadora inclui o conjunto de indivíduos compelidos pela própria condição social a reproduzir sua vida mediante a venda da própria força de trabalho. De forma geral, a única condição para que um indivíduo integre a classe trabalhadora é ter sua condição social e de vida subordinada ao aproveitamento de sua força de trabalho pelo capital (CARCANHOLO; MEDEIROS, 2012).

[...] sobretudo, a partir da segunda década [do século XX], baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista [...] era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos (ANTUNES, 2003, p. 36-37, grifo do autor).

O *fordismo* (apoiado no *taylorismo*) que operou mudanças estruturais na organização do trabalho fabril, se baseou em cinco transformações principais: a produção em massa, o parcelamento das tarefas, a esteira rolante, a verticalização da produção e a automatização das fábricas. Ademais, outras características eram o consumo também em massa, o trabalhador especializado em apenas uma função e a produção padronizada (era fabricado apenas um modelo de carro, o tipo T). Senão, vejamos nas palavras de Antunes; Pinto (2017):

Disso emergiu a construção de famosa linha de montagem automática na fábrica de Detroit em 1913 [...] A linha de montagem de Ford constituía-se de um mecanismo de transferência com movimento contínuo dos objetos de trabalho, que eram levados a quase todas as seções da planta, enquanto o produto sofria a intervenção dos/as trabalhadores/as até que pudesse ser finalmente testado e posto no mercado. Cada um dos postos de trabalho deveria ter suas atividades reduzidas (tal como no taylorismo) a um conjunto de tarefas detalhadamente prescritas em termos de tempo e modo de execução, bem como quanto às ferramentas a serem usadas, ali presentes já em lotes e permitindo rápido acesso (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 41).

Como resultado, o produto do trabalho humano perde de maneira ainda mais agudizada o caráter de unidade, como soma de tarefas complementares, uma vez que, passa a ser, ainda mais, fruto da decomposição racionalizada dessas operações.

Não encontrando a quantidade necessária de operários para a produção em massa, e como forma de compensar os efeitos negativos do trabalho parcelar, Ford propôs um salário⁶⁷ de cinco dólares por uma jornada de trabalho diária de oito horas

⁶⁷ “Ford conquista o mercado norte-americano e, em seguida, o mundial. Apesar do aumento dos custos salariais, ele consegue baixar o preço dos veículos, seu objetivo para alcançar o consumo de massas.

(quando os concorrentes pagavam, em média, 2,5 dólares); o que fez crescer para acima da média, a produtividade e, conseqüentemente, os lucros:

Ao introduzir a linha em série, Ford obteve como resposta uma ação combativa dos sindicatos e trabalhadores/as organizados/as. Eles/as alertavam para o desmoroamento das qualificações do trabalho na indústria e o conseqüente rebaixamento do valor da força de trabalho [...] Ford reagiu, assim, com a demissão imediata dos/as insatisfeitos/as, anunciando no dia seguinte o salário de cinco dólares ao dia de trabalho [...] Formaram-se filas imensas de trabalhadores/as em frente à Ford Motor Company em Detroit, dispersadas pela polícia quando as vagas terminaram de ser preenchidas (Ibid., p. 56).

Além do enfraquecimento dos sindicatos, a produção em série anulou a identificação do operário com o processo e o fruto de seu trabalho; promoveu a intensificação do trabalho, bem como maior desgaste físico, mental e moral do operariado, sob novas formas de exploração dessa força de trabalho.

De início, o referido modelo deu-se na indústria automobilística dos EUA, expandindo-se, posteriormente, para todo ramo industrial nas principais nações capitalistas, estendendo-se também para uma boa parte do setor de serviços. Não obstante às poucas conquistas da classe trabalhadora à época (como a regularização dos contratos formais, da jornada de trabalho e do descanso semanal remunerado) intensificou-se a extração de mais-valia, separando-se de uma vez por todas as funções de planejamento/concepção (gerência “científica”) e execução (operariado) no processo produtivo de trabalho. Tornou-se mais aguda, a partir desse momento, a subsunção real do trabalho ao capital.

Esboçados o contexto político e produtivo da época em questão, retomemos o curso da discussão: os aspectos específicos da economia no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Entre 1944 e 1971, vigorou o acordo de *Bretton Woods* ou as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo (44 nações aliadas). Processo esse que ficou conhecido como o de uma “nova ordem mundial”, sendo o primeiro exemplo na história, de uma ordem monetária totalmente negociada, a partir do final da Segunda Guerra. *Bretton Woods* definiu o “padrão-dólar” ou um sistema fixo (porém ajustável), em que a moeda americana era

Aquilo que perde na produção de um veículo, recupera na massa de carros vendidos. Em 1921, pouco mais da metade dos automóveis do mundo (53%) vem das fábricas da Ford. O capital da empresa, que era de dois milhões de dólares em 1907, passa a 250 milhões em 1919 graças aos lucros incessantes” (GOUNET, 1999, p. 20).

fixada em ouro, enquanto as outras moedas corrigiam sua paridade em relação ao dólar, com possibilidade de haver paridades cambiais (ajustes consentidos, majoritariamente, pelos EUA). Na época – fins da Segunda Guerra – os EUA eram a economia credora de praticamente todos os países aliados:

O sistema de Bretton Woods foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos [do ouro]. O sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados (CHESNAIS, 1996, p. 249).

Além dessa obrigação de os países adotarem uma política monetária de câmbio de suas moedas indexada ao dólar, outra estratégia fruto de *Bretton Woods* foi a criação do Banco Mundial, do FMI - Fundo Monetário Internacional, do BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e da ONU - Organização das Nações Unidas. Outros importantes organismos internacionais foram criados no pós-segunda guerra (sob a liderança ou forte influência dos EUA) com os objetivos principais de tirar esse país da crise, reerguer o sistema do capital, reconstruir a Europa e lutar contra a ameaça do chamado socialismo real (Guerra Fria): GATT - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (hoje OMC - Organização Mundial do Comércio); do Plano Marshall - Programa de Recuperação da Europa Ocidental; da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; da OEA - Organização dos Estados Americanos; da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; da Aliança para o Progresso; da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O acordo de Bretton Woods durou até agosto de 1971⁶⁸, quando de forma unilateral, os EUA acabaram com a conversibilidade do dólar em ouro, momento em que o país entrou em uma nova recessão. O objetivo era propiciar uma tentativa de

⁶⁸ Segundo Iamamoto (2015), a ruptura do referido acordo decorreu do déficit na balança de pagamentos dos EUA, convulsionada pela emissão de dólares para o financiamento da Guerra do Vietnã (especialmente, a partir de 1965); além da explosão da dívida pública, que acabou esvaziando as reservas norte-americanas (na década de 1970) e acarretando uma economia do endividamento.

recuperação da economia norte-americana, passando-se a adotar o sistema de taxas de câmbio flutuantes (quando as operações de compra e venda de moedas funcionam sem controle sistemático do governo e o valor das moedas estrangeiras flutua de acordo com a oferta e a demanda no mercado). Conforme indicado por Ribeiro (2019):

Durante os anos de ouro do capitalismo – fim da Segunda Guerra Mundial até começo dos anos de 1970 – a regulação das operações financeiras esteve ligada a políticas estatais indutoras da demanda nos países de capitalismo desenvolvido, assim como, nos países dependentes. Essas vias de valorização foram essenciais para lucros estrondosos, crescimento econômico e taxas de produtividade crescentes [...] Foi somente na década de 1970 que os freios que regulamentavam o mundo das finanças foram soltos e uma nova onda expansiva do sistema de crédito empreendeu o processo de mundialização e financeirização do capital [...] (RIBEIRO, 2019, p. 175).

É nesse período que se dá o movimento mais recente de mundialização do capital⁶⁹ e as novas estratégias de acumulação capitalista, que na visão do economista francês François Chesnais (1995; 1996), estão articuladas à teoria da internacionalização, cujo mote principal está no poder das grandes corporações transacionais (incluindo tanto o setor industrial quanto o de serviços). Em outros textos seus (2001; 2005; 2015), a partir dos anos 2000, o economista passa a reconhecer que o que há de central nesse movimento de mundialização é a retomada do desenvolvimento do capital financeiro, o qual, conforme o Autor, é uma forma concentrada de capital que hoje domina grande parte do planeta:

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. As instituições em questão compreendem os Bancos, mas, sobretudo, as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais

⁶⁹ “Um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens de consumo e serviços – mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado” (CHESNAIS, 1995, p. 1).

fiduciárias dos grandes Bancos internacionais ou das companhias de seguro (CHESNAIS, 2001, p. 8).

O Autor aponta que o capital financeiro, como uma dimensão contemporânea, não é fruto de um movimento próprio. O Estado teve e tem papel preponderante nas ações de liberalização e desregulamentação⁷⁰ do sistema financeiro: “Sem a ajuda ativa dos Estados [...] os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições” (Ibid., p. 11). Processo esse favorecido pelo regime de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes, que em um regime de acumulação com dominância financeira, visa, em grande medida, a valorização fictícia do capital: “[...] Em consequência disso, os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças foram acelerados provocando a chamada *financeirização* [...]” (COGGIOLA, 2012, p. 26, grifo do autor).

Reforçando o que já foi dito anteriormente, o capital acumulado no período dos “30 anos gloriosos” passou a requerer novas oportunidades de realização⁷¹ e, isso provocou o deslocamento da centralização de investimentos (que naquele período estava na esfera produtiva) para a esfera das finanças. Conforme análises do economista Chesnais (2015) o setor financeiro do capitalismo mundial possui uma autonomia relativa, na medida em que há uma forte imbricação entre as dimensões produtiva e financeira:

A força econômica e social do capitalismo de investimento financeiro é consequência direta da duradoura falta de ruptura na acumulação. Não se pode esquecer que uma das primeiras causas da reparação deste tipo de capital no fim dos anos de 1960 foi o aumento dos lucros não reinvestidos na produção direta de valor e de mais-valia. Era preciso que tais capitais não ficassem *ociosos* e foi necessário abrir-lhes possibilidade de valorização como capital de empréstimo (CHESNAIS, 2015, p. 246, grifo do autor).

⁷⁰ “Volátil por natureza [...] o capital financeiro funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação em busca de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos” (PAULANI, 2006, p. 75).

⁷¹ O fim dos “30 anos gloriosos” (Estado de Bem-estar social) significou o término do período de crises cíclicas e a eclosão da crise estrutural do capital (o início de sua abordagem dar-se-á logo mais à frente). Portanto, o deslocamento de investimentos da esfera da produção industrial para a esfera das finanças teve essa causalidade fortemente objetiva e material.

Chesnais (2001) observa que, apesar de não ser nova a capacidade de acumulação capitalista no setor financeiro, ela nunca foi tão grande como neste momento de globalização econômica⁷². Os novos “operadores financeiros” são os mais favorecidos nesse processo: eles não deixam de se interessar pelos ativos industriais, mas enfatizam os esforços na rentabilidade de seus ativos financeiros. Ademais, chama atenção para a figura do rentista, que cresce muito mais a partir dos anos de 1970 e cuja prioridade está em aplicações de curto prazo (como papéis, títulos de dívida pública, ações e outros mecanismos desta natureza), que desviam recursos da esfera produtiva, para operar na esfera financeira. Para o Autor, a extinção do acordo de *Bretton Woods*, em 1971, representou a consequente liberalização do setor das finanças⁷³, fundando a formação de um novo período no regime de acumulação. Tomar este momento da desregulamentação como ponto de partida é fundamental para o entendimento da dominância financeira contemporânea.

A década de 1970 significou, portanto, a retomada do processo de financeirização das economias (iniciado em fins do século XIX, mas pausado pela crise de 1929, *New Deal* e *Welfare State*) bem como a tentativa do capital financeiro contornar a queda da taxa de lucro e a crise estrutural do sistema. Assim, nos alerta Alves (2016):

Temos salientado que, sob o capitalismo global [...], a *crise estrutural de valorização do capital*, que se manifestou com vigor na crise de 1973/1975, e que aparece como pressuposto fundante e fundamental das crises de hegemonia financeira do capitalismo global nos últimos 30 anos – pelo menos desde 1986 – pode ser explicada pelo *movimento contraditório da “lei” tendencial de queda da taxa média de lucro no plano do mercado mundial*, originalmente exposta por Karl Marx no Livro III de “O capital – Crítica da Economia Política” (ALVES, 2016, p. 33, grifos do Autor).

Daí a necessidade de compreendermos os elementos constitutivos e as peculiaridades da referida crise, nos apoiando especialmente em Mészáros (2002; 2007; 2011)⁷⁴. A razão para essa escolha é por entendermos que o supracitado Autor

⁷² “Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É, por isso, que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas” (CHESNAIS, 2001, p. 12).

⁷³ Até a entrada dos anos de 1970, esse setor era regulado pelo Estado em todas as economias de mercado. Dessa forma, desde a crise de 1929, os mercados financeiros encontravam-se presos a essa lógica regulatória.

⁷⁴ Ao estarmos nos apoiando nas análises pertinentes de Chesnais acerca da dinâmica capitalista contemporânea, no movimento de mundialização do capital e de financeirização da economia (sob o protagonismo do capital financeiro), isso não significa que estamos em acordo com todas as posições

deu continuidade, de maneira original, à tradição marxiana (de Marx e Lukács) na investigação acerca dos fundamentos ontológicos⁷⁵ da ordem capitalista. Além de muito ter contribuído com suas análises sobre o complexo momento histórico contemporâneo das últimas três décadas do século XX.

Na visão de Mészáros (2002) trata-se de uma crise estrutural e sistêmica que afeta tanto o núcleo central do capitalismo (e, por conseguinte, o funcionamento da acumulação e da extração da mais-valia) quanto as mais variadas dimensões da vida em sociedade (em termos individuais e coletivos). A referida fase do capitalismo não mais corresponde aos ciclos de recessão, recuperação e expansão anteriores, mas sim, a um novo ciclo caracterizado por uma depressão crônica e com implicações globais. Foi, então, com a chegada dos anos 1970 que novas estratégias passaram a ser tomadas pelo sistema do capital, na tentativa de contornar esse outro tipo de crise, de natureza estrutural.

Ou seja, até o final dos anos de 1960, o que se tinha era a ocorrência de crises parciais, a produção e autorreprodução ampliada do capital, a expansão do consumo e a conquista de novos territórios ou espaços de mercado. Com a entrada da década de 1970, o que há é uma crise sem precedentes na história do capitalismo, distinta de todas as demais, conforme Mészáros (2002):

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (Ibid., p. 797, grifo do Autor).

É, especialmente, nesse aspecto que a crise estrutural se diferencia de crises parciais ou cíclicas: estas não atingem a estrutura global ou a totalidade do complexo capitalista, mas apenas algumas de suas partes constitutivas. Na esteira de Mészáros (Ibid.), Antunes (2003) reúne o conjunto de fatores, uns característicos do contexto de

do economista francês; trata-se de um Autor marxista, que faz críticas contundentes ao capitalismo, mas ao que tudo indica, acredita que o referido sistema pode ser reformado pelo campo político. Nesse sentido, justificamos aqui nossa inteira concordância com Mészáros e sua tese sobre a irreformabilidade do capital (que vive uma crise de natureza estrutural – profunda, acentuada e progressiva), bem como seu alerta para a necessidade de fencimento do Estado juntamente com o capital.

⁷⁵ Isto é, acerca da natureza e da gênese do capitalismo.

inserção da crise estrutural e outros, como tentativa de respostas do Estado: 1) decréscimo da lucratividade do capital global (ou queda das taxas de lucro); 2) esgotamento do modelo produtivo *taylorista-fordista*; 3) hipertrofia da esfera financeira (em detrimento dos padrões de produtividade centrados nos parques industriais); 4) alta concentração de capitais e necessidade de abrir novos nichos de mercado; 5) crise do Estado de Bem-estar social⁷⁶ e crise fiscal; 6) acentuação no processo de privatizações (além da desregulamentação das leis trabalhistas e da flexibilização das relações de trabalho). Trata-se de um conjunto de ações e reações das forças do capital para tentar mitigar os efeitos de sua crise estrutural.

Ao longo de seu processo de acumulação, a autorreprodução ampliada do capital, por meio da produção abundante, correspondeu ao período de ascensão do sistema. Na concepção de Mészáros (Ibid.) nesse período, houve uma enorme ampliação da riqueza da sociedade como um todo. Totalmente ligada à sua lógica expansiva, significou a fase “civilizatória” do capitalismo:

Sob determinadas circunstâncias históricas, a autorreprodução ampliada do capital e a produção genuína podem *coincidir* num sentido positivo e, enquanto isso ocorre, o sistema do capital pode cumprir seu “papel civilizador” de aumentar as forças produtivas da sociedade e estimular, até um ponto não apenas possível, mas também, ditados por seus interesses, a emergência da “industriosidade geral” (Ibid., p. 699, grifos do Autor).

E, realmente, quando comparado com os modos de produção anteriores, apenas o capitalismo conseguiu levar a humanidade a possibilidades antes nunca imagináveis. Mas, o fato é que a expansão do capital é o recurso mais utilizado para desobstruir seus canais de ampliação e acumulação crescentes em esfera mundial. E, durante sua fase de ascensão, o referido sistema foi compelido, por vezes, a reconhecer conquistas do trabalho, diante da pressão da luta de classes; mas, acentuadamente, porque os ganhos concedidos aos trabalhadores são transformados em vantagens para o próprio capitalismo.

Nessa lógica, foi possível realizar algumas melhorias nas condições gerais de vida da população, as quais serviram como mecanismo de deslocamento de algumas das contradições intrínsecas ao sistema do capital. Assim, como o consumo por parte

⁷⁶ O que veio demonstrar o poder não somente repressivo, mas também ideológico do Estado, já que, a política de consenso desenvolvida após o Estado do Bem-estar social obrigou o capitalismo a impor, com mais rigor, sua ideologia dominante a todos os complexos da sociedade.

da classe trabalhadora era altamente necessário ao capital, dada a superprodução, a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores reverteu-se em benefício próprio da acumulação capitalista: “O capital teve condições de conceder esses ganhos que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão” (Ibid., p. 95, grifo do autor). A referida possibilidade sempre esteve limitada pela apropriação desigual dos benefícios produzidos, e toda essa evolução nas condições gerais de vida, sempre estiveram associadas a muita destruição, desigualdade e conflitos: “[...] com implicações de largo alcance e consequências dolorosamente reais para o desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora” (Ibid., p. 539).

Com a expansão geográfica do capital em todas as possíveis partes do planeta, a partir do momento em que se esgotam os mercados a explorar, na visão do autor,

O bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia “exportar” suas contradições, ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema. Consequentemente, a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado, se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e quão perigosamente se extra limite o sistema. É assim que desde o início, a incontrolabilidade⁷⁷ estrutural inerente do capital, como modo de controle, fecha o seu círculo [...] (Ibid., p. 259, grifos do autor).

Foi assim, com a entrada dos anos de 1970, que se esgotou a referida fase expansiva e abriu-se espaço para a crise estrutural do capital, em que o intervencionismo estatal se choca com: a queda crescente da taxa de lucros, a crise fiscal/financeira do Estado e a alta inflação⁷⁸, o que se soma aos dois choques petrolíferos⁷⁹ (aumento dos preços em 1973 e 1979, e o fato de os árabes terem

⁷⁷ Para um maior aprofundamento sobre o capital como um sistema sociometabólico incontrolável e irreformável, ver: PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

⁷⁸ O aumento do preço do petróleo conduziu a um aumento da inflação e a Europa entra numa fase denominada de estagnação (combinação de recessão com aumento da inflação). Outro agravante daquele contexto e que precedeu a alta do petróleo em 1973, foi a desvalorização do dólar americano (que serviu de referência a todas as economias ocidentais entre 1944 e 1971) quando perdeu a sua paridade relativa ao ouro (CANO, 2000).

⁷⁹ Com a alta dos preços determinada pela OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, “o excedente de capital oriundo do aumento do valor do petróleo foi depositado nos grandes bancos de *Wall Street* e abriu caminho para o endividamento completo das economias dependentes [...] O excesso de capitais oriundos dos petrodólares permitiu que os grandes bancos de *Wall Street* pudessem reciclar

embargado a exportação dessa matéria-prima para o Ocidente). Processo fruto de um período em que há um profundo conflito entre a capacidade de acumulação e exploração do capital. Acerca da responsabilização da referida crise, Paniago (2008) tece essas pertinentes considerações:

O Estado passou [...] a ser responsabilizado sobremaneira pela eclosão da crise, ou seja, por ter se envolvido demasiadamente com os gastos sociais, que acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade estatal de sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores (PANIAGO, 2008, p. 126).

Contudo, fundamentada em Mészáros e com base no tripé de sustentação do capitalismo (capital-Estado-trabalho assalariado), a Autora nos lembra da relação de complementaridade entre Estado e capital (uma verdadeira relação “simbiótica”); sendo, portanto, equivocada essa análise liberal que atribui ao Estado a culpa pela eclosão da crise da década de 1970:

O que vemos, portanto, como determinante nos passos iniciais da crise dos anos de 1970 não foi a falência do Estado devido à sua incompetência ou desempenho de papéis inadequados, mas sim, o esgotamento dos meios utilizados para ampliação da realização do capital, resultando numa crise estrutural agravada pelo acúmulo das contradições e pela ineficácia das medidas remediadoras até então utilizadas (Ibid., p. 127).

Nesse sentido, nos termos do teórico húngaro Mészáros, um dos fundamentos da crise estrutural é o esgotamento das medidas corretivas que o sistema do capital conseguia promover para responder suas contradições imanentes. Trata-se da “tripla contradição” interna fundamental⁸⁰ do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, as quais sempre exigiram (durante a expansão do sistema) “remédios” que restabelessem o equilíbrio ameaçado a cada crise parcial. Nesse sentido, o modo do sistema do capital

“[...] de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las

esses capitais mediante a constituição do endividamento público das economias dependentes ou periféricas como a brasileira” (SANTOS NETO, 2020b, p. 43).

⁸⁰ Conjunto de defeitos estruturais ou no dizer de Mészáros (2002) a contradição entre produção/controlado, produção/consumo e produção/circulação. O filósofo marxista húngaro analisa mais detalhadamente essa questão no capítulo 2/parte 1, de sua obra *Para Além do Capital*.

quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É, por isso, que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

De crise em crise cíclicas, o conjunto de ações saneadoras e deslocadoras da “contradição tríplice” foi perdendo força e ficando insuficiente ou mesmo inviável, a exemplo de guerras mundiais e da expansão do capital para países da periferia capitalista. Ademais, diferentemente das crises cíclicas que, enquanto crises apenas parciais, facilmente adiavam as contradições próprias do capital, a partir da crise estrutural,

significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições* [...] (Ibid., p. 799-800, grifos do Autor).

Acerca dessa “tríplice contradição” interna da autoexpansão do capital, a disjunção entre produção e controle está na base fundamental desse sistema, uma vez que, ela se dá com a perda do controle do trabalhador (produtor real) sobre o processo e o produto do seu trabalho. Acerca disso, Mézszáros (Ibid.) assentado em Marx, chama atenção para a separação direta entre quem produz e quem controla a produção, já que os produtores apenas executam e em nada concebem ou planejam sobre o que e o como será produzido. Essa ruptura permitiu ao sistema do capital que suas forças produtivas se desenvolvessem de forma nunca antes vista em nenhum outro modo de produção:

[...] uma vez realizada a separação forçada do trabalhador de seus meios de produção (e autorreprodução), foi aberto o caminho para um desenvolvimento incomparavelmente mais dinâmico. Dessa forma, os objetivos da produção não mais estão diretamente atados (e subordinados) às limitações do consumo dado, mas podem antecipar-se significativamente a ele, estimulando, na forma de sua nova reciprocidade, tanto a produção como a “demanda conduzida pela oferta” (Ibid., p. 660, grifo do Autor).

A partir do momento em que houve a separação radical entre quem produz e quem controla a produção, a decisão do que é produzido passou a ser orientada pela lógica do capital ou pela subordinação do valor de uso dos produtos (úteis às necessidades humanas) ao seu valor de troca. Outro problema dessa cisão é o fato de que a produção no capitalismo assume uma lógica reprodutiva com ausência de sujeitos autodeterminados, pois ambas as classes (trabalhadora e capitalista) estão sujeitas aos imperativos dessa lógica, apesar de exercerem papéis distintos no sistema como um todo. Ou seja, o trabalhador/produtor/sujeito real é alienado (do processo produtivo) e capitalista/dono da produção/sujeito alienador não pode se constituir como sujeito de fato, como bem explica Mészáros:

O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Nesse processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero “fator material de produção” [...] Para o capital, entretanto, o problema é que o “fator material de produção” não pode deixar de ser o sujeito real da produção. Para desempenhar suas funções produtivas [...] o trabalho é forçado a aceitar outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito [...] (Ibid., p. 126, grifo do autor).

Assim, o capitalista comanda todo o processo produtivo e reprodutivo do sistema do capital, por intermédio de suas personificações; mas, ao mesmo tempo, o capitalismo não consegue resolver suas contradições vitais de forma duradoura, muito menos eliminá-las. Daí decorre uma segunda ruptura, não menos importante, qual seja: entre produção e consumo. Ao não ser guiado pelo atendimento das reais necessidades humanas, no capitalismo, produção e consumo podem ser inteiramente separados, pois, o que simplesmente importa é a lucratividade. Com a “[...] mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas” (Ibid., p. 105) o consumo passa a ocupar lugar determinante no conjunto do ciclo de reprodução do capital.

Então, no quadro de crise estrutural do capital, para além da subsunção do valor de uso ao valor de troca, “[...] consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 679, grifo do Autor). Ou seja, para dar vazão a sua superprodução, o que há, dos anos de 1970 em diante, é uma produção ainda mais destrutiva. Conforme o filósofo húngaro, a “produção destrutiva” supera o modo

operativo e funcional da relação produção e consumo que perpassa o desenvolvimento capitalista para assumir corolários distintos. No entendimento do Autor, a produção destrutiva configura-se como mecanismo constituído pelo próprio sistema do capital no sentido de deslocar suas contradições inerentes à superprodução e aos limites de expansão e acumulação.

Nos tempos hodiernos, o capital tem como princípio orientador assegurar o máximo de consumo recorrendo ao expediente do tempo mínimo de uso das coisas. Nesse sentido, Mészáros chama atenção para a tendência ao que ele denomina de “taxa de utilização decrescente”, cuja lei atinge de forma negativa as três dimensões principais da produção e do consumo no capitalismo: bens e serviços, instalações e maquinaria e a própria força de trabalho. Sobre a primeira delas, uma das faces dessa dimensão destrutiva do capital é a “obsolescência planejada” das mercadorias:

[...] as mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes [...] Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usado, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada”, em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade [...] (Ibid., p. 126, grifo do autor).

Ao reduzir a vida útil de um produto ou fabricá-lo de maneira mais frágil, a lógica consumo-destrutiva do capital obriga que os indivíduos comprem (por mais de uma vez) um mesmo tipo de bem (a exemplo de eletrodomésticos); ou nos valendo do forte exemplo dos aparelhos celulares, essa lógica influencia o consumo de modelos mais modernos/tecnológicos; e para cada nova produção de um objeto desses, se extrai ou se destrói mais matéria-prima na natureza. Isto é, o que existe é a sobreposição das “necessidades da lógica produtivo-destrutiva do capital” às necessidades humanas, a mais desumana negação da satisfação das necessidades reais em nome de um consumismo forçado/manipulado, reflexo de “apetites” artificiais, projetando a imagem de uma “soberania do consumidor”. Com o consumismo manipulado, há um desperdício enorme, tanto dos objetos que são jogados fora (produzindo muito lixo

eletrônico) quanto dos recursos naturais, o que aprofunda a degradação ambiental mundial. Tudo para que se dê um “destino” ao capital super produzido, mesmo que por meio de uma produção do desperdício.

O uso destrutivo das coisas que permeia o processo de produção e reprodução do capital encontra sua máxima expressividade nos complexos industrial e industrial-militar. Contudo, a obsolescência programada dos objetos que predomina no mundo da produção de mercadorias não fica circunscrita somente no âmbito desses complexos, mas reverbera em todos os âmbitos de um sistema que entrou numa crise econômica profunda e irreversível. A tentativa de deslocamento da referida crise pela mediação da “produção destrutiva”, implica numa séria ameaça para o destino da humanidade, pois intensifica os processos de expropriações das riquezas naturais em todas as partes do mundo. A produção destrutiva do capital assenta-se na destruição da natureza e das forças produtivas, denotando que o referido sistema não consegue se autorreproduzir em escala ampliada sem recorrer a estratégias perdulárias.

Sobre a segunda dimensão (instalações e maquinarias), Mészáros (Ibid.) assevera que a taxa de utilização decrescente se manifesta aqui também sob a mesma lógica de subutilização crônica de máquinas, equipamentos e instalações em fábricas e indústrias, dando destaque à função do Estado como patrocinador direto, subsidiando essa prática, inclusive, em grandes multinacionais. No que concerne à terceira dimensão,

[...] que se refere ao uso ou ao não-uso da força de trabalho socialmente disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Pois, [...] o trabalho não é apenas um “fator de produção”, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a “massa consumidora” tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia [...] a taxa de utilização decrescente da força de trabalho (que se manifesta na forma de desemprego crescente) não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais. De forma desconcertante para o capital, não se pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero “fator de produção”, nem mesmo explorando ideologicamente a oposição fictícia entre trabalhador e consumidor, de modo a submeter o trabalhador em nome da mítica do “Consumidor”, com maiúscula. Pois, em *última análise* [...] ambos são basicamente o mesmo [...] (Ibid., p. 672-673, grifos do autor).

O filósofo húngaro destaca que, quando as ações para afastar as contradições da taxa de utilização decrescente referentes às duas primeiras dimensões não

surtirem o efeito desejado, “[...] somente então será ativado o mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isso assume a forma de desemprego em massa, mesmo nos países mais avançados [...]” (Ibid., p. 674). Na visão do Autor de *Para além do capital*, um dos principais aspectos que torna essa crise diferente de todas as demais é, justamente, a substituição do trabalho vivo por máquinas, como nunca visto antes.

Em relação à disjunção entre produção/circulação, o filósofo coloca que essa cisão se constitui no sentido de que o grande empreendimento do capital social total é tentar penetrar no domínio da circulação global:

Dessa forma, a necessidade de *dominação e subordinação* prevalece [...] por meio da atuação de cada uma das ‘personificações do capital’ – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita [...] aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (Ibid., p. 105, grifos do autor).

Dentro do sistema do capital global, os Estados nacionais em suas fronteiras também nacionais se distribuem em dois padrões, quais sejam: nações metropolitanas/centrais e a periferia subdesenvolvida. Isso significa que se estabelece uma hierarquia correspondente a um sistema internacional de dominação, exploração e subordinação entre ambos os padrões. Ou no dizer de Mészáros “em casa [nos países centrais] um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração [...]” (Ibid., p. 111, grifo do autor). Por essa razão, é ilusório pensar que os países da periferia, um dia, irão se desenvolver ou se tornar centrais dentro da chamada divisão internacional do trabalho. No capitalismo, essa divisão desigual faz parte de sua natureza sociometabólica baseada na exploração, com vistas à extração do trabalho excedente e produção da mais-valia.

Nesses níveis de problema constata-se o que o filósofo chama de defeitos estruturais do capital: antagonismos que não podem ser eliminados (são insanáveis ou irreformáveis) justamente porque são estruturais, a não ser pela eliminação da raiz do problema – a relação social capital-trabalho:

O sistema do capital é *antagônico* até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital [...] E, precisamente, porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é – e deve sempre permanecer – *irreformável e incontrolável*. O fracasso histórico da social-democracia reformista fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural, cada vez mais profunda, com seus perigos para a própria sobrevivência da humanidade, coloca em acentuado relevo a sua incontrolabilidade (Id., 2007, p. 58-59, grifos do autor).

Fato também ressaltado pelo autor é que há uma completa falta de unidade entre as três contradições supracitadas – produção/controle, produção/consumo e produção/circulação – e que nos três casos, o Estado burguês moderno sempre tenta corrigir essa ausência de unidade, cumprindo seu papel totalizador de complementaridade em relação ao sistema do capital.

Nessa parte da tese, procuramos explicitar os pressupostos essenciais das principais categorias de nossa pesquisa. Assim, tanto a Seção dois (que acabamos de finalizar) quanto a Seção três (que estamos prestes a começar), constituem os fundamentos para uma melhor compreensão acerca da financeirização do ensino superior brasileiro em tempos de crise estrutural do capital. Recuperar e ter clareza sobre esses movimentos do sistema do capital, que subordinam a totalidade social e tudo que está em seu entorno, é imprescindível para o desvelamento de nosso objeto de estudo.

3 DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL ÀS POLÍTICAS ECONÔMICAS E EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

Daremos início a esta terceira Seção, tentando compreender a relação entre a crise estrutural, o movimento de mundialização do capital e a marca da especulação financeira. Em seguida, examinaremos o modelo produtivo de acumulação flexível do capital e o neoliberalismo que, articulados ao fenômeno da financeirização contemporânea, fazem parte de um conjunto de respostas à crise estrutural do capital, no bojo do esgotamento do *Welfare State/Keynesianismo* e do *taylorismo-fordismo*. Ao final, buscaremos explicar o advento da política econômica neoliberal na América Latina e no Brasil e as implicações para a educação.

3.1 Crise estrutural, mundialização do capital e especulação financeira

Dando continuidade às análises de Mézáros (2002) o sistema do capital, que é orientado para a expansão e movido pela acumulação, não admite restrições e limites impostos ao curso de sua trajetória; apenas aceita ajustes, mudanças provisórias, que não impeçam essa lógica expansiva. As contradições que lhe são inerentes sempre foram postergadas, especialmente, durante sua fase de forte expansão. Portanto, como acentua o pensador:

[...] o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma função econômica relativa [...] mas uma maneira, absolutamente necessária de deslocar os problemas e contradições que no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. Os fundamentos causais que auto impelem o sistema, não podem ser questionados sob hipótese alguma [...] (Ibid., p. 176).

No decorrer de todo o século XIX e boa parte do século XX, o sistema capitalista atingiu sua mais duradoura fase expansiva (e mesmo nela, não sem o desencadeamento de crises passageiras). Todavia, em fins dos anos de 1960 (apesar de um equilíbrio temporário) a lógica de autorreprodução iminentemente expansiva do capital começa a esbarrar no próprio esgotamento de continentes a explorar e, principalmente, em dois problemas insolúveis: o desemprego crônico e a redução do mercado consumidor. Entre outros fatores, com o aumento da produtividade (por

intermédio da mais-valia relativa) a necessidade de operários/proletários (trabalho vivo) é reduzida. Soma-se a isso, a diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores desempregados ou mesmo daqueles que vivem no subemprego (como o trabalho informal). O que significa que os “remédios” até então utilizados passaram a agravar as contradições existentes, e o que passa a ocorrer a partir dali, é o abalo na funcionalidade da estrutura do sistema do capital (colocando em risco sua própria existência sociometabólica). Nessa perspectiva, o filósofo húngaro alerta para a “novidade histórica” dessa crise, reunida em quatro elementos fundamentais:

1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]; 2) seu *alcance é verdadeiramente global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]; 3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica [...]; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante* [...] (Ibid., p. 796, grifos do autor).

Enfaticamente, Mészáros descreve a referida crise como “[...] representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica* [...] (Ibid., p. 697, grifos do autor). Para o Autor, diferentemente de todo seu estágio anterior (de ascendência histórica) a partir da crise estrutural, o que o capitalismo passa a viver é uma fase de desintegração histórica, que “[...] afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada [...]” (Ibid., p. 797). Assim também entende Alves (2016):

Uma dimensão crucial da crise estrutural de valorização do valor é que ela se manifesta no plano da aparência sistêmica, como crise crônica de superprodução – não se trata de mais uma crise histórica de superprodução que caracteriza ininterruptamente a evolução histórica do capitalismo moderno, mas sim, a crise estrutural – crônica e rastejante de superprodução do capital, que lança a sociedade a um estado de barbárie social (crise de civilização) (ALVES, 2016, p. 37).

Mészáros (2002) em sua visão histórica e sistêmica acerca da crise mais aguda e profunda do capital, argumenta que, por ser estrutural, ela é cumulativa, crônica e permanente. Indica ainda, como suas expressões mais gritantes, o desemprego estrutural (que atinge a todos os países, mesmo os desenvolvidos) e a destruição

ambiental (extinção dos recursos naturais e produção excessiva de lixo no planeta). Assim, o Autor evidencia que, no interior das crises cíclicas (período de ascendência histórica do capital) foram ativados o que chama de limites relativos, isto é, aqueles que conseguiam fazer o sistema seguir seu curso adiante, atenuando os efeitos danosos causados por suas contradições.

Esgotada sua fase de ascendência histórica, já imerso em uma crise de natureza estrutural, o capital enfrenta seus próprios limites estruturais; o que significa que suas contradições imanentes são agravadas e repostas sob o que o filósofo húngaro denomina de limites absolutos. Sobre eles, o autor afirma que estão expressos em quatro conjuntos de problemas interligados: o capital transnacional *versus* Estados nacionais, a eliminação das condições de reprodução sociometabólica (com a produção baseada na taxa de utilização decrescente), a emancipação feminina e o desemprego crônico.

Acerca do último (o desemprego) a reprodução do capital se realizou e se realiza à custa de um vertiginoso aumento desse fenômeno, que passou a assumir um caráter crônico. Isto é, não mais limitado a um “exército de reserva” como na época de ascensão capitalista:

Limitado a um “exército de reserva” à espera de ser ativado para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes, numa extensão prodigiosa. Agora, a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital como “desemprego estrutural” sob a forma de autojustificação, como se ela nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema (Id., 2003, p. 22, grifos do Autor).

Dessa forma, o autor nos alerta para o fato da acumulação de capital não estar diretamente dependente do consumo dos trabalhadores supérfluos. Por meio da produção descartável, o capital encaminha a contradição de ter que excluir do mercado de trabalho uma grande massa de trabalhadores, ao mesmo tempo em que necessita do consumidor. Há, portanto, uma contradição insolúvel, tendo em vista que, o referido sistema precisa manter desemprego e consumo, simultaneamente:

Para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar

os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isso, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002, p. 226, grifos do Autor).

Nesse contexto, em sua incessante busca pelo lucro, o sistema do capital mantém ou aumenta sua produtividade, mas à custa da redução quantitativa de força de trabalho empregada. Outro aspecto dessa realidade catastrófica é que se trata de um problema que atinge o mercado de trabalho em todos os lugares, não sendo novidade nos países de capitalismo avançado ou exclusividade das nações periféricas. O fato é que o desemprego aumentou, consideravelmente, no final do século XX, e continua crescendo no século XXI, assumindo proporções gravíssimas e acarretando outros problemas sociais, a exemplo da pobreza, da miséria e de todos os tipos de violência. E a forma como o sistema lida com essa questão contraditória (já que o desemprego é funcional ao capital) é piorando a situação: intensificando a exploração sobre os trabalhadores, precarizando suas condições de trabalho e salário, retirando direitos já conquistados ou, simplesmente, dando bolsas assistenciais a quem mais precisa.

Assim, o filósofo húngaro nos alerta para o fato de que a crise estrutural do capital ultrapassa a dimensão econômica da vida social, atingindo da mesma forma, a esfera política, bem como toda a totalidade social (todas as instituições capitalistas). O Autor também chama atenção para o caráter progressivo de desgaste em que se encontram cada uma dessas instituições e delas entre si, ou em seu conjunto.

Por essa razão, Mézáros reforça o quão necessário é reconhecer que a incontrolabilidade que tanto empurrou o sistema do capital para o desenvolvimento de suas forças produtivas no passado, da década de 1970 em diante (e nos tempos atuais, de modo mais acirrado) não pode mais encontrar soluções duradouras para as suas próprias contradições. Isto é, houve o esgotamento da fase de ascendência histórica do capital e as implicações não são nada animadoras para o próprio sistema. Contudo, nas palavras de Maranhão (2009):

É importante ressaltar que, apesar de afirmar o bloqueio do crescimento da economia e o desgaste do papel civilizatório do capital pela crise, não há em Mézáros qualquer sinal de uma teoria fatalista que aponte para uma autodestruição do capitalismo. Pelo contrário, para o referido Autor, a atual incapacidade de o capital encontrar soluções duráveis para sua crise estrutural abre possibilidades

históricas para uma reativação da alternativa socialista no mundo (MARANHÃO, 2009, p. 630).

Como o sistema do capital não pode admitir as causas das crises (pois teria que questionar sua própria lógica reprodutivo-destrutiva), apenas consegue tentar remediar seus efeitos, assim como ajustar de forma restrita, os problemas gerados por suas próprias contradições.

A partir daqui, veremos como esses processos estão interrelacionados: a crise estrutural e os movimentos de mundialização do capital e de especulação financeira. Como já visto no final da segunda Seção, para Chesnais (2001) a extinção do acordo de *Bretton Woods*, em 1971, e a conseqüente liberalização do setor das finanças, formam a base de um novo período no regime de acumulação. Ter isso como ponto de partida é fundamental para o entendimento da dominância financeira contemporânea. Segundo o economista, tratou-se do primeiro grande momento da mundialização do capital⁸¹, este da desregulamentação ou liberalização monetária⁸².

Tanto o movimento de mundialização do capital quanto às novas estratégias de acumulação capitalista, na visão do economista francês François Chesnais (1995; 1996) estão articulados à teoria da internacionalização, cujo mote principal está no poder das grandes corporações transacionais (incluindo tanto o setor industrial quanto o de serviços). Dando continuidade às análises do Autor, passaremos a abordar as demais etapas desse movimento. Em relação ao segundo momento, Chesnais traz o seguinte:

A segunda etapa, na implementação da mundialização financeira, começa pouco antes do estouro da dívida do Terceiro Mundo, em 1979-1980. Segue-se à chegada de Paul Volcker à chefia do Federal Reserve [Banco Central norte-americano], mas inclui, igualmente, as medidas tomadas, paralelamente, pelo governo conservador britânico chefiado por Margaret Thatcher, num país que tem duas características importantes, do ponto de vista do assunto que estamos

⁸¹ Chesnais se refere ao momento contemporâneo da mundialização do capital (a partir do começo dos anos de 1970), e não aquele sentido de mundialização que faz parte e acompanha o sistema capitalista desde seu início. Mas “[...] um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens de consumo e serviços – mas também, de forma crescente, do **capital financeiro** centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal. Este regime de acumulação [...] seria fruto de uma nova fase no processo da internacionalização, que chamo de ‘mundialização do capital’” (CHESNAIS, 1995, p. 1, grifo nosso).

⁸² Até a entrada dos anos de 1970, esse setor era regulado pelo Estado em todas as economias de mercado (desde a crise de 1929, os mercados financeiros encontravam-se presos a essa lógica regulatória).

tratando. O Reino Unido abriga a City, que é a mais antiga praça financeira do mundo, e ainda a segunda, se não por seu volume (Tóquio é mais importante) pela variedade e sofisticação de seus instrumentos de colocação. E o Reino Unido é também o país de origem dos maiores fundos de pensão privados do mundo, depois dos EUA (CHESNAIS, 1996, p. 257-258).

Nessa etapa, os bancos perdem totalmente a predominância, frente às novas instituições financeiras como os fundos de pensão e fundos mútuos. Estas instituições passam a ser as grandes concorrentes dos Bancos (elemento esse chamado de desintermediação). Consequência das medidas tomadas, a partir de 1979, as quais “escancararam” os sistemas financeiros nacionais. Fundamentada em Chesnais, Paulani (2009) coloca que tais instituições financistas impuseram à própria acumulação do capital produtivo uma dinâmica orientada pela maximização do “valor acionário”:

A ideia básica é que os detentores das ações e de volumes importantes de títulos de dívida privados e públicos são efetivamente proprietários situados numa posição de exterioridade à produção, e não “credores”, como normalmente se caracteriza, o que leva à distinção entre finanças intermediadas [constituídas basicamente por empréstimos bancários], que caracterizariam o regime de acumulação anterior, e finanças diretas, que prevalecem no regime atual (PAULANI, 2009, p. 27).

Nesse sentido, de 1980 em diante, o processo de mundialização avançou ainda mais rapidamente e, conforme Chesnais, foram três os seus elementos constitutivos: a desregulamentação monetária, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais. Por meio da desintermediação também são favorecidos os mercados de poupança de clientes que passaram a transferir suas reservas ou apólices de seguro para fundos que oferecessem mais rentabilidade.

Com base nas determinações do Consenso de Washington⁸³, as medidas adotadas pelo capitalismo central e periférico, frente à grande crise econômica na

⁸³ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada, em 1989, que visou propagar a política econômica neoliberal (a ser tratada na terceira Seção desta Tese) com a intenção de combater a crise econômica dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. As referidas medidas ficaram conhecidas por terem se tornado a base do neoliberalismo na periferia do capitalismo, uma vez que, depois do Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI adotaram tais medidas como obrigatórias para negociar as dívidas externas daqueles países. Os ajustes estruturais principais foram os seguintes: reforma fiscal; abertura comercial; política de privatizações; redução fiscal do Estado. Tratou-se de uma espécie de preparação necessária para que os referidos países pudessem vir adotar, na prática, toda a agenda neoliberal (BATISTA, 1995).

década de 1980 (além do ajuste estrutural imposto pelo referido Consenso, mais severamente, aos países subdesenvolvidos) fizeram parte dessa segunda etapa da mundialização financeira (CHESNAIS, 1996). O declínio dos “30 anos gloriosos”, o rompimento do acordo de *Bretton Woods*, e o aumento da taxa de juros por parte dos EUA aos países da periferia capitalista, foram alguns dos condicionantes para a eclosão da referida crise. Esta etapa também foi caracterizada pela liberalização dos mercados de câmbio⁸⁴, abertura do mercado dos títulos da dívida pública⁸⁵ aos operadores estrangeiros do sistema financeiro, além da abertura de Bolsa de Valores às empresas estrangeiras. Chesnais (Ibid.) destaca essas novas instituições financeiras afirmando o seguinte:

Os anos de 1980 também assistiram ao aparecimento, em primeiro plano, de formas de centralização do capital monetário de instituições financeiras, às vezes, de origem bem antiga, mas que até então haviam permanecido em situação subalterna aos grandes Bancos e grandes grupos. São os fundos de pensão⁸⁶, isto é, os grandes fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses; os fundos mútuos, isto é, fundos comuns de aplicação e gestão de carteiras de títulos; bem como as companhias de seguros mais orientadas para os sistemas de seguro de vida e de aposentadoria complementar. A formação e o crescimento dessas instituições levaram a mudanças importantes, que estão longe de concluídas, nas formas de relações e nas modalidades de entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria. Essas instituições financeiras não bancárias comandam massas financeiras tão elevadas, que, perto delas, as dos grandes Bancos são pequenas, quando não “nanicas” (Ibid., grifo do Autor).

Outra inovação financeira dessa época diz respeito ao processo de “titularização” ou “secutirização”, que está ligado ao mercado comercial de papéis, cujas operações requerem a emissão de títulos de crédito; isto é, técnicas de

⁸⁴ Os EUA se valeram de sua enorme influência em organismos financeiros multilaterais, como o FMI, para forçar um inédito processo de abertura de mercados e de desregulamentação econômica ao redor do Globo.

⁸⁵ Títulos da Dívida Pública são uma das formas de investimento financeiro. Quando o governo (federal, estadual ou municipal) emite um título, ele está contraindo uma dívida por meio do mercado de capitais. Na prática, é como se o governante estivesse pegando dinheiro emprestado e dando uma garantia de que vai pagar, com o objetivo de levantar dinheiro. Qualquer pessoa pode comprar um desses títulos e, ao comprar, será remunerado através de juros, enquanto mantiver a posse desse título.

⁸⁶ “[...] O equilíbrio financeiro desses fundos está na dependência de um comportamento das variáveis-chave macroeconômicas que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores. A perversidade desse comportamento é parte das contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo – que gera renda real – enquanto engorda o capital financeiro – que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda” (PAULANI, 2006, p. 93).

financiamento mediante emissão de títulos. Trata-se de uma prática financeira que consiste em reunir diversos tipos de ativos financeiros, convertendo-os em papéis negociáveis no mercado de capitais (interno e externo). A dívida é, portanto, transferida/vendida, na forma de títulos, para vários investidores. Em outros termos, “[...] a securitização consiste em transformar os créditos de posse [uma dívida] das instituições financeiras em títulos negociáveis[...]” (COGGIOLA, 2012, p. 37); títulos esses que podem ser adquiridos diretamente por Bancos, Distribuidoras de Valores ou Fundos de Investimento, como forma de rentabilizar o capital investido. Em relação à terceira etapa da mundialização financeira, o Autor sintetiza que:

A incorporação dos chamados mercados financeiros “emergentes” diretamente às redes de finanças, a partir do começo da década de 1990, representa a etapa mais recente da mundialização financeira. Devem-se distinguir esses mercados das praças financeiras mais antigas, como Hong Kong e Cingapura [...] Pode tratar-se aqui de mercados financeiros realmente novos, como em certos países da Ásia e, em breve, na China [...] (CHESNAIS, 1996, p. 265-266, grifo do Autor).

O Chesnais indica que, na década de 1990, no que concerne aos capitais mundiais, os mercados emergentes asseguravam apenas em torno de 15% de aplicações com alto grau de liquidez. Sendo os EUA, por meio do FMI – Fundo Monetário Internacional – os responsáveis pela abertura desses pequenos mercados domésticos subordinados aos grandes mercados (dos países centrais).

Ainda acerca da desregulamentação dos mercados financeiros, lamamoto (2015) divide-a em duas grandes etapas. A primeira delas, entre 1982 e 1994, teve na dívida pública seu principal fator: “O poder das finanças foi construído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos Títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a *indústria da dívida* [...]” (p. 117, grifo da autora). Um segundo momento, a partir de 1994, tem como seu principal elemento as bolsas de valores: as instituições financeiras comprando ações dos grupos industriais, para apostar na lucratividade futura dessas grandes empresas. E, nessa mesma linha de raciocínio, para Alves (2016) a década de 1980 representou uma reação do capitalismo, no seguinte sentido:

O sistema do capital reagiu na década de 1980 com uma das mais profundas Reestruturações Capitalistas desde a Primeira Revolução

Industrial. Primeiro, a “globalização” como mundialização do capital em sua dimensão de mundialização produtiva – o que ocorria desde fins da II Guerra Mundial; e a mundialização do capital como mundialização financeira, o fenômeno histórico efetivo da nova era do capitalismo global. [Nesse bojo] manifesta-se a *financeirização da riqueza capitalista* com a desregulamentação financeira e a explosão de inovações de produtos financeiros capazes de impulsionar o poder do capital fictício na lógica de acumulação da riqueza abstrata (ALVES, 2016, p. 35, grifos do Autor).

O economista Chesnais também ressalta que, dos anos de 1990 em diante, as referidas inovações financeiras decorrem, em sua maioria, de mercados de caráter exclusivamente financeiro. Ou seja, quando um mesmo crédito pode gerar ganhos ou perdas financeiras em vários mercados, como crédito principal e como derivativo desse crédito. Em outra obra, desta vez tendo Chesnais (2005) como organizador, alguns autores (ainda que com sutis diferenças) apresentam um traço em comum ao tratar do tema central e defendido pelo economista francês na década de 1990: atualmente, o sistema capitalista ainda se encontra em sua etapa monopolista/imperialista (assim como Lênin asseverou no início do século XX) mas com uma mudança, qual seja, em uma fase acentuadamente financista.

Chesnais, junto com os demais colaboradores de *A Finança mundializada*, procuram dar ênfase à recente alteração no regime de acumulação capitalista e ao forte controle que o capital financeiro tem hoje sobre várias atividades, entre as quais, as que produzem conhecimento, informação e ciência. É por esta razão que o Autor aposta na “hipótese da insaciabilidade da finança”, a qual denota o impulso desmedido da esfera de valorização financeira em relação à valorização real ocorrida na esfera da produção de mercadorias (Ibid.).

Em outros textos seus (2001; 2015) a partir dos anos 2000, o economista passa a reconhecer que o que há de central nesse movimento de mundialização é a retomada no desenvolvimento do capital financeiro, o qual conforme o Autor, é uma forma concentrada de capital que hoje domina grande parte do planeta:

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. As instituições em questão compreendem os Bancos mas, sobretudo, as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de

aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro (Id., 2001, p. 8).

O Autor concebe as finanças como algo não autonomizado, isto é, que possui alguma relação com a produção. Além disso, também aponta que o capital financeiro, como uma dimensão contemporânea, não é fruto de um movimento próprio (o Estado tem grande corresponsabilidade nesse processo). Trata-se de aspectos que tensionam a economia capitalista mundial, provindos de uma contradição e de uma desproporcionalidade cada vez mais aguda entre o impulso desmedido da valorização na esfera financeira e a valorização real na esfera da produção material:

Esse conjunto excedente de fontes de financiamento produziu um crescimento sem precedentes de capital na forma dinheiro, descolado da acumulação real direta [...] Essa massa excedente de capital, então, circulou pelo mundo em busca de toda forma de valorização. Esses recursos foram aplicados fundamentalmente em títulos públicos, títulos privados e em bolsas de valores, característicos do mercado de papéis que representam o capital fictício (NAKATANI; GOMES, 2015, p. 255).

Ou seja, o lucro não reinvestido na esfera produtiva passa a buscar maior rentabilidade na esfera financeira, o que é uma contradição e um risco interno dentro do próprio capitalismo. A esfera das finanças se retroalimenta da produção de riquezas gerada pelo investimento produtivo/industrial, ao absorver parte substancial da mais-valia gerada. Corroborando com os autores já citados, Montaño; Duriguetto (2011) fazem a seguinte análise:

A financeirização é resultado da queda das taxas de lucro dos investimentos na produção e no comércio, o que produziu uma disponibilização de capital na esfera da circulação sob a forma de capital-dinheiro ou capital monetário. Esse *capital-dinheiro* é remunerado através dos *juros* (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão) e não é investido na produção, passando a constituir a fonte crescente de riqueza dos capitalistas rentistas. A financeirização do capitalismo contemporâneo também se sustenta no *capital fictício* (mercado acionário das empresas, propriedade de cotas de fundos de investimento e de títulos de dívidas públicas). O crescimento dos rendimentos advindos desses títulos de propriedade é de caráter nitidamente especulativo (não se aplica na produção, mas

circula por onde mais conseguir se valorizar, captando mais juros (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 185-186, grifos dos autores).

O capital excedente que não lograva valorização no modelo tradicional (produção de mais-valia) precisou buscar outro campo (o financeiro). Essa transferência ou deslocamento de riqueza do setor produtivo para o financeiro, com aumento da especulação, parece ser uma tendência em tempos de crise. Outro Autor que sintetiza muito bem a hegemonia do sistema financeiro e essa insaciabilidade da finança, é David Harvey (2005):

A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu, a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições [...] para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrentes de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2005, p. 122-123).

Segundo Nakatani; Gomes (2015) os chamados derivativos são uma forma de capital fictício que não existia em volume significativo na época de Marx, sendo uma espécie de “títulos dos títulos”. Eles surgem a partir do término do acordo de *Bretton Woods* (1971), mas cresceram exponencialmente da década de 1990 em diante. São eles: títulos de apostas especulativas de alto risco que derivam de títulos primários, a exemplo de ações de empresas e títulos da dívida pública. Trata-se de investimento no mercado futuro, uma promessa de ganho, uma transação no âmbito da especulação financeira. Os títulos privados, dentro de certo limite, correspondem a um capital real: “O problema está em que seu valor cresce ou diminui por razões independentes, de maneira que parte pode ter existência puramente ilusória do ponto de vista da totalidade. Além disso, pode aparecer duplicado, triplicado etc.” [...] (NAKATANI; GOMES, 2015, p. 49).

Ainda, conforme Carcanholo; Nakatani (2015) as principais formas de capital fictício são o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário. Os referidos Autores alertam para o fato de que em certos limites, o capital fictício pode não comprometer a lógica da acumulação do capital industrial, todavia,

Uma explosão no volume do capital fictício pode ocorrer em diversas conjunturas de maneira a torná-lo capaz de alterar a lógica do capital industrial [...] A questão do descolamento ou explosão do capital fictício torna-se um problema para o capitalismo [...] Dessa maneira, o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial [...] ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente [...] (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 54)

Na época de Marx, o capital fictício (conforme vimos no início da segunda seção) era constituído, entre outros aspectos, pelo valor de mercado de uma sociedade anônima ou sociedade por ações. Especialmente, das últimas décadas do século XX aos dias atuais, esse capital está relacionado com o excedente que é valorizado de forma especulativa, cujo valor, no geral, é obtido pela multiplicação do preço das ações cotadas nas bolsas de valores. Vejamos nas palavras dos Autores:

[...] a cotação das ações na bolsa é determinada, em primeiro lugar, pela capitalização dos dividendos à taxa corrente de juros. Em segundo lugar, a especulação no mercado de ações acrescenta outros determinantes. Assim, a aposta de que os dividendos possam ser maiores do que o esperado eleva o preço das ações e o aumento de seus preços conduz à aposta que os preços serão ainda maiores no futuro. Enfim, o preço de mercado deixa de representar o valor do capital original, ou o preço nominal da ação e, da mesma forma, deixa de representar o valor patrimonial presente, inflando ficticiamente o capital. Esse processo é conhecido como bolha financeira [...] (NAKATANI; GOMES, 2015, p. 258)

Como processo de capitalização da mais-valia que se autovaloriza na especulação de papéis e derivativos, o capital fictício pode levar o sistema financeiro ao colapso, pois se distancia cada vez mais da economia real. Seguindo essa mesma reflexão, Bastos (2016) complementa a linha de raciocínio, alertando para o seguinte:

O caráter ilusório desses ganhos, por parte de rentistas e especuladores, somente se revela nos trágicos momentos de “estouro das bolhas”, ou seja, quando da irrupção das “crises financeiras”, as quais, na verdade, constituem “choques de realidade” a que são submetidos os processos fetichizados de valorização e autonomização das formas funcionais do capital abstraídos da efetiva produção de valor, na esfera produtiva (BASTOS, 2016, p. 142, grifos do Autor).

É, desse modo, que a época hodierna passa por agudas e recorrentes crises financeiras e, nesse processo, a relação entre capital e trabalho é parte ativa, tendo em vista que, a lógica da especulação financeira rebate diretamente sobre a produção exigindo: “[...] alta rentabilidade das empresas, demissões que agradam investidores, cortes de gastos para pagamento da dívida pública, facilidade de crédito bancário e aumento de juros aos empréstimos a trabalhadores, entre outros” (ANTUNES *et al.*, 2017, p. 441).

As opções que o sistema do capital vinha utilizando-se para remediar as crises de superprodução envolviam ações que se expressavam por meio de guerras mundiais, destruição do excedente e expansão de mercados; da década de 1970 em diante, essas tentativas vêm se dando mediante novos métodos, como é o caso da utilização predominante do capital financeiro. Ainda para Antunes *et al.* (2017) na atualidade, vivencia-se um contexto de acumulação predominantemente financista, decorrente da crise de natureza estrutural; sendo três os processos que consideram como principais entre as tentativas mais recentes do capitalismo em retomar os níveis da taxa de lucro referente aos “30 anos gloriosos”: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização, conforme discutiremos ainda nesta seção.

Trata-se de processos que somente devem ser analisados entre si e de forma articulada à totalidade da relação entre capital e trabalho. Ao capital financeiro, também interessa recuperar as taxas decrescentes de lucratividade do sistema como um todo. Daí a relevância de termos, primeiramente, nos debruçado sobre o entendimento desta categoria, uma vez que, os ganhos financeiros nos mercados internacionais não deixam de tentar se materializar, especialmente por meio de fusões/aquisições de grandes conglomerados (a exemplo do ramo educacional) em países subdesenvolvidos, nas últimas décadas. Formas essas que vem sendo alimentadas, entre outras medidas, pelo

[...] atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro. A financeirização no âmbito das empresas educacionais no Brasil⁸⁷ se deu à medida em que a lógica dos negócios passou a ser marcada pela especulação [...] (CHAVES, 2019, p. 67).

⁸⁷ Cujas determinações e desdobramentos trabalharemos na Seção quatro desta Tese.

Desse modo, após termos tratado da relação entre a crise estrutural, o movimento de mundialização do capital e a marca da especulação financeira, é igualmente imprescindível que avaliemos como o fenômeno da financeirização da economia está imbricado com a díade reestruturação produtiva e neoliberalismo. É assim que pretendemos situar essa discussão, para ao final desta Seção, entendermos quais foram as implicações desse conjunto de categorias para a educação na América Latina e no Brasil.

3.2 Reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível do capital

A relativa estabilidade socioeconômica proporcionada pelo regime *taylorista-fordista* e pelo *Keynesianismo* durante os “30 anos gloriosos” perdurou até início da década de 1970. Como tentativa de minimizar os efeitos de sua crise estrutural, o sistema do capital começou a implantar um amplo processo de reestruturação produtiva:

O quadro crítico, a partir dos anos de 1970, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação *taylorista/fordista*, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar seu ciclo reprodutivo [...] O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível [...] onde se destaca especialmente o ‘toyotismo’ ou o modelo japonês [...] (ANTUNES, 2003, p. 47).

Entre os principais aspectos, têm-se as mudanças no mundo da produção e do trabalho, incluindo, principalmente, a intensificação da exploração sobre o trabalhador. Para sustentar e tornar viável a referida reestruturação, foi necessário que o sistema do capital em crise redefinisse a forma de intervenção do Estado, adaptando-se às novas exigências. Sendo assim, adotou um novo ordenamento político-jurídico-econômico: o neoliberalismo (sobre o qual nos debruçaremos a partir da Seção 3.3).

No bojo do esgotamento do padrão de acumulação *taylorista-fordista*, o sistema capitalista implantou profunda reestruturação em sua base produtiva, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível do capital. Segundo o Autor, esse processo de reestruturação produtiva faz parte de um conjunto de práticas que caracteriza a dinâmica capitalista, a partir de 1973. Trata-se de uma reprodução ampliada do capital

que vem para tentar compensar os prejuízos crônicos causados pela superacumulação dos anos anteriores. Essa nova etapa configura-se em outra base tecnológica, organizacional e sociorreprodutiva de exploração do capital sobre o trabalho. Contrária à rigidez do *fordismo*, a acumulação flexível caracteriza-se pela “[...] flexibilidade⁸⁸ dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 121).

A diferença que marca a abordagem de Harvey encontra-se no fato de que, sob uma condição inédita de crise estrutural do capital, a acumulação flexível coloca o trabalho assalariado em outro patamar de degradação: uma maior precarização e intensificação, constante desqualificação, rebaixamento salarial e novas exigências no setor produtivo e de serviços. Além disso, ainda conforme o Autor, mas em outro livro seu, *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação* (2005), o processo que Harvey vai chamar de “acumulação por espoliação” se constitui como elemento central no capitalismo contemporâneo. E uma das marcas desse elemento é o papel desempenhado pelas diversas instituições financeiras (já mencionadas na seção anterior) na supervalorização dos mercados acionários, submetendo as políticas econômicas e sociais a essa lógica especulativa predatória.

Neste sentido, com base em Harvey (2005), Alves (2011a) argumenta como o movimento de mundialização do capital, em sua fase essencialmente financeirista, se configura articulado a esse outro momento histórico:

Ora, o novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sob a acumulação flexível e que possui vínculos sociometabólicos com a acumulação por espoliação, é um elemento compositivo do novo estágio do desenvolvimento capitalista que Chesnais irá denominar “mundialização do capital” e a qual ele identifica com a constituição de um “regime de acumulação predominantemente financeirizado”. O que significa que, o domínio da “financeirização” foi o principal veículo de constituição da acumulação por espoliação, tendo em vista que incrementou a velocidade, intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando, desse modo, um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado [...] (ALVES, 2011a, p. 29, grifos do Autor).

⁸⁸ Embora, como nos chame atenção Alves (2011b): “[...] uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando ‘flexibilizar’ as condições de produção, principalmente da força de trabalho [...] Portanto, a produção capitalista é, em si, ‘acumulação flexível’ de valor, que surge ainda em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado [...] O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser ‘flexível’ às necessidades imperativas do capital em processo” (ALVES, 2011b, p. 412, grifos nossos).

Em relação a essa etapa da acumulação flexível, cuja maior expressão foi o *Toyotismo*⁸⁹, sua gênese sócio-histórica deu-se a partir de fins da década de 1940, na marca automobilística *Toyota*⁹⁰ *Motor Company* do Japão. Com a derrota japonesa na segunda Guerra Mundial e sua lenta recuperação econômica, era urgente que a indústria e a produtividade desse país se tornassem tão competitivas quanto a norte-americana. Conforme Antunes; Pinto (2017) essa nova organização do trabalho e da produção pode ser melhor caracterizada nos seguintes aspectos:

Em seus traços básicos, o toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se com frequência da produção em série e de massa do taylorismo-fordismo. É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, baseando-se num processo produtivo flexível em que o/a trabalhador/a opera simultaneamente várias máquinas. O toyotismo tem como princípio o *Just in time*, metodologia que busca reduzir continuamente todo “estoque” de tempo e de efetivos. Esta baseia-se num aparato de informação e reposição de produtos chamado *kanban*. Conformam-se, por fim, uma estrutura produtiva mais horizontalizada, aspecto que se estende também a toda a rede de subcontratação das empresas, ampliando a chamada terceirização (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 64).

Assim, surgido no Japão pós-guerra com sua economia em crise, o *toyotismo* veio para aumentar as taxas de lucro e retomar o processo de acumulação do capital por meio do aumento e da eficiência da produção sem que se aumentasse o número de empregados, fazendo um trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo. Diferentemente da época fordista-taylorista, que produzia em série e em larga escala, no modelo *toyotista*, a indústria produz apenas o que é vendido/consumido. Ou seja, produzir somente o necessário, sem estocar peças ou produtos (princípio popularmente chamado de “estoque zero” ou método *Just in time*).

⁸⁹ “O Toyotismo é a ‘ideologia orgânica’ do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias [...] À medida que o Sistema Toyota de Produção se dissemina pelo mundo do capital, adaptando-se (e intervindo) no cenário do seu novo sociometabolismo, ele se torna Toyotismo ou novo modelo de produção flexível” (ALVES, 2011a, p. 43-45).

⁹⁰ “O sistema toyotista emergiu dos experimentos, na empresa Toyota, empreendidos entre 1947 e o início dos anos de 1970 no Japão, por Kiichiro Toyoda e Taichii Ohno: o primeiro, presidente-fundador; o segundo, o engenheiro industrial da empresa. É lícito frisar, porém, que esses experimentos germinaram em meio às particulares relações de trabalho japonesas da época” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 65).

Portanto, a eliminação do desperdício na produção passa a ser o objetivo primordial desse modelo; o que é uma grande contradição pregar a ausência de desperdício justamente na sociabilidade do capital, cujas crises são geradas pela superprodução e que sob uma crise de natureza estrutural, promove uma produção cada vez mais destrutiva. Ademais, para acabar com o desperdício e reduzir os custos (outro grande objetivo) sem aumentar o número de operários ou diminuir a quantidade de dias trabalhados, era preciso intensificar o processo de trabalho no chão das fábricas. Para tanto, uma das medidas tomadas

[...] foi a introdução de mecanismos de parada automática por autodeteção de erros nas próprias máquinas, a chamada “automação” [o que] primeiramente, permitiu delegar a um número menor de trabalhadores/as a operação de várias máquinas simultaneamente, pois a remoção da tarefa de detecção de erros liberou tempo na jornada [...] Num segundo momento, de dispositivo mecânico, a automação foi convertida num princípio de execução do trabalho humano, exigindo-se aos/às trabalhadores/as o acionamento do *Andon* [painéis luminosos] em caso de problemas, paralisando-se todos os processos. Tal princípio passou a ser chamado de “autoativação” da produção (Ibid., p. 68, grifos do Autor).

A junção dessas duas medidas práticas permitiu uma sofisticação maior na extração da mais-valia por parte do capital sobre diversos postos do trabalho industrial. São operários que passam a desempenhar múltiplas funções, já que, além de operar as máquinas, eles passaram a diagnosticar defeitos, controlar a qualidade na produção, inclusive, fazer manutenção em equipamentos. Isto é, permitiu ao sistema capitalista sofisticar a expropriação, pois além da exploração sobre o componente físico do trabalhador, tem-se, de forma ampliada, a exploração sobre o componente intelectual desse empregado.

Outra prática adotada com vistas a reduzir os estoques e o tempo produtivo foi o que ficou conhecido por “celularização”, em que foram introduzidas “células” de produção, nas quais três a quatro máquinas eram operadas por um ou dois trabalhadores; e estes se responsabilizavam por ciclos completos da fabricação dos produtos (Ibid., p. 70). O resultado da conjugação de todas essas estratégias no chão das fábricas foi a invenção do sistema *Kanban* (nos anos de 1960) ou a adaptação do mecanismo de reposição de produtos nas prateleiras dos supermercados norte-americanos, à necessidade da indústria japonesa. Ou seja, os estoques passaram a

ser repostos somente à medida que os produtos eram vendidos (produção enxuta e personalizada). Assim, o *Kanban* foi o meio como o *Just in time* (que pressupõe um sistema em rede informacional) passou a ser administrado, permitindo que a produção ocorresse com fluidez:

[...] O que se privilegia é o tempo de fabricação propriamente dito, em detrimento da constituição de estoques ou de longos transportes [...] Também a integração via subcontratação e os métodos *Just in time* aceleram a fluidez, ou seja, a circulação dos bens da fase preparatória (antes de serem transformados) e de sua venda no mercado de produtos finais [...] Outro exemplo é a rotação dos estoques finais: na Toyota, um carro fica no máximo dois dias no pátio da fábrica; nas outras empresas, fica vinte dias ou mais. É uma enorme diferença caso se queira acumular rapidamente, ou seja, reinjetar os lucros da venda de veículos em novos meios de produção ainda mais eficientes (GOUNET, 1999, p. 45-46).

O conjunto dessas novas ferramentas possibilitou a utilização da polivalência (ou o desempenho de multitarefa) do operário e, para estimular essa multifuncionalidade, foram introduzidas a remuneração por produtividade e a bonificação por resultados. Ou seja, objetivando garantir as metas de produtividade, são oferecidos “salários indiretos” aos trabalhadores assalariados, a depender de seu melhor empenho laboral. Neste sentido, Souza (2011) nos esclarece o seguinte:

As inovações institucionais e organizacionais que são introduzidas no Toyotismo potencializam uma nova captura da dimensão subjetiva do trabalho. O envolvimento da força de trabalho é também estimulado pelo novo sistema de pagamento – bônus por produtividade ou participação nos lucros, “salário por antiguidade”, o que articula o desempenho dos negócios ao comportamento dos operários. O Toyotismo desenvolve novos sistemas de pagamento e, além, disso, o incentivo ao trabalho em equipe como meio civilizado de exploração da força de trabalho, que apesar de nova denominação, foi denunciado por Marx na era da grande indústria (SOUZA, 2011, p. 95-96)

Como se percebe, trata-se de uma forma mais sofisticada de subsunção do trabalho ao capital. Portanto, trata-se de um novo tipo de desqualificação, diferente da imposta no modelo de racionalização do trabalho *taylorista-fordista*. Contudo, não se deve esquecer que a forma com que o sistema capitalista inova na exploração sobre a classe trabalhadora não muda a substância da relação capital-trabalho (ou seja, não muda a relação ontológica de exploração). Ademais, essas inovações se conjugam,

em grande medida, com as antigas formas de exploração, que não desaparecem ou são substituídas pelas “novas” formas.

Se as origens do Sistema Toyota de Produção remontam a década de 1950, é a partir do movimento de mundialização do capital em sua crise estrutural (décadas de 1970/1980), que o regime da acumulação flexível se disseminou para os demais países capitalistas; não ficando apenas no ramo industrial automobilístico, mas também sendo incorporado a outros tipos de indústria e setores como o de serviços⁹¹ (adquirindo dimensão universal nos anos 1990). Os princípios organizacionais do *toyotismo* foram adotados nos EUA, Europa, Ásia, e até na América Latina; adaptando-se às especificidades de cada caso. É, por essa razão, que como ressalta Alves (2011a):

O Toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não predominantes do novo regime de acumulação flexível (ALVES, 2011a, p. 60, grifo do Autor).

Percebe-se que há um movimento de continuidade/descontinuidade ou de hibridismo entre os dois modelos de organização da produção e do trabalho, tanto na época em que o *toyotismo* começou a ser implantado, quanto nos tempos atuais. E, quando nas grandes indústrias a mais-valia extraída não é suficiente para manter a reprodução ampliada do ciclo produtivo, há também, de acordo com Gounet (1999) algumas alternativas possíveis, tais como: “Buscar fundos em **organismos financeiros ou na Bolsa de Valores** [...] Adquirir novas empresas, por incorporação ou por fusão [...] Aumentar a mais-valia extraída na produção que elas controlam [...]” (GOUNET, 1999, p. 43, grifo nosso). Vê-se o quanto esse novo padrão flexível está imbricado com o regime de acumulação de hegemonia financeira: qualquer empresa, principalmente as grandes, deseja rentabilizar o capital que foi investido e a financeirização é composta por medidas que ampliam as bases da exploração capitalista. Isso porque a gestão do grande capital está cada vez mais subordinada aos interesses rentistas, fato que requer a redução de custos na produção ou nos

⁹¹ E, mais recentemente, até na administração pública.

serviços, para que o aumento dos lucros torne seus respectivos ativos financeiros mais atrativos aos investidores⁹².

Sob o processo de reestruturação produtiva e tendo o *toyotismo* como expressão hegemônica, o sistema do capital, passa a intensificar ainda mais a exploração sobre o trabalhador – já destituído do controle e concepção de seu trabalho – exigindo deste novas habilidades e competências, visando unicamente o atendimento dos interesses de reprodução ampliada do capital. No âmbito do mercado de trabalho foram introduzidos métodos mais flexíveis de gestão e organização trabalhista, o que na prática tem apontado para a perda das poucas e restritas conquistas dos trabalhadores; com o aumento dos empregos informais e o predomínio dos contratos de trabalho parcial e temporário em regime de terceirização (que descentraliza a produção e a prestação de serviços), subcontratação, revelando-se em formas cada vez mais precarizadas de emprego, como destaca Alves (2011a):

Mas, a produção flexível implica também a “flexibilidade da contratação salarial”, isto é, o afrouxamento das condições jurídicas (legais ou convencionais) que regem o contrato de trabalho (basicamente as condições de contratação e de demissão). Nesse caso, o espírito do Toyotismo incentiva a instabilidade salarial ou a constituição de uma precariedade de trabalho que permita, de forma ampla, a contratação parcial ou trabalho temporário (ALVES, 2011a, p. 51, grifo do Autor).

Essa flexibilização na contratação⁹³ e no salário promove um processo de fragmentação da classe trabalhadora, bem como, de sua subjetividade/consciência, inviabilizando seu poder de barganha nos embates com o patronato. Resolve-se aumentar as taxas de lucro do capital mediante intensificação do ritmo de trabalho e da conseqüente produtividade do trabalhador, ao mesmo tempo em que se reduz o número de empregos; flexibilizam-se os direitos trabalhistas e cresce a competição entre os trabalhadores em cada local de trabalho.

Antes de passarmos para a próxima Seção e darmos continuidade à nossa análise da relação entre o processo de reestruturação produtiva do capital e a ofensiva neoliberal, é importante que abordemos os princípios norteadores do modelo de qualificação do trabalhador resultante dos regimes *taylorista-fordista* e de acumulação

⁹² Aspecto que abordaremos na Seção 4, quando formos analisar as implicações da financeirização na particularidade brasileira.

⁹³ Também na Seção quatro, veremos essas questões relacionadas ao trabalho docente no ensino superior financeirizado brasileiro, no bojo da atual Reforma Trabalhista.

flexível do capital. Dessa maneira, será possível compreendermos melhor, posteriormente, as implicações das políticas neoliberais sobre a educação.

3.2.1 O modelo de qualificação da força de trabalho: do taylorismo-fordismo à acumulação flexível do capital

Como visto na Seção dois, no regime de trabalho *taylorista-fordista*, as tarefas eram repetitivas, mecânicas e fragmentadas, havendo, com isso, forte embrutecimento das atividades laborais desenvolvidas pelos operários. Com a perda da destreza e sem necessitar de qualificação, o trabalhador/operário passou a ser apenas um “apêndice” da máquina.

Para atender aos requisitos desse modelo produtivo hegemônico, durante a maior parte do século XX, foi necessário um tipo de qualificação da força de trabalho correspondente, ou seja, que atendesse às exigências das indústrias e empresas da época (necessidades mais imediatas do capital). Nesse tipo de qualificação, a ênfase estava na separação entre teoria e prática, inclusive, sendo a prática/aplicação/experimentação, muito mais enaltecida que a teoria/conceito/reflexão. Aspecto que favoreceu ainda mais a divisão social do trabalho manual *versus* intelectual:

Por isso, o taylorismo-fordismo colocou como horizonte um projeto de educação baseado em escolas técnicas ditas “profissionalizantes”, cujo mote era formar os/as estudantes para o trabalho assalariado, ou melhor, formar a sua força de trabalho para o mercado. Toda mercadoria deve ter um valor de uso, portanto, os saberes-fazeres a serem formados estão, evidentemente, determinados já nos currículos a serem cumpridos nessas instituições. As grades curriculares e sua distribuição em cargas de horas/aula em si já explicitam a estrutura de comércio na qual será consumido esse conhecimento pelas empresas como *capital variável*, como *trabalho concreto* urdido em *trabalho abstrato* (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 78-9, grifos dos Autores).

Uma educação tipicamente utilitária, parcelar e hierarquizada, concepção da gerência “científica” *taylorista-fordista*, em que as instituições de ensino técnico (assim como as capacitações nas próprias empresas) formavam para reproduzir trabalhadores que ocupavam posições estratificadas, próprias do sistema capitalista; além de formarem também indivíduos subservientes ao capital. Assim, a educação, no interior desse modelo, foi direcionada para a formação técnico-profissional medida pela certificação de diplomas:

As “cargas horárias”, as “avaliações” e o conteúdo programático das “disciplinas” moldam no “alunado” (seres sem luz própria) uma subjetividade pré-formada e pré-disposta à divisão social do trabalho nas empresas e órgãos públicos, entre grupos distintos de “planejadores/as” e “executantes”. Os diplomas e titulações obtidos, por sua vez, conferem reconhecimento social a esse processo e legitimam ética e politicamente, essa desigualdade como obra do mérito individual ou mesmo da técnica (Ibid., p. 85-6, grifos dos Autores).

Por isso, que o formato ideal dessas organizações era o burocrático, evidenciando as normas e técnicas de condução das decisões. Outro aspecto a ser considerado no período em questão é que o discurso em defesa da relação direta entre educação formal e emprego alcançou seu auge nos países capitalistas com a Teoria do Capital Humano (TCH), como destacam os estudiosos:

É nesse contexto que se desenvolve a “teoria do capital humano”, uma forma de reprodução ideológica que concebe a pedagogia a partir da economia utilitarista e neoliberal. Idealizada pelo economista Theodore Schultz, da Universidade de Chicago, ainda na década de 1960 [...] a teoria do capital humano concebe a força de trabalho como nada menos que “capital” [...] (Ibid., p. 101, grifos dos Autores).

A Teoria em questão constituiu-se num paradigma norte-americano segundo o qual escolarização e aumento do nível de instrução da classe trabalhadora seriam sinônimos de produtividade e desenvolvimento econômico; seu sentido original pautava-se numa lógica centrada no papel da educação como sendo o de formar/capacitar indivíduos eficientes, com o conseqüente aumento da capacidade produtiva dos países. Freres *et al* (2015) nos alertam para outro aspecto dessa Teoria: “Desse modo, a educação é tida, dentro dessa lógica, como um fator de produção que ampliaria o conceito de capital e superaria as diferenças entre capitalista e trabalhador, varrendo de uma vez por todas a luta de classes” (FRERES *et al*, 2015, p. 72). Nessa perspectiva, foi uma Teoria com forte apelo ideológico, passando a noção de que o investimento em educação garantiria um retorno econômico futuro, tanto para o desenvolvimento das nações (nas taxas de lucro do capital) quanto em termos individuais (na mobilidade social).

Com a crise de superprodução em fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, esgota-se o padrão produtivo taylorista-fordista, por não mais servir à busca

incessante de lucros do capital, iniciada sua crise de natureza estrutural⁹⁴; surge, então, o modelo de acumulação flexível, trazendo muitas mudanças no mundo trabalho e, com isso, os métodos de qualificação do *taylorismo-fordismo* começaram a ser contestados nos principais países industrializados. Passou-se, a partir do decênio de 1980, a reivindicar a flexibilização da rígida hierarquização presente no modelo anterior, bem como, um conhecimento mais dinâmico, menos conteudista e disciplinar.

Nesse tipo de qualificação, a ênfase deve estar numa formação geral adquirida por intermédio da educação formal via escolarização (educação básica) acrescida de uma formação técnico-profissional abrangente, complementada por experiências na própria prática profissional. Sob essa perspectiva, o sistema do capital passa a buscar e exigir trabalhadores/profissionais flexíveis e dinâmicos, com capacidade de aprender ao longo da vida (aspectos essenciais ao desenvolvimento e à reprodução capitalista):

Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. A partir desta sólida formação geral, dar-se-á a formação profissional, de caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais (KUENZER, 2016, p. 3).

A partir dessas exigências advindas da nova reestruturação produtiva e do regime de acumulação flexível, as instituições de ensino técnico, tanto públicas quanto privadas, assim como o empresariado (por meio do Sistema S), procuraram adaptar-se, é claro, no sentido de atender aos interesses do sistema do capital em sua crise estrutural. Por esse motivo, ressignifica-se a Teoria do Capital Humano:

Nesse bojo, a educação alçada à capital humano é fetichizada, pois foi posta como a atividade por meio da qual se tornaria possível o milagre da superação das desigualdades sociais. É com a missão divinal de diminuir as desigualdades sociais que a educação foi

⁹⁴ “A própria crise do fordismo e do keynesianismo, em si, constitui expressão fenomênica da grave crise estrutural que atinge o sistema do capital, em sua incapacidade de remunerar satisfatoriamente as enormes massas de capitais que se avolumam, tendo em vista, entre vários fatores, as dificuldades de realização da mais-valia produzida, por conta principalmente da deteriorização do nível de remuneração da classe trabalhadora” (BASTOS, 2016, p. 93).

organizada nas últimas décadas do século XX. É nesse contexto que a Teoria do Capital Humano foi rejuvenescida como uma teoria que articula trabalho e educação para o desenvolvimento econômico dos países e dos indivíduos (desde que sejam qualificados) ganhando nova configuração e jogando sobre a educação o peso da responsabilidade pela “solução” dos problemas gerados pelo capital (FRERES *et al*, 2015, p. 75, grifo da Autora).

Ainda conforme Freres *et al* (2015) essa ressignificação fez vir à tona uma nova teoria, a da empregabilidade:

Se a TCH, ao atrelar o processo de desenvolvimento à qualificação do humano [...] guardara certa convergência com o pleno emprego, na quadra atual, o que emergia no cenário de crise estrutural do capital era o fato de que sua fórmula desenvolvimentista, além de potencializar os requisitos de qualificação, tornara insustentável a garantia de emprego para todos. Entre as novas competências e habilidades que o trabalhador deveria adquirir, via educação, estava a sua capacidade de lidar com um mundo em constante transformação e prenhe das incertezas da nova ordem mundial, inclusive aquelas trazidas pela competição globalizada. Estando, pois, o pleno emprego negado mesmo àqueles que detenham alguma qualificação, restaria o horizonte da **empregabilidade**, uma espécie de potência de atratividade que o trabalhador teria que adquirir para ser absorvido pelo mercado. O conhecimento por ele acumulado seria a chave desta potência. As escolas, assim, deveriam preparar os indivíduos tanto para os minguantes postos de trabalho assalariado – cada vez mais disputados à base dessas competências e habilidades – quanto para a ausência deles. A árdua tarefa alcançaria sua efetividade à medida que os Estados produzissem políticas de garantia ao acesso e permanência à educação básica (reduzida aqui ao que conhecemos no Brasil como Ensino Fundamental) (Ibid., p. 80, grifo nosso).

Percebe-se que essa concepção de qualificação dos indivíduos tem o sentido de eles (por conta própria) capacitarem-se mediante diversos Cursos para terem apenas condições de empregabilidade, já que, não há vaga para todos no mercado de trabalho. Outra questão é quanto ao tipo de emprego que esse trabalhador tem a possibilidade de conseguir, pois, não se trata mais de contar com um emprego seguro. Isto é, os postos de trabalho estão concentrados cada vez mais na informalidade, no trabalho autônomo, muitas vezes, terceirizado. Também é introjetado no trabalhador que é ele o único responsável por sua formação e conseqüente inclusão/permanência nesse mercado. E, no caso de ficar desempregado,

[...] a culpa e a responsabilidade pelo infortúnio cabem unicamente ao indivíduo que não se “qualificou”, adequadamente, como requer o

mercado de trabalho. Evidencia-se o caráter funcional dessa ideologia no escamoteamento das reais causas do desemprego estrutural, especialmente, pelo prolongamento da escolaridade e o conseqüente retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, efeitos que atenuam a pressão que o desemprego exerce sobre a estrutura socioeconômica (BASTOS, 2016, p. 171, grifo do Autor).

Corroborando com a análise de Bastos (2016) Melo (2010) ressalta o seguinte:

Este modelo de formação é orgânico aos novos tempos de crise do capitalismo, em que o desemprego estrutural avassala as possibilidades de que os trabalhadores formados consigam seu “lugar ao sol” no mercado de trabalho. E esta formação torna-se orgânica ao capitalismo em crise justamente porque flexibiliza o próprio trabalhador; a satisfação de seus anseios e expectativas lhe é de pura responsabilidade individual. Este viés ganha ainda mais vida porque, ideologicamente, os empresários insistem que estas relações a que são submetidos os trabalhadores não são mais relações de classe, de oposição entre capital e trabalho. O grande opositor do trabalhador passa a ser ele mesmo, ao não ser empregável, ao não se formar nos moldes que o mercado impõe. O resultado somente pode ser a frustração pelo desemprego, a angústia de não conseguir seu lugar no mercado, e a eterna busca pela qualificação, numa ação individual e coletiva que legitima a exclusão como produto da incompetência individual, e não como resultado da perversidade do sistema excludente do capitalismo, nesta atual fase de crise (MELO, 2010, p. 77, grifo da Autora).

Para além dos aspectos formais da nova qualificação demandada pelo regime *toyotista*, há ênfase também nos elementos comportamentais do trabalhador. Por esse motivo que, no plano do processo de trabalho, a flexibilização apresentou a ideia da necessidade de formar trabalhadores polivalentes/multifuncionais, ou que saibam trabalhar em equipe e resolver problemas práticos na empresa. As principais habilidades comportamentais ou informais seriam: criatividade, atualização constante, iniciativa, fácil adaptação a mudanças, autonomia, agilidade nas decisões e na resolução de complicações ou situações difíceis que venham a surgir no ambiente de trabalho. Conforme Souza (2011) sob essas habilidades subjetivas,

O controle aparece mistificado pela aparente autonomia e polivalência adquirida no processo de trabalho. A captura da subjetividade operária torna-se mais envolvente, por que não é apenas o saber e o fazer do trabalhador que são apropriados pelo capital, mas a sua disposição afetivo-intelectual. O trabalhador aceita as novas modificações gerenciais e é convencido de que detém domínio sobre o processo de trabalho. Eis, então, a alienação a que a força de trabalho se vê submetida (SOUZA, 2011, p. 97).

Essas características reuniriam o que o empresariado chama de funcionário proativo e que “veste a camisa” da empresa onde atua. Daí não ser mais chamado de empregado, mas sim de “colaborador” e até de “associado”, tendo subjacente a isso outro nível de alienação do capital sobre o trabalho, algo que Antunes; Pinto (2017) nos chamam atenção:

É nesse novo universo produtivo que se (re)configura o fenômeno da alienação. Uma alienação que é mais interiorizada, ainda mais complexificada. O trabalhador e a trabalhadora têm que se envolver com os objetivos do capital. Ele e ela não são mais “trabalhador ou trabalhadora”, mas definidos como “colaborador e colaboradora”, “consultor e consultora”. A alienação é aparentemente menor, mas intensamente mais interiorizada. Porque é assim que o toyotismo pode envolver [...] (Ibid. p. 74-5, grifo dos Autores).

Se no período *taylorista-fordista* o operário era especialista em uma única função, no *toyotismo*, o conceito de polivalência corresponde a um processo de “desespecialização multifuncional”, já que um único operário desempenha uma diversidade de atividades previamente racionalizadas. Mas, nesses dois conceitos de qualificação, há um forte traço em comum: em ambos os modelos a classe trabalhadora é destituída do papel de conceber, planejar e controlar o processo de seu trabalho, estando sempre fortemente presente sua subserviência ao capital. No que se refere ao processo de “desqualificação funcional”, Souza (2011) nos alerta para a seguinte questão:

Na nova linha de produção recompõe-se a racionalização do trabalho – aceleração da produção – pela via da desespecialização flexível dos trabalhadores qualificados, pelo incremento da polivalência operária e pela plurifuncionalidade das máquinas. Introduce-se o trabalhador polivalente para atuar na execução, reparo, manutenção e controle de qualidade no próprio posto de trabalho. Procura-se modificar a dinâmica da produção a partir das tarefas múltiplas e, aparentemente, agradáveis do padrão flexível (SOUZA, 2011, p. 94-95).

Trata-se de uma educação imediatista que, sob a lógica da razão instrumental no final do século XX (e de modo ainda mais rebaixado, no século XXI) precisa formar indivíduos empreendedores para, no mínimo, serem responsáveis por sua própria empregabilidade, atendendo às expectativas de um mercado de trabalho cada vez

mais diverso: “[...] uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho ‘polivalente’, ‘multifuncional’ e flexível [...]” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 104, grifo dos Autores). Isto é, um trabalhador assim “qualificado”, indica maior facilidade adaptativa às novas necessidades do mercado de trabalho, numa relação de absoluta instabilidade inserida na atual conjuntura de crise estrutural do capital.

Dando prosseguimento às nossas análises acerca do conjunto de respostas dadas à crise estrutural, na seção seguinte, examinaremos como o Estado de Bem-estar social foi dando lugar ao aparato jurídico-político-econômico neoliberal. Começaremos por entender sua gênese teórica, para depois identificarmos sua agenda prática; ao final, apontaremos as implicações das políticas neoliberais à educação brasileira.

3.3 Neoliberalismo: dos postulados teóricos à agenda posta em prática

As premissas neoliberais começaram a ser idealizadas décadas antes de serem postas em prática, ainda na vigência do Estado de Bem-estar social. Comumente, em relação a esses primórdios teóricos do neoliberalismo, se reporta à Sociedade de Mont-Pèlerin⁹⁵ (Organização Internacional fundada em 1947). Porém, como trazem à luz Dardot; Laval (2016) a referida gênese deu-se num Colóquio ocorrido em 1938. De maneira detalhada, os estudiosos esclarecem o seguinte:

Se for verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social, cada vez mais pronunciado, a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma resposta a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entravar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram, desde o fim do século XIX, uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo. A criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na Rue Montpensier,

⁹⁵ “Em 1947, o economista Friedrich Hayek organizou uma conferência na Suíça [...] Participaram importantes intelectuais conservadores, pró-capital, como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig von Mises, entre outros. Na ocasião, deu-se a fundação da agremiação que tomou emprestado seu nome da localidade do evento (Sociedade Mont Pèlerin), considerada o germe da revitalização do liberalismo econômico, que havia caído em descrédito com a Grande Depressão de 1929-1934, e cujo ideário permaneceria no limbo, por mais de quarenta anos, ofuscado pela hegemonia do Keynesianismo [...]” (BASTOS, 2016, 112-13).

no centro de Paris [...] Esses dois acontecimentos, aliás, estão correlacionados. O Colóquio Walter Lippmann encerrou-se com a declaração de criação de um Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo [...] a Sociedade Mont-Pèlerin aparece como um prolongamento da iniciativa de 1938. Um de seus pontos em comum, que não foi de pouca importância para a difusão do neoliberalismo, é seu cosmopolitismo [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69-70).

Durante o Colóquio em questão, duas abordagens sobre alguns aspectos neoliberais, apesar de distintas, se fizeram presentes nos debates entre seus principais representantes: “a corrente do ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-americana, representada por Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek” (Ibid., p. 31). A abordagem austro-americana era a mais conservadora na defesa do não intervencionismo estatal, já a corrente do ordoliberalismo alemão defendia o que chamava de “intervencionismo liberal”. No decorrer das discussões, a abordagem que se tornou hegemônica foi a alemã: “[...] todos os participantes compartilham incontestavelmente da rejeição dos ‘neoaustriacos’ ao coletivismo, ao planismo e ao totalitarismo, em suas formas comunista e fascista” (Ibid., p. 71).

Foi somente com o surgimento da Sociedade Mont-Pèlerin que as divergências foram desfeitas e conseguiu-se unir ambas as correntes (austro-americana e alemã), contra os dois grandes males, na visão da ideologia neoliberal: o “intervencionismo de Estado” e a “escalada do coletivismo”. Conforme Dardot; Laval (2016) isso resultou na “[...] teorização de um intervencionismo propriamente liberal (em que o Estado atua para o fortalecimento do mercado e adota os processos, procedimentos, lógica e forma de organização da gestão gerencialista empresarial) [...]” (Ibid., p. 71).

Vê-se que, desde sua teorização, o neoliberalismo não prega a ausência total de intervencionismo estatal na economia. Por isso, não se deve afirmar que o aparato jurídico-político neoliberal é o oposto do Estado de Bem-estar social. Em verdade, as versões liberais (liberalismo clássico, liberalismo social e neoliberalismo) fazem parte de uma mesma essência e visam o mesmo grande objetivo que é a perpetuação do capitalismo. O que mudam ou se atualizam são as normas e regras de mais ou menos intervenção estatal, a depender do momento histórico de crise.

Dessa forma, foi principalmente por meio de economistas conservadores⁹⁶ ligados às Escolas de Economia Austríaca e de Chicago⁹⁷, que o neoliberalismo passou a ser considerado como um corpo teórico: o economista ucraniano Mises (2010) lançou o primeiro tratado de economia do século XX; o economista austríaco Hayek (1990) começava, já na década de 1940, sua defesa sobre a diminuição da ação econômica do Estado, o que, segundo o teórico, resultaria em progresso social; e o economista estadunidense Friedman (1988) também foi um defensor da diminuição da intervenção estatal na economia.

Para esses pensadores, no campo econômico, as instituições estatais deveriam limitar-se apenas ao controle inflacionário por meio de política monetária (uma menor oferta de moeda no mercado faria com que, no geral, os preços não subissem). Mises (2010) não confiava na ação estatal e defendeu com veemência, a ação humana individual. Hayek (1990), discípulo de Mises⁹⁸, era contra qualquer forma de intervenção do Estado na economia e defendia o mercado e a concorrência como as únicas formas de manter uma sociedade harmônica. Assim, para ele, a desigualdade social era algo positivo e necessário para que os indivíduos, em suas ações livres e esforços próprios, pudessem ascender economicamente. Segundo o pensador, um sistema de serviços sociais seria possível, desde que não atrapalhe a concorrência. Defendia que o coletivo não pode se sobrepor ao indivíduo e o que deve prevalecer é a primazia deste último, paralelamente à sua liberdade de escolha.

Friedman (1988) era igualmente a favor de que as liberdades individuais devem estar acima de tudo, por isso, era contrário a qualquer ideia de coletivismo. Para ele, os governos deveriam intervir o mínimo possível em suas respectivas sociedades e

⁹⁶ Entre eles, os expoentes são: Ludwig von Mises (1881-1973), economista ucraniano e filósofo, um dos ícones da Escola Austríaca de Economia, sendo grande defensor da liberdade econômica como suporte básico da liberdade individual; Friedrich von Hayek (1899-1992), economista austríaco e um dos mais importantes pensadores liberais do Século XX; Milton Friedman (1912-2006), economista norte-americano considerado o pai da teoria monetarista e fundador da Sociedade do Mont Pèlerin, em 1948, com Friedrich Hayek.

⁹⁷ A Escola Austríaca começou a se estruturar em meados do século XIX e é até hoje uma das mais importantes correntes de pensamento da ciência econômica. Defende os princípios liberais, especialmente, o livre mercado, que funciona de acordo com a lei da oferta e da demanda. Tem como principais representantes Mises e Hayek. A Escola de Chicago foi criada a partir dos ideais acolhidos pela Escola Austríaca. Ela é chamada dessa maneira, desde 1950, para se referir aos professores que lecionavam no Curso de Economia da Universidade de Chicago. Trata-se de uma escola de pensamento econômico também baseada em princípios do liberalismo. Entretanto, seu foco se manteve, principalmente, nas ideias neoliberais: privatização de empresas estatais; redução de tributos para indivíduos e, em especial, para as grandes empresas; pouca intervenção do Estado na economia; defesa das medidas contra o protecionismo econômico. Tem como principal representante Milton Friedman (PAULANI, 2005).

⁹⁸ Cf. Merquior (1991).

sempre visando manter o equilíbrio econômico. Este equilíbrio somente viria com a exacerbação das liberdades dos sujeitos individuais, das organizações privadas e de um mercado livre. De acordo com o economista, a função dos governos deveria ser a de “[...] determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo” (FRIEDMAN, 1988, p.33). Isto é, legislar em favor das regras econômicas já ditadas pelo mercado, garantindo que elas sejam colocadas em prática sem empecilhos.

Em Friedman, na mesma obra em questão, podemos abrir um parêntese para suas recomendações à educação⁹⁹. O Autor se colocava a favor da oferta de educação para a população, tendo em vista que sem pessoas ao menos alfabetizadas, não haveria como se ter uma sociedade estável. Todavia, estabelecia algumas ressalvas, principalmente, quanto à responsabilidade do setor privado e das famílias nesse processo. Segundo Friedman (1988) os subsídios governamentais deveriam atender apenas à população pobre; inclusive, por considerar a pobreza como algo natural, era a favor da caridade vinda da iniciativa privada. Em relação ao ensino superior, o pensador argumentava que os próprios indivíduos se responsabilizem por seus custos, e não que tais despesas sejam de responsabilidade dos governos por meio de impostos. Justifica que os investimentos em educação produzem baixo retorno social e em longo prazo¹⁰⁰.

Nesse contexto, os defensores da corrente de pensamento neoliberal, para justificar a crise dos “30 anos gloriosos”, criticaram o excesso de paternalismo do Estado de Bem-estar social, como explica Perry Anderson:

[...] As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse, cada vez mais, os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

⁹⁹ “Para Friedman, a educação possui uma função reprodutivista de abastecer o mercado de trabalho, funcionando como ‘capital humano’ a ser financiado pelo Estado no suprimento das necessidades da economia. A educação teria a função de provocar o crescimento econômico e o incremento da renda das pessoas” (MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2015, p. 48).

¹⁰⁰ Parece que as análises de Friedman para a educação foram muito “bem” aproveitadas pelos organismos internacionais em suas recomendações aos governos de países periféricos, a exemplo do Brasil, a partir de sua Constituição Federal de 1988 (como veremos na Subseção 3.4).

Dito de outro modo, para esses ideólogos neoliberais, a culpa da crise teria raízes na própria classe trabalhadora, que com seus ganhos salariais, corroeram as bases de acumulação do capital, prejudicando o empreendedorismo capitalista e a atividade econômica de modo geral. Inclusive, para Hayek (1990), certa restauração da taxa “natural” de desemprego seria benéfica para os trabalhadores aceitarem melhor sua nova condição. No campo filosófico, a proposta neoliberal baseia-se em um dos princípios do liberalismo clássico, o individualismo, ou os indivíduos livres da tutela do Estado, buscando na liberdade de concorrência, seu lugar no mercado.

Dessa forma, a “solução” neoliberal estaria num Estado forte contra os sindicatos e parco com os gastos sociais: um conjunto de políticas macroeconômicas impostas pelo reordenamento do sistema capitalista (liberalização, desregulamentação e privatização). Montañó; Duriguetto (2011) detalham como o neoliberalismo se tornou a estratégia hegemônica que veio a substituir o regime *fordista-Keynesiano*:

Essa nova estratégia sustenta-se em três pilares fundamentais necessariamente articulados, no atual contexto de crise e mundialização do capital: a) a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; b) a reestruturação produtiva; e c) a (contra) reforma do Estado. Frequentemente, identifica-se o “neoliberalismo” apenas com a reforma do Estado, como se fosse uma reforma “política” e “técnica”, não econômica, que nada teria a ver com as relações de produção, com os interesses de classes, com a reestruturação produtiva, com a política macroeconômica. A “superestrutura jurídica e política” é, nesses casos, desconectada da sua “base econômica”. Esta visão reducionista que segmenta o projeto neoliberal de suas bases econômicas, tende a contrapor keynesianismo e neoliberalismo [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 192-193, grifo dos Autores).

Em verdade, ambos (Keynesianismo e neoliberalismo) são duas “faces de uma mesma moeda”. Os interesses explícitos ou ocultos são de uma mesma classe social, a burguesia, na busca por um único objetivo, a ampliação da acumulação o capital¹⁰¹. São modelos político-econômicos que, cada um em suas possibilidades históricas,

¹⁰¹ Senão, vejamos o que diz Lessa (2013): “O mito do Estado de Bem-estar serve para velar a continuidade histórica entre o desenvolvimento de uma articulação superior entre as formas absoluta e relativa de extração da mais-valia e as novas modalidades de intervenção do Estado na economia pela mediação das políticas públicas. Serve para velar a continuidade entre o Estado antes e depois dos ‘30 anos dourados’. O neoliberalismo não trouxe ‘contrarrevolução’ alguma, simplesmente porque não estava ocorrendo, antes, uma revolução [...]” (LESSA, 2013, p. 217-218).

usou de estratégias para que o controle do capital sobre o trabalho fosse cada vez maior.

Feitos esses esclarecimentos teóricos, há um consenso em estabelecer que o Neoliberalismo, na prática, foi implantado inicialmente na Inglaterra (com Margaret Thatcher, 1979) e nos EUA (com Ronald Reagan, 1981). Porém, foi na América Latina, especificamente, no Chile, sob a ditadura de Pinochet (entre 1973 e 1990) que se deu a primeira experiência neoliberal por um governo. Anderson nos alerta sobre isso:

[...] O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas [...] O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instauração de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central no neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis [...] (ANDERSON, 1995, p. 19).

A neoliberalização do Chile deu-se por meio de um golpe de Estado¹⁰², que depôs o presidente socialista Salvador Allende e iniciou o governo do general Augusto Pinochet. Tratou-se de um projeto macroeconômico de viés desestatizante: privatizações, abertura ao mercado externo, reforma trabalhista e redução do gasto público e do papel do Estado em áreas-chave, como saúde e educação. Sob influência do contexto da Guerra Fria, entre 1973 e 1990, o Chile foi uma espécie de laboratório neoliberal da Escola Econômica de Chicago liderada por M. Friedman¹⁰³, o qual afirmava que a origem dos problemas econômicos estava na “mão pesada” do Estado (HARVEY, 2008).

Assim, bem antes do Consenso de Washington (1989) que forneceu o “receituário” neoliberal para a América Latina, o Chile foi o primeiro a adotar as medidas de austeridade fiscal, privatização, reformas tributárias, desregulamentação, abertura ao capital externo e controle da inflação. De fato, nos primeiros anos, houve estabilização da economia (necessária às futuras reformas estatais) e crescimento

¹⁰² Dado em 1973 e apoiado pela CIA - Agência Central de Inteligência - do governo dos Estados Unidos.

¹⁰³ Em 1975, o economista visitou o Chile, fez conferências e se reuniu com Pinochet.

econômico, que duraram até 1982. Mas, o que de fato prevaleceu na ditadura militar de Pinochet foi a retirada de direitos civis e a destruição do sistema de proteção social, por meio de sua política de desregulamentação financeira. Para acelerar esse processo, foram realizadas reformas privatizantes nos sistemas de saúde e previdência social, este último, dando-se sob um regime de capitalização (cada indivíduo poupando para sua própria aposentadoria, com cotizações individuais obrigatórias e voluntárias). Tais reformas causaram impacto social profundamente negativo, como a forte concentração de renda e o aumento da desigualdade social, favorecendo o capital financeiro, visto que as empresas administradoras dos regimes de capitalização são os Fundos de Pensões (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

No caso da experiência inglesa, com a ascensão de Thatcher, em 1979, o poder conservador permaneceu até 1997. A agenda neoliberal contemplou forte redução de empresas estatais (com inúmeras privatizações), abolição de controle sobre os fluxos financeiros, aumento na taxa de juros, desregulamentação das leis trabalhistas, flexibilização dos direitos sociais, drásticos cortes nos gastos sociais, defesa ideológica do livre mercado; assim como processo de desindustrialização e enfraquecimento da atuação sindical. Por intermédio de uma política amplamente antissindical, a forte base fabril e até mesmo as negociações coletivas, foram alvo de ataques do governo inglês. O que não impediu grande movimento de resistência por parte dos sindicatos, em sua luta contra o desemprego resultante dessas medidas. A experiência neoliberal norte-americana do governo Reagan (1981-1989) também foi marcada pelo esvaziamento das funções dos sindicatos, elevação do desemprego, pela diminuição de gastos públicos, eliminação de vários programas de assistência social e redução de impostos sobre grandes fortunas, o que beneficiou os financistas de *Wall Street*¹⁰⁴ (ANTUNES, 2003).

Isso significou que, do final do decênio de 1970 aos dias atuais, o capital passou a conceder ganhos para o trabalho apenas de forma residual e pontual, não mais “ganhos substantivos”, como no passado:

Sob os efeitos da crise estrutural, até mesmo os elementos parcialmente favoráveis na equação histórica entre o capital e o trabalho têm de ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos

¹⁰⁴ Considerada o “coração” econômico do imperialismo norte-americano, onde está localizada a Bolsa de Valores de Nova Iorque, representando assim, o sistema do mercado financeiro dos EUA como um todo.

para o trabalho [...] mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Começando pelo Chile e, seguidamente, pela Inglaterra e EUA, a implementação neoliberal teve continuidade por quase toda Europa central (a exemplo de Alemanha, França e Espanha). Na sequência, prossegue com força na América Latina: México, Argentina, Colômbia, Peru e Brasil. Especialmente, a partir de 1989 (mesmo ano de realização do Consenso de Washington) onde foi estipulado um conjunto de regras, condicionalidades e reformas estruturais de imposição neoliberal para os países latino-americanos. Entre as principais medidas de ajuste definidas nessa reunião, constavam: disciplina fiscal, reforma tributária, privatização, redução dos gastos públicos e desregulamentação de leis trabalhistas. Em decorrência desse processo, sobretudo após o Consenso de Washington,

[...] desencadeia-se uma verdadeira *fuga de capitais* em dois sentidos. Por um lado, o capitalista encontra que, num contexto de crise de superprodução, o reinvestimento do excedente na atividade produtivo/comercial resulta pouco sedutor, porquanto o lucro esperado nessas atividades é significativamente menor do que os ganhos obtidos na especulação financeira; produz-se, assim, *saída massiva do capital da esfera produtivo/comercial para a esfera financeira*. Em segundo lugar, esse capital financeiro, especulativo, encontra, no contexto da intensa concorrência interestatal pelo capital circulante, maiores rendas fora das fronteiras dos países em crise de superprodução e de elevada industrialização [...] (os países periféricos, na concorrência interestatal para atrair capital – particularmente como forma de conter a inflação – elevam as taxas de juros, isentam de tributação e desregulam a entrada e saída de capital financeiro). Dessa forma, o capital financeiro, que exige altas taxas de juros e/ou mercados com fortes demandas de financiamento, tende a *sair dos países centrais para se dirigir às nações ditas “emergentes”* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 210, grifos dos Autores).

Com o intuito de explorar a periferia capitalista, particularmente, a América Latina, os juros eram a forma de remuneração ao capital financeiro lá aplicado. Como resultado, o que houve foi o aumento da dívida externa e da inflação nesses países. Novamente em Washington, alguns anos após 1989, um grupo de especialistas em economia reuniu-se para traçar um plano de ajuste com o objetivo maior de conter a

inflação: estabilização econômica imediata, reformas estruturais mais drásticas e retomada dos investimentos¹⁰⁵.

Na próxima Subseção, pretendemos verificar como a programática neoliberal surge em alguns países latino-americanos e no Brasil e o impacto dessas medidas na política educacional; trata-se de ações decorrentes das prescrições de organismos internacionais (como o Banco Mundial), que terão forte influência sobre a mercantilização da educação e, conseqüentemente, no seu aprofundamento expresso sob a égide da financeirização.

3.4 A política econômica neoliberal na América Latina e no Brasil e as implicações para a educação

Conforme Petras (1999), os governos neoliberais eleitos na América Latina fizeram parte de um ciclo de desenvolvimento dividido em três fases. A primeira, que se iniciou no começo dos anos 1980; a segunda, iniciada no final dessa mesma década; e a terceira, que começou em meados dos anos de 1990. Em relação à primeira etapa, o estudioso explica o seguinte:

A primeira maré de governos neoliberais chegou ao poder em meio ao clima eufórico propiciado pelo processo de “redemocratização” e pela expectativa do eleitorado de que as mudanças políticas e a abertura econômica trouxessem liberdade e prosperidade. Incluem-se entre esses primeiros governos neoliberais os de Carlos Andres Perez, na Venezuela; Raúl Alfonsín, na Argentina; Sanguinette, no Uruguai; José Sarney, no Brasil; Jaime Paz Zamora, na Bolívia; Alan García, no Peru; e Miguel de la Madrid, no México. Todos estes governos aplicaram em determinado momento os programas de ajustes estruturais prescritos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Adotaram a retórica do “livre-mercado” e começaram a dismantelar a legislação trabalhista e de Bem-estar social [...] (PETRAS, 1999, p. 94-95, grifos do Autor).

Então, diferentemente do Chile (das décadas de 1970 e de 1980), a implantação inicial do projeto neoliberal na maior parte da América Latina envolveu alguns fatores principais, entre eles, o poder de governos conservadores e a transição de governos militares para governos eleitos. Mas, o elemento comum a todos esses países (incluindo o Chile) foi que, ao final de seus governos, o resultado apresentou uma grave crise econômica e social, com o aumento da inflação e o agravamento da

¹⁰⁵ Medidas ocorridas no Brasil a partir de 1994, após a implantação do Plano Real.

pobreza, sendo algumas das decorrências. Apesar desses resultados, a etapa seguinte de governos neoliberais, segundo Petras (1999), foi ainda mais radical que a fase anterior:

A segunda maré de governos neoliberais – que incluiu Caldera, na Venezuela; Menem, na Argentina; Lacalle, no Uruguai; Collor no Brasil; Sanchez Lozada na Bolívia; Salinas, no México; e Fujimori, no Peru – passou a privatizar vastos setores da economia, incluindo empresas altamente lucrativas. Esta segunda maré não foi um mero remanejamento da primeira, mas uma *radicalização* das fórmulas de privatização, um endurecimento das restrições à atividade sindical e um aviltamento do trabalho devido ao desemprego maciço [...] Costumava-se assegurar uma estabilidade de curto prazo por meio de políticas econômicas deflacionárias e do ingresso de capital especulativo de curto prazo. Os governos neoliberais da segunda maré, que experimentaram uma breve recuperação econômica graças a injeções de capital de curto prazo, entraram posteriormente em uma nova rodada de crises estruturalmente induzidas (Ibid., p. 96-97, grifo do Autor).

Verifica-se que, na segunda fase, houve um endurecimento dos programas de austeridade, assim como as mesmas consequências sociais desastrosas. Ao final da segunda etapa e, apesar de a maioria da população dos países em questão ser contra as medidas neoliberais, “A opção que se coloca para a terceira maré dos governos neoliberais é o *aprofundamento ainda maior* da exploração do livre-mercado e um risco crescente de levantes sociais *organizados*” (Ibid., p. 99, grifos do Autor). Nas campanhas eleitorais, os candidatos neoliberais utilizavam-se de políticas populistas, mas depois de eleitos aplicaram um forte programa de ajuste, que ao passar de uma etapa para outra, tornava-se ainda mais cruel com a classe trabalhadora. O estudioso destaca alguns exemplos de ação popular organizada desse período que foram diferentes das manifestações de protesto ocorridas nas duas fases precedentes: os zapatistas, no México; o MST – Movimento dos Sem Terra – no Brasil; a FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – na Colômbia; os produtores de coca, na Bolívia; movimentos sociais que representaram uma tentativa de projeto político alternativo, mas foram contidos pelo poder hegemônico do capital.

Como ressaltamos no final da segunda seção, três são os processos que consideramos como principais entre as tentativas mais recentes do capitalismo em retomar os níveis da taxa de lucro anteriores à década de 1970: neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização. Petras (1999), em suas análises sobre as

medidas neoliberais na América Latina, Europa e Estados Unidos, explica de que maneira a desregulamentação e a especulação financeiras estão articuladas a essas medidas:

A liberalização de fluxos financeiros não contribuiu para um novo aporte de capital de investimento para atividades produtivas de grande envergadura e longo prazo. A maior parte dos novos fluxos financeiros foi direcionada para o pagamento de obrigações de curto prazo a juros elevados e para o resgate de papéis do governo, com o objetivo de fortalecer as reservas externas, pagar dívidas ou equilibrar contas externas. A desregulamentação financeira frequentemente é associada ao crescimento do **capital especulativo** (entrada fácil e saída rápida). Essas práticas especulativas são imitadas por investidores locais que tiram vantagem da desregulamentação para movimentar o seu capital de e para contas no exterior, com base nas oscilações das taxas de juros, alimentando a instabilidade financeira [...] (Ibid., p.108, grifo nosso).

Com isso, as altas taxas de juros (especialmente nos países latino-americanos) elevam os custos dos empréstimos feitos pelos capitalistas industriais. Para poder conseguir pagar os juros bancários, esses capitalistas precisam reduzir salários e encargos sociais de seus trabalhadores (intensificação da exploração). O não reinvestimento no setor produtivo faz com que o lucro seja desviado para outras atividades: comércio, serviços e lucrativos títulos públicos. Todo esse processo vem acompanhado de prática privatizante, forte crescimento da força de trabalho no setor informal e drástico corte nos gastos sociais. Entenda-se:

O crescimento do Neoliberalismo gerou um vasto exército de trabalhadores “informais” (desprovidos de benefícios sociais), que não possuem garantias no futuro e, frequentemente, entregam-se a atividades de contrabando e tráfico de drogas [...] **A decadência do ensino público e a expansão do ensino privado destinado à elite estão ligados a uma economia empenhada em atrair mercados estrangeiros e serviços especulativos. Os cortes em investimentos sociais aumentam o papel do capital baseado no enclave. O capital dos especuladores** e os credores da dívida externa controlam uma economia estagnada, cuja população é composta de uma força de trabalho empobrecida (Ibid., p. 109-110, grifo nosso).

Ainda acerca da terceira fase do neoliberalismo na América Latina¹⁰⁶, México, Argentina e Brasil (mesmo que em momentos e com processos distintos) realizaram

¹⁰⁶ “Nos países subdesenvolvidos, o padrão neoliberal de desenvolvimento, sob a direção dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI), vem-se caracterizando pela maior inserção do

uma profunda desestatização (privatização de empresas públicas em um curtíssimo espaço de tempo e restrição da participação do Estado na vida econômica e social). A alta taxa de inflação nesses países serviu como um excelente pretexto para a implementação da estratégia neoliberal, especialmente, na Argentina e no Brasil¹⁰⁷. Mas, na realidade, sem estabilização monetária, as medidas privatizantes e as reformas neoliberais não teriam êxito. No caso da Argentina, em 1991, com o Plano Cavallo e no caso brasileiro, com o Plano Real, em 1994, as economias, de fato, foram estabilizadas e tiveram certo crescimento. O caso mexicano, inclusive, destacou-se como modelo de sucesso na América Latina, passando o país, a integrar a OCDE. Na explicação minuciosa de Martins (2005) podemos entender como se deu o caso argentino, bem como, estabelecer a necessária articulação entre neoliberalismo e capital financeiro:

As classes dominantes argentinas passaram a última década [1992-2002] aplicando zelosamente as receitas do Departamento do Tesouro dos EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI), seu xerife econômico na América Latina [...] fizeram tudo que lhes foi ordenado por Washington para alcançar o tão almejado objetivo neoliberal de um *Estado mínimo*. Conseguiram. Bem antes dos seus demais colegas sul-americanos, que seguem o mesmíssimo caminho. Essa utopia imperialista se desenrola nos traiçoeiros movimentos do capital financeiro. O *Estado mínimo* é o reino da liberdade do capital financeiro globalizado, cuja função econômica é altamente estratégica: determinar a forma de distribuição da mais-valia produzida para os principais grupos empresariais [...] Mas, esse capital financeiro não cria nada. Ele apenas planeja. Ele apenas administra. A única coisa que ele “produz” são os juros, essa forma derivada do valor e do lucro que são extraídas na produção propriamente dita. Através de uma miríade de taxas de juros, o capital financeiro organiza e reparte entre os diversos capitais o lucro produzido na totalidade de uma determinada economia [...] (MARTINS, 2005, p. 132-133, grifos do Autor).

capital financeiro e produtivo internacional na economia nacional, pela ampla abertura à importação de bens e serviços [...] e pela desregulamentação das relações de trabalho, no sentido de garantir maiores níveis de superexploração da classe trabalhadora” (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 25).

¹⁰⁷ “A adoção de políticas neoliberais no Brasil é tardia. Nos anos de 1980, o receituário neoliberal já era aplicado, de modo hegemônico, em importantes países da América Latina – Chile, Bolívia, México e Argentina. Nesses países, após um período de hiperinflação, com sua função pedagógica perversa, adotaram-se políticas deflacionárias com ênfase na privatização, abertura comercial e desmonte do serviço público. Os protocolos do *Consenso de Washington* indicam a nova orientação de estabilização das economias latino-americanas” (ALVES, 1998, p. 132, grifo do Autor).

Os monopólios das nações imperialistas migram para regiões de capitalismo subdesenvolvido para aumentar seus lucros em virtude da extração de mais-valor mais predatória, se aproveitando do atraso local (pouca industrialização, Estado servil às metrópoles, regularização trabalhista arcaica etc.). Percebe-se como o capital financeiro também se faz presente no processo de neoliberalização das nações latino-americanas, que sob uma realidade globalizada, permite que altos montantes extraídos da mais-valia produzida nesses países sejam transferidos para as economias capitalistas desenvolvidas. Mas, o resultado desse movimento é o mesmo em todas as nações capitalistas (periféricas ou centrais): privatização de empresas estatais - com desnacionalização de importantes ramos industriais - desregulamentação de leis trabalhistas, desmantelamento da previdência social (embora o desastre social seja bem maior nos países periféricos).

No que concerne ao Brasil¹⁰⁸, o projeto neoliberal começou a ecoar no país nas eleições presidenciais de 1989, quando Fernando Collor disputou com Lula da Silva e venceu (um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1988). O quadro de inflação apresentado naquele ano e na entrada da década de 1990 era altíssimo, decorrente de uma grave crise econômica que já vinha se arrastando desde a década de 1980. Na análise de Behring (2008):

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa tão esperada do processo de democratização, e mais um momento do embate entre os projetos societários antagônicos que foram se delineando e aprofundando ao longo dos anos 1980, favoreceu, por uma diferença pequena de votos, a candidatura à presidência que defendia explicitamente “reformas” orientadas para o mercado, que implicariam um forte enxugamento do Estado, como saída para a crise econômica e social brasileira [...] (BEHRING, 2008, p. 149, grifo da Autora).

¹⁰⁸ “O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 1950 particularmente no pós-1964, após o golpe militar, estruturava-se de modo bifronte: por um lado, voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para consumo de um mercado interno restrito e seletivo; por outro lado, desenvolvia uma produção para exportação, tanto de produtos primários como de produtos industrializados de consumo [...] Foi em meados da década de 1980, ao final da Ditadura Militar, que esse padrão produtivo começou a sofrer as primeiras alterações [...] Foi nesse período que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente, de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização sociotécnica do trabalho [...] Foi ao longo dos anos de 1990, entretanto, sob condução de um projeto ideopolítico de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente em nosso país [...]” (ANTUNES, 2005, p. 132-133).

Em relação à estabilização monetária, embora os planos econômicos (Planos Collor I e II), durante certo tempo, numa política anti-inflacionária, terem evitado a hiperinflação baseados na redução da circulação da moeda e do consumo¹⁰⁹, não lograram êxito:

Assim, apesar de o Plano [Collor I] conseguir equilibrar as finanças públicas e aumentar as reservas do país, a abertura comercial e a reforma administrativa propiciaram o aumento do desemprego, e pouco tempo depois o país entrava em uma recessão profunda [...] O Plano Collor II orientou-se definitivamente pelo rumo da ortodoxia liberal, com cortes nos gastos públicos, um novo “tarifaço” e uma reforma financeira. Em 1991, tal direção se confirma com a mudança de equipe econômica [...] (Ibid., p. 150, grifo da Autora).

Conforme a pesquisadora, Collor¹¹⁰ defendeu reformas que favoreciam o mercado, redução do tamanho do Estado, programa de privatizações, abertura mais ampla da economia do país para o mercado externo, além de ter dado continuidade ao Programa Nacional de Desestatização, com a venda de todo o setor siderúrgico; o que inaugurou um intenso processo de desindustrialização no país, gerando a desnacionalização de setores estratégicos como petróleo e gás natural. Ademais, houve arrocho salarial, demissão de parte do funcionalismo federal, bem como aumento da inflação, da desigualdade e do desemprego.

Após denúncias de corrupção, ocorreu em 1992, o processo de *impeachment* de Fernando Collor (assumindo seu vice, Itamar Franco¹¹¹), em que “[...] foram incluídas na lista de privatizações a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás e suas subsidiárias, a Telebrás e suas subsidiárias, e a participação do capital estrangeiro nas privatizações foi ampliada de 40% para 100%” (LIMA, 2007, p. 91). Foi no final do governo de Itamar Franco (1993) que Fernando Henrique Cardoso (seu então Ministro da Fazenda) elaborou um plano econômico de combate à hiperinflação no país, o Plano Real. Com a inflação controlada, o sucesso desse plano econômico fez com que Fernando Henrique se elegeisse à presidência, em 1994. Em oito anos de governo¹¹², esse presidente consolida o neoliberalismo no Brasil. Nos termos de Lima (2007):

¹⁰⁹ “[...] A partir do confisco das cadernetas de poupança e das contas correntes, ampliando consideravelmente o empobrecimento da população brasileira” (LIMA, 2007, p. 89).

¹¹⁰ Que governou entre 1990 e 1992.

¹¹¹ Entre 1993 e 1994.

¹¹² Entre 1995-1998 e 1999-2002.

O projeto do governo Cardoso representou mais um episódio dos acordos e alianças estabelecidos pela burguesia brasileira para manter seus interesses políticos e econômicos. O novo bloco no poder, sob a hegemonia do **capital financeiro** (em sua dupla face – nacional e internacional), instaurou uma nova racionalidade na condução da contrarrevolução neoliberal. Um projeto absolutamente afinado com as reformas estruturais elaboradas pelos organismos internacionais para a periferia do sistema, especialmente, com a reforma do Estado, que reorganizaria o conjunto das políticas sociais, entre elas, **a política de educação superior**¹¹³, **visando conformar os trabalhadores à nova (des)ordem do capital** (Ibid., p. 78, grifos nossos).

Após a implantação do Plano Real, a necessária estabilização econômica¹¹⁴ foi alcançada, porém, à custa de uma política de juros altos, de reformas que pioraram o nível de desemprego e da queda permanente do investimento, o que tornava cada vez mais clara sua política de cunho neoliberal. Fazendo uma análise da situação da época, a Autora nos chama atenção:

Por meio de todas estas políticas – desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, privatização de setores estratégicos da economia brasileira, abertura comercial e desregulamentação financeira – o capital conquistava as vitórias em sua ofensiva ao trabalho [...] Por fim, a fração hegemônica da burguesia no bloco no poder, o **capital financeiro** ganhou amplamente. Por mais que existam interesses específicos de cada fração indicando contradições, fissuras e disputas internas (no governo de Cardoso seriam identificadas principalmente como desenvolvimentistas e monetárias), todas estariam reunidas em torno do projeto neoliberal de governo vigente a partir da metade da década de 1990 (Ibid., p. 95, grifo nosso).

A implementação do Plano Real tornou aguda a tragédia social brasileira (com o aumento drástico do desemprego¹¹⁵) e foi, portanto, nesse contexto, que o presidente Fernando Henrique adotou as políticas neoliberais necessárias ao cumprimento de objetivos primordiais, como a redução da regulação estatal na economia e do tamanho do Estado, via privatizações.

¹¹³ Como veremos na Seção quatro.

¹¹⁴ Necessária, principalmente, para que o neoliberalismo fosse efetivado e consolidado no país.

¹¹⁵ “[...] Em agosto de 1998, Márcio Pochmann (*Jornal do DIAP*) já chamava a atenção sobre os efeitos da macroeconomia do Plano Real sobre o *emprego*. Suas pesquisas demonstravam que o Brasil vivia a pior crise dos últimos 100 anos: um em cada cinco trabalhadores e um em cada três jovens na Grande São Paulo estavam desempregados. Da implantação do Plano Real até agosto de 1998, foram extintos 764,1 mil postos de trabalho formal, em que pese o crescimento da economia [...]” (BEHRING, 2008, p. 163-4, grifos da Autora).

Outra medida que consolidou a sua agenda neoliberal foi a elaboração e aprovação de um documento intitulado de Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado¹¹⁶, em 1995, cujo mentor intelectual foi Luiz Carlos Bresser Pereira. Bresser Pereira, um dos pensadores mais liberais do país, dirigiu a equipe de formulação do Plano Diretor, ao assumir o então MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, que depois foi incorporado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Na visão do economista e mentor intelectual do Plano Diretor, era preciso delimitar as funções do Estado, diminuindo seu tamanho e o excesso de funcionários em seu quadro de pessoal, por intermédio de programas de privatização, terceirização e do estímulo a parcerias entre o setor público e o privado. Defendeu, para tanto, o controle da economia pelo mercado e mecanismos de ajuste fiscal, uma vez que, atribuía a culpa da crise à ineficiência do Estado e não ao capital. Para ele, tratava-se de uma crise fiscal, do modelo de intervenção estatal e da forma burocrática pela qual o Estado era gerido. Nos termos do referido documento:

Reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado [em que o Estado] deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento [devendo-se] transferir para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (BRASIL/MARE, 1995, p. 11-13).

O documento do Plano indicava que o Estado deveria deixar de ser o responsável direto por ações econômicas e sociais (na execução de bens e serviços), para exercer a função apenas de regulador desse desenvolvimento. Para tanto, a Reforma especifica dois tipos de propriedade, a estatal e a pública não estatal. No primeiro caso, cabe o setor de atividades exclusivas do Estado, a exemplo da educação básica, previdência social, segurança; no segundo caso, cabe ao setor de

¹¹⁶ Elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE e aprovado em setembro de 1995. “A partir de 1995, o Estado passa a implementar uma reforma da aparelhagem estatal, cujo cerne está especificado no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Esse plano indica claramente quais as atividades de que o Estado deve encarregar-se, diretamente, aquelas que deve apenas coordenar e/ou supervisionar e quais as que deve entregar à iniciativa privada” (NEVES; FERNANDES, 2002, n/r, p. 28).

serviços não-exclusivos, como universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus (em que o Estado deve atuar simultaneamente com outras organizações, públicas não estatais/Ong's e privadas). Fica explícito o papel do Estado de complementar o capital, quando o documento defende que “[...] é necessário reconstruir o Estado, de forma que ela não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia [...]” (Ibid., p. 44). Nesse sentido, conforme a síntese de Lima (2007) sobre o conteúdo desse Plano de Reforma:

No que se refere diretamente à reforma administrativo-gerencial do aparelho de Estado, o documento destacava o aumento de gastos com os servidores públicos; a rigidez da estabilidade a eles assegurada, apresentando a proposta de contratação de celetistas; a necessidade de estimular um espírito empreendedor na política de recursos humanos, por meio do condicionamento da remuneração do servidor ao seu desempenho profissional; a transformação das autarquias em organizações públicas não estatais, denominadas organizações sociais [entre elas, as universidades federais]; e a importância da reforma da previdência e do fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único como estratégias fundamentais para o enfrentamento tanto da crise fiscal como da inoperância e desqualificação do serviço público (LIMA, 2007, p. 97).

Corroborando com Lima, nas palavras de Behring (2008) esta Reforma proposta no documento do Plano Diretor:

[...] passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização, para o “setor público não estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem, para os autores [do Plano] ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Este processo é caracterizado como *publicização* e é uma novidade da reforma que atinge diretamente as políticas sociais. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor (BEHRING, 2008, p. 178-9, grifos da Autora).

Como resultado imediato dessas mudanças, baseado em perspectiva gerencial da gestão por resultados, o Plano Diretor obteve a aprovação de lei criando as Organizações Sociais (OS): “[...] entidades de direito privado sem fins lucrativos, que celebram um *contrato de gestão* com o Poder Executivo, que lhes assegura a dotação

orçamentária [...]” (BEHRING, 2008, p. 182, grifo da Autora). Esta aprovação foi extremamente necessária para que se alcançasse o principal objetivo da Reforma: a redefinição do papel do Estado.

Outra grande prioridade dessa Reforma foi a privatização de empresas estatais, o que significou a entrega do patrimônio público brasileiro ao capital estrangeiro e o favorecimento de alguns segmentos do capital nacional. Assim, segundo Gonçalves (1999) *apud* Behring (2008):

[...] o governo Cardoso viabilizou um nítido e forte movimento de desnacionalização da economia brasileira [...] Entre 1995 e 1998, houve cerca de 1.500 processos de aquisição e fusão, com a participação majoritária do capital estrangeiro em 59% deles, atingindo mais profundamente os seguintes setores: mineração, material eletrônico, elétrico e de comunicações, autopeças e produtos alimentícios diversos, mas com destaque para os laticínios, Bancos, seguros, energia elétrica, supermercados e meios de comunicação (GONÇALVES, 1999 *apud* BEHRING, 2008, p. 233).

Tudo isso ainda com um agravante: o valor de venda das estatais brasileiras não foi calculado pelo patrimônio que elas acumularam, mas sim pelas suas expectativas de faturamento. Essa lista de estatais vendidas/privatizadas nos mandatos de Fernando Henrique foi acrescentada a uma lista que já vinha de seus antecessores: setor siderúrgico (no governo Collor de Melo) e Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Telebrás (no governo Itamar Franco); com a ampliação de 40% para 100%, da participação do capital estrangeiro nas privatizações (LIMA, 2007).

A partir daqui, daremos continuidade à discussão sobre as políticas neoliberais, porém, direcionando o debate à área educacional. Para tanto, finalizaremos este capítulo apontando as recomendações dos principais organismos multilaterais para a educação na periferia capitalista.

Nos países periféricos, a maneira de os Estados nacionais atuarem na esfera da educação, é direcionada em larga escala, por organismos financeiros internacionais como o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BM – Banco Mundial. Esses dois órgãos foram criados em 1944, por ocasião do Acordo de *Bretton Woods*, com a finalidade inicial de recuperar economicamente as nações aliadas europeias destruídas no pós-Segunda Guerra Mundial. Todavia, logo passaram a legitimar uma nova política colonialista do imperialismo norte-americano, em conjunto com as potências aliadas (até porque a segurança do capitalismo estava em jogo, por conta

da Guerra Fria), o que esteve associado à uma intensa propaganda ideológica (LEHER, 1998).

Ambas as instituições (FMI e BM¹¹⁷) passaram a atuar, integradamente, no financiamento de países periféricos ou “em desenvolvimento” (América Latina, África e Ásia). Em troca de empréstimos financeiros, a abertura para uma ampla intervenção na formulação de políticas econômicas dessas nações, como assevera Lima (2002):

A história dessas organizações está ligada ao aspecto financeiro, ao fornecimento de empréstimos aos países periféricos, mas, sobretudo, ao controle econômico, cultural e político que exercem com os países credores a partir da exigência de cumprimento de condicionalidades, travestidas pela imagem de assessorias técnicas. A cada empréstimo, o país tomador está mergulhado em condicionalidades que expressam a ingerência do BM e FMI nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores [...] (LIMA, 2002, p. 43).

Com sua economia dependente e com a conivência das burguesias nacionais, a periferia capitalista vem atendendo às “recomendações” desses organismos, principalmente, no que se refere à política educacional de nível básico e superior. Daí, a centralidade da educação e a necessidade de que políticas educacionais norteadas pelos princípios dos órgãos financiadores fossem executadas nesses países. Nessa perspectiva, os empréstimos nessa área começaram a ser concedidos na década de 1960¹¹⁸; entre os anos 1960 e 1970, o Banco Mundial¹¹⁹ passou a financiar programas sociais, cujo foco continuava na educação¹²⁰. Em relação a isso, tem-se que, até meados dos anos de 1970, prevaleceu o modelo ocidental de desenvolvimento capitalista, o qual tinha como objetivo principal a expansão econômica e o aumento da riqueza. Como pontua Leher (1998) a ênfase era para uma educação vocacional/técnica e a de nível secundário diversificada e profissionalizante:

¹¹⁷ “Desse modo, o Banco Mundial passou a intervir diretamente na formulação da política interna e a influenciar na própria legislação dos países pobres. Vale lembrar que o ajuste estrutural efetuado pelo Banco requer um acordo prévio com o FMI, que condiciona uma ampla e severa exigência macroeconômica e setorial, além de assumir o comando de alguns programas específicos nas áreas de saúde e educação” (MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2015, p. 47).

¹¹⁸ “Até a década de 1960, a educação mundial constituía questão secundária para o Banco Mundial, que a considerava uma atividade marginal e dispendiosa” (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 60).

¹¹⁹ Em relação à atuação e às funções, desde sua criação até a atualidade, percebe-se que o papel desempenhado pelo Banco Mundial foi mudando ao longo de sua trajetória, sempre atrelado a cada momento político-econômico capitalista vivenciado.

¹²⁰ “A tutela imposta pelo Banco Mundial é tão acentuada que cobra do país tomador de empréstimos uma declaração de desenvolvimento econômico e a aceitação do monitoramento do Banco na definição de uma política setorial. Como a educação é considerada um importante suporte ao desenvolvimento econômico, passa a ser conceituada como variável econômica capaz de impulsionar o alcance da sustentabilidade econômica e da redução da pobreza” (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 69).

[...] Neste período, o Banco priorizou a expansão do ensino não formal e, principalmente, a rede de ensino técnico de nível médio, como as “escolas diversificadas” de nível secundário, orientadas para a formação profissional, sobretudo no setor agrário, em virtude das tensões sociais no campo. O financiamento das escolas técnicas rurais tinha como propósito preparar os jovens das zonas rurais para os ofícios agrários e, ao mesmo tempo, implementar um determinado modelo de desenvolvimento agrícola (capitalista) denominado de “modernização conservadora” ou de Revolução Verde [...] (LEHER, 1998, p. 202, grifos do Autor).

Já, a partir do final da década de 1970, a política do BM voltou-se para os oito anos do ensino fundamental, o qual passou a ser considerado como etapa mais apropriada para garantir à população pobre um ensino de baixo custo (CARDOZO, 2006). Vê-se que a concepção de educação dessa instituição financeira visa tão somente uma formação barata da mão de obra, voltada à produtividade do futuro trabalhador e, logicamente, ao crescimento econômico do capital. Isto é, um modelo educacional menos teórico e mais prático, em que os aspectos sociais ou culturais da população mais pobre não são levados em conta.

No decorrer da década de 1980, mudou-se de foco e a finalidade foi garantir o pagamento da dívida externa por parte desses países periféricos (mormente, África e América Latina), com base em ajustes estruturais e reformas econômicas. Nos termos de Leher (1998):

O ano de 1982 é convencionalmente definido como o de “crise da dívida” dos países latino-americanos, um marco cujas repercussões político-econômicas se propagaram por toda a década, ressoando ainda nos anos de 1990 [...] uma combinação de [fatores] que induziu políticas recessivas de ajustamento interno, visando à estabilidade do balanço de pagamentos e ao superávit comercial para financiar a transferência de capitais para os países e bancos credores (LEHER, 1998, p. 128, grifo do Autor).

A base desses ajustes estruturantes estava na abertura dos mercados nacionais, no incentivo às exportações e na desregulamentação financeira. Já, a partir do decênio de 1990, o destaque muda para “a educação como combate à pobreza”. Diante do enorme aumento da pobreza extrema¹²¹ na periferia do capitalismo, os

¹²¹ “[...] Dados da CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] de 1990, indicavam que na América Latina 200 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza e cerca de 95 milhões abaixo da linha de pobreza, metade dos quais eram habitantes urbanos” (CARDOZO, 2006, p. 206).

organismos internacionais, criaram, por meio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) o *slogan* “Educar para **superar** a pobreza”. Esses organismos internacionais acreditavam que o problema da pobreza era uma questão a ser resolvida com políticas educacionais. Contudo, não obstante todo crescimento econômico da maioria dos países da periferia capitalista, a pobreza extrema aumentava. Justamente porque, como bem ressalta Lima (2002):

Omite-se, outrossim, que o crescimento da pobreza é uma consequência da assimetria do crescimento econômico mundial e que o objetivo destas políticas é a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis, para que não afete a legitimidade e a reprodução do capital. Tudo isso travestido pela ideia de que o crescimento da pobreza se deve à atuação dos governos que não adotam medidas de liberalização ou apresentam baixa capacidade de “governabilidade” (LIMA, 2002, p. 54, grifo da Autora).

Diante dos drásticos efeitos dessa mazela social, alguns foram os movimentos de contestação, a exemplo dos Zapatistas, no México, e no Brasil, do MST. Com o risco iminente de explosões sociais, os técnicos do Banco Mundial mudam de *slogan*. Aos poucos, o tema do “desenvolvimento” ou da “erradicação da pobreza” foi sendo substituído pelo tema da “**administração** da pobreza” (LEHER, 1998). Apesar dos impactos das mudanças em questão terem sido desastrosos em várias áreas de atuação (especialmente a social, a ecológica e a de direitos humanos), sendo objeto de denúncias por parte de ONG’s (Organizações Não Governamentais),

Mesmo assim, o Banco Mundial tem-se mostrado insensível às nefastas consequências de sua intervenção na política econômica daqueles países, o que, em verdade, **não poderia ser diferente, tendo em vista sua natureza**, de órgão nitidamente instituído no sentido de dinamizar a reprodução do capital nos países sob a esfera de influência dos Estados Unidos (BASTOS, 2016, p. 152, grifo nosso).

O poder não somente econômico, mas também político do Banco Mundial, contribui para que esse órgão multilateral defina as “regras do jogo”, distinguindo as nações devedoras que merecem ou não a “ajuda” financeira. Inclusive, sem o aval do Banco, esses países dificilmente conseguiriam outros tipos de financiamento no mercado internacional. Isto é, os empréstimos são concedidos desde que aplicados

às medidas de privatizações, ataque aos trabalhadores e diminuição de investimentos nas áreas sociais: o poder econômico subordina completamente o poder político. Isso porque, em verdade, como avalia Lima (2002):

Os documentos elaborados pelos organismos internacionais na primeira metade dos anos de 1990 circunscrevem-se, portanto, ao binômio pobreza e segurança, tendo como eixo articulador a imprescindível necessidade de adequação subordinada dos países periféricos à lógica da mundialização do capital (LIMA, 2002, p. 45).

Foi também nesse contexto que, a partir da década de 1990, passou a ser dada uma importância ainda maior ao ajuste estrutural dos países “em desenvolvimento” e à educação (por parte do Banco Mundial) por meio de verdadeiras reformas educacionais, com ênfase no ensino fundamental. Quanto a esse foco no ensino fundamental, existem algumas “justificativas” que, segundo o Banco, “explicam” sua maior “preocupação” com essa etapa da Educação Básica: os países periféricos devem direcionar suas políticas educacionais para o Ensino Fundamental, pois ele é provedor do aprendizado, da alfabetização, da aptidão numérica funcional, do planejamento familiar e da saúde (conteúdo principal da referida etapa) (BANCO MUNDIAL, 1999).

Porém, é preciso salientar que o Ensino Fundamental é uma preocupação para o Banco Mundial por motivos essencialmente econômicos. Num mercado mundializado, é muito comum que empresas multinacionais migrem para os países com mão de obra mais barata. Assim, aumentando o número de pessoas alfabetizadas, cresce a quantidade de trabalhadores apenas com um mínimo de escolarização nesses países, o que também contribuiria para esconder o crescente desemprego. No que concerne à relação escolarização *versus* emprego, existe uma polarização, cada vez maior, entre uma minoria com nível alto de escolaridade e a grande massa da população com uma formação cada vez mais aligeirada e superficial, ou seja, uma imensa maioria subqualificada¹²².

¹²² Ademais, como nos chama atenção Lima (2002): “O discurso sobre a universalização da educação básica é apresentado como um elemento significativo para criar o fetiche da democratização do aumento no índice de escolarização, mascarando um fenômeno que vem ocorrendo nos países periféricos: o processo de certificação em larga escala” (LIMA, 2002, p. 46). Prática que também pode ser bastante observada no ensino superior privado de países como o Brasil, como veremos na seção seguinte.

De forma mais específica, Vergel (2008) explana sobre que etapas da educação devem (ou não) ficar a cargo do Estado (no caso das nações periféricas):

Para o Banco Mundial isso significa que o Estado deve financiar de maneira gratuita unicamente a pré-escola, em nenhum caso as instituições preparatórias para a vida escolar, como as creches e os jardins de infância e, excepcionalmente, financiar as primeiras séries; a educação básica e média¹²³ devem ser assumidas pelas famílias, estudantes, as comunidades locais e o Estado, e a educação superior¹²⁴ deve ficar totalmente a cargo dos estudantes e das famílias. É necessário dar liberdade à iniciativa privada e deixar a educação superior nas mãos do mercado (VERGEL, 2008, p. 64).

Assim, a base da reforma educacional nos países periféricos, proposta pelo Banco Mundial, recomenda que somente a pré-escola (alfabetização) e, excepcionalmente, a etapa posterior (1º ao 5º ano) seja ofertada pelo poder público; o que sugere que o Ensino Fundamental é suficiente para as classes populares, devendo estas terem acesso apenas a uma educação elementar e minimalista (com currículo adequado à rápida entrada no mercado de trabalho).

Ao finalizarmos esta seção, examinando a política econômica neoliberal na América Latina e no Brasil e suas implicações para a educação, estamos trazendo à tona as particularidades desse contexto no país. Ao fazermos isso, construímos as bases necessárias para avaliarmos o avanço do fenômeno da financeirização no ensino superior brasileiro e o papel do Estado nesse processo.

Partindo desse entendimento, passemos à quarta e última seção desta tese, que analisará: a lógica privatista brasileira no âmbito educacional, a inserção do país na economia capitalista de cariz financeirizado, dando destaque ao avanço da financeirização no ensino superior privado-mercantil. Com isso, estaremos examinando os principais desdobramentos desse processo na atual conjuntura de crise estrutural do capital.

¹²³ No Brasil, existem dois níveis de educação: a básica e a superior; no que se refere à educação básica, temos as seguintes nomenclaturas/classificação: creche (de zero a três anos de idade), jardins de infância (de três a cinco anos de idade), pré-escola (de cinco a seis anos de idade) – essas fases fazem parte da Educação Infantil (1ª etapa da Educação Básica); o que o Autor chamou de “primeiras séries” equivale aos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental (2ª etapa da Educação Básica); o que ele denominou de “educação básica” corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); o que nomeou de “educação média” equivale ao Ensino Médio (3ª e última etapa da Educação Básica).

¹²⁴ Portanto, a recomendação do BM para este nível de ensino, é que ele deve ter atuação exclusiva do setor privado (aos alunos de baixa renda, devem ser destinadas bolsas de estudo).

4 DO AVANÇO PRIVATISTA AO FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL BRASILEIRO

Na Seção dois, buscamos entender os elementos que fundam as categorias trabalho e educação, explicitando sua natureza essencial e sua função social no capitalismo; na sequência, por meio da compreensão das formas funcionais de ser do capital, procuramos desnudar os fundamentos do capital financeiro e da financeirização da economia, cuja gênese remonta ao final do século XIX. No término, tentamos mostrar em que medida o fenômeno da financeirização contemporânea tem suas bases na crise estrutural do capital e no processo de desregulamentação do sistema financeiro.

Na terceira seção, partindo da relação entre crise estrutural, mundialização do capital e especulação financeira, examinamos de que modo a tríade reestruturação produtiva / acumulação flexível / ofensiva neoliberal, atingiu a política econômica na América Latina e no Brasil e as principais implicações para a educação.

Nesta presente Seção, nos deteremos, especificamente, ao caso brasileiro. Inicialmente, apontaremos como se deu o avanço do privatismo na educação superior do país. Na sequência, discorreremos sobre a gênese e o desenvolvimento da financeirização nacional para, em seguida, entendermos como esse fenômeno econômico encontrou espaço promissor de atuação no ensino superior privado-mercantil; ao final, analisaremos os principais impactos dessa lógica financeirizada no referido nível educacional, assim como, o papel do Estado brasileiro nesse processo. E ainda, como desdobramento da nossa investigação, estaremos identificando se o segmento da Educação Básica também está na rota da financeirização.

4.1 A lógica privatista da educação superior no Brasil e as políticas neoliberais preconizadas pelo Banco Mundial

Entendemos que mercantilizar, além de vender uma mercadoria, significa também organizar a vida social de modo mercantil. Isso porque sabemos que uma das características do sociometabolismo do capital é a mercantilização da totalidade da vida (inclusive das relações sociais) com o intuito deliberado de encontrar espaços de lucratividade.

Para o pensamento liberal, a esfera pública é o âmbito de atuação do Estado e na esfera privada se dá o conjunto de relações no âmbito da sociedade civil. Então, o

público (confundido com o Estado) como sendo a instância do interesse comum/coletivo e o privado, a instância dos interesses particulares (longe da ação do Estado). Nesse sentido, privatizar seria transformar o espaço que é comum em local de realização de interesses privados, de forma explícita ou não.

No caso da educação como em qualquer outro complexo social nos marcos da ordem burguesa, a privatização é um traço que pode significar muitos aspectos, tais como: a venda de uma instituição público-estatal para uma empresa privada, a isenção da responsabilidade estatal ou mesmo as parcerias público-privadas – com a interferência de fundações de direito privado sob a lógica empresarial – como também, a introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas. Vejamos o que nos diz Espíndola (2005) acerca desse processo na esfera da educação:

A educação é o “último” setor dos serviços públicos que o grande capital tem para devorar. É um setor de forte financiamento público e que cresceu muito no último meio século. O capital privado pretende agora controlar mais diretamente este enorme setor, tendo em vista, várias finalidades vitais para o sistema capitalista: a ampla difusão dos valores ideológicos neoliberais; o negócio da educação (produtos e serviços); e a formação de um vasto exército de trabalhadores menos qualificados, vulneráveis e controláveis, a par de uma camada de quadros altamente qualificados e ideologicamente domados e confiáveis. Nos países dependentes, privatização e mercantilização da educação são continuidades de um longo processo e parte de amplo domínio do capital sobre os serviços públicos; no caso da educação, é mais acentuado no Brasil [dado seu tamanho e enorme demanda] do que em outros países latino-americanos [...] (ESPÍNDOLA, 2005, p. 214, grifo do Autor).

No tocante ao avanço do privatismo educacional brasileiro¹²⁵ durante as duas décadas de Ditadura Militar (1964-1985), as afinidades políticas dos empresários do ramo educacional com os governos militares abriram caminho para que muitos representantes desse ramo (da educação básica à superior) fizessem parte nos órgãos de conselhos de educação. Tornando-se maioria, eles passaram a legislar em causa própria e os resultados foram expressos em números - as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em quantidade e cresceram em tamanho: “Em qualquer

¹²⁵ “No Brasil, a coexistência entre a educação pública e privada sempre foi palco de intensas disputas, desde o período colonial e imperial: licenças, créditos, subsídios, autorizações, reconhecimentos e credenciações concedidas e, a partir da República, realizadas pelo Estado, seus entes federados e seus governos, são elementos centrais que compõem a organização da educação brasileira até hoje” (MELO; SOUSA, 2017, p. 27).

capital de Estado e até mesmo nas cidades médias do interior, pequenos ginásios e cursinhos pré-vestibular acumularam capital, alunos pagantes e níveis de ensino. Alguns viraram universidades [...]” (CUNHA, 2003, p. 47).

No período em questão, o segmento do ensino superior ganha destaque e certos aspectos foram essenciais a sua expansão privada, tais como os acordos entre o MEC e a Usaid (*United States Agency for International Development*), Agência Norte-americana de Desenvolvimento, que previa assistência técnica e financeira à educação brasileira, por intermédio de convênios (foram mais de doze acordos firmados ao longo dos governos militares cujo último ocorreu, em 1976). Esses convênios eram realizados, concomitantemente, aos empréstimos que começaram a ser feitos junto ao Banco Mundial e ao FMI. Outro fator importante se refere ao fato de as universidades públicas (mormente as federais, após a Reforma Universitária de 1968) não conseguirem atender à crescente demanda da população por esse nível de ensino. Uma consequência direta decorrente desse último aspecto diz respeito à criação e crescimento de faculdades particulares isoladas, voltadas apenas às atividades de ensino, sem preocupação com a pesquisa e a extensão (MARTINS, 2009).

No que concerne a dados quantitativos, Sguissardi (2008) nos mostra, de forma mais específica, os resultados desse processo no referido período militar:

Ao se implantar no país o regime militar-autoritário, a cobertura do sistema era mínima e ainda predominavam as matrículas em IES públicas à razão de 61,6% contra 38,4% do contingente de estudantes nas IES privadas, em geral confessionais. Para um total de 142 mil matrículas, 87 mil eram públicas e 54 mil, privadas [...] nos primeiros 10 anos do regime, esse montante foi multiplicado por mais de cinco vezes, passando de 142 mil para 937 mil matrículas (aumento de 559,8%). Sob o “espírito” do regime político, ocorre de forma marcante o primeiro grande movimento de privatização do sistema. As matrículas públicas tiveram um crescimento muito inferior à média (289,1%) e muito distante do crescimento das matrículas privadas (990,1%), o que fez mais do que se inverterm as proporções da década anterior: são agora 36,4% as matrículas públicas e 63,6% as privadas (SGUISSARDI, 2008, 997-998, grifo do Autor).

O Regime Militar começou a dar sinais de enfraquecimento em fins dos anos de 1970 e início da década de 1980. Em 1985, depois de 21 anos de regime autoritários, foi eleito, ainda sem o voto popular (eleição indireta) e à revelia da campanha das *Diretas-Já*, um presidente civil (Tancredo Neves) que morre, antes de

assumir o cargo. O seu vice (José Sarney) assume a presidência da República. Entre a segunda metade dos anos de 1980 e a primeira metade do decênio de 1990 (tendo nesse ínterim, os presidentes José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco). Sobre essa fase, Sguissardi (2008) nos traz os seguintes dados:

Deu-se aqui, nos anos de 1974 a 1984, uma pequena inversão nos percentuais de crescimento das matrículas públicas e privadas: 67,7% e 38,7%, respectivamente. As proporções ficaram sendo: 40,9% de matrículas públicas e 59,1% de privadas. Ainda muito menor que na década anterior foi o crescimento das matrículas totais nesta terceira década do período e primeira em clima de abertura política. Ao longo dos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, os efetivos da educação superior aumentaram apenas 18,7%, próximo de 1,5% ao ano. Ao final desta década, encontrava-se praticamente inalterada a proporção entre matrículas públicas e privadas, após a grande inversão dos anos de 1964-1974: são agora 41,6% públicas e 58,4% privadas (Ibid., p. 998).

Ainda conforme o pesquisador, embora o funcionamento de instituições particulares de ensino superior no Brasil tenha sido admitido desde o início da República (final do século XIX), a possibilidade de criação de IES privadas sem e com fins lucrativos, foi regulamentada apenas pela Constituição Federal de 1988, especialmente em seu Artigo 209, como transcrito a seguir: “Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1988). Assim, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a abertura ao caráter privatista na educação superior continuou presente e ganhou novo fôlego. Neves (2002) ressalta aspectos relevantes quanto a essa questão na Carta Magna:

A Constituição Federal de 1988 antecipa o **caráter privatista da política do Estado neoliberal para a educação superior**, ao assegurar a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, mesmo restringindo-os àquelas instituições que comprovem (formalmente) finalidade não-lucrativa (Art. 213) [...] A limitação da destinação de recursos públicos apenas a instituições sem fins lucrativos é relativizada pela permissão de atribuição de subsídios públicos à pesquisa e à extensão em instituições superiores universitárias privadas (parágrafos 1º e 2º do Art. 213) (NEVES, 2002, p. 138, grifo nosso).

As instituições privadas sem finalidade lucrativa a que a legislação se refere são denominadas de comunitárias, confessionais e filantrópicas. Ainda em relação à Constituição Federal de 1988, esta lei “[...] possibilitou ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais” (MARTINS, 2009, p. 24). No início da década de 1990, Collor de Melo chegou a propor um novo modelo educacional para a educação superior brasileira, que perpassava pela desregulamentação da autonomia universitária; procedimentos de avaliação e gestão administrativo-financeira; estímulo à busca por recursos financeiros extras junto às empresas privadas; discussão da gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação; aperfeiçoamento do sistema de bolsas e de crédito educativo. Contudo, com o projeto neoliberal ainda dando seus primeiros passos no país e até pelo curto espaço de tempo que o referido presidente ficou no poder, não conseguiu implementar tais medidas; as quais vieram a ser concretizadas nos governos que o sucederam (Ibid.).

Ainda no início da década de 1990, as denúncias de corrupção no CFE - Conselho Federal de Educação (criado em 1961) fizeram com que, no final do governo Itamar Franco, ocorresse sua extinção e a criação do CNE - Conselho Nacional de Educação; o que resultou numa política de flexibilização em relação aos processos de autorização, reconhecimento, avaliação e credenciamento de Cursos e Instituições Superiores Privadas, já que, esses órgãos colegiados sempre foram ocupados, em sua grande maioria, por empresários da educação: “A Câmara de Educação Superior do CNE, na qual se debatem hoje os grandes interesses privados, acabou virando arena de disputa entre os próprios grupos privados, na luta pelo controle do mercado” (CUNHA, 2003, p.48).

A partir de 1995, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso¹²⁶, e em dezembro de 1996, com a promulgação da LDB (nº 9394/96), a iniciativa privada foi novamente liberada e incentivada pelo Estado brasileiro para ofertar a educação

¹²⁶ “A proposta de governo do candidato FHC para seu primeiro mandato [...] foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, naquele momento, técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Vitorioso o candidato e empossado FHC na Presidência da República, Paulo Renato Souza foi nomeado ministro da Educação, cargo que ocupou de 1995 a 2002, vale dizer, durante os dois mandatos do presidente” (CUNHA, 2003, p. 38).

superior, dessa vez, sendo autorizado o funcionamento de instituições com fins lucrativos. Vejamos o que Carvalho (2013) ressalta sobre isso:

O arcabouço legal ocultou o avanço no crescimento de grandes estabelecimentos mercantis que foram sendo aglutinados e transformados em universidades sem fins lucrativos. Tal situação perdurou até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, quando passou a existir o modelo institucional de estabelecimentos educacionais lucrativos. Conforme consta do texto da LDB (Brasil, 1996): Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado [...] (CARVALHO, 2013, p. 762).

Caberia ao MEC apenas regular e controlar esse nível e rede de ensino por intermédio da criação de mecanismos de credenciamento e avaliação. Acerca das demais categorias na classificação das instituições privadas de ensino, têm-se na referida legislação, as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas (Art. 20 da LDB). As definições dessas instituições é que não são muito precisas, o que permitiu que grandes empresas no ramo educacional de nível superior recebessem subsídios públicos, por serem consideradas filantrópicas, por exemplo (Ibid.). Além do crescimento vertiginoso das IES privadas ocorrido na segunda metade dos anos de 1990 (pós-LDB/96) e da liberação para que esse tipo de IES atuasse no campo educacional com fins lucrativos, “[...] Um novo impulso veio, em 1999, com a chamada Lei das S. A. da Educação (nº 9.870/1999), que permite a abertura de capital e operação na bolsa de valores de empresas do setor de educação superior [...]” (BRETTAS, 2019, p. 12).

Vê-se que a LDB/96 reforçou o ensino como livre à iniciativa privada, reconheceu a existência das organizações privadas com fins lucrativos e reiterou o repasse de recursos públicos para o setor privado. Ou seja, a Lei máxima da educação do país, já apontava numa direção privatista, vindo a especificar ou explicitar ainda mais esse viés, em legislações posteriores. Um exemplo desse tipo de legislação, que aprofundou a política privatista de cariz neoliberal para a educação superior, foi publicado no Decreto nº 2.306/97¹²⁷, o qual regulamentou o Sistema Federal de

¹²⁷ Posteriormente, “esse Decreto foi revogado pelo de nº 3.860/01 e, este, pelo Decreto, chamado Ponte, nº 5.773/06. Ambos, porém, neste particular, mantêm a distinção e o reconhecimento das IES sem e com fins lucrativos” (SGUISSARDI, 2015, p. 887).

Educação. Na supracitada legislação há, abertamente, a admissão de instituições superiores com fins lucrativos, mais precisamente em seu Art. 7:

Art. 7º. As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao **regime da legislação mercantil**, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual (BRASIL, 1997, grifo nosso).

A edição desse Decreto legaliza o mercado na educação e provoca uma expansão sem precedentes no conjunto de IES privadas entre 1997 e 1999: “neste ano, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, as IES particulares, com fins de lucro, já eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas [...]” (SGUISSARDI, 2015, p. 874). Em relação à organização acadêmica das instituições escolares de nível superior, definida pelo referido Decreto de 1997, foi estabelecido o seguinte:

Art. 8º. Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino classificam-se em: I - universidades; II - centros universitários; III - faculdades integradas; IV - faculdades; V - institutos superiores ou escolas superiores (Ibid.).

Quer dizer, houve uma fragmentação da escolarização de nível superior ou uma diversificação institucional, em que: somente nas universidades, há a exigência do tripé ensino-pesquisa-extensão¹²⁸; nos centros universitários é exigida qualificação do corpo docente, contudo, são uma espécie de IES de segunda classe, pois desenvolvem somente o ensino; às demais instituições (faculdades isoladas e institutos superiores), em sua maioria privadas,

[...] sem excelência de ensino, estaria reservado o papel de certificar a mão de obra necessária aos padrões de qualidade das empresas

¹²⁸ Já que o Art. 207 da Constituição Federal de 1988 estabelece o desenvolvimento de pesquisa científica como requisito para que uma IES seja considerada universidade. Nessa perspectiva, as Universidades precisam ter 1/3 do corpo docente (no mínimo), com título de mestre ou doutor e terem professores contratados ou concursados em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva; devem ter também, no mínimo, quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* e oferecer ensino, pesquisa e extensão. Os Centros Universitários necessitam de 1/3 dos professores com mestrado ou doutorado e 1/5, em regime de tempo integral. Já, nas faculdades, os docentes precisam ter apenas pós-graduação *lato sensu*.

competitivas, internacionalmente, e amortecer a pressão da demanda cada vez mais expressiva das camadas médias e de pequena parcela das massas populares por acesso à escolarização de nível superior (NEVES, 2002, p. 142)

Sob o discurso de expansão e democratização do acesso ao nível superior, essa diversificação dos Cursos e Instituições ocorreu por meio de algumas estratégias, mas uma que teve especial ênfase foi o estímulo, por parte do então governo federal, ao uso das TIC (tecnologias de informação e comunicação), via EAD (ensino a distância); respondendo às exigências internacionais de modernização e ajustes da educação terciária periférica à nova ordem mundial. Tal modalidade de ensino veio a se multiplicar nos anos e décadas posteriores, mormente no setor privado-mercantil¹²⁹ (segmento no qual entraremos em maiores detalhes mais adiante).

Outra medida privatista de cunho neoliberal Pós-LDB/96 (decorrente do Plano Bresser) foi a transformação das universidades (entre outras entidades públicas, a exemplo dos HU's – Hospitais Universitários) em “organizações sociais” (mais conhecidas como OS¹³⁰). Acerca dessa mudança de natureza jurídica nas IES, sobretudo nas Universidades Federais, o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES) explica que:

A Lei 9.637, de maio de 1998, foi a responsável pela criação das OS's. Ela determina que a Organização Social é um título que a administração pública outorga a entidade privada sem fim lucrativo para que esta realize - com recursos públicos - atividades ligadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Essa lei especifica como se dá a relação entre o Estado e as OS's, partindo do pressuposto de que não cabe mais ao Estado o monopólio da prestação de serviços em áreas sociais. A contratação de OS's pelo Estado dispensa licitação, os trabalhadores são contratados pela CLT e outras formas próprias do setor privado, além de abolir uma série de procedimentos, previstos no poder público, de fiscalização dos contratos e do repasse de dinheiro público [...]. Se na educação

¹²⁹ A partir daqui, quando usarmos a expressão “privado-mercantil” estaremos nos referindo, especificamente, ao setor privado com fins lucrativos. E “ensino” superior no lugar de “educação” superior, já que, esta tem uma abrangência maior (inclui as universidades, que desenvolvem o tripé ensino-pesquisa-extensão e são, em sua maioria, públicas). Nesse sentido, ao utilizarmos “ensino” superior, estaremos nos referindo às demais IES e, principalmente, aos grupos educacionais financeirizados, que serão abordados ainda nesta Seção.

¹³⁰ Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Conversão da MP nº 1.648-7, de 1998, que: Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

superior o debate sobre a transferência de gestão do poder público para as Organizações Sociais (OS's) ainda é uma ameaça, no Sistema Único de Saúde (SUS), em diversos estados e municípios, esse cenário já é realidade. Desde a criação da lei das Organizações Sociais, durante o processo de Contrarreforma do Estado, o SUS - devido à sua configuração tripartite - foi a porta de entrada para a terceirização e precarização dos contratos de trabalho (ANDES, 2015, p. 3-4).

No caso das Universidades Federais, o exemplo mais concreto de gestão por OS, é o caso dos Hospitais Universitários, com a empresa EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que definiu um novo modelo de contratação e gestão dos referidos Hospitais. A grande maioria dos HU's passou a ser regido por contratos de gestão, em que:

[...] passaram a utilizar do sistema de contratação de trabalhadores via OS para baratear os custos e enxugar a folha de pagamento. O resultado foi a precarização das condições de trabalho e do serviço prestado à população, com alta rotatividade dos quadros funcionais e assédio dos trabalhadores (Ibid., p. 4).

Nesse mesmo período (a partir de 1999) o governo federal implementou o Fies (em substituição ao Programa de Crédito Educativo-Ceduc, de 1992): um programa promovido em parceria com o MEC que, até hoje, corresponde a um Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para estudantes de baixa renda matriculados em Cursos pagos. Com essa política de financiamento estudantil houve um rápido aumento de IES particulares, durante os oito anos do referido governo¹³¹. Numa descrição mais detalhada em termos quantitativos concernentes ao período de 1994 a 2002 (dois mandatos de Fernando Henrique), Sguissardi (2008) aponta que:

No octênio 1994-2002 quase dobra o número de IES – 851 para 1.637 ou 92,4% de aumento – mas as IES públicas reduzem seu número em 10,5% contra um aumento de 127,8% das IES privadas. A proporção que, em 1994, era de 25,6% públicas e 74,4% privadas, agora, em 2002, é de 11,9% públicas e 88,1% privadas. Quanto às matrículas, dá-se, no octênio 1994-2002, um crescimento total de 109,5%, entretanto, registrando-se apenas 52,3% de aumento para as matrículas públicas, contra 150,2% para as matrículas privadas. Isto fez com que a proporção bastante estável, durante cerca de 20 anos, em torno dos 40% de matrículas públicas e 60% de matrículas

¹³¹ O Fies (junto com outro programa de financiamento estudantil, o ProUni) continuou como prática nos governos posteriores (especialmente na Era Petista), assunto que abordaremos mais à frente.

privadas passasse em oito anos para 30,2% públicas e 69,8% privadas (SGUISSARDI, 2008, p. 999).

Dando continuidade às análises desse período, tratando agora sobre outra legislação educacional brasileira, em 2001, foi aprovado pelo Congresso Nacional o PNE - Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172), instrumento de planejamento para nortear os rumos da educação escolar no decênio de 2001 a 2011. Esta Lei conteve nove vetos presidenciais, os quais anularam itens que promoviam ampliação de recursos financeiros para a educação; a maioria dos vetos estava diretamente ligada à educação superior. Acerca de outros problemas do PNE/2001, Neves (2002) pondera que esta Lei:

[...] contraditoriamente, estabelece para o sistema de educação superior a coexistência de um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções, embora reconheça nas universidades o seu núcleo estratégico. Prescreve a seguir, ainda, a ampliação das margens de liberdade das instituições não universitárias, reconhecendo o papel desempenhado por essas instituições *não vocacionadas* para a pesquisa na expansão das vagas nesse nível de ensino (NEVES, 2002, p. 149, grifo da Autora).

Instituições não universitárias oferecem Cursos “profissionalizantes” e aligeirados, em especial, os Superiores Tecnológicos, que duram de dois a três anos; portanto, produzem um ensino de caráter massificante e exclusivamente voltado para a entrada imediata no mercado de trabalho. Mesmo assim, esses Cursos, em legislação posterior, vieram a adquirir o *status* de graduação, conforme argumenta Otranto (2006):

O Decreto nº 5.154, de 20 de julho de 2004, regulamenta a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre o ensino médio e o técnico. Prevê, ainda, a possibilidade de progressividade e cumulatividade na formação e na certificação e mantém a estrutura modular de organização da educação profissional, amplamente criticada pelos educadores. O Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), escolas tradicionais de nível médio, à categoria de instituições de educação superior. Os Cursos Tecnológicos, que eram considerados superiores diferenciados de graduação e pós-graduação, adquiriram *status* de graduação e pós-graduação (OTRANTO, 2006, p. 54).

Para entendermos melhor como essa mesma lógica de certificação da mão de obra necessária às exigências do capital, atinge também o setor público da educação (especialmente a de nível superior), é importante que apresentemos alguns aspectos no tocante às investidas educacionais do Banco Mundial na periferia capitalista. Sendo assim, destacamos alguns importantes documentos: o primeiro, publicado em 1994, intitulado *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*; o segundo, sob o título *Documento estratégico do Banco Mundial - a educação na América Latina e Caribe*, com publicação no ano de 1999; o terceiro, intitulado *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria*, publicado em 2002.

No primeiro documento (de 1994) foram apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe, as quais podem ser sintetizadas em algumas recomendações. A primeira delas, diz respeito à diversificação das IES e dos Cursos, isto é, incluir instituições não universitárias, Cursos politécnicos, de curta duração, ciclos e ensino a distância; o que, segundo o Banco “Pode contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação **pós-secundária**¹³² e fazer que com os sistemas de ensino se adequem melhor às necessidades do mercado de trabalho” (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 31, grifo nosso). Sobre esse documento de 1994, Sguissardi (2008) avalia que o Banco Mundial, ao propor a diversificação da educação superior, critica o modelo baseado nas “universidades de pesquisa”, pois o considera inadequado e oneroso às necessidades de países mais pobres como o Brasil. Dessa forma, nesses casos, segundo o Banco, o Estado deve priorizar a Educação Básica para instruir a classe trabalhadora, deixando o Ensino Superior a cargo da iniciativa privada; o que tem levado, desde então, a uma forte expansão do mercado empresarial educacional brasileiro.

A segunda medida se refere à diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas, em que o Banco defendeu: a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para parte do corpo discente, o corte de verbas públicas para as atividades consideradas “não relacionadas com a educação” (moradia e alimentação estudantis, a exemplo das Residências e Restaurantes Universitários¹³³),

¹³² Porque é assim que o Banco Mundial entende e defende esse nível de ensino para os países periféricos: não como educação superior, mas sim como terciária ou mesmo pós-secundária.

¹³³ O que é um contrassenso considerar que esses equipamentos não estejam diretamente ligados à educação superior pública.

a utilização de verbas privadas vindas de doações de empresas e até de associações de ex-alunos, dos Cursos de curta duração, dos pagos e da venda de "serviços educacionais", como consultorias e pesquisas. Esses "serviços" deveriam ser geridos por intermédio de convênios firmados entre as universidades públicas e as empresas, mediados pelas fundações de direito privado (LIMA, 2002).

As outras duas estratégias constituíram-se no seguinte: a redefinição de funções estatais mais específicas com vistas à melhor viabilizar ações educacionais privatizantes, no sentido de elaborar-se uma nova estrutura jurídico-política do Estado para esse fim; e ainda, a implementação de uma política de "qualificação" do ensino superior mais voltada ao atendimento dos setores privados: "As instituições a cargo dos programas avançados de ensino e pesquisa deveriam contar com a orientação de representantes dos setores produtivos [...]" (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 79). Percebe-se o reforço à concepção de educação apenas como um serviço de preparação técnica da força de trabalho para o mercado e o incentivo à abertura da educação pública ao setor privado, estando subjacente a isso, a intensificação da reprodução ideológica da visão burguesa de mundo:

Assim, o processo crescente de privatização da educação superior é entendido pelo BM como "democratização" deste nível de ensino, numa ruptura com a lógica da universalidade do acesso à educação. O princípio da universalidade é substituído pelos discursos da equidade, que pressupõe o conjunto de habilidades de cada indivíduo para garantir seu acesso às universidades ou aos Cursos pós-médios, conforme suas competências (LIMA, 2002, p. 48, grifo da Autora).

Na visão do Banco, democratizar o acesso ao ensino superior na periferia capitalista requer diversificar e flexibilizar esse nível de ensino (tanto em termos de tipologia de Instituições e Cursos quanto em relação às formas de financiamento), cuja qualidade deve ser medida unicamente pela adaptação da formação profissional dos estudantes às exigências do mercado nacional e às novas demandas da divisão internacional do trabalho.

Ainda de acordo com estudos de Lima (2002), o Banco Mundial também fez parcerias com outras Instituições, a exemplo da OMC¹³⁴, além de acordos comerciais como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Acordo de Livre Comércio

¹³⁴ A Organização Mundial do Comércio foi criada, em 1995, em substituição ao GATII (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

da América do Norte (NAFTA). São articulações que visavam à busca de novos mercados a explorar, em que um dos setores mais lucrativos é justamente o da educação, sobretudo, a de nível superior:

Em primeiro lugar, pela globalização dos sistemas educacionais via formação de parcerias entre empresas educacionais com sede nos Estados Unidos e Europa, além de polos espalhados por várias regiões de interesses do capital. Estas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos [...] Uma segunda evidência deste movimento encontra-se na expansão das universidades corporativas, criadas pelas empresas para formação e requalificação dos trabalhadores em seus locais de trabalho [...] A terceira, por sua vez, torna-se clarividente na articulação de um mercado educativo global, especialmente, por meio das universidades na América Latina. Uma das principais estratégias para viabilizar este processo é a utilização da educação a distância, através da venda de pacotes tecnológicos e/ou implantação de universidades virtuais parceiras de universidades norte-americanas e europeias [...] (Ibid., p. 60-61).

Trata-se da institucionalização de uma abertura escancarada do setor educacional ao mercado de investimentos de grupos privados nacionais e estrangeiros. Também fica evidente a “formação” e treinamento de professores via EAD e parcerias público-privadas (PPP), objetivando a reprodução ainda mais forte da lógica hegemônica, por intermédio da disseminação e introjeção da visão de mundo empresarial.

Quanto ao segundo documento (de 1999) é ratificada a orientação presente no documento de 1994, quanto à diversificação das instituições de ensino superior e das fontes de financiamento, além da flexibilização da gestão administrativa. Nesse sentido, nas palavras do próprio Banco Mundial, é enfatizada a necessidade de privatização do ensino superior: “O Banco também apoiará as iniciativas de fortalecimento do papel do setor privado no financiamento e prestação de educação superior” (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 105).

Segundo o Banco Mundial, o ensino superior nos países periféricos não responde às necessidades do *mercado de trabalho possível*, ou seja, um mercado de trabalho em que a grande maioria dos trabalhadores não precisa de alta qualificação, havendo poucas empresas com tecnologia “de ponta” na periferia do capitalismo. Por esse motivo, nesse “lado” do sistema capitalista, não é visto como uma necessidade a “Universidade de ponta” (esta já existe nos países desenvolvidos); quer dizer, a

Universidade que possua grandes centros de pesquisa, especialmente, no que concerne ao desenvolvimento de tecnologia avançada (OTRANTO, 2006). Inclusive, as recomendações do BM para este nível de ensino, é que ele deve ter atuação exclusiva do setor privado (os alunos de baixa renda mas, que forem “competentes”, são destinadas bolsas de estudo) incentivando, ao mesmo tempo, o EAD e a formação em serviço.

No documento de 2002, o Banco Mundial tratou apenas de intensificar a recomendação de diversificação das Instituições e dos Cursos Superiores, além das fontes de financiamento, dirigida aos países periféricos, nos documentos de 1994 e 1999. Foi no documento em questão que se expressou mais claramente o deslocamento da concepção de "educação superior" para "educação terciária", já que, qualquer Curso “pós-médio” (público ou privado) poderia ser considerado de nível “terciário”, por meio da emissão de diplomas, certificados ou atestados de aproveitamento (LIMA, 2011). Mas, a perspectiva tendenciosa do Banco quanto à privatização do ensino superior fica ainda mais explícita quando defende que o setor público, desobrigando-se de etapas ou níveis não compulsórios da educação escolar (como educação infantil, ensino médio e superior) leva à liberação de recursos para serem utilizados no ensino fundamental, este sim, obrigatório (BANCO MUNDIAL, 2002).

Ainda nessa seara, outro poderoso organismo internacional também defensor que os investimentos na educação terciária (educação superior na periferia capitalista) devem ficar a cargo da iniciativa privada, é a OMC. A estratégia defendida por esse órgão é a de que o campo educacional público deve investir seus recursos financeiros na educação básica, deixando o ensino superior para o setor privado, visto como um nicho do setor de serviços bastante rentável. Nos mesmos moldes do FMI e do Banco Mundial,

A OMC atua como foro de negociações sobre temas ligados ao comércio. Esta ação política fica evidenciada nos acordos de cooperação firmados entre estes organismos, em 1996, e explicita o objetivo de alcançar uma maior articulação na formulação de uma política econômica, em escala mundial [...] A noção da educação como serviço foi paulatinamente apresentada pela OMC a partir de sua criação [...] aproximando a questão comercial da educação pela possibilidade aberta da compra, pelos países periféricos, de pacotes educacionais produzidos nos países centrais [...] Considerando que, por si somente, a existência de instituições privadas de ensino superior já caracteriza a oferta dos “serviços educacionais” em bases comerciais, a OMC advoga tratamento igualitário para todos os

fornecedores internacionais destes “serviços” (LIMA, 2007, p. 71-72, grifos da autora).

Vê-se que esses organismos multilaterais consideram a educação (assim como outras áreas sociais) como mera prestação de um serviço e não como um bem universal a que todos deviam ter acesso de forma gratuita, independentemente, da etapa ou nível escolar (LIMA, 2011). O conteúdo dos documentos do Banco Mundial e as ideias defendidas pela OMC revelam, de forma mais explícita, o quanto a educação é um importante objeto de troca ou mercadoria que pode ser vendida; e, notadamente, a de nível superior na periferia capitalista, um grande negócio a ser explorado.

Todo esse processo refletiu em uma intensa reformulação nos moldes do campo educacional brasileiro – sobretudo no segmento privado-mercantil do ensino superior – sob à lógica financeirizada, a partir dos anos de 2000. As origens da financeirização, bem como os desdobramentos desse fenômeno na particularidade do país, discutiremos no decorrer das próximas Seções.

4.2 Gênese e desenvolvimento da financeirização brasileira sob a égide do capital em sua crise de natureza estrutural

Como demonstramos na Seção anterior, a financeirização contemporânea está inserida no bojo de respostas às exigências atuais do capital em sua crise de natureza estrutural, juntamente, com o modelo produtivo da acumulação flexível e o aparato ideológico-político-econômico neoliberal. São estratégias que o sistema capitalista vem utilizando na tentativa de reverter a queda da taxa de lucros em vigor desde o início da década de 1970; mas trata-se de medidas paliativas, que não resolvem essa crise profunda e irreversível, de contradições insolúveis, justamente, por não se tratar de uma crise cíclica ou conjuntural. Alves (2016) explica a relação entre a financeirização, especulação parasitária e crise estrutural do capital, nos seguintes termos:

Em verdade, o principal movimento contrarrendencial à queda da taxa de lucros é a financeirização da riqueza capitalista, provocando a estupenda expansão dos mecanismos especulativos responsáveis pela produção de uma forma diferenciada de riqueza fictícia de *natureza especulativa-parasitária*, resultante de operações que se desenvolvem numa dimensão distinta da especulação tradicional [...] Portanto, a *crise de hegemonia financeira* expressou, no plano da

aparência, a crise do capital especulativo parasitário; e, no plano da essência, a efetividade da crise estrutural de valorização do valor que persiste, desde a crise de 1973/1975 (ALVES, 2016, p. 23, grifos do Autor).

Assim, na transição entre o Século XX e o XXI, cresce o mercado de capitais baseado em apostas especulativas de alto risco que derivam de títulos primários, a exemplo de ações de empresas e títulos da dívida pública (como veremos na sequência dessa Seção). Trata-se de investimento no mercado futuro, promessa de ganhos, transação no âmbito da especulação financeira cujo caráter parasitário do capital, reveste-se em título dos títulos ou derivativos. É um capital que se desprende ou perdeu a conexão com o real, daí ser parasitário, além de especulativo. Corroborando com o pensamento de Alves, afirmam Chaves; Mendes Segundo; Rabelo (2021):

A inexistência de alguma barreira protecionista nacional à expansão do capital forneceu também as condições para a dominação **do capital financeiro** que, a partir de então, passa a comandar o processo de reprodução do capital em escala ampliada. Nessa direção, destacamos, portanto, que o principal fator que possibilitou a **financeirização**, ou a disponibilidade de grandes quantidades de capital monetário que se valoriza de forma fictícia, foi a superacumulação proveniente do maior crescimento econômico da história, conjugada à queda das taxas de lucro dos investimentos no setor produtivo. O processo reestruturador que inaugurou um novo perfil do capitalismo avançado demonstra a verdadeira face do capital, que se utiliza de estratégias cada vez mais intensivas para se libertar de qualquer amarra que atrapalhe a sua tentativa de expansão ilimitada. No entanto, a restauração do capital, ao invés de promover a almejada solução para os seus antagonismos estruturais, intensificou-os drasticamente, potencializando ainda mais os efeitos da **crise estrutural** (CHAVES; MENDES SEGUNDO; RABELO, 2021, p. 172-173, grifos nossos).

Acerca de como se constituiu a financeirização contemporânea de economias periféricas, como o Brasil, começemos por contextualizar (de forma muito breve) esse processo na América Latina. Inseridos no rol das demais economias capitalistas periféricas, de uma maneira geral, os países latino-americanos ingressaram no padrão de acumulação financeira, a partir dos anos de 1980 (uma década após as principais economias centrais). Segundo Batista (1995) a elevação dos preços do petróleo, a partir de 1973, assim como a elevação da taxa de juros por parte do FED (Sistema de Bancos Centrais dos EUA), fizeram com que a dívida pública externa dos países

latino-americanos crescesse vertiginosamente. Com a diminuição da capacidade tributária, essas nações precisaram proceder com ajustes fiscais, por meio de desregulamentação bancária e trabalhista, de corte de gastos sociais e de privatizações. Outra medida necessária para captarem recursos foi se endividarem ainda mais com empréstimos junto ao FMI, Banco Mundial e BID.

Isso somado à liberalização dos mercados financeiros levou à renegociação da dívida externa, por parte dos próprios países latino-americanos, como forma de pressão política dos referidos organismos internacionais para que aquelas nações executassem as reformas estruturais necessárias à nova ordem neoliberal legitimada pelo Consenso de Washington (em 1989). Os processos particulares de estabilização econômica via abertura dos mercados latino-americanos sempre estiveram relacionados à sua inserção subordinada ao movimento de acumulação capitalista global. Foi nesse panorama que os países da América Latina passaram a se estabelecer como plataformas de valorização financeira.

Centrando, agora, nossa atenção no caso brasileiro, Santos Neto (2019) esclarece que um conjunto de fatores forma a base fundamental que irá resultar na ascendência do capital financeiro no país, durante a Ditadura empresarial-militar. Entre eles, estão: o desenvolvimento do sistema bancário, do capitalismo monopolista estatal e o modelo econômico de “substituição de importações” sendo superado pelo modelo centrado nas multinacionais. No supracitado período histórico, o capital ocioso internacional encontra no Brasil um grande espaço a ser ocupado por intermédio de empréstimos de recursos, que farão da dívida pública¹³⁵ nacional um importante mecanismo de aprofundamento da dependência econômica brasileira (além de tornar o país mais dependente das instituições financeiras). A inserção do capital financeiro brasileiro ganha novos contornos, a partir de 1971, devido a transações e investimento nas Bolsas de Valores (mormente as do eixo Rio de Janeiro-São Paulo). Ainda conforme o pesquisador, a consolidação do capital financeiro no país deu-se nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, depois da Constituição Federal (1988), da

¹³⁵ Salvador (2008) explica que as economias das nações periféricas “[...] passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público pressionado por destinação cada vez mais elevada de recursos para a esfera financeira, que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Além da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas” (SALVADOR, 2008, p. 98). Daí o fundo público ser vital para o capitalismo, notadamente em momentos de crise e ainda mais em seu viés financeirizado.

implementação do Plano Real (1994) e do neoliberalismo (com suas políticas de austeridade contra a classe trabalhadora); políticas que asseguraram a privatização de empresas estatais e do sistema financeiro, intensificando a abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro. Ainda nos anos de 1990, mediante processos de incorporações e fusões entre grandes empresas privadas (para além das já consolidadas privatizações), caminha-se para a supremacia do capital financeiro no Brasil, com a complexificação desse processo na década posterior.

Segundo Brettas (2020) há uma particularidade na formação histórica do capital financeiro no Brasil. A consolidação do capitalismo monopolista no país se deu no período que vai do Golpe empresarial-militar (1964) até meados da década de 1980. É nessa fase que diversas mudanças econômicas provocam uma reconfiguração na base produtiva nacional, cuja maior característica foi a grande concentração e centralização do capital (sob forte colaboração do poder estatal, representado pelos governos militares). Assim, observou-se aumento e diversificação de instituições financeiras no país, o que levou (especialmente, a partir de 1968) à estruturação do mercado de capitais, após intensa reorganização do setor bancário. Nesse sentido, conforme a estudiosa, “é possível também perceber um aumento do endividamento público e privado e uma canalização de recursos para a órbita financeira em busca de maior rentabilidade” (BRETTAS, 2020, p. 573).

Porém, o que Brettas questiona é se essas alterações no setor financeiro nacional “traduzem uma rearticulação entre as esferas da produção e das finanças a ponto de propiciar a formação – internamente – do capital financeiro” (Ibid., p. 573). Ou seja, se propiciaram a constituição endógena do capital financeiro no Brasil, ainda no período da Ditadura empresarial-militar. Em seus estudos, a pesquisadora aponta que ainda não havia uma articulação suficientemente definida entre produção e finanças no país. Portanto, não seria possível falar na presença do capital financeiro endogenamente constituído no Brasil, entre 1964 e o final da década de 1980:

Este [capital financeiro] – que consiste na principal forma de ser do capital na etapa monopolista – entende-se que somente é gerado internamente no século seguinte, quando processos de concentração e centralização do capital se aprofundam e avançam no sentido de criar as condições para a fusão do grande capital bancário com o grande capital industrial. Cumpre destacar que esta análise não desconhece a presença do capital financeiro em território nacional [...] Existe, entretanto, uma diferença entre identificar a atuação daquele que se originou no exterior e já chega aqui formado e o que se forma endogenamente no país (Ibid., p. 574).

Para a Autora, as fusões de grupos financeiros ocorridas no período em questão não se articulavam ao processo de concentração na esfera real (produtiva) e mesmo com o mercado de capitais tendo se constituído no decorrer do decênio de 1960, isso resultou em uma concentração de capitais limitada a empresas nacionais ligadas ao capital estrangeiro. É apenas a partir dos anos de 1990, que essa situação começa a mudar no Brasil, por meio dos processos de liberalização comercial e de desregulamentação econômica, via Plano Real (1994), que trouxe a estabilização monetária necessária à atratividade do grande capital (em especial o rentista com interesses especulativos); paralelamente, o governo Fernando Henrique promoveu a desregulamentação do sistema financeiro nacional, sendo marcada por reformas econômicas, administrativas e pela intensificação de medidas privatizantes no país. Desse modo, as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização foram os pilares da reestruturação econômica ocorrida no Brasil e de sua submissão ao movimento de mundialização do capital (servindo, é claro, aos interesses privados do grande capital). No que concerne às privatizações, Brettas (2020) destaca que a partir dos anos de 1990:

Foi preciso um amplo apoio do Estado, principalmente, via recursos disponibilizados pelo BNDES¹³⁶, para que o grande capital pudesse tirar um maior proveito das privatizações e operações de fusões e aquisições em curso. Esta foi a principal tarefa deste Banco de desenvolvimento nos anos de 1990. Estas privatizações, entretanto, não seriam suficientes para dar novo fôlego ao grande capital, que também sofreu com o impacto da desvalorização cambial após a adoção do regime de câmbio flutuante no final da década [...] Ao que parece, mais uma vez, mesmo com incentivos do governo, não houve, por parte da grande burguesia, o interesse em consolidar o imbricamento entre produção e finanças e, assim, construir as bases para a formação endógena do capital financeiro (Ibid., p. 581).

Então, mesmo que a estudiosa considere o BNDES como o grande protagonista das condições que possibilitaram a formação do capital financeiro no Brasil desde a década de 1990, ela conclui que será apenas a partir do segundo mandato do governo Lula da Silva que a atuação do referido Banco é reorientada; o

¹³⁶ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado, em 1952. Trata-se de uma instituição pública federal com sede no Rio de Janeiro, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira.

que de fato, permitirá a constituição endógena do capital financeiro no país (como será abordado mais a frente, ainda nesta Seção).

Ainda no que se refere à inserção brasileira na financeirização econômica, os estudos de Lavinias *et al.* (2017) indicam que esse fenômeno foi gestado na segunda metade dos anos de 1970, quando surgiu a chamada “moeda indexada ou financeira” e, avançou no decênio de 1980, com o esgotamento das condições macroeconômicas que possibilitaram o “milagre brasileiro”, entre 1967 e 1973. Explicando com maiores detalhes as origens da financeirização brasileira, os Autores asseveram o seguinte:

A crise fiscal e da dívida externa da década de 1980 vão possibilitar uma expansão financeira e concentração bancária sem precedentes, tendo como ponto de partida o processo de inflação inercial¹³⁷. Endossado por um Estado fortemente endividado em moeda estrangeira e sem possibilidades de conter a desvalorização monetária, o desenvolvimento bancário-financeiro nesse período teve como principal eixo a acumulação rentista com base nos ganhos inflacionários derivados da rolagem da dívida pública no processo que se tornaria conhecido por “ciranda financeira” (Ibid., p. 10, grifo dos Autores).

Os pesquisadores elaboraram uma periodização no que se refere à gênese e desenvolvimento da financeirização no Brasil, denominando de “financeirização elitizada”, a primeira fase desse processo, a qual corresponde ao período de 1981 a 1994 (descrito na citação acima). A partir de 1982¹³⁸, a crise fiscal do Estado brasileiro e a dívida externa formam a base de sustentação em que irão se erguer a concentração bancária e a expansão do sistema financeiro; tal processo irá resultar no que os autores mencionaram como “ciranda financeira”. Com isso, o setor bancário-financeiro do país elevou-se à condição de setor hegemônico, ou seja, deslocou-se para os ativos financeiros o centro da acumulação; ademais, as elites rentistas foram fortalecidas, daí a existência (nessa etapa inicial) de um modelo de financeirização centrado nas classes sociais mais abastadas e nas grandes empresas. Um segundo momento, de 1994 em diante (especialmente a partir dos anos de 2000), Lavinias *et al.* (2017) chamam-no de “financeirização em massa”:

¹³⁷ Os autores explicam que se trata de uma espécie de espiral inflacionária, causada por uma reação em cadeia, em que os preços sobem porque acompanham a inflação passada mais a expectativa futura.

¹³⁸ A grave crise financeira desse ano atingiu mais fortemente as economias latino-americanas, o que desencadeou aumento da dívida (interna e externa), inflação e recessão, nos referidos países.

[...] A mudança da forma de inserção internacional, conjugada com a estabilização de preços do Plano Real, a partir de 1994, fez surgir um novo padrão de financeirização em que os ganhos inflacionários são substituídos pela elevada renda de juros [...] e demais modalidades de ganhos financeiros, tanto aqueles derivados do endividamento público interno quanto os provenientes do crescente endividamento das famílias e das empresas não financeiras. O Brasil entra, assim, numa nova fase em que seu regime monetário se consolida para reproduzir as condições propícias à **financeirização em massa** (Ibid., p. 11; 13-14, grifo nosso).

Essa etapa da financeirização brasileira é caracterizada pela estabilização monetária, controle da inflação, elevação da taxa de juros, aumento da bancarização e dos serviços de crédito aos consumidores (espaço em que a esfera financeira passa a se incorporar). Para os estudiosos, outros aspectos sobressaíram, na política-econômica nacional, a partir da segunda metade da década de 1990: para controlar a expansão da base monetária, títulos da dívida pública brasileira foram lançados nos mercados privados, o que fez com que a dívida pública interna crescesse bastante. Isso possibilitou um espaço fértil para a valorização financeira e, assim, os gastos com remuneração e amortização da referida dívida resultaram em rentabilidade mais atrativa do que o investimento em atividades produtivas. Também em uma abordagem acerca da particularidade da financeirização brasileira e sua articulação com o mercado de títulos da dívida pública¹³⁹ nacional, Paulani (2006) destaca que:

É no governo de Itamar Franco que têm lugar as primeiras mudanças de peso no sentido de preparar o país para sua inserção no circuito internacional de valorização financeira. Em 1992, a diretoria da área externa do Banco Central, em meio às negociações para

¹³⁹ Quer dizer, o Estado brasileiro, passou a exercer com mais afinco (cumprindo o compromisso de força complementar do capital nacional) o papel de “prestamista”, ao garantir a estabilidade dos mercados financeiros, junto aos credores da dívida pública. Ou seja, se nos anos de 1980/1990 a expansão do mundo das finanças teve no setor bancário sua maior expressão, da década de 1990 em diante, os interesses especulativos e a acumulação patrimonial passam a prevalecer (GOMES, 2007). Sobre a especulação, sendo ela uma modalidade de ganho de capital desconectada da esfera produtivo-industrial, não é demais reforçarmos que: “Trata-se de mecanismos para garantir a continuidade da rotação do capital, cujo ponto de intervenção é a esfera da circulação, mediante processos especulativos que criam uma aparente autonomia dessa esfera diante da produção, como se ela fosse capaz de gerar capital. Contudo, lembremos que Marx decifra a origem da mais-valia e, portanto, do próprio capital, que apenas se faz na esfera da produção, apesar de não poder prescindir da esfera da circulação para a sua realização. Dessa maneira, o entesouramento, que permite a injeção de capital na rotação estagnada, consiste, tão somente, em mecanismos de transferência e captura de mais-valia já produzida, mas que, por se converter de peso morto em capital virtual, sendo capaz de produzir lucro e rendimento, é motivo para a falsa sensação de poder produtivo (de valor) da esfera da circulação. Para garantir a eficácia dessas estratégias, o capital demanda o suporte do Estado, criando condições para a sua rotação, inclusive por meio de mecanismos de extração de mais-valia, que deverá ser aglutinada sob a forma de fundo público e ficando disponível para a conversão em papéis e títulos” (SOUZA, 2019, p. 78-79).

internacionalizar o mercado brasileiro de títulos públicos e securitizar a dívida externa, resolvendo a pendência que vinha, desde 1987, encarregava-se também, em surdina, de promover a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e a abertura do fluxo internacional de capitais [...] Essas mudanças produziram, em conjunto, a forma e a substância da inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas. O lançamento de títulos de dívida brasileira cotados no exterior confirmou o país no papel de emissor de capital fictício, que viabiliza a valorização financeira e garante a *posteriori* a transferência de parcelas da renda real e do capital real para essa esfera de acumulação (PAULANI, 2006, p. 90-91).

A pesquisadora analisa que, na sequência, pós-implantação do Plano Real, foram resolvidos os empecilhos que impediam o país de funcionar como plataforma de valorização financeira e o distanciavam do interesse de capitais externos, isto é, a alta inflação e a desvalorização da moeda nacional. Ademais, outras medidas foram sendo priorizadas nesse período: maior abertura da economia, ênfase no processo de privatizações de grandes estatais e a inédita elevação da taxa de juros. Esses altos juros internos serviram para atrair investimentos externos especulativos de curto prazo, o que provocou uma enorme centralização de capitais, por meio de incorporações e fusões de grandes grupos, além de influenciar no crescimento das dívidas públicas (interna e externa). Corroborando com Paulani, asseveram Nader; Silva (2017) que:

Desde o início da estabilidade monetária com a adoção do Plano Real (1994) identificamos uma dinâmica específica do processo de acumulação financeira no país: *uma dominância financeira baseada em elevadas taxas de juros em um contexto de liberalização financeira e impulsionada pelo Estado*. Essa especificidade da financeirização no Brasil teria tido efeitos profundos sobre o processo de acumulação de capital real doméstico, tendo transformado a economia brasileira, a partir do início dos anos de 2000, em uma plataforma internacional de valorização financeira [...] (NADER; SILVA, 2017, p. 59, grifo dos Autores).

Portanto, a dinâmica da dominância financeira nacional está fortemente associada a um rentismo proveniente da renda de juros, especialmente, as aplicações em títulos públicos e privados, o que evidencia a centralidade do papel ativo do Estado brasileiro nesse processo. Além de tratar-se de um fenômeno que ocorre na economia nacional de forma subordinada e dependente do capital externo, fazendo com que “nossa relação com o centro passasse da dependência tecnológica típica da

acumulação industrial à subserviência financeira típica do capitalismo rentista” (PAULANI, 2006, p. 96).

Somado a isso, a partir de 1998, um importante mecanismo institucional para a inserção do país na mundialização do capital foi efetivado via reforma previdenciária. O até então regime de repartição simples (quem trabalha, ao contribuir para a previdência, vai gerando renda/aposentadoria para quem não trabalha) passa a sofrer alterações. Nesse sentido, o então governo federal abre espaço para se começar a constituir o mercado de previdência privada complementar (assim como no caso dos convênios de saúde) já há muito tempo reivindicado pelo sistema financeiro, o qual é gerido pelo regime de capitalização. Neste último, não há a chamada “solidariedade intergeracional”, como evidencia Paulani (2006):

Cada um responde por si e tem um retorno futuro proporcional à sua capacidade de pagamento corrente. Aos gestores desses fundos cabe administrar os recursos neles depositados, por longo período, de modo a garantir o rendimento financeiro necessário para honrar os compromissos previdenciários futuros [...] É claro que, dada essa lógica, nos fundos de pensão serão tão mais bem sucedidos quanto maiores forem as taxas de juros. Por outro lado, quando aplicam em renda variável (ações), eles buscam evidentemente aqueles papéis com maior capacidade de valorização, e esses papéis são, hoje, aqueles pertencentes às empresas que melhor executam os programas *dowsizing*, de terceirização e de flexibilização de mão de obra [...] A perversidade desse comportamento é parte das contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo – que gera renda real – enquanto engorda o **capital financeiro** – que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda (Ibid., p. 93, grifo nosso).

Como essa reforma ficou restrita aos trabalhadores da iniciativa privada, apenas no governo seguinte (Lula da Silva) conseguiu ser estendida aos servidores públicos (como será explicado mais adiante). Assim, conforme Lima (2007), no final da segunda fase da contrarrevolução neoliberal¹⁴⁰ no Brasil conduzida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o cenário era devastador, com uma série de escândalos, desvios e irregularidades nos diversos escalões do governo. Nessa conjuntura, “[...] surgiam divergências entre as frações da própria burguesia brasileira,

¹⁴⁰ Essa autora denomina de contrarrevolução neoliberal o que ocorreu no Brasil, entre de 1990 e os anos de 2000. Inicialmente, nos governos de Collor e Itamar Franco (entre 1990 e 1994), a partir da adaptação do país às determinações do Consenso de Washington de 1989; a segunda fase acontece nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002); e a terceira fase dessa contrarrevolução neoliberal inicia em 2003, com a chegada do presidente Lula da Silva ao poder federal (LIMA, 2007).

em sua articulação com os **setores financeiro e especulativo**, sobre a condução do neoliberalismo no Brasil” (LIMA, 2007, p. 103-4, grifo nosso).

Todavia, um acordo entre a burguesia nacional e a burguesia internacional, fez recompor seu pacto de dominação do capital sobre o trabalho, no intuito de perpetuar no país a agenda neoliberal (inclusive com apoio de lideranças sindicais e partidárias ligadas aos trabalhadores). Trata-se da eleição de 2002, ano em que se iniciou a terceira fase do neoliberalismo à brasileira: uma articulação política em torno do nome de Lula da Silva criou as condições ideais para que a mesma política vigente continuasse, apenas com mudanças superficiais. Já, durante a campanha eleitoral, alguns foram os acordos entre o PT – Partido dos Trabalhadores – e frações da burguesia, sem os quais, Lula não teria sido eleito¹⁴¹. Então, a partir de 2003, também no decorrer de dois mandatos, o governo de Lula da Silva deu prosseguimento à cartilha neoliberal¹⁴² de seus antecessores: ressaltou a necessidade de um Estado forte e regulador, estimulou ações do voluntariado e do setor público não estatal, incentivou a responsabilidade social empresarial e estabeleceu parcerias entre a esfera pública e a privada. Além disso, aprofundou a desnacionalização e a desindustrialização de setores nacionais estratégicos, assim como, não impôs nenhum limite à abertura comercial para o capital estrangeiro.

Retomando as análises de Brettas (2020) acerca da constituição interna do capital financeiro no país e do processo de financeirização da economia nacional, conforme a autora, é apenas ao longo dos governos do PT que há uma reorientação na atuação do BNDES. Se, na década de 1990, o foco do Banco se concentrava nos

¹⁴¹ Como atesta Lima (2007): “O programa político proposto concebe o diálogo como a tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses entre capital e trabalho [...] Com o estabelecimento destas alianças com a burguesia, o PT perdia o elemento político central da radical novidade que o caracterizou: sua base social classista. A política realizada pelo PT em suas origens seria substituída pela entrada do partido no mercado eleitoral. A vitória eleitoral da Coligação Lula Presidente não significou, portanto, a vitória da esquerda ou da classe trabalhadora [...] significou a vitória de um governo de colaboração de classes, portanto, sob direção do capital e não do trabalho. A análise das diretrizes do projeto de governo Lula da Silva demonstra sua afinidade com os pressupostos teóricos e de ação política do social-liberalismo ou neoliberalismo de Terceira Via [...]” (LIMA, 2007, p.113).

¹⁴² De acordo com Paulani (2006) três foram as razões fundamentais que demonstram o quanto o governo em questão foi também neoliberal. Na visão da Autora, a primeira delas “[...] é justamente sua adesão sem peias ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional [...] a segunda razão [...] decorre de seu discurso de que somente há uma política macroeconômica correta e cientificamente comprovada, que é a política de matriz ortodoxa [ou de base liberal] levada à frente por sua equipe econômica, desde o início do governo [...] A terceira, mas não menos importante razão pela qual o governo Lula deve ser tachado de neoliberal encontra-se na assim chamada ‘política social’, que tem nas ‘políticas compensatórias de renda’ seu principal esteio [...]” (PAULANI, 2006, p. 98-99, grifos da Autora).

empréstimos concedidos para a prática de privatizações e operações de fusões e aquisições, nos anos de 2000, o foco passará a ser marcado pela participação acionária em empresas (cuja denominação é BNDESPar, de Participações S.A. ou Sociedade Anônima/por ações). Com isso, a estudiosa chama atenção para o papel que o Estado brasileiro e suas instituições desempenham, sendo o grande protagonista nos processos de conformação tardia do capital financeiro nacional. Em síntese, Brettas afirma:

É apenas com a mudança nos rumos do BNDES e as contrarreformas na Previdência que se consolida o imbricamento das instituições financeiras com o grande capital industrial. Nem a reforma bancária, nem a criação do mercado de capitais nos anos de 1960 permitiram este salto. Também as privatizações dos anos de 1990, apesar de terem proporcionado certo imbricamento, não foram capazes de sustentá-lo (BRETTAS, 2020, p. 588)

Com a mudança de foco, a partir do decênio de 2000, o BNDES tornou-se sócio e patrocinador de grandes grupos, a exemplo dos Fundos de Pensão do funcionalismo público (Previ – Banco do Brasil, Petros – Petrobras e Funcef – Caixa Econômica Federal). Somado a isso, também colaboraram para as mudanças que permitiram a emergência no país do capital financeiro já financeirizado: as Reformas da Previdência (as quais fortaleceram os Fundos de Pensão) e a canalização de volumosos montantes do Fundo Público para o mercado de ações (possibilitado pela dívida pública). Para a Autora, a dívida pública é parte vital de todo o processo de financeirização no país, o qual alimenta a especulação no mercado de títulos públicos, fazendo crescer o prático e lucrativo negócio de emprestar dinheiro ao Estado brasileiro. São medidas que expressam o caráter de classe do Estado e sua função de garantir as condições para a acumulação capitalista.

Apenas explicando melhor a questão da Reforma Previdenciária dos anos de 2000, mais especificamente acerca da Reforma do Regime Próprio da Previdência Social (previdência social dos funcionários públicos), assim como fez o governo anterior no caso da iniciativa privada, a gestão de Lula da Silva também passou (no caso do funcionalismo público) do regime de repartição simples para o de capitalização; medida que fortaleceu os Fundos de pensão no país, sendo beneficiados pelos juros altos e tornando-se os grandes investidores no mercado nacional e internacional de ações. À mesma época, aprovou o fim da aposentadoria

integral para o funcionalismo público, além de tornar obrigatória a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas (LAVINAS; GENTIL, 2018).

Vê-se que a intervenção ativa do Estado brasileiro foi decisiva e determinante na condução do processo de abertura financeira, tendo como resultado, a inserção compulsória da classe trabalhadora na esfera da financeirização, por intermédio da mercantilização de bens e serviços sociais públicos e de políticas diretamente vinculadas aos mercados financeiros; o que levou as famílias a recorrerem a serviços privados, tais como: fundos de pensão, títulos de capitalização, planos de saúde e financiamento estudantil no ensino superior¹⁴³. Reformas comandadas pelo Estado brasileiro ao longo dos últimos anos – especialmente, a trabalhista¹⁴⁴, a previdenciária e a administrativa – abrem cada vez mais espaço para a previdência complementar privada e a capitalização dos grandes bancos, como explica Brettas (2017):

Esta dinâmica, quando combinada à política de ajuste fiscal [...] e as estratégias de enxugamento de custos das grandes empresas, se desdobra em um aumento da superexploração da classe trabalhadora com fortes impactos sobre as expressões da questão social [...] Amplia-se e complexifica-se, desta forma, a apropriação do trabalho necessário de diversas formas: por meio da tributação regressiva, do endividamento das famílias, da migração forçada para a Previdência Complementar e Planos de Saúde etc. A expropriação financeira tem funcionado como uma importante ferramenta para intensificar a concentração de renda e fortalecer o projeto de dominação burguesa. Além disso, a rentabilidade financeira se viabiliza por meio do aumento das taxas de extração da mais-valia, provocando o aprofundamento da superexploração e reforçando os traços da dependência [...] (BRETTAS, 2017, p. 72-73).

Esses fatores agravaram a rivalidade entre as nações e intensificaram ainda mais as relações de dominação e o grau de dependência da periferia para com o centro capitalista. Assim, é partir dos anos de 2000, que diante da liberalização comercial realizada na década anterior, consolida-se um novo padrão de acumulação do grande capital no Brasil, dominado pelas finanças, conforme enfatizam Lavinas *et al.* (2017):

Inicialmente focados nos ativos conectados ao endividamento público interno, as mudanças no regime monetário, transcorridas na década

¹⁴³ Por intermédio de programas como Fies e ProUni, o governo Lula e seus sucessores tiveram importância central para o fenômeno da financeirização na referida área deslançar no país (questões a serem desenvolvidas na nossa próxima Subseção).

¹⁴⁴ Legislação que também será abordada na Subseção seguinte.

de 1990 e 2000, vão proporcionar as condições estruturais e macroeconômicas para que os interesses da alta finança e da acumulação rentista-patrimonial fossem progressivamente estendidos também aos serviços públicos e à seguridade social (LAVINAS *et al.*, 2017, p. 11).

Uma consequência direta dessa mudança de foco nos investimentos foi a redefinição das políticas econômicas e sociais, tendo na figura do Estado o grande impulsionador desse processo; uma vez que, passou a intensificar seu papel de favorecedor do capital, desregulamentando, flexibilizando e privatizando. A partir de todas essas transformações, a acumulação capitalista brasileira passou a buscar novos espaços de revalorização ou “nichos de mercado com potencial de expansão”. Entre eles, encontram-se os serviços tradicionalmente providos pelo Estado – tais como previdência social, saúde e educação – delegados ao setor financeiro. Granemann (2007) nos mostra que a financeirização ganha escopo ao atingir a esfera da reprodução social, ressaltando que o que tem havido é a:

[...] mercantilização da “proteção social” provida pelo mercado para os trabalhadores que podem comprar a “segurança” da aposentadoria, da saúde, da educação, do lazer; tais políticas são valorizadas, segundo o rentismo das finanças, que hierarquiza em bolsas de valores as empresas prestadoras dos melhores serviços de “seguridade social”, isto é, os mais lucrativos e não necessariamente os melhores do ponto de vista das necessidades humanas (GRANEMANN, 2007, p. 64, grifos da Autora).

Sabe-se que, desde a década de 1980, o Estado brasileiro começou a subfinanciar (e, com isso, a sucatear) os serviços públicos de saúde e educação, o que muito colaborou para um crescimento ainda maior da mercantilização, além de o desencadeamento do fenômeno da financeirização nessas áreas tão fundamentais para a classe trabalhadora:

A financeirização vai romper novas fronteiras no processo de remercantilização da política social, reconfigurando suas formas, alcance e sentido, com consequências ainda pouco estudadas sobre a reprodução das desigualdades e das vulnerabilidades sociais e na reformatação dos sistemas de proteção social, crescentemente, amputados de sua dimensão pública [...] o aumento da financeirização contribui para a redução da oferta de serviços públicos [...] Observe-se que o sucateamento da provisão pública nas áreas de educação e saúde, no Brasil, precedeu o crescimento da produção e oferta privadas. O que se assiste atualmente é a implementação de medidas

governamentais que visam, deliberadamente, subfinanciar e, com isso, precarizar o setor público nessas áreas de maneira a justificar, no plano orçamentário e da opinião da sociedade, sua substituição pela produção e oferta privadas (LAVINAS *et al.*, 2017, p. 25-26).

O que os pesquisadores chamam de processo de “remercantilização” seria a mercantilização de “novo tipo” (reconfigurada a partir dos traços da financeirização da economia) ou o aprofundamento da mercantilização sob dominância financeira. Assim, quanto menos oferta ou oferta precarizada (sucateamento) de serviços públicos estatais, maior espaço tem a financeirização de políticas sociais no Brasil, sobretudo, no caso de serviços essenciais como a educação.

Na próxima Subseção, nos debruçaremos especificamente sobre o fenômeno da financeirização que ocorre no ensino superior privado-mercantil brasileiro, dando destaques aos maiores grupos educacionais com capital aberto em Bolsas de Valores e ao papel do Estado nesse processo.

4.3 A inserção do ensino superior na financeirização contemporânea e o papel do Estado nesse processo

As análises que fizemos, até aqui, demonstram que o fenômeno da financeirização contemporânea está intimamente articulado à crise estrutural do capital, à desregulamentação do sistema financeiro e às forças hegemônicas do capitalismo, representadas pelas burguesias nacional e internacional (sempre em consonância com as diretrizes do Banco Mundial).

Com base no que examinamos na Seção anterior, vimos que o campo de serviços sociais se transformou em grande oportunidade de acumulação de capital na economia brasileira em seu viés financeirizado. De acordo com Bastos (2013) o ramo educacional é um dos maiores alvos da financeirização e, entre os principais motivos, estão os seguintes: os tempos de maturação e amortização do capital são relativamente rápidos, faz parte de um setor de serviços cuja escala de oferta é variável e facilmente adequada à flexibilidade da demanda e os sistemas de ensino informatizados seguem padrões que barateiam a oferta do serviço, não importando sua qualidade.

Sendo um país de tamanho continental, o Brasil é visto pelos investidores externos e internos como um grande mercado a ser explorado no segmento do ensino

superior¹⁴⁵. E foi justamente nos anos de 2000, durante os dois mandatos do governo Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), que a mercantilização do ensino superior no país foi bastante ampliada. Vejamos essa ampliação referente ao primeiro governo, por meio dos números apresentados a seguir:

No quadriênio 2002/2006, o ritmo de crescimento de IES foi menor - 38,7%. Entretanto, em lugar do decréscimo verificado no octênio anterior, houve um aumento de 27% das IES públicas, ainda assim abaixo da média e insuficiente para ombrear-se com o crescimento das IES privadas que foi de 40,2%. Ainda neste quadriênio, com um ritmo de crescimento também menor das matrículas do que no subperíodo anterior - 34,3% - a desproporção no crescimento entre matrículas públicas e privadas foi quase idêntica à do octênio 1994/2002: 15% públicas e 42,6% privadas. Isso fez com que a proporção público-privada nas matrículas avançasse ainda mais na mesma direção anterior: 25,8% públicas e 74,2% privadas (SGUISSARDI, 2008, p. 999).

Vê-se que o sistema privado de educação superior no Brasil continuou se expandindo de forma quantitativa e desordenada, ao ponto de em 2010, o número de instituições particulares passar para 2.099 (88,3% do total de IES no país). De forma mais pormenorizada, têm-se os seguintes dados, cuja fonte foi o Censo da Educação Superior do Inep: entre 2008 e 2009, o número de IES lucrativas teve acréscimo de 18% em um ano; em 2009, o segmento lucrativo obteve 77% das matrículas presenciais em estabelecimentos particulares¹⁴⁶. Com relação às matrículas em Cursos à distância, houve aumento de 81% nas empresas educacionais, com o setor lucrativo detendo 79% dessas matrículas (CENSO, 2009). Essas empresas do ramo educacional superior atuam no sentido de buscar cada vez mais lucro, por meio de novos nichos de mercado. Daí o fenômeno da financeirização no referido nível de

¹⁴⁵ “Quanto ao acesso à educação superior, o fator determinante que mantém o Brasil no terço de menor cobertura ou taxa líquida entre os países da América Latina, apesar de ser a 7ª economia (PIB) do planeta, é a imensa desigualdade social que aqui se verifica. É ela, certamente, como amplamente demonstrado, o principal fator de produção da expansão elitista da educação superior, tanto na graduação como na pós-graduação. Aqui, vale chamar a atenção para o duplo sentido do elitismo: a) como pertencimento a uma população, que não chega a 1/5 do total da faixa etária adequada, que tem acesso à educação superior; e com qualidade superior de formação, que somente é possível em raros casos na graduação e na pós-graduação, esta é acessível a menos de 5% dos concluintes da graduação” (SGUISSARDI, 2015, p. 870).

¹⁴⁶ Dados mais recentes revelam que as IES privadas têm uma participação de 75,4% no total de matrículas de graduação. A rede pública brasileira, portanto, participa com 24,6%; entre 2008 e 2018, observa-se um aumento no número de matrículas de 49,8% na rede privada e de 33,8% na rede pública. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em 31/08/2020.

ensino estar se expandindo de forma nunca antes vista. Vejamos o contexto político-educacional e a atuação estatal que representaram as bases desse processo, a partir daqui.

O exame das políticas educacionais executadas pelos governos Lula da Silva, bem como de documentos do Banco Mundial voltados para os países periféricos, indica um vigoroso processo de reforma neoliberal sobre a educação superior no Brasil. Trata-se de uma concepção comum acerca deste nível de ensino como “terciário” ou “pós-secundário”, por parte dos organismos internacionais e do Estado brasileiro; portanto, embora haja condicionalidades (travestidas de recomendações) nos documentos que norteiam essas políticas, não se trata de simples imposição do “lado de lá” e submissão do “lado de cá”.

Ao longo dos dois mandatos do governo Lula da Silva, não obstante à expectativa de vários segmentos da sociedade, de que a política educacional fosse redirecionada, isso não ocorreu e essa gestão continuou “[...] dando prosseguimento à conformação da educação brasileira aos requisitos prescritos pelo Banco Mundial como desejáveis para os países não produtores de conhecimento científico relevante [...]” (BASTOS, 2016, p. 168). Entre esses requisitos, destaca-se a modalidade de ensino a distância (EAD), a qual vem sendo modificada por uma série de atos normativos, flexibilizando sua oferta e possibilitando sua expansão no país (desde meados da década de 1990, mas sobretudo, nos anos de 2000). Trata-se de um formato de ensino extremamente atrativo aos empresários do ramo, por proporcionar despesa menor para a instituição que a oferta, baixo custo das matrículas e mensalidades para os estudantes, Cursos superiores de graduação e pós-graduação de curta duração e uma dinâmica flexível de tempo para os estudos, em virtude de praticamente não haver momentos presenciais de aula. Na acepção de Lima (2006):

O governo Lula da Silva vem consolidando um importante arcabouço jurídico-político no que diz respeito à política de educação superior a distância. Esse arcabouço está sendo criado a partir de um conjunto de documentos, leis, medidas provisórias e decretos que reafirmam a lógica do governo anterior no que concerne à política de educação superior a distância – compra a adaptação de pacotes tecnológicos; aligeiramento da formação profissional, especialmente dos segmentos mais pauperizados da população; certificação em larga escala, especialmente, para treinamento de professores em serviço (LIMA, 2006, p. 165).

A consolidação do EAD como alternativa à educação presencial deu-se, principalmente, a partir do Decreto nº 5.622/2005, que regulamentou o Ensino a Distância, inclusive, a partir da criação da UAB – Universidade Aberta do Brasil,¹⁴⁷ por meio do Decreto nº 5.800/2006. Formalizado o arcabouço jurídico dessas legislações, um enorme crescimento desse formato no nível de ensino superior particular e público, vem sendo observado, desde meados dos anos 2000. Verifica-se que a quantidade de vagas ofertadas tem aumentado mais do que no ensino presencial e o número de estudantes matriculados em instituições da iniciativa privada também tem sido maior do que na modalidade presencial.

Com o objetivo de fortalecer o setor privado-mercantil e o EAD, o governo Lula da Silva (depois de seu antecessor) efetivou nova Reforma na educação superior brasileira¹⁴⁸. Várias foram as medidas político-administrativas de cariz neoliberal, entre as quais: a) o Decreto nº 4.914, de 11/12/2003, que concedeu autonomia aos centros universitários; a Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973/2004, a qual tratou do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas privadas; o Decreto nº 5.205/2004, que regulamentou as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas¹⁴⁹; a Lei nº 11.079/2004 que instituiu

¹⁴⁷ O sistema UAB é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoia instituições públicas de educação superior (Universidades e Institutos Federais) a oferecerem Cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação a distância. Vê-se que, depois de implementado o EAD e, com sucesso promissor no setor privado, o governo Lula da Silva regulamenta essa modalidade no setor público federal. Ainda no âmbito federal, quase 15 anos depois (em 2019, no governo de Jair Bolsonaro), uma legislação prevê a ampliação em até 40% para as atividades extracurriculares que utilizarem metodologias de EAD: trata-se da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância, em Cursos de graduação presenciais, ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

¹⁴⁸ No segmento público, essa reforma trouxe, a partir de 2005, a ampliação da rede federal, por meio do Programa de Interiorização das IFES (Instituições Federais de Educação Superior - Universidades e Institutos), do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre 2007 e 2014, e do Sistema Informatizado do Ministério da Educação (Sisu) que, até hoje, oferece vagas nas IES para candidatos que participam do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ampliou-se o número de instituições (nas capitais e no interior do país), de Cursos (inclusive, noturnos) e de estudantes, além da instituição da política de cotas para afrodescendentes e indígenas. Mas, mesmo com esse crescimento no setor público, em termos quantitativos, a expansão na rede privada com fins lucrativos foi ainda maior, durante os governos do PT. Além disso, em termos qualitativos, a ampliação no segmento público com o crescimento do número de alunos via REUNI, veio de modo desordenado e sem a mesma contrapartida de investimento em infraestrutura e servidores (AGAPITO; MONTEFUSCO, 2020).

¹⁴⁹ Sobre a regulamentação de parcerias entre universidades públicas e empresas privadas, Alves; Gonçalves (2019) asseveram que “[...] a abertura às fundações e às parcerias público-privadas nos levam a descreditar a universidade pública como um bem público, pois essas medidas foram privatizando-a gradativamente e de forma indireta. A partir do momento que essas novas formas de administração e de financiamento são efetivadas ocorre uma interferência direta nos processos de

a Parceria Público-Privada (PPP), a qual abrangeu um vasto conjunto de atividades governamentais; a Lei nº 10.861/2004, que regulamentou o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior; a Lei nº 11.096/2005, a qual implementou o ProUni – Programa Universidade para Todos (programa de bolsas estudantis em faculdades privadas); o Decreto nº 7.423/2010, que instituiu as parcerias entre instituições federais de ensino superior e as fundações de direito privado. Dessa maneira, de acordo com a análise de Lima (2006):

[...] a reformulação da educação superior que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva está inserida em **um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital**. Um processo que atravessou o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso¹⁵⁰ e está sendo aprofundado por meio de uma nova geração de reformas neoliberais, em completa sintonia com as políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais do capital (LIMA, 2006, p. 186, grifo nosso).

Conforme a Autora, a referida Reforma da educação superior foi difundida pelo MEC, à época, como necessária à modernização exigida pela reestruturação produtiva, estando em perfeita sintonia com os interesses e diretrizes do Banco Mundial, do BID, da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), da OMC, e da ALCA, com vistas à massificação do nível superior de ensino na periferia capitalista.

Duas outras importantes estratégias do Estado brasileiro (nessa época, via governo Lula) que muito favoreceram (e até hoje favorecem) o ensino superior privado (sobretudo, em seu viés financeirizado) estão ligadas à ampliação do Fies e à criação do ProUni¹⁵¹. Este último, sob o discurso de democratização do acesso, foi

autonomia/heteronomia, avaliação, produção e transmissão de conhecimento, alinhando e conduzindo todos esses aspectos à perspectiva privado-mercantil (ALVES; GONÇALVES, 2019, p. 22)

¹⁵⁰ Quando a educação foi incluída no setor de atividades não-exclusivas do Estado.

¹⁵¹ O ProUni é um programa que concede bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) para estudantes de baixa renda custearem Curso Superior em entidades privadas. Ao concluí-lo, o estudante não deve nada ao governo e nem à instituição de ensino. Já o Fies é uma modalidade de financiamento (criada em 1999) que, diferentemente do ProUni, não concede bolsas de estudo. Trata-se de um fundo de financiamento estudantil que funciona como um empréstimo do governo (modalidade Fies) ou agente operador de crédito (modalidade P-Fies ou novo Fies) ao estudante durante o período de estudos e, após o término do Curso, o beneficiário terá que devolver o valor investido de forma parcelada e com juros (a depender da modalidade). **Programa Universidade para Todos (ProUni)**, Ministério da Educação. Disponível em: [<http://siteprouni.mec.gov.br/>](http://siteprouni.mec.gov.br/) **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**, Ministério da Educação. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em 17/10/2021.

regulamentado pelo MEC (em 2005) e alguns fatores estiveram envolvidos na implementação desse novo Programa de financiamento estudantil: uma baixa porcentagem da população jovem brasileira cursando o nível superior; um grande número de “vagas ociosas” nas IES particulares; uma alta taxa de inadimplência no pagamento das mensalidades dessas IES. Diante desse quadro nacional, os empresários do ramo fizeram enorme pressão política, pautada nos seguintes eixos: o critério de pobreza para identificar estudantes aptos a receberem bolsa integral deveria corresponder à renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio; já o critério para aqueles que excedessem este valor, até três salários mínimos, estariam aptos a receberem bolsa parcial; a definição de que as IES privadas (com ou sem fins lucrativos) poderiam aderir ao Programa mediante assinatura de termo de adesão, oferecendo, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes. E, mesmo que a imunidade fiscal não fosse mais permitida a instituições lucrativas, Lima (2007) evidencia que ao aderir ao ProUni, esse tipo de IES fica isenta de alguns tributos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Quer dizer, uma imensa vantagem financeira para essas instituições que já lucram tanto. Essas isenções fiscais significam que a União deixa de receber todos os anos bilhões de reais, além de significar o desvio de recursos públicos para a iniciativa privada da área educacional.

Também acerca do ProUni, Leher (2010b) o considera um programa que atende diretamente aos interesses do setor privado, sendo extremamente vantajoso para as faculdades envolvidas, que possuem muitas vagas ociosas e, ao assinarem a adesão ao programa, ofertam 10% de suas vagas já ociosas para as bolsas estudantis (parciais ou integrais). A maioria dessas faculdades faz parte do modelo diversificado (instituições não universitárias), como enfatiza o Autor: “A maior parte desses jovens ingressou não em universidades, mas em ‘escolões’ de baixíssima qualidade; muitos, inclusive, farão cursos sequenciais e tecnológicos de curta duração, modalidades aligeiradas de ensino dito superior” (LEHER, 2010b, p. 383-384). Sob o argumento do MEC de que Fies e ProUni fazem parte de uma política democratizante de acesso a milhões de brasileiros não incluídos no nível superior, percebe-se, em verdade, um forte favorecimento estatal à iniciativa privado-mercantil de ensino superior. Fato que se configura em mais uma forma de o Estado (via governos federais) atender aos interesses do capital, o que não poderia ocorrer de modo diferente, tendo em vista

que esse é a função do Estado. Assim, verifica-se que a expansão dessas empresas educacionais no Brasil:

[...] vem sendo estimulada pelos governos. Isso ocorre a partir dos seguintes mecanismos: liberalização dos serviços educacionais, imunidade/isenção fiscal – Programa Universidade para Todos (ProUni) – isenção da contribuição previdenciária das instituições filantrópicas, isenção do pagamento do salário-educação, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e empréstimos a juros baixos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CHAVES, 2019, p. 69)

E sob a égide da financeirização das políticas sociais, esse ramo de negócio é transformado em uma enorme oportunidade de o capital lucrar, mais rapidamente, tendo como base a grande colaboração do Estado brasileiro. Cada vez mais, a União estabelece legislação educacional favorável ao setor privado, atendendo às condicionalidades exigidas pelos organismos internacionais, o que levou a mercantilização do segmento educacional superior a níveis inéditos no país, como demonstraremos daqui em diante.

Além da regulamentação do EAD associada à política privatista de financiamento estudantil, destaca-se que não há nenhum dispositivo legal por parte do governo federal via MEC, que estabeleça qualquer limitação à entrada e atuação do capital estrangeiro na educação superior do país. Essa ausência foi decisiva para a inserção de grandes grupos educacionais¹⁵² nacionais e internacionais no mercado de ações em Bolsas de Valores, tornando-se um movimento ainda mais acelerado de concentração de capitais no setor privado-mercantil do ensino superior brasileiro (TAVARES, 2014). Esse processo ocorre, especialmente, desde 2007 (início do 2º mandato do governo Lula) quando:

As mudanças na natureza da mercantilização em curso demonstram uma ruptura substantiva em relação ao período anterior. Se até meados dos anos de 2000, quando as IES, como instituições privado-mercantis, eram geridas por entidades mantedoras que se tratavam de organizações empresariais de natureza familiar, atualmente, um número significativo e em crescente expansão passou ao controle do

¹⁵² Esse movimento de entrada de empresas educacionais no mercado financeiro ocorreu, inicialmente, nos EUA, na década de 1990, com as primeiras IES a realizarem sua Oferta Inicial de Ações na NASDAQ – Associação Nacional Corretora de Valores e Cotações – e na Bolsa de Valores de Nova York (CARVALHO, 2013).

setor financeiro, através dos fundos de investimentos¹⁵³ (TAVARES, 2014, p. 92).

Em função dessa alteração na estrutura jurídica das IES privadas com fins lucrativos, algumas empresas educacionais que eram sociedades limitadas (com capital social dividido em cotas) se transformaram em sociedades anônimas de capital aberto com investimentos na Bolsa de Valores (com capital social dividido em ações). Chaves (2019, 2020) e Sguissardi (2008, 2015) também comungam da mesma análise quanto ao fenômeno da financeirização do ensino superior privado-mercantil brasileiro. Ambos avaliam que, desde 2007, se iniciou uma forte tendência de oligopolização¹⁵⁴ no referido segmento e a substituição gradativa do controle das tradicionais empresas familiares com sócios individuais, por Fundos de investimento. Sob esse novo controle, se inaugura outra etapa, cuja principal característica foi a abertura de capital dessas empresas nas Bolsas de Valores, com protagonismo do capital financeiro de caráter rentista/especulativo no país. Assim, nos termos de Chaves (2019):

A inserção de capital especulativo no ensino superior do Brasil dá-se de duas formas: 1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; 2) por meio do ingresso de grupos estrangeiros de capitais fechados e abertos. A abertura do capital das empresas no mercado de ações e, a subsequente valorização desses papéis, possibilitaram o aumento de seu capital e a compra de IES menores espalhadas pelo país, e com isso, a formação de grandes grupos empresariais (CHAVES, 2019, p. 68).

Com isso, em 2007, grandes companhias educacionais de ensino superior abrem seu capital, fazendo IPO¹⁵⁵ (Oferta Pública Inicial) e entram na então Bovespa

¹⁵³ Os Bancos são instituições financeiras convencionais, já os Fundos de investimento são instituições financeiras não convencionais, assim como os Fundos de pensão, que ocorre quando vários investidores se reúnem para, coletivamente, por meio de cotas, realizarem aplicação de recursos em determinadas empresas inseridas no mercado financeiro (TAVARES, 2014).

¹⁵⁴ Oligopólio educacional é o controle do mercado de ensino superior privado-mercantil por um número reduzido de grandes IES. Outra expressão utilizada pela literatura nesse mesmo sentido, é a de conglomerados ou *holdings*: “Nesse processo, as universidades e os centros universitários formam grandes conglomerados ou *holdings*, estabelecendo uma concorrência predatória ao criarem dificuldades financeiras para os estabelecimentos de pequeno porte – que acabam sendo adquiridos pelo capital mercantil de grande porte. Ocorre, desse modo, um movimento de [...] oligopolização do setor, em que uma empresa mantenedora *holding* controla os negócios das demais [...]” (CHAVES, 2019, p. 68).

¹⁵⁵ “IPO (do inglês *Initial Public Offering*) é o processo pelo qual as ações de uma empresa são vendidas ao público (pessoas físicas e pessoas jurídicas) pela primeira vez, via Bolsa de Valores (no caso,

(Bolsa de Valores de São Paulo)¹⁵⁶. Essa abertura é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que possibilita esses grupos negociarem valores mobiliários, tanto na Bolsa quanto em instituições financeiras. As quatro primeiras empresas brasileiras a realizarem essa façanha foram estas: Universidade Anhanguera (com sede em São Paulo), Universidade Estácio de Sá (sediada no Rio de Janeiro), Faculdade Pitágoras¹⁵⁷ (com sede em Minas Gerais), Sistema COC de Educação e Comunicação (educação básica e superior, sediado em São Paulo). A partir da transformação em sociedades anônimas, suas razões sociais foram, respectivamente, assim nomeadas: Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Kroton Educacional S.A. e SEB S.A. - Sistema Educacional Brasileiro (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014).

A entrada dessas companhias¹⁵⁸ no mercado acionário fomentou a busca por fusões e aquisições¹⁵⁹, negócios que consolidam a oligopolização no segmento privado do ensino superior brasileiro. Esse movimento resulta do próprio acirramento

Bovespa). É o processo pelo qual uma empresa torna-se uma empresa ou sociedade anônima de capital aberto” (SGUISSARDI, 2015, p. 886). O termo, em português, é Oferta Pública de Ações (OPA).
¹⁵⁶ Em 2008, foi celebrada a união da Bovespa com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), passando a se chamar BM&FBovespa. Em 2017, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) realizou uma fusão com a BM&FBovespa, quando mudou a denominação para B3 (fazendo referência as letras iniciais de *Bolsa, Brasil, Balcão*) (SEKI, 2020). Por esse motivo, nesta Tese, existe a escrita do termo sob as três formas.

¹⁵⁷ Em 1966, foi criado o Pré-Vestibular Pitágoras, na cidade de Belo Horizonte-MG; em seguida, são criados três colégios de Educação Básica na capital mineira. Já a primeira Faculdade Pitágoras foi fundada na cidade de Belo Horizonte, em 2000. No ano seguinte, em 2001, a rede Pitágoras fez parceria com a *Apollo* Internacional (sediada no Arizona, EUA), sendo o primeiro grupo educacional a ter uma empresa estrangeira como sócia. Em 2007, o Pitágoras origina a Kroton, quando da abertura de seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo (SGUISSARDI, 2008). Não trouxemos em nota de rodapé um resumo do histórico das demais empresas educacionais citadas, pelo destaque que a Kroton veio a ter, quando chegou a ser considerada o maior grupo do ramo no mundo (em 2014, após fusão com a Anhanguera). Caso o leitor queira se inteirar melhor acerca do histórico desta empresa e das demais aqui citadas, ver em Seki (2020), um minucioso estudo sobre a formação de oligopólios no ensino superior brasileiro.

¹⁵⁸ De acordo com os estudos de Chaves (2019) há três tipos que podem ser classificados como os principais grupos educacionais operando no ensino superior privado-mercantil brasileiro: a) empresas de capital aberto com inserção no mercado de ações (no caso, que negociam seus títulos na Bolsa de Valores oficial do país; b) grupos internacionais que passaram a adquirir IES privadas no Brasil; c) empresas educacionais que ainda não abriram o capital no mercado de ações (ou seja, de capital fechado). Justificamos que, no decorrer desta Seção e da próxima, nossas análises terão como foco os grupos do primeiro tipo, uma vez que, estamos analisando a financeirização na particularidade brasileira, o que pressupõe o exame de companhias nacionais de capital aberto listadas na BM&FBovespa.

¹⁵⁹ Aquisição/compra de IES de porte menor (normalmente em dificuldade financeira) por IES maiores. Fusão ou a junção por incorporação de grandes empresas educacionais, em que a empresa fundida perde sua autonomia, passando a ser parte integrante do novo grande grupo educacional. Ambas as formas permitem uma maior concentração de capitais no referido setor: “Este processo foi tão intenso, a partir de 2007, que o setor educacional ocupou as primeiras colocações no *ranking* de fusões e aquisições do mercado nacional. Em 2008, esse setor foi classificado em terceiro lugar no conjunto de fusões e aquisições entre todos os setores econômicos no Brasil” (CHAVES, 2019, p. 68).

da concorrência capitalista no referido setor, em que as IES de menor porte são mais vulneráveis às mudanças nesse mercado educacional. Marx, em *O Capital*, já nos chamava atenção que o fato de capitalistas menores decretarem falência ou serem incorporados pelos maiores, significa que o capitalismo está seguindo seu curso normal. À custa de muita exploração aos trabalhadores e sobre esses proprietários falidos são levantados os grandes monopólios.

Nos tempos hodiernos (sob hegemonia das finanças) Oliveira (2017) explica as etapas desse processo no caso dos oligopólios educacionais, isto é, de que forma grande parte desse mercado, no Brasil, passou a ser controlada pelo capital financeiro, representada, sobretudo, por Fundos de investimento:

Inicialmente, como parte de sua carteira de investimentos, alguns fundos realizavam poucas inversões em empresas educacionais; com os bons resultados alcançados, organizaram-se fundos para investimentos exclusivos no segmento, passando dos que investiam em qualquer área que apresentasse potencial de retorno para outros que indicavam que investiriam apenas em educação. O passo seguinte foi a transformação em sociedades anônimas e sua entrada diretamente no mercado de ações e daí para a internacionalização da educação, posto que as ações podem ser comercializadas tanto nas bolsas brasileiras quanto no exterior e podem ser adquiridas por capitais de qualquer País. Dessa forma, crescentemente, os fundos de investimento passam a controlar parte significativa do mercado educacional brasileiro [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Nessa perspectiva, os fundos do tipo *Private Equity* são um modelo de aplicação financeira que se tornou bastante comum no citado mercado de fusões e aquisições¹⁶⁰. Trata-se de fundos de investimento compostos por grandes especuladores (de grupos fechados nacionais e estrangeiros) que compram participações em empresas de capital aberto ou fechado, dando-lhes direito de se envolverem na gestão das companhias adquiridas. São fundos que injetam elevados montantes de recursos nas empresas educacionais negociadas, sob a condição de que elas sejam reestruturadas, mediante redução de custos e racionalização administrativa¹⁶¹. No Brasil, entre 2006 e 2010, cinco grandes aportes financeiros

¹⁶⁰ Dados divulgados pela CM Consultoria (2011), no período de 2007 a 2011, o processo de fusões e aquisições no ensino superior privado-mercantil brasileiro movimentou R\$ 5,9 bilhões. Disponível em <<https://www.cmconsultoria.com.br>>. Acesso em 17/10/2021.

¹⁶¹ Ou seja, mediante adoção de normas e princípios da “gestão corporativa”, aspecto que trataremos na Subseção 4.4, quando formos examinar as principais implicações da financeirização no ensino superior privado-mercantil brasileiro.

foram realizados pelos seguintes fundos: o Banco Pátria adquiriu participações de 68% da Anhanguera Educacional (2006); a GP Investimentos efetuou compra de 20% da Estácio Participações (2008); o *Cartesian Capital Group* adquiriu a Faculdade Maurício de Nassau (2008); o *Advent* comprou 50% da Kroton Educacional (2009); *Capital Intl* efetuou operação de compra do IBMEC Educacional, no início de 2010 (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014).

O cenário político nacional que se teve, a partir de 2010, é de muita efervescência para as referidas fusões e aquisições e de crescimento da financeirização no ensino superior privado-mercantil. Embora esse contexto tenha sido marcado pela impossibilidade constitucional de Lula da Silva permanecer no poder (já que estava no final de seu segundo mandato), a manutenção de suas diretrizes ocorreu por intermédio da eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff (a primeira mulher a assumir o governo no país, eleita e reeleita¹⁶²). No âmbito social, houve continuidade das políticas compensatórias (medidas paliativas para minimizar a pobreza). Entre 2011-2012, a economia brasileira sofreu acentuada queda da taxa de crescimento do PIB, o que fez com que a ex-ministra de Lula da Silva, no seu primeiro governo (2011-2014), implantasse o que se chamou de “nova matriz econômica”, atendendo a várias bandeiras defendidas pelo empresariado nacional, especialmente, pela FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

A Nova Matriz Econômica foi uma política do governo Dilma Rousseff iniciada, em meados de 2011, que determinava a maior intervenção econômica do Estado por meio de uma série de medidas que transferiram montantes significativos do fundo público federal aos capitais como meio de estimular a atividade econômica diante das crises de 2007/2008, 2011 e 2014. A política foi baseada em uma forte redução da carga tributária incidente sobre a indústria e o agronegócio sem qualquer contrapartida por parte dos setores beneficiados. A *Nova Matriz Econômica* foi substituída por um drástico programa de ajuste fiscal, implementado a partir das eleições de outubro de 2014 (SEKI, 2020, p. 260, grifos do Autor).

No que concerne à política educacional, entre 2010 e 2014, o ambiente permanecia propício à continuidade do modelo que já vinha sendo executado, em

¹⁶² “Na eleição de 2010, mais de cinquenta e sete milhões de brasileiros (56%) votaram numa chapa para a presidência que, claramente, indicava o fortalecimento de uma frente social-democrata menos à esquerda do que teriam sido os governos anteriores, e que foi reeleita com a mesma composição básica, em 2014, marcada pela presença de atores políticos representantes da classe hegemônica” (MELO; SOUSA, 2017, p. 27).

favorecimento ao setor privado-mercantil, notadamente, via Fies e ProUni. Foram inúmeras as vagas reservadas para esses programas por IES privadas e, extremamente alto, o montante de recurso que o governo federal gastou pagando as bolsas (parciais e integrais) e os empréstimos a milhões de estudantes. Inclusive, o mercado acionário dos conglomerados educacionais também oscila para mais ou para menos, de acordo com o número de vagas ofertadas (quanto mais vagas para Fies e ProUni, mais valorizadas ficam as ações dos grupos educacionais de capital aberto). Assim, esses mecanismos governamentais acabam por promover o aumento do rendimento líquido das grandes empresas do ramo; sendo o Fies, o principal responsável, pelos seguintes motivos: a partir de 2010 (Lei n. 12.202/2010), houve significativa queda da taxa de juros desse Fundo e a dispensa da exigência de fiador na assinatura dos contratos; a Resolução nº 3.842/2010 (do Banco Central) fixou a taxa efetiva de juros em 3,4% ao ano, para todos os cursos; em 2014, a Portaria Normativa nº 3/2014 do MEC passou a garantir às mantenedoras até 90% do risco de inadimplência das operações de crédito educativo, via FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo. Foi, desse modo, que o número de novos contratos cresceu exponencialmente e, como consequência, a alta no valor das ações dos conglomerados educacionais e seu patrimônio líquido (CHAVES *et al.* 2020).

Burgarelli (2017) nos traz dados (em cifras altíssimas) que resultaram dessas mudanças feitas no Fies pelo MEC, com o objetivo de flexibilizar as regras de acesso ao Fundo e incentivar a adesão de mais estudantes: em 2014¹⁶³, o gasto total do governo federal com o Fies (ou o repasse para as IES privadas participantes) foi superior ao montante de R\$ 15 bilhões. Em virtude desse incentivo estatal, entre 2010 e 2014, houve um crescimento bem acima da média em relação à quantidade de alunos e ao desempenho financeiro dos grandes grupos educacionais de capital aberto (a exemplo da Estácio e da Kroton). Esta última foi a empresa que recebeu da União o maior volume de pagamentos referentes ao Fundo estudantil: cerca de R\$ 2

¹⁶³ Inclusive, neste mesmo ano, um novo PNE - Plano Nacional de Educação - foi regulamentado para o decênio 2014-2024 (Lei n. 13.005/2014). O documento final desse PNE configurou-se em mais um exemplo de legislação educacional que foi fortemente influenciada pelas pressões institucionais do setor privado ligado à Educação Básica e ao Ensino Superior. O conteúdo específico deste último nível de ensino encontra-se nas metas de número 12, 13 e 14 do PNE. Entre os objetivos dessas metas, estão a expansão da oferta de bolsas via ProUni para alunos de Cursos Superiores nas modalidades presencial e a distância e a ampliação do financiamento estudantil por meio do Fies na graduação e até na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em especial, no mestrado profissionalizante (BRASIL, 2014). O conteúdo dessas estratégias reforça o pronto atendimento do Estado brasileiro às demandas privado-mercantis da área educacional.

bilhões, o dobro do faturamento de companhias como a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica.

O referido conglomerado educacional tornou-se o líder de crescimento no segmento das sociedades anônimas, chegando a ser classificado, em 2014, como a 17ª empresa mais valiosa da BM&FBovespa, com o valor de mercado girando em torno de R\$ 25 bilhões. Esse resultado foi decorrente da primeira grande fusão realizada em 2014, entre as duas gigantes nacionais do ramo: Kroton e Anhanguera. A incorporação da Anhanguera pela Kroton foi anunciada, em 2013, fato que já fez as ações de ambas dispararem na Bolsa de Valores. Nesse mesmo ano foi submetida ao CADE¹⁶⁴, o qual aprovou a fusão, em maio de 2014, mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC); isso porque em sua avaliação, o Conselho identificou risco de concentração/monopólio e, nesse sentido, impôs certas restrições aos grupos, mormente, à Kroton: a venda de algumas de suas instituições de ensino; o fim de alguns de seus Cursos de EAD e a diminuição do número de matrículas em alguns municípios. Restrições essas que não impediram que, após essa meteórica incorporação, a Kroton se tornasse a maior empresa mundial no ramo educacional. E, mesmo ocupando a posição de maior conglomerado educacional do mundo, a Kroton parecia ainda não estar satisfeita com somente uma fusão concretizada: entre 2015/2016, passou a envidar esforços para que outra fusão fosse negociada, dessa vez, com a Estácio. Contudo, em 2017, esta operação foi negada pelo CADE, pois caso fosse autorizada, a aquisição da Estácio pela Kroton eliminaria do mercado a segunda maior empresa de ensino superior, sua concorrente direta (SEKI, 2020).

Percebe-se que o estudo técnico do CADE pauta-se apenas pelos interesses mercantis de concorrência: na primeira situação (aprovação da fusão), muito mais que impedir a concentração monopólica, os limites colocados no acordo pelo CADE serviram para uma melhor distribuição entre os grandes capitais do ensino superior no país; no segundo caso (reprovação de uma nova fusão), o maior objetivo era proteger os interesses de mercado do segundo maior conglomerado e dos demais capitais desse ramo.

¹⁶⁴ Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão no âmbito do Poder Executivo, que tem como papel administrar a livre concorrência no mercado, com função deliberativa. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/>> Acesso em 17/10/2021.

Ainda acerca da principal política estatal de financiamento estudantil, em 2015, o Fies chegou a representar, para as maiores companhias educacionais brasileiras da época, os seguintes percentuais referentes às suas receitas líquidas: 70,5% no caso do grupo Kroton; para a Estácio Participações, representou 55,17%; no caso do grupo Ser Educacional, 46,4%; e para a Ânima Educação¹⁶⁵, o Fies representou 45,2% do rendimento líquido (CHAVES, 2019). Portanto, vê-se que esse tipo de financiamento estatal se constitui como elemento indispensável para o enorme aumento da lucratividade nesse segmento privado-mercantil.

Guimarães (2018) explica que, além da graduação, o Fies passou a financiar cursos de pós-graduação *strictu sensu* e de educação profissional técnica de nível médio, desde 2010. Em 2015, foi detectada grande inadimplência no pagamento dos empréstimos feitos pelos estudantes; no ano seguinte, por conta disso, o governo federal fez mudanças nas regras de concessão do Fundo (impondo critérios mais rigorosos) e começou a registrar decréscimo no número de contratos¹⁶⁶. Em 2018, também devido a essas alterações, o governo diminuiu os recursos destinados a esse fim¹⁶⁷. Para minimizar a queda de alunos e recursos oriundos do Fies, as grandes IES privadas passam a investir em programas de financiamento próprio (especialmente, a Kroton e a Estácio). Como no caso do ProUni não houve diminuição, mesmo com a queda no Fies, a lucratividade dessas empresas é sempre crescente, já que, além dessa enorme fonte de financiamento público, elas contam com programas próprios de financiamento estudantil, como forma de compensar os momentos de crise. Em sua Tese, o pesquisador nos faz outro importante alerta: travestido de política democratizante de acesso ao nível superior por alunos de baixa renda, em verdade,

¹⁶⁵ As empresas Ânima Educação e Ser Educacional passam a estar entre os quatro maiores grupos do ensino superior privado-mercantil, a partir de 2013, quando ingressam na então BM&FBovespa (CHAVES, 2019).

¹⁶⁶ Esses dados podem ser comprovados pelo Censo da Educação Superior (2019): em relação à matrícula na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa, entre 2009 e 2019, o Fies teve curva ascendente, até 2015, obtendo queda crescente a partir de 2016; o ProUni teve aumento não muito grande, mas houve no decorrer de todo o decênio; já outros tipos de financiamento tiveram ampliação discreta até 2014, obtendo um enorme crescimento a partir de 2015. Em números, no ano de 2019, foram registradas: 571.852 mil matrículas pelo Fies, 615.623 mil matriculados pelo ProUni e 1.831.591 milhão por outros tipos de bolsa (CENSO, 2019).

¹⁶⁷ Fazendo um balanço sobre os recursos investidos no Fies e ProUni pelo MEC, Chaves; Santos; Kato (2020) afirmam que os dois programas juntos tiveram uma evolução extraordinária. Em termos financeiros, o aumento foi de 1.316,2%, entre 2003 e 2017 (somente neste último ano, o governo federal liberou R\$ 24.176 bilhões). A mudança de regras no acesso ao Fies, realizada em 2015, passou a ter efeito apenas em 2018, quando ocorreu a redução significativa de recursos do fundo público para o Fies, cujo valor repassado ficou em R\$ 12.909 bilhões.

o Fies¹⁶⁸ constitui um sistema de endividamento estudantil. Ao ser um dos pilares da reconfiguração (financeirização e oligopolização) do ensino superior brasileiro, outra função que esse programa cumpre é a naturalização do endividamento familiar como meio de assegurar um direito social (GUIMARÃES, 2018). Quer dizer, representa um mecanismo criado pelo Estado (via MEC) em que inúmeras famílias brasileiras (na sua maioria, da classe trabalhadora) passam a dever a Bancos Públicos, mesmo que, sob taxa de juros menores. Ao mesmo tempo em que, obriga essa classe a entrar no âmbito dos serviços bancários e utilizá-los por muitos anos, alimentando a exploração do capital sobre as demandas sociais dos trabalhadores e o fortalecimento do capital financeiro no país.

Na nossa penúltima Subseção, analisaremos as principais implicações do avanço da financeirização no ensino superior privado-mercantil brasileiro. Desse modo, abordaremos o modelo de governança corporativa – o qual é exigido como tipologia de gestão nos grandes conglomerados educacionais – e o aumento na quantidade de demissões de professores como forma de reduzir custos, que encontrará respaldo legal na Reforma Trabalhista, efetivada no país em 2017. Essas e outras questões serão ponderadas a seguir, após situarmos a conjuntura política e econômica no Brasil dos últimos anos.

4.4 Os principais impactos da lógica financeirizada no ensino superior privado-mercantil

Ao longo de sua história, o Estado burguês, *locus* de defesa dos interesses do capital, vem criando estratégias voltadas para a remediação das crises do sistema capitalista. A política econômica conduzida pelos últimos governos brasileiros foi de coalizão de classes inconciliavelmente antagônicas – capital e trabalho – e as gestões do PT, supostamente combativas ao neoliberalismo, cooptaram parte do movimento social, como ressalta Silva (2018):

O PT, naquele momento histórico de grande insatisfação e revolta, mostrou-se um importante e leal aliado da classe dominante. O Partido dos Trabalhadores era a grande ferramenta nas mãos da aristocracia

¹⁶⁸ Outro importante estudo acerca dos dois mecanismos governamentais (Fies e ProUni) de financiamento público para estudantes no ensino superior privado, encontra-se na Tese defendida por: SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

operária para engessar os movimentos sociais. Comandando a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) e aparelhando a maioria dos sindicatos e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os governos Lula e Dilma puderam governar para a burguesia, obstando as lutas dos trabalhadores através do aparelhamento e de cooptações de lideranças (SILVA, 2018, p. 182).

O panorama político-econômico do biênio 2015-2016 corresponde ao início do segundo mandato de Dilma Rousseff, período no qual a presidente indicou para o Ministério da Fazenda, o economista-chefe do principal banco privado brasileiro (Joaquim Levy, do Bradesco), atendendo aos interesses da FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos. Foi uma época de bastante turbulência e instabilidade política para esse governo, por conta de algumas razões, em especial estas: desaceleração econômica, descontentamento do empresariado e perda de apoio popular¹⁶⁹. Sob o início das investigações na Operação “Lava-Jato”¹⁷⁰, esses fatores em conjunto terminaram culminando no processo de *impeachment*, concluído no final de agosto de 2016 (mesmo sem crime de responsabilidade fiscal comprovado). Com o Poder Judiciário à frente, esse processo teve como coadjuvantes, o Ministério Público, a Polícia Federal, o Poder Legislativo e os grandes meios de comunicação (BRASIL, s/d).

No caso específico do Brasil, como de forma geral na América Latina, as formas de resolução em momentos de ameaça ou crise do sistema, foram orquestradas, em sua maioria, por golpes de Estado, patrocinados pelas forças imperialistas, que muito bem definem qual é o sentido ou o papel desses países, no movimento do capitalismo. Sob a necessidade de recompor os ganhos da burguesia, chega ao poder, dessa vez,

¹⁶⁹ O apoio de base populista obtido ao longo da Era Petista deveu-se a políticas sociais que atenderam alguns interesses de distintos setores populares: “Os programas de transferência de renda, a recuperação do salário mínimo, o programa de construção de casas populares, o financiamento da agricultura familiar, as quotas raciais e sociais, o programa de construção de cisternas no semiárido, a reabertura dos concursos públicos, a expansão do ensino superior público e a facilitação do acesso às universidades públicas e privadas; essas e outras políticas sociais fizeram com que grande parte da baixa classe média, do operariado, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal se tornassem, de maneiras distintas, base de apoio popular à política dos governos petistas” (BOITO JÚNIOR, 2020, p. 19). Embora tenha havido melhoria dos indicadores sociais, isso não significou uma mudança substancial no decorrer da Era Petista, já que, o Brasil seguiu como um dos países do mundo com maior concentração de renda; posição em que permanece, até os dias atuais, o que confirma o lugar de nação periférica dentro da divisão internacional do trabalho no capitalismo.

¹⁷⁰ Comandada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, a investigação identificou diversos crimes de corrupção, com muitos parlamentares envolvidos, incluindo nomes importantes do PT.

via Golpe Parlamentar¹⁷¹, o então vice-presidente de Dilma Rousseff, Michael Temer¹⁷² (em governo interino, 2016-2018):

Depois de mais de três décadas [do regime democrático-burguês brasileiro], ficou para um poder (o Judiciário), que sequer passa por um crivo de eleição popular (por mais limitada que esta seja) e também cheio de denúncias de privilégios e de corrupção, a tarefa de ser atualmente a principal instituição do regime democrático-burguês. Diante de um Executivo (Michel Temer) e de um poder Legislativo fracos, o poder Judiciário foi fundamental para respaldar ataques de interesse do capital rentista como o congelamento dos gastos, por duas décadas, a Reforma Trabalhista e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores (BRASIL, s/d, p. 42).

Todo o receituário neoliberal que vem sendo colocado em prática, desde o governo Collor, abriu caminho para essas medidas, como respostas do Estado brasileiro necessárias ao capital em crise. Mesmo em curto espaço de tempo, essa conjuntura nacional alcançou momento extremamente perverso de ataque às políticas sociais, durante a gestão de Michael Temer. Como novo chefe do poder executivo, promoveu, via seus agentes (Câmara dos Deputados e Senado) mais uma reforma

¹⁷¹ “Democracia quer dizer ‘governo do povo’. Como é difícil que o povo governe, o mínimo que se exige é que os governantes sejam autorizados pelo voto popular. Por isso, a destituição de um governante eleito é muito grave e só deve ocorrer em circunstâncias excepcionais. No Brasil, vigora o presidencialismo. Isso quer dizer que o chefe de governo tem mandato fixo, concedido diretamente pelo povo. Falta de apoio parlamentar, impopularidade da gestão ou crise econômica não são motivos para retirá-lo do poder. O mandato só pode ser interrompido caso ele cometa crime de responsabilidade, isto é, tenha agido de forma criminosa no exercício do cargo. O processo de destituição de Dilma deixou claro que não houve nada parecido. Ela foi acusada de manobras fiscais banais - que os governos sempre fizeram, com base na interpretação dominante da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Se fosse crime, a maior parte dos governadores estaduais teria que ser impedida também. Dilma foi inocentada das acusações pelo Ministério Público. Seus acusadores e juízes no Congresso, em grande medida, ignoraram os pretensos crimes e justificaram sua condenação por motivos que não estão na lei. Para finalizar, logo após o impedimento da presidente foi aprovada uma lei que elimina a incerteza sobre a interpretação da LRF e assegura que aquelas manobras são aceitáveis. Em suma: houve condenação sem crime. Todo o ritual do processo de impedimento foi seguido, mas isso é só a aparência. Não havia fundamento na lei para a destituição da presidente. O nome disso é golpe. Por causa da história da América Latina, quando se fala em golpe pensamos, em geral, em tanques na rua. Mas golpe militar é apenas um tipo. Há golpe sempre que algum setor do Estado - como o Legislativo, o Judiciário ou a polícia - rompe com as regras vigentes e as reconfigura em seu próprio benefício. Neste ano, o Brasil viveu um golpe parlamentar, desferido com o apoio de setores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, além, é claro, dos meios de comunicação e do empresariado. O golpe rompeu com os dois elementos básicos da democracia: a soberania popular, manifestada na ideia de que o voto é o meio de acesso ao poder, e o estado de direito, segundo o qual a lei valerá igualmente para todos. Os votos de 2014 foram anulados e a lei não valeu para Dilma Rousseff”. Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff-foi-golpe-ou-crime.html>> Acesso em 17/10/2021.

¹⁷² Inclusive, esse chefe do executivo também veio a ser alvo da Operação “Lava-Jato”, mas conseguiu o arquivamento do processo, por ter tido apoio da maioria do Congresso.

do Estado, com manobras que atingem de forma brutal, a classe trabalhadora. O governo interino mal assumia oficialmente e já começava o pacote de medidas duras e impopulares, entre elas: a Emenda Constitucional (EC nº 95/2016) mais conhecida como a PEC do Teto de Gastos, na medida em que definiu o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos em áreas sociais; a Lei das Terceirizações nº 13.429/2017, a qual altera o conceito de trabalho temporário, eliminando seu caráter de contratação apenas para situações extraordinárias; a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) que representou mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, vigente desde 1943), precarizando ao extremo as condições de trabalho da classe trabalhadora (BRASIL, s/d).

A EC 95/2016 alterou o regime fiscal nacional, vigente desde promulgação da Constituição Federal de 1988, limitando os gastos governamentais em geral, e que na prática, vem impedir a aplicação dos percentuais mínimos legais na saúde, educação e segurança. O resultado já está sendo refletido em uma ainda mais intensa precarização de serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. É ainda maior o número de pessoas morrendo nas filas dos hospitais cada vez mais superlotados, sem estrutura adequada e com pouquíssimos médicos. A esfera privada nas áreas de saúde, educação e previdência terá um maior espaço de crescimento nas duas próximas décadas, sob o congelamento dos investimentos públicos. No Ensino Superior, com a EC 95/2016, o setor financeiro do segmento privado-mercantil se fortalece e o movimento de expansão dos grandes conglomerados pode ampliar-se ainda mais no país. Ou seja, independentemente, da filiação partidária e ideológica (de direita, centro ou esquerda), a cada governo, o Estado burguês segue desempenhando sua função precípua de defesa do capital em detrimento do trabalho.

Sobre a Reforma Trabalhista e a Lei das Terceirizações, é importante lembrar que elas não são medidas isoladas. Além de estarem ligadas a outras reformas ou leis, que se somam em conjunto, possuem relação direta com as mudanças no mundo do trabalho. Tais mudanças foram decorrentes da reestruturação produtiva implantada em resposta à crise estrutural do capital, conforme analisamos na terceira Seção da tese. Sob o discurso de “flexibilização” das relações de trabalho, o novo regime de acumulação flexível trouxe, em seu bojo, mais precarização para as condições laborativas dos trabalhadores.

Com a Reforma Trabalhista, além das atividades-meio, foi permitida a terceirização de atividades-fim da empresa, mesmo sendo consideradas essenciais.

Antes da reforma, era possível apenas a contratação de atividades-meio, como os serviços de limpeza e segurança; o que já configura precarização, já que ao terceirizar um serviço, uma instituição (pública ou privada) contrata os funcionários de outra empresa, com os quais não mantém nenhum vínculo empregatício. Portanto, a carga tributária das empresas é drasticamente reduzida, o que, por sua vez, também diminui a arrecadação do Estado. A Reforma chegou ao extremo de regulamentar o chamado trabalho intermitente: modalidade em que há a prestação descontínua de serviço. Na prática, isso significa que pode haver períodos de prestação de serviço, seguidos de situação de inatividade; os períodos de atividade são mensurados em horas, dias, semanas ou meses (com prazo determinado ou não); a remuneração do trabalhador dá-se mediante apenas o tempo de atividade (onde o tempo mínimo é de uma hora). É um tipo de atividade laboral totalmente desprovida de toda e qualquer segurança, como a garantia de receber salário mínimo ou ter jornada de trabalho estabelecida. Sob o discurso de que o trabalhador terá mais liberdade e autonomia, a sua subjugação ao capital é potencializada por meio de formas laborativas extremamente precárias. Outra grande desvantagem para os empregados foi a suspensão da obrigatoriedade de contribuição sindical, sendo facultado o seu desconto em folha de pagamento, o que enfraquece a atuação coletiva dos sindicatos. Ainda acerca deste último aspecto, demissões individuais e coletivas foram equiparadas, o que tem levado a empresas demitirem em massa seus funcionários, pois não é mais necessária a homologação prévia dos sindicatos (FIGUEIRAS, *et al.*, 2018). Esses foram somente alguns dos pontos que a Reforma trouxe em seu texto, mas ao todo, são mais de 100 Artigos da CLT alterados, entre mudanças, acréscimos ou substituições; todas elas vantajosas para o capital produtivo e o financeiro, como analisam Matos *et al.* (2019):

Assentada na perspectiva de criar um ambiente institucional favorável tanto para o capital produtivo como para o rentismo, a reforma assegura ao primeiro, a possibilidade de reduzir custos por meio da ampliação da flexibilização do trabalho e, ao último, a rentabilidade via redução dos gastos públicos, restando ao trabalhador as inseguranças do mercado e a precarização do trabalho. A Reforma Trabalhista, associada a outras reformas já implantadas ou em curso, revela seu caráter perverso, tendo em vista sua sanção ter sido imposta e sem qualquer discussão com a classe trabalhadora, mascarando assim seus reais objetivos, quais sejam: redução de investimentos nas políticas sociais; desvio de recursos da seguridade social para pagar juros e amortização da dívida pública; fragilização das leis trabalhistas

e regressão de direitos da classe trabalhadora; sucateamento dos serviços públicos e fortalecimento do setor privado rentista, entre outros. Tudo isso beneficia a lógica neoliberal presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, o capital financeiro (MATOS *et al.*, 2019, p. 156).

Em apenas dois anos no poder, o governo M. Temer promoveu graves investidas contra a classe trabalhadora e, findado o tempo como chefe do executivo, as eleições presidenciais, no final de 2018, conduziram ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro (um representante da ultradireita no Brasil). Com seu mandato ainda em andamento, mas já chegando ao fim (2019-2022), é liderado, desde o início, pelo Ministro da Economia Paulo Guedes. Economista experiente no mundo dos negócios, bastante conhecido no mercado de ações, o banqueiro Guedes participou da equipe responsável pelas reformas econômicas neoliberais do Governo Pinochet, no Chile. Sob o comando do ministro da economia, o governo Bolsonaro conseguiu aprofundar os ataques aos direitos do trabalho no Brasil, ao aprovar uma Reforma da Previdência Social (EC nº 103/2019) que inviabilizou a aposentadoria integral ou parcial, para a maioria dos trabalhadores (mais ainda, para as novas gerações). Além disso, está em tramitação a PEC nº 32/2020, que define a proposta de Reforma Administrativa, tendo como maior alvo a grande parte dos servidores públicos. Sendo aprovada, somando-se às Reformas Trabalhista e Previdenciária, torna gigantesca a vitória do capital sobre o trabalho no país. O agravamento no Brasil, sob todos os ângulos possíveis, da exploração do trabalho nas últimas décadas (notadamente nos governos Temer e Bolsonaro) reflete o acirramento da crise estrutural do capital.

A Reforma Trabalhista trouxe novos formatos possíveis de emprego, de relação com o empregador e de demissão do empregado, que atingiram com força o trabalho docente no ensino superior financeirizado brasileiro. Como agravante, tem-se a governança corporativa¹⁷³ – enquanto modelo predominante de gestão dos oligopólios educacionais – e como momento mais crítico, o período pandêmico da Covid-19, que se alastrou pelo mundo nos anos de 2020 e 2021, fortalecendo o EAD e trazendo à tona o ensino remoto e as demissões em massa de professores (aspectos a serem abordados mais à frente, entre as páginas 179 e 182).

¹⁷³ Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015) a governança corporativa segue as exigências do mercado financeiro, consistindo em um sistema técnico e objetivo de organização que conduz o empreendimento a altos níveis de gerenciamento e rentabilidade.

Como já destacado na Seção anterior, entre os grupos pioneiros no segmento de ensino superior a ingressarem na então BOVESPA, em 2007, estavam Anhanguera, Estácio e Kroton. Passados alguns anos, mais precisamente em 2013, também abrem seu capital na Bolsa de Valores, as empresas Ânima e Ser Educacional e, no ano seguinte (2014) ocorre a grandiosa fusão entre os grupos Kroton e Anhanguera.

Na atualidade, as empresas brasileiras com capital aberto no mercado de ações, que negociam seus títulos e estão listadas na B3, são essas: Ânima *Holding* S.A., Estácio (Yduqs Participações S.A.), Kroton (Cogna Educação S.A.)¹⁷⁴, Ser Educacional S.A. e, mais recentemente, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A.¹⁷⁵ Juntos, esses grupos aglutinam quase 2 milhões de estudantes, concentrando cerca de 50% das matrículas gerais da educação superior no país (GOMES, 2021).

Tanto a literatura pesquisada (SEBIM, 2014; CORDEIRO, 2020; KATO; CHAVES; MEGUINS, 2020) quanto à busca feita nos endereços eletrônicos¹⁷⁶ apontam que existe uma lógica homogênea entre esses conglomerados, no que se refere às questões administrativo-gerenciais e financeiras, à organização do trabalho docente, bem como aos aspectos pedagógicos que norteiam seus traços organizacionais. Essa lógica perpassa um modelo de gestão de seus negócios que está centrado na chamada “governança corporativa”, a qual foi pensada por organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, tendo como foco a valorização acionária (aumento dos lucros dos sócios e acionistas) e a segurança dos investidores.

Conforme Chesnais (2002) a governança corporativa surge como uma estratégia das empresas capitalistas, em geral, na atual etapa de mundialização financeira do capital. O Autor explica que essa mudança institucional das empresas é própria do regime de acumulação financeira, sendo utilizada principalmente por empresas financeirizadas. É uma opção de crescimento com impacto negativo direto

¹⁷⁴ Em 2019, a Kroton cria a *holding* Cogna, estando entre as maiores organizações educacionais do mundo. Também nesse mesmo ano, a Estácio cria a *holding* Yduqs para administrar seus negócios e marcas. É com essas nomenclaturas – Cogna e Yduqs – que esses conglomerados estão listados na B3. **Mas quando a referência do setor está relacionada diretamente ao ensino superior, o termo Kroton é mais utilizado, já que essa marca representa o referido segmento no conglomerado** (SEKI, 2020).

¹⁷⁵ O grupo educacional Cruzeiro do Sul realizou sua IPO, ou seja, teve seu ingresso na B3, em fevereiro de 2021 (GOMES, 2021).

¹⁷⁶ Cf. www.estacioparticipacoes.com.br; www.kroton.com.br; www.sereducacional.com/ri; animaeducacao.com.br/ri; www.cruzeirodosul.edu.br.

sobre seus trabalhadores, atingidos pelo grau máximo de exploração, a qual gera maiores taxas de lucro e o conseqüente aumento do valor acionário.

Desse modo, quando uma grande companhia decide que vai entrar no mercado acionário, algumas mudanças institucionais começam a fazer parte de um conjunto de medidas de preparação para deixar de ser uma empresa de capital fechado e se tornar um grupo de capital aberto (medidas vistas como necessárias aos investidores e atrativas a novos investimentos). Com no ramo empresarial de educação não é diferente, entre essas mudanças institucionais, estão: a inserção do modelo de governança corporativa (em substituição ao modelo de administração tradicional), a implantação de conselho administrativo e consultivo, consultorias com empresas especializadas em negócios educacionais. No *site* da *Holding Ânima*, está assim descrita a visão geral de sua governança corporativa:

Destacam-se entre as iniciativas recentes a evolução da Governança Corporativa da Companhia, com uma estrutura integrada por Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, composto por maioria de conselheiros independentes e matriz de competências ampliada, incluindo estratégia, governança corporativa e transformação digital, cinco comitês de assessoramento (Acadêmico, Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Finanças e M&A, Pessoas e Transformação Digital), além de Conselho Fiscal e, no âmbito da Diretoria, o Comitê Executivo. Foi constituída uma Diretoria de Governança do Conselho de Administração, responsável pela Secretaria de Governança, e uma Diretoria responsável pela Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*, ambas com reporte direto ao Presidente do Conselho de Administração, e suportadas por um Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos totalmente independente, propiciando maior robustez ao sistema de Governança da Companhia, com clara definição de papéis e equidade de tratamento aos acionistas.¹⁷⁷

A busca incessante pelos lucros altos, o repasse com transparência dos dados financeiros aos acionistas, a maximização e divulgação dos resultados, são as maiores preocupações dos investidores. Por essa razão, estes consideram a gestão corporativa como a variável mais importante quando decidem aplicar seu capital em algum grande grupo; a máxima e a rápida valorização das ações negociadas na Bolsa de Valores dependem desse critério. Portanto, além de ter como principal objetivo

¹⁷⁷ Disponível em

<<https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idCanal=gmm0pCVtQm7AC+WJWN9ePg==>> Acesso em 22 de novembro de 2021.

proporcionar maior segurança financeira nos investimentos, a governança corporativa:

[...] representa uma etapa de expansão que reposiciona o foco, a missão, os valores dessas empresas educacionais, que passam a se pautar na gestão profissionalizada, na maximização dos lucros dos seus acionistas, com a unificação de modelos pedagógicos e avaliativos e alterações no trabalho do professor, não somente mudanças nas relações de trabalho, mas também na sua natureza pedagógica (KATO; CHAVES; MEGUINS, 2020, p. 4).

Todos os âmbitos de um conglomerado educacional, que tem como modelo gerencial a governança corporativa, passam a ser pautados pela racionalização administrativa e pela maximização da rentabilidade. Na área pedagógica, por exemplo, são redefinidas diretrizes acadêmicas, matrizes curriculares e planos de ensino das disciplinas, sempre que isso significar diminuição de custos, não importando as consequências para discentes e docentes. Nas quatro maiores empresas de educação superior financeirizadas do país (até 2020) – Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional – a implementação da gestão corporativa em seus negócios tem impactado tanto na esfera pedagógica quanto nas condições de trabalho de seus professores. Os maiores efeitos giram em torno dos seguintes aspectos: regime de contratação, redução do corpo docente, rebaixamento salarial, aumento do número de alunos por professor, de disciplinas ministradas e de alunos em salas de aulas. De acordo com o Censo de Educação Superior de 2018, comparada às IES públicas, em que a relação aluno-professor é, em média, de 11 estudantes para cada docente, nas IES privadas, essa taxa é de 30 para 1. Em relação ao regime de contratação, mais de 70% dos professores dessas IES privadas estão contratados sob o regime parcial e o horista (somando-se ambos), realidade que é vivenciada de forma mais gritante nos conglomerados em destaque. Outros fatores dizem respeito à quantidade de disciplinas ministradas por professor que é altíssima, assim como também é enorme o número de alunos em sala de aula, chegando a 100 ou mais, na modalidade presencial. Além disso, os docentes não possuem autonomia para planejarem suas aulas, cujo material em forma de apostila, já recebem pronto no início de cada trimestre letivo. Muito menos, liberdade para expressarem suas ideologias políticas ou descontentamento com a carreira na IES onde trabalham, prática já comum nos

estabelecimentos de ensino particular em geral. O que é extremamente proveitoso para os donos dos capitais oligopólicos nessas “fábricas” de ensino (SEKI, 2020).

No Capítulo 14 do Livro I de *O Capital*, Marx (1996) já explicava o quanto a produção capitalista é essencialmente produtora de mais-valia, não apenas de mercadoria; sendo produtivo o trabalhador que produz mais-valia ou que serve à autovalorização do capital. Fora da esfera material de produção, o filósofo deu o exemplo do mestre-escola ao enriquecer o patrão em uma ‘fábrica de ensino’: “O mestre-escola [professor] é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação” (MARX, 1996, p. 578). Ou seja, o professor nas IES privadas (empresas educacionais) é considerado trabalhador produtivo, pois sob condições de exploração, produz mais-valia e serve à autovalorização do capital; o que reforça as relações sociais de dominação capitalista.

Os investidores enxergam na redução drástica de custos uma opção altamente vantajosa de crescimento, a qual tem sua maior fonte no aumento da exploração sobre os empregados; em se tratando de conglomerados educacionais, os professores são a categoria mais fortemente atingida. Os estudos desenvolvidos na Tese de Thayse Gomes (2021) asseveram que as demissões de professores¹⁷⁸ no setor privado do ensino superior não se constituem fato novo, mas foram intensificadas, nos últimos anos, notadamente após a aprovação da Reforma Trabalhista:

A partir dela [reforma trabalhista] demissões ocorreram, sobretudo as coletivas e sem justificativa, mediante equiparação, proveniente da contrarreforma, de uma demissão individual com uma coletiva [...] Uma das grandes demissões que ocorreu e que marca esse período foi realizada pela Estácio, no final de 2017, com a demissão de 1.200 professores. Interessante perceber que a demissão ocorreu, em uma quinta-feira, envolvendo professores antigos e com titulações como doutorado e mestrado e, na segunda-feira, foi anunciado processo seletivo para contratação de novos professores com salários inferiores e com exigência mínima de especialização (GOMES, 2021, p. 127).

É uma espécie de descarte ou troca de docentes: os que têm maior tempo de serviço e titulação acadêmica permanecem em épocas de credenciamento e

¹⁷⁸ A Tese reúne, em um de seus anexos, diversas reportagens que indicam um enorme número de demissões ocorridas com docentes entre 2017 e 2020; entre as instituições envolvidas, estão as gigantes do Ensino Superior financeirizado: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional.

avaliação dos Cursos e, depois, são dispensados, ingressando os que possuem menor titulação e salário. Isso tem levado muitos professores a não se interessarem em ingressar na pós-graduação *stricto sensu* (sobretudo nos Doutorados) ou até mesmo, omitirem que possuem titulação de mestres e doutores, para serem mais facilmente contratados ou não serem dispensados nos momentos de redução de quadro pessoal dessas corporações. Outra prática bastante comum é a rotatividade de docentes, com alguns chegando a passar apenas três meses nesse tipo de instituição. Após a Reforma Trabalhista, a situação desses professores ficou ainda mais vulnerável, já que, se restringiu à capacidade de negociação da força de trabalho nas negociações entre patrão e empregado. As principais razões para isso é que a referida Reforma desonerou as obrigações trabalhistas, flexibilizou as proteções aos trabalhadores, reduziu os custos relativos às rescisões dos contratos e sobrepôs o negociado sobre o legislado (SEKI, 2020; GOMES, 2021). Também referente a 2017, quando da tentativa de fusão entre a Kroton e a Estácio:

[...] esse jogo garantiu que os grandes capitais monetários dos fundos e bancos de investimentos colocados nessas empresas pudessem lograr altas taxas de rentabilização de seus capitais, independentemente, do desfecho da negociação. Por detrás desse movimento vultoso de capital fictício está um processo de exploração da força de trabalho em que nada há de fictício. Em ambas as companhias, Kroton e Estácio, centenas de docentes e outros trabalhadores foram lançados à incerteza sobre a continuidade no emprego, que se concretizou posteriormente com massivas demissões e apertos financeiros nas folhas de pagamentos. Afinal, é sobre os trabalhadores das IES que repousa a base sobre a qual a valorização real do capital se realiza (SEKI, 2020, p. 275).

Antes mesmo de praticarem demissões em massa, os grandes grupos educacionais já adotavam outras estratégias/medidas para reduzir a jornada de trabalho dos docentes, tais como: reformulação nas matrizes curriculares dos Cursos (com a supressão de disciplinas), junção de turmas, maior utilização da modalidade de ensino a distância. Com essas medidas, economiza-se no pagamento de horas/aulas, impondo-se uma precarização expressa também nos frágeis contratos de trabalho, na instabilidade desses empregos, nos mecanismos de competição interna entre os docentes, no desrespeito às regras das Convenções Coletivas de Trabalho. Nesse sentido, Seki (2020) ainda salienta:

O que realmente tem lugar nos corações e mentes dos dirigentes dessas empresas são os relatórios contábeis das companhias apresentados trimestralmente aos proprietários de seus títulos, não importando nem mesmo se qualquer um de seus docentes tem ou não contribuições científicas, filosóficas ou artísticas relevantes ou imprescindíveis para a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira. Nada do que é humano conta, a não ser como massa a ser explorada (sejam os professores que vendem suas forças de trabalho ou os estudantes e suas famílias que pagam pelas mensalidades). O único sujeito que interessa nessas companhias é o proprietário dos títulos sobre o capital, justamente, esse que demanda a cada trimestre a elevação da precificação de seus ativos na bolsa de valores e a maior distribuição possível dos lucros sob a forma de juros e dividendos. É justamente esse o principal objetivo que fecunda o espírito dos conselhos de administração dessas empresas no capitalismo do nosso tempo (Ibid., p. 53).

Além das medidas pontuadas nos parágrafos anteriores, outra situação em que se verificou aumento exacerbado foi no uso da modalidade de EAD. O INEP, por meio do Censo da Educação Superior de 2019, divulgou que entre 2009 a 2019, houve um aumento de 378,9% no número de matrículas em graduações a distância, saltando de 330 mil para um milhão e meio de estudantes praticantes da modalidade. Em comparação ao ensino presencial, que cresceu apenas 17,8%, no mesmo período, fica nítido o estrondoso crescimento do EAD. Os dados registram que, pela primeira vez, o número de matriculados em graduações a distância superou o número de optantes por Cursos presenciais, em toda a história da educação brasileira. Em dez anos, a ampliação foi de quase cinco vezes, para a quantidade de alunos que entra em Cursos de Ensino Superior no formato a distância¹⁷⁹. Comparada à modalidade presencial, o ensino a distância constitui um formato de baixíssimo custo, que apesar de exigir muito investimento tecnológico:

[...] os materiais produzidos podem ser veiculados massivamente, atingindo largo público e horas-aula, e podem ser replicados inúmeras vezes quando registrados em vídeos e apostilas. Esses fatores reduzem os custos operacionais frente à rentabilização do ensino em matrículas. O segredo é a redução da força de trabalho dos professores da equação, tanto quanto seja possível, sendo estes substituídos por tutores, monitores ou por qualquer outra nomenclatura: é a supressão do caráter intelectual próprio da docência universitária o que está em questão. Trata-se aqui da precarização do papel docente, reduzido a uma função de apoio aos sistemas de

¹⁷⁹ Disponível em <https://www.intersaberes.com/blog/numero-de-alunos-que-ingressam-no-ead-ja-e-maior-do-que-no-ensino-presencial/>. Acesso em 22/11/2021.

ensino informatizados e ao ensino-programado (apostilas etc.) (Ibid., p. 268-269).

É importante frisar que o EAD não tem legislação que limite a quantidade de alunos por turma, o que tem levado um único professor lecionar para turmas com até 300 alunos cada uma e, como uma mesma vídeo-aula gravada pode ser reproduzida tantas vezes se queira, tais fatores impulsionam ainda mais a exclusão de empregos neste setor do magistério. A diminuição de custos, portanto, ocorre ao contratar menos professores, otimizar a utilização de prédios, material de consumo e recursos humanos. Outro fator é que nas salas de aula físicas, e mesmo em ambientes virtuais, uma parcela cada vez maior de docentes tem sido substituída pela figura dos tutores, cuja função é apenas auxiliar os discentes em questões referentes aos recursos tecnológicos e ao material didático disponibilizado. Assim, no lugar de professores, são contratados tutores, que servem apenas para tirar dúvidas dos alunos nas plataformas digitais. Quando os questionamentos são relacionados às disciplinas cursadas, o tutor tem até 48 horas para responder. No que se refere a número de matriculados no Brasil, existe pouco mais de dois milhões de matrículas nas IES públicas; já na iniciativa privada, somente no ensino a distância, há mais de um milhão e seiscentos mil alunos. Das quatro maiores corporações de ensino superior, as que detêm maior quantitativo de matrículas em EAD são a Kroton e a Estácio; a Kroton tornou-se a líder brasileira dessa modalidade, a partir de 2011, depois da aquisição da Unopar (Universidade Norte do Paraná). Ânima e Ser Educacional começaram a investir nessa modalidade há menos tempo (Ibid.).

Essas estratégias para redução do quadro docente foram intensificadas, a partir de março de 2020, quando chegou ao Brasil a crise sanitária mundial da Covid-19, a qual impossibilitou a presença física de alunos e professores nas escolas e IES. Para cumprimento do ano letivo de 2020 e parte de 2021, a estratégia utilizada foi o ensino remoto, com professores e alunos em casa (aulas *online*) sem a devida capacitação prévia nem a infraestrutura necessária. Não é demais lembrar que os dois anos de pandemia fortaleceram o ensino a distância, que já vinha em crescimento até 2019 e, em 2020 e 2021, a ampliação superou qualquer expectativa. A Kroton, por exemplo, já informou que vai se reestruturar pós-pandemia: cortará 75% dos cursos presenciais e substituirá pela modalidade a distância (para gerar maiores lucros e atrair mais investidores). Desse modo, os 59 Cursos presenciais passarão a ser apenas 15. Os

que continuarão na modalidade presencial serão aqueles cujo valor da mensalidade é maior, como Medicina, Direito, Odontologia e Medicina Veterinária. A lucratividade dos gigantes no ramo financeirizado do nível superior, seguida pela alta nesse mercado acionário durante a pandemia, tende a aumentar com o fortalecimento do EAD (GOMES, 2021).

Além da graduação, a pós-graduação (*lato e stricto-sensu*) também é alvo dos investimentos do grande capital financeirizado, sobretudo por parte da Kroton e da Estácio (que ofertam vários Cursos de especialização, mestrado e doutorado). Porém, ávido por lucros maiores, esse capital não se mostrou satisfeito apenas no nível do Ensino Superior. É neste sentido que, na última Subseção, veremos como o fenômeno da financeirização começa a penetrar na educação básica brasileira (privada e pública).

4.5 A financeirização alcançando a educação básica: uma tendência que se confirma?

Uma certa diminuição da margem de investimentos e de lucratividade no ensino superior acabou por estender a estratégia da financeirização a outros segmentos da educação no Brasil. Assim, trata-se de avaliarmos, ao final desta tese, uma tendência identificada como desdobramento da nossa pesquisa sobre o ensino superior: o alargamento de interesses mercantis do capital especulativo em direção ao nível da educação básica.

Neste sentido, é importante destacarmos duas ações do Estado brasileiro que favoreceram, recentemente, o grande capital atuante na Educação Básica: a implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que em conjunto com a Reforma Trabalhista, são medidas tomadas na época do governo de Michel Temer, que foram nefastas para a classe trabalhadora. O anúncio da MP nº 746/2016, conforme explica e analisa Bertoldo (2018):

[...] é anunciada, em 22 de setembro de 2016, a Reforma do Ensino Médio, por meio da medida provisória nº 746, que foi amplamente combatida pelos movimentos estudantis e de professores, além de setores da educação, sobretudo, pela forma impositiva e autoritária, sem consulta à sociedade. Em 2017, o ato final autoritário do governo é desferido: no dia 16 de fevereiro, é sancionada a Lei nº 13.415, que reforma o Ensino Médio em diversos aspectos, a saber: a introdução do professor com notório saber, representando um ataque à

profissionalização docente ao abrir espaço para que qualquer profissional não licenciado passe a exercer o magistério; a flexibilização curricular, por meio de módulos e sistema de crédito, a redução do ensino de disciplinas de fundamentos como sociologia, filosofia que, embora obrigatórias, não serão ofertadas em todo o percurso, podendo limitar-se a apenas um módulo rápido; a educação a distância; a possibilidade de parceria com o setor privado; o tempo integral, que terá implicações sobre os estudantes trabalhadores, entre outros (BERTOLDO, 2018, p. 2).

Sobre este último ponto (o tempo integral) a grande crítica que foi feita por movimentos estudantis e docentes é justamente o fato de não ter sido levada em conta a situação dos filhos da classe trabalhadora, os quais precisam ter um emprego durante o dia e, por isso, a maioria, estuda à noite. Outros problemas da referida lei estão articulados com a questão da carga horária: a formação de base comum seria reduzida a, no máximo, 1.800 horas e a dos itinerários formativos, a 1.200 horas; e com esse pouco contato com as diferentes disciplinas, o jovem aluno já teria que escolher uma área específica para seguir.

Assim, a BNCC do Ensino Médio está organizada por áreas do conhecimento ou itinerários formativos, ou ainda, currículo flexível, que são: 1) Linguagens e suas Tecnologias, 2) Matemática e suas Tecnologias, 3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, 4) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e 5) formação técnica e profissional. Mas, em termos de disciplinas obrigatórias mesmo, apenas português e matemática, o que implicaria em extinção de emprego de professores das demais áreas. Inclusive, os de português e matemática, porque 40% da carga horária referente à formação comum pode ser ofertada a distância. Já a Educação para Jovens e Adultos (EJA) pode ser dada 100% a distância. Ademais, com o sucateamento imposto à rede pública, há décadas, poucas serão as escolas que poderão ofertar mais do que um dos cinco itinerários formativos, responsáveis pelas 1.200 horas que complementam a certificação do Ensino Médio. Não é nem preciso dizer que grupos compostos por instituições privadas de ensino, fundações educacionais e gigantes no ramo dos livros didáticos, incentivaram e influenciaram o resultado da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, pois vão lucrar mais nas duas redes, privada e pública.

Realizada essa sucinta explanação acerca das duas políticas mais recentes direcionadas ao nível básico do ensino brasileiro, partamos, agora, para os aspectos concernentes aos indícios da financeirização nesse segmento.

Ao longo das duas últimas Subseções, verificou-se que o ensino superior privado-mercantil representa um campo já praticamente consolidado da financeirização brasileira: houve a abertura de capital (entrada no mercado de ações) e o processo de oligopolização (aquisições/fusões de grandes empresas), o qual formou os quatro maiores conglomerados educacionais do país, sinalizando que a concentração de capital no referido ramo já estaria saturada.

A partir de 2016, com a crise do Fies (diminuição dos contratos) e, em 2017, com a fusão entre a Kroton e a Estácio não permitida pelo CADE, grandes grupos desse ramo passaram a direcionar seus investimentos para a educação básica, em busca de novas oportunidades lucrativas. Em sua Pesquisa de Mestrado, Costa (2020) analisou o surgimento da financeirização nesse nível de ensino no Brasil. De acordo com os resultados da investigação, após dominarem o mercado financeirizado do ensino superior, conglomerados como Kroton e Estácio, passaram a adquirir escolas e produtos voltados para a educação básica. Desse modo, comprovou-se que se inicia um processo de concentração de capital neste segmento educacional, alcançando inclusive, a educação pública, por meio da venda de sistemas de ensino, apostilas e livros didáticos.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo¹⁸⁰ (publicada em 17/06/2018) o referido nível de ensino possui cerca de 40 mil escolas privadas no país e é pulverizado em pequenas instituições, o que impulsiona a prática de aquisições. Calcula-se algo em torno de R\$ 60 bilhões ao ano, somente em mensalidades, valor acima do total movimentado pela educação superior, que foi de R\$ 54,5 Bilhões, no ano de 2017. Os números indicam que o país tem cerca de nove milhões de alunos na rede de escolas particulares, o que, no entanto, representa apenas 20% do total dos estudantes brasileiros (o contrário ocorre no nível superior¹⁸¹). Os outros 80% estão em escolas públicas, que também acabam sendo alvo dos investimentos capitalizados, por intermédio da aquisição de sistemas de ensino e material didático, realizada pelas redes estaduais e municipais (uma maneira de o Estado brasileiro

¹⁸⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>. Acesso em 20/10/2021.

¹⁸¹ “O ensino superior brasileiro é majoritariamente privado concentrando 75,4% das matrículas no ensino da graduação, conforme os dados do Censo do Ensino Superior de 2018 (BRASIL, 2019). As Instituições Públicas de Ensino Superior, apesar de responderem por parcela minoritária das matrículas da graduação, são as protagonistas em pesquisa, inovação e desenvolvimento, além da supremacia na oferta da pós-graduação *stricto sensu* com 84,9% dos Cursos de Mestrado e Doutorado no país (BRASIL, 2018)” (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 2).

comprar as mercadorias¹⁸² produzidas pelo capital). Além disso, a educação básica é tida como um mercado estável e mais resiliente a crises, pois, dificilmente, os pais trocam a escola particular por outra (mais barata ou por uma pública). Até porque, esta etapa da escolarização é a única obrigatória para a faixa etária entre os quatro e os dezessete anos de idade, portanto, respaldada constitucionalmente como direito de crianças e adolescentes. Já o nível superior é um gasto que costuma ser postergado quando é necessário que a família economize.

Conforme Costa (2020) as principais e maiores corporações privadas no segmento da educação básica são as seguintes: Bahema, Somos/Saber, Eleva, Positivo, Sistema Educacional Brasileiro (SEB), todas de origem brasileira. Dessas, apenas a Bahema está listada na B3, mas as demais, apesar de não estarem na Bolsa de Valores, possuem atuação de fundos de investimentos diversos, uma das características da financeirização. A Bahema foi fundada em 1953, no Estado da Bahia, como uma empresa de comercialização de implementos agrícolas. Em 2016, migrou para os serviços educacionais, com atividades nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco; logo após suas aquisições realizadas ao longo de 2017, foi criada a Bahema Educação S.A., quando entrou na B3 no ano de 2018. Também em 2018, a Kroton¹⁸³ anunciou a criação da Saber Educacional, uma espécie de divisão interna com atuação exclusiva na Educação Básica (pública e privada). Em seguida, adquiriu mais de 70% da Somos Educação, grupo que reúne sistemas de ensino (como Anglo e Pitágoras) e as principais editoras beneficiadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático): Ática, Saraiva e Scipione. A partir dessa aquisição, a Somos (que já chegou a ser listada na então Bovespa, em 2011) passou a operar como Saber. O grupo Eleva (maior conglomerado de Educação Básica do país) iniciou seus trabalhos no ano de 2013, tendo como acionista controlador o empresário Jorge Paulo Lemann (segundo brasileiro mais rico do país). O grupo Positivo é originário do Estado do Paraná, desde a década de 1970, possuindo escolas, sistemas de ensino, editora, gráfica e centro universitário. Suas escolas se concentram nos Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo referência em

¹⁸² “Assim, as escolas permanecem públicas, especialmente no sentido da origem dos recursos de custeio e investimento que adquirem essas mercadorias, mas seus conteúdos e propósitos acabam determinados pelos capitais de ensino” (SEKI, 2020, p. 299).

¹⁸³ “Na Educação Básica, a Kroton [Cogna] dispõe de 289 mil alunos em 810 escolas e também de uma extensa empresa de sistemas de ensino (apostilas e livros didáticos) vendidos às escolas parceiras e ao sistema público” (SEKI, 2020, p. 222).

Curso pré-vestibular privado na região sul. Sobre o SEB, este atua no segmento da educação básica há mais de cinquenta anos; a empresa exerce atividades em oito Estados brasileiros e é controlada pela Família Zaher, que tem participação nas ações da Estácio de Sá. É importante frisar que essas grandes empresas englobam também diversas marcas e franquias. Corroborando com Costa, Seki (2020) assevera:

A Cogna Educação (Kroton), por exemplo, realizou a compra da Saber Educação e da Somos Educação, instituições dedicadas às escolas básicas, das creches ao ensino médio. Além das escolas, aceleram a aquisição de editoras e sistemas apostilados de ensino e começam a produzir softwares e sistemas informatizados a serem fornecidos para escolas públicas e privadas. Essa é uma das razões apontadas para a reconfiguração da antiga Kroton, transformada na holding Cogna Educação – composta pela Kroton, dedicada ao Ensino Superior; pela Platos, orientada para a prestação de serviços às instituições de Ensino Superior; pela Saber, atuante no Ensino Básico; e pela Vasta e Somos, especialista na venda de serviços para escolas de Ensino Básico. Essa reorganização é um indício dos direcionamentos preparados pelos capitais para as próximas décadas, alcançando por todos os lados a formação das novas gerações [...] (SEKI, 2020, p. 301).

Os dados acima apontam que a Educação Básica no Brasil parece estar começando a repetir um caminho já vivenciado pelo ensino superior privado-mercantil. Com o acirramento da crise estrutural do capital, cresce a tendência para centralização do capital de viés financeirizado no nível básico de ensino, cuja lógica do mercado financeiro era praticamente inexistente, até início de 2018. Muito provavelmente, essa será a realidade nos próximos anos ou décadas, como pondera Seki (2020) ao dar mais detalhes sobre a transação entre a Kroton e a Somos:

[...] A negociação envolveu valores anunciados da ordem de R\$ 4,6 bilhões de reais (em valores de maio de 2018) tornando-se um marco da atuação do capital nesse nível de ensino e traçando os primeiros esboços de uma tendência para a próxima década: a financeirização da Educação Básica ou da Educação Brasileira como um todo – da Educação Infantil à Pós-graduação, perpassando a formação de professores, a gestão escolar e a oferta de material didático e de sistemas de ensino (Ibid., p. 105).

E, como se não bastasse, percebe-se que ainda há espaço para possibilidades de avanço do capital sobre a educação, bem como das iniciativas do aparelho estatal para ampliá-las. Sobre isso, vejamos o que explicita Costa (2020):

Volta e meia o tema de *vouchers* escolares – cheques escolares – surge nos debates que rondam a educação brasileira. No último encontro de Davos (2020) o ministro Paulo Guedes defendeu explicitamente os *vouchers* [...] Com a velha e conhecida desculpa da insuficiência da escola pública e progressiva e intensificada precarização das redes de ensino público, esse sistema oferece um pseudo poder de escolha para famílias que estão insatisfeitas com o ensino público, podendo optar pelo ensino privado. Existente em países como EUA e Chile – incomparáveis, visto suas condições no sistema capitalista – esta estratégia têm se mostrado bastante interessante para o capital, principalmente, quando o segmento da educação básica também tem se mostrado interessante como novo nicho de mercado a ser explorado por grandes empresas especialistas em educação. Novamente, o sistema *voucher* induz o repasse de fundo público para a manutenção de escolas privadas seja por trabalhadores que terão apenas o valor oferecido pelo Estado para investir na formação de seus filhos, quanto para aquelas famílias com poder aquisitivo “melhor” que poderão usar o *voucher* como uma parte da mensalidade, podendo optar por escolas consideradas maiores. Também a possibilidade de implementação das escolas *charter* é vista com expectativa pelas corporações. São escolas públicas geridas por empresas privadas. Aqui há uma desejabilidade incisiva sobre a gestão das escolhas públicas, novamente, colocando verba pública nas mãos de grandes empresários que irão decidir como estas escolas serão geridas, atravessando todas as questões que envolvem a gestão escolar desde a contratação de professores até seu plano pedagógico, este, em muitas redes, construído junto de seus professores (COSTA, 2020, p. 62).

Em outra reportagem do Jornal Folha de São Paulo¹⁸⁴, publicada no dia 25/02/2021, foi anunciado que as gigantes do ramo educacional Eleva e Cogna fecham acordo bilionário. Lembrando que a Cogna é uma *holding* que passou a ter em 2019, a Kroton como sua marca representante no ensino superior e a Saber, como sua marca representante na educação básica. O negócio corresponde ao maior acordo comercial no nível básico de ensino do país, significando a compra pela Cogna do sistema/plataforma de ensino do grupo Eleva, que por sua vez, adquire 51 escolas da Saber. As marcas Anglo, PH e Pitágoras continuam sendo da Cogna, mas o Eleva tem direito de usá-las nesses colégios. Com isso, a Cogna passa a atender em torno de um milhão e meio de alunos em mais de 4.600 mil escolas. A notícia também informou os seguintes dados da Cogna, referentes ao terceiro trimestre de 2020: lucro líquido – R\$ 1.292.036; número de alunos – dois milhões e quatrocentos mil (sendo

¹⁸⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/eleva-de-lemann-e-cogna-donas-marcas-anglo-e-pitagoras-fazem-acordo-bilionario.shtml>. Acesso em 20/10/2021.

um milhão diretos e um milhão e quatrocentos mil por meio de instituições parceiras); empresas pertencentes à *holding*: Kroton, Platos, Saber, Vasta e Somos Educação.

Fato também preocupante diz respeito à formação de professores para a Educação Básica (as graduações em licenciaturas). Esses Cursos, como são de baixo custo, passaram a ser alvo de forte investimento por parte das grandes IES privadas e do capital com predomínio das finanças. Segundo estudos de Evangelista *et al* (2019) mais de 68% de todos os novos professores no Brasil, são formados na rede particular de nível superior e, 56% destes, fazem seus Cursos na modalidade a distância.

Ou seja, a maioria dos docentes que irá atuar na educação básica é egressa das IES privadas e do EAD, sendo que esses mesmos professores ministrarão aulas presenciais nas escolas e, parte deles, na rede pública. São docentes com uma formação baseada na lógica privatista, que alcançarão um número imenso de alunos e escolas Brasil afora, da creche ao ensino médio, formando as novas gerações. Vê-se que a formação de professores em nível superior no país está bastante concentrada nas IES privadas e no formato a distância; com a entrada de conglomerados financeirizados, também na educação básica, indica-se uma (con)formação da juventude brasileira, massificada desde à infância. Acerca do fenômeno da financeirização na realidade educacional brasileira, Brettas (2019) elaborou essa excelente síntese analítica:

A financeirização da educação brasileira é, portanto, um processo complexo e abrangente que abarca o ensino básico e superior, nos âmbitos público e privado: (1) comporta medidas para ampliar as bases de extração de mais-valia por meio que tem como desdobramento o aumento da superexploração do trabalho; (2) fortalece a atuação dos grandes conglomerados da educação ao alimentar a concentração e centralização do capital (sob o controle de poderosos fundos de investimentos) e impulsionar a canalização de recursos do fundo público para atender às exigências da acumulação capitalista; (3) desencadeia mecanismos de expropriação da classe trabalhadora ao legitimar medidas de austeridade fiscal, com implicações para a precarização do ensino público e a retirada de direitos; (4) estimula a relação de estudantes com o sistema bancário e creditício, ampliando as possibilidades de atuação do capital portador de juros; (5) incentiva a penetração do capital financeiro financeirizado no seio das universidades públicas e institutos federais¹⁸⁵; (6) propicia condições materiais que contribuem para

¹⁸⁵ Aqui, a autora se refere ao programa “Future-se”, proposto pelo governo federal comandado por Jair Bolsonaro, às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Mesmo públicas, a proposta do “Future-se” chega a essas instituições com o título “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e

fortalecer a produção de um conhecimento voltado ao interesse das classes dominantes, empurrando grandes parcelas de trabalhadores para uma realidade em que é difícil ir além da simples reprodução de conteúdos definidos para serem propagados em massa (BRETTAS, 2019, p. 16).

Sobre esses pontos elencados pela pesquisadora, já indicamos exemplos no ensino superior, de como se dá na prática, a maioria deles via: maior precarização do trabalho docente e demissões em massa de professores, processo de fusões e aquisições/formação de conglomerados, Fies e ProUni, EC nº 95 (do Teto de Gastos Públicos), sistema de bancarização e de endividamento estudantil, nível superior sem pesquisa nem extensão, no formato a distância e em Cursos aligeirados.

Com a financeirização chegando ao nível básico de ensino, como acabamos de ver nesta Subseção, a educação formal como um todo (Básica e Superior) em suas duas redes (privada e pública) está servindo para a expansão das fronteiras de acumulação do capital financeiro no Brasil. Assim como no Ensino Superior, em que a prioridade é a redução de custos por meio da gestão corporativa e seus resultados positivos no mercado acionário, a tendência que se vislumbra para a Educação Básica financeirizada é a mesma.

Aspectos como a desnacionalização também figuram como uma grave tendência para a educação do país, uma vez que, não há legislação vigente que limite a entrada de investimento estrangeiro na referida área. O que se constitui como um elemento a mais de comprovação quanto à função do Estado de representar o capital, em seus mais diversos âmbitos. Os limites sempre são dados pelo capital, de acordo com suas necessidades de valorização ampliada. Assim, os interesses de

Inovadores”. A primeira versão foi apresentada pelo MEC como Projeto de Lei, em meados de 2019, colocando para universidades e institutos da rede federal que o objetivo era dar maior autonomia financeira, só que por meio do incentivo à captação de recursos próprios. Uma segunda versão do projeto foi apresentada em outubro de 2019 e, uma terceira versão, em janeiro de 2020, todas sem alteração na essência do texto em seu conteúdo. Rejeitada pelas IFES, a proposta não seguiu adiante, pelo menos, por enquanto (até porque, ainda estamos na pandemia do coronavírus). Brettas (2019) explica que o Future-se “Propõe enterrar as possibilidades de exercício da autonomia universitária ao ampliar significativamente a escala de participação de recursos privados no financiamento da produção e socialização de conhecimento com a criação do Fundo de investimento do conhecimento – constituído a partir de ativos financeiros – e a transferência de patrimônio público para fundos de investimento imobiliário. De forma combinada, o projeto viabiliza a privatização da gestão por meio de contratos com Organizações Sociais (OS), uma realidade muito presente na área da saúde que ainda está por ser difundida para a educação, permitindo que grandes grupos financeirizados assumam o controle do patrimônio público de forma direta” (BRETTAS, 2019, p. 16).

lucratividade poderão levá-lo a migrar para outras áreas, conforme o acirramento da crise estrutural e a busca por taxas mais atrativas à acumulação capitalista.

Outras constatações que esta Tese fez, ao final do processo investigativo, é que nas atuais circunstâncias de crise estrutural do capital, verifica-se uma expansão quantitativa de vagas, tanto na educação básica quanto na de nível superior; já do ponto de vista qualitativo, assiste-se a uma regressão. Sempre que necessário, o Estado burguês trata de ampliar o acesso ao saber formal ao maior número possível de pessoas (até para justificar que as vagas estão sendo ofertadas pelo poder público); porém, esse saber sistematizado é oferecido em formato cada vez mais aligeirado, fragmentado e esvaziado de conteúdo.

Em verdade, a expansão da escolarização formal promovida pelo sistema do capital sempre foi baseada na restrição dos aspectos qualitativos do saber. Todavia, nas últimas décadas, houve a intensificação desse processo, com a educação sendo ofertada de modo cada vez mais precarizado: desvalorização do corpo docente, terceirização do trabalho de professores e técnicos, cortes de verbas, etc. Somado a isto, temos um maior sucateamento do ensino público em todos os níveis e o aprofundamento de estratégias mercadológicas e privatizantes na educação.

O que tem predominado nos tempos atuais é a preparação (ideológica) dos indivíduos para as situações de crise. À esmagadora maioria da população resta adaptar-se ao contexto marcado pelas incertezas (como perder o emprego, por exemplo): resta o “aprender a empreender” para suprir suas necessidades de sobrevivência num mundo em constante transformação. Nessa perspectiva, o paradigma da empregabilidade pelo viés do empreendedorismo é utilizado como mecanismo ideológico na disseminação da ideia de responsabilização individual do desemprego pelo desempregado. Além de atender às mudanças do padrão de acumulação, o atual modelo de educação defendido pelo capital e seu Estado visa ajustar, ideologicamente, e preparar os indivíduos à situação de desemprego; na medida em que sua função social se dirige às consciências, a fim de que os sujeitos ajam de forma socialmente desejada. Desse modo, justifica-se o apelo ideológico para que o “senso de responsabilidade” individual crie suas próprias condições ou se ajuste a essa nova situação, pois emprego estável (público ou privado) seria algo do passado. Trata-se, portanto, de um modelo de educação necessário ao sistema do capital em crise estrutural.

Diante do exposto, não cabe à educação resolver o problema da pobreza, como enfatizam os organismos internacionais. Ora, como bem já asseverou Lima (2002) a finalidade da política econômica do Banco Mundial é a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis para a boa reprodução do capital. Por essa razão, antes que a tragédia da miséria social se tornasse uma “bomba relógio”, os técnicos do Banco substituíram o *slogan* de “erradicação da pobreza” pelo da “administração da pobreza”; porque eles têm total conhecimento que a pobreza não é um problema a ser resolvido no capitalismo, aliás, a pobreza não é um problema para o sistema capitalista. A concepção de indivíduo do pensamento liberal expressa uma ideia de indivíduo descolado da luta de classes, daí que “[...] a luta de classes perde a centralidade e é substituída pela tentativa de conciliação dos interesses entre capital e trabalho [...]” (LIMA, 2007, p. 62). Nesse sentido, a pobreza (assim como outros males sociais) aparece como decorrente da capacidade individual, bastando, para resolver a questão, os governos implementarem as estratégias adequadas, a exemplo das políticas educacionais.

Portanto, não cabe à educação resolver o problema da pobreza, a partir das análises feitas no início desta Tese, considerando a natureza desse complexo e sua função social. Se não é a educação a causa geradora da desigualdade social e da pobreza, como estará nela a resolução desse mal social? Tanto a riqueza quanto a miséria são produtos do sistema do capital e, ao receber o caráter de centralidade do ser social no lugar da categoria do trabalho, a educação passa a ser responsável por algo que não faz parte nem da sua natureza nem da sua função. Com isso, em vez de conhecimentos, valores e habilidades produzidos historicamente pela humanidade, são impostos conhecimentos fragmentados, superficiais e rebaixados, para melhor adequar o complexo social educacional às necessidades do capital.

Em seu ensaio intitulado “Educação para além do capital”, Mészáros (2008) chama atenção para uma importante categoria, a da *internalização*. Para o pensador, a educação (em ambos os sentidos, estrito e amplo) cumpre o papel de internalizar nos indivíduos comportamentos e formas de atuação necessários à reprodução da sociabilidade capitalista. O filósofo húngaro reconhece que, no último século e meio, a educação institucionalizada serviu e serve para fornecer as condições subjetivas e objetivas à expansão do capital; e que reformar o aparato educacional não é suficiente para uma transformação radical da sociedade, pois corresponderia somente a uma mudança institucional pontual. Dessa maneira, no campo das *práxis* educativas mais

abrangentes, a mediação entre indivíduo e sociedade realizada pela educação, pode contribuir para um movimento que o autor chama de *contrainternalização*; ou uma *contraconsciência* que leve a ações contrárias à reprodução capitalista, na direção de uma alternativa hegemônica à ordem existente (isto é, para um horizonte socialista).

De acordo com Mészáros, é uma tarefa histórica a que temos (todos os seres humanos) de enfrentar, o que significa que não basta negarmos o capitalismo. Temos que buscar a “igualdade substancial”, isto é, não apenas formal. Somente assim, sob uma ordem social “qualitativamente diferente”, teremos uma “educação para além do capital.”

Na mesma perspectiva, Tonet (2012) em seu livro “Educação contra o capital” salienta a possibilidade da constituição de práticas educativas emancipatórias. Neste sentido, considerando que o capital não tem controle total sobre as ações dos indivíduos na vida cotidiana, supomos, junto com Tonet, que no campo das subjetividades individuais, seja possível idealizar e objetivar as referidas práticas. Para tanto, o autor apresenta cinco requisitos para o desenvolvimento de atividades educativas que busquem contribuir para a construção de uma sociedade em que a formação integral dos indivíduos seja possível:

[...] o primeiro destes requisitos é o conhecimento sólido e profundo da natureza da emancipação humana, que é o fim que se pretende atingir. É preciso ter clara a distinção entre cidadania e emancipação humana [...] O segundo requisito - igualmente importante - é o conhecimento do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares. Pois o processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em situações concretas [...] Um terceiro requisito está no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação. Este conhecimento é necessário para evitar que se atribua à educação responsabilidades que não lhe são próprias, como por exemplo, promover a transformação do mundo [...] Um quarto requisito consiste no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber [...] Sem esse domínio, de nada adiantaria, para as classes populares, que o educador tivesse uma posição política favorável a elas, pois a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje [...] Um quinto e último requisito para uma prática educativa emancipadora encontra-se na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas das classes subalternas [...] (TONET, 2012, pp. 71-73).

Os requisitos apresentados por Tonet podem ser materializados no contexto da sala de aula, por meio da seleção, sempre que possível, de textos que têm como

referencial o marxismo ontológico. Além disso, por meio da realização de debates, das orientações de trabalhos acadêmicos, da efetiva participação nas lutas que defendam interesses específicos e gerais da classe trabalhadora, a exemplo da incessante luta por uma educação de qualidade, já que esse interesse de classe deve estar declarado em sala de aula e objetivado nas posições políticas e ideológicas que assumimos no cotidiano, etc.

Não é tarefa fácil se contrapor à lógica do currículo fragmentado, por exemplo, e desenvolver em tempo limitado, atividades pautadas nos requisitos apresentados por Tonet em sala de aula, ainda mais frente a todo tipo de burocracia que o Estado burguês submete o professor, sobrecarregando-o com preenchimentos de formulários diversos, relatórios técnicos que serão engavetados, entre outras atribuições; que limitam, inclusive, o aprimoramento de conhecimentos na perspectiva do marxismo ontológico no campo dos fundamentos históricos e filosóficos necessários ao desenvolvimento de atividades educativas de caráter emancipador.

No entanto, dada a natureza específica e contraditória do ato que funda a sociedade burguesa, com todas as suas consequências, é possível, no interior desta mesma sociedade, desenvolver práticas educativas que contribuam para que a classe trabalhadora e integrantes de outras classes tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade. Reconhecemos ser esta uma tarefa complexa, frente ao momento histórico contemporâneo, em que o capitalismo usa de muitas artimanhas para superar sua crise de natureza estrutural.

Tal fato requer um processo educativo de permanentes adaptações da classe trabalhadora às necessidades apresentadas pelo capital para conservação de sua base de exploração do homem pelo homem e reprodução do seu modo de produção e acumulação. Nessas circunstâncias históricas, a educação cumpre uma função primordial, qual seja, qualificar em áreas específicas um pequeno contingente de trabalhadores para operar em postos de tecnologia avançada no mundo da produção; paralelo a isso, manter com qualificação mínima a grande massa que não terá acesso a espaços nesse mundo cada vez mais delimitado à máquina. Para ambos os grupos se reproduz certo grau de ignorância e alienação, no entanto, é essa grande massa de trabalhadores (segundo grupo) que carrega o peso do total descaso em todas as áreas sociais, entre essas, a educação.

Daí, a nosso ver, ser de tamanha importância os requisitos apresentados por Tonet para o norteamento de práticas educativas de caráter emancipador.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

A presente Tese teve como objetivo analisar o fenômeno da financeirização no atual contexto de crise estrutural do capital e os desdobramentos desse processo no ensino superior brasileiro. O estudo aqui apresentado foi de cunho teórico com pesquisa bibliográfica referenciada na perspectiva da ontologia marxiana, de caráter histórico-dialético.

Para entendermos as determinações que levaram a educação, mormente o ensino superior privado-mercantil brasileiro, ao patamar concreto da financeirização, fomos às raízes mais profundas dessa realidade. Sendo assim, na Seção dois, tratamos da relação entre o trabalho e a educação e das contradições inerentes ao sistema do capital. Inicialmente, apresentamos a gênese e a função social das categorias trabalho e educação no seu plano filosófico-ontológico; na sequência, analisamos o papel que ambas exercem no capitalismo, apontando como a educação torna-se mercadoria nesse modo de produção. Ainda nessa parte inicial da exposição, explicitamos o surgimento do Estado como um produto social, reconhecendo que esta instituição é, e será sempre, o Estado da classe dominante. No decorrer da referida Seção, discutimos o que é capital: uma relação social que controla e domina todas as esferas da totalidade social. Pois, apenas conhecendo seu modo de reprodução é que pudemos compreender sua crise mais profunda e o fenômeno atual da financeirização, categoria central no objeto desta Tese. Esse resgate deu sentido explicativo ao que o Brasil vivencia nos tempos hodiernos com a financeirização do ensino superior. Além disso, também estudamos os pressupostos do capital financeiro e da financeirização da economia, elucidando, ao final, o processo de desregulamentação do sistema financeiro, bem como os elementos constitutivos da crise estrutural do capital.

Na continuidade da exposição, demonstramos que o fenômeno da financeirização contemporânea também está imbricado com os processos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo; os quais, juntos, formam um conjunto de respostas à crise estrutural do capital. Assim, foi no decorrer da terceira seção que salientamos de que modo as políticas neoliberais atingiram a economia e a educação na América Latina e no Brasil. Nos países da periferia capitalista, a intervenção dos Estados nacionais no segmento da educação, é direcionada por organismos financeiros internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Esses órgãos

multilaterais consideram a educação (e outras áreas sociais) como mera prestação de um serviço que pode ser vendido e não como um “bem social universal”. Lembrando que numa sociedade de classes, neste caso, no capitalismo, não há possibilidade de bens sociais universais, pois o universal real nesse modo de produção sob o viés do liberalismo, é algo apenas formal e abstrato.

No caso brasileiro, a partir de 1995, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, e em dezembro de 1996, com a promulgação da LDB (nº 9394/96), a iniciativa privada foi incentivada pelo Estado para ofertar a educação superior, sendo autorizado o funcionamento de IES com fins lucrativos. Esse foi o “pontapé” inicial que veio a provocar uma enorme reformulação no modelo educacional nacional – sobretudo no segmento privado-mercantil do ensino superior – sob à lógica financeirizada, a partir dos anos de 2000; processo que teve seu começo em 2007, com grandes empresas educacionais sob o controle de Fundos de investimento, gerando uma forte tendência à oligopolização. Nessa nova etapa, a principal característica foi a abertura de capital no mercado de ações, daí o protagonismo do capital financeiro de caráter rentista no referido setor. A transformação de IES privadas-mercantis em plataforma de rentabilização financeira não elimina o fenômeno tradicional de mercantilização e privatização da educação, mas o reconfigura e o aprofunda.

Nunca é demais repetir que a riqueza ainda tem por base a produção material. O capital financeiro não produz valor, mas recorre a setores produtivos para acumular. Sem base material não há financeirização, a qual acaba por retornar à base produtiva, criadora de valor no processo de acumulação ampliada (no caso da educação, por meio de escolas, materiais didáticos, exploração dos professores, etc.). Sobretudo, nos dias atuais, o capital financeiro está relacionado ao excedente que é valorizado de forma especulativa, cujo valor, no geral, é obtido pela multiplicação do preço das ações cotadas nas Bolsas de Valores. A valorização de natureza especulativa esconde a mais-valia produzida na esfera produtiva que a sustenta, dissimulando a exploração do trabalho e reforçando as relações de dominação que alimentam o sistema do capital.

Na Seção quatro da Tese, nos debruçamos sobre a realidade brasileira. Foi na era Lula da Silva (2003-2010) e, depois, com sua sucessora, Dilma Rousseff que importantes medidas muito favoreceram o ensino superior privado (mormente, o de viés financeirizado): a regulamentação e o incentivo ao EAD e a política privatista de

financiamento estudantil, com a ampliação do Fies e a criação do ProUni. Grandes empresas do ramo como Kroton, Anhanguera, Estácio, SEB e depois, Ânima e Ser Educacional multiplicaram seus lucros e tiveram enormes altas no mercado acionário, por meio dessas estratégias geridas pelo Estado brasileiro (conforme já apontamos no decorrer da Seção).

O processo de privatização da Educação Superior no Brasil já vem ocorrendo, desde o século XX, independentemente, de governo com ideologia de direita, centro ou esquerda, pois se trata de uma política de Estado. Contudo, vê-se que o processo de financeirização do ensino superior no país, coincidiu com governos de “esquerda”, onde se observou a aproximação de interesses entre o capital financeiro e o Estado nacional. A entrada daquelas companhias no mercado de ações fomentou a busca por fusões e aquisições, negócios que consolidam a oligopolização nesse ramo. Um exemplo disso deu-se com a grande fusão realizada em 2014, entre as duas gigantes nacionais – Kroton e Anhanguera – que após a associação, se tornou o maior grupo educacional do mundo na época. No caso dessas fusões e aquisições no Ensino Superior, os Bancos e fundos de investimento constituem-se agentes fundamentais, quando o objetivo é o crescimento do predomínio da finança.

As principais repercussões do avanço da financeirização no ensino superior privado-mercantil brasileiro envolvem desde o modelo de governança corporativa, até o aumento no número de demissões de professores como forma de reduzir custos, a partir, sobretudo, do respaldo legal da Reforma Trabalhista, efetivada no país em 2017. Esta Reforma trouxe novos formatos de emprego, de relação com o empregador e de demissão do empregado. O modelo predominante de gestão dos oligopólios educacionais centra-se na governança corporativa, o qual surge como uma estratégia das empresas capitalistas, na atual etapa de mundialização financeira. Trata-se de uma opção de crescimento com impacto negativo direto sobre seus trabalhadores, atingidos por grau máximo de exploração. Além disso, na área pedagógica dos conglomerados educacionais, por exemplo, matrizes curriculares e planos de ensino das disciplinas são reformulados, sempre que isso implicar diminuição de custos. Como visto na Subseção 4.4, nas atuais quatro maiores empresas de educação superior financeirizadas do país – Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional – os piores efeitos da implementação da gestão corporativa envolvem: regime de contratação e redução do corpo docente, rebaixamento salarial, aumento do número de alunos por professor, de disciplinas ministradas e de alunos em salas de aulas.

Por fim, salientamos que a análise dos dados bibliográficos foi ao encontro da nossa linha de investigação, ao avaliar que a financeirização contemporânea é uma das respostas à crise estrutural do capital, como tentativa de retomada dos níveis da taxa de lucro dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, em que o excedente não reinvestido na produção industrial passou a migrar, sobretudo, para o setor de serviços. No Brasil, a educação é um dos setores em que o fenômeno da financeirização possui enorme mercado, principalmente, no ensino superior privado-mercantil, o qual atingiu seu auge, por volta de 2015.

Quando em 2018 começa a dar indícios de saturação, passa a avançar sobre a Educação Básica (privada e pública). Ou seja, entre 2016-2018, sinalizando que a concentração de capital no segmento do Ensino Superior já estaria saturada, grandes grupos deste ramo passaram a direcionar seus investimentos para o nível básico de ensino, em busca de novos mercados a explorar. Assim, durante nossa investigação acerca do ensino superior, pôde ser observada uma inflexão da mesma tendência de financeirização em direção ao ensino básico: inicia-se um processo de concentração de capital (de viés financeirizado) nesse outro segmento educacional.

Este estudo também evidenciou o papel ativo do Estado em favorecer o processo de financeirização na particularidade do país, fazendo jus à sua função de representante da classe dominante. No nível superior, as principais formas de favorecimento se deram por intermédio: do incentivo ao EAD, como forma privilegiada de formação da força de trabalho; das políticas estatais de financiamentos e bolsas estudantis (Fies e ProUni), com atuação direta no setor privado; da legislação ou mesmo, a falta dela, como no caso da ausência de proibição quanto à entrada de capitais estrangeiros nas instituições de ensino nacionais, cujo objetivo é justamente assegurar a falta de limites à acumulação capitalista.

No nível básico, além de favorecerem a rede particular, as políticas estatais passam a alcançar inclusive, a educação pública (municipal e estadual) por meio da compra de sistemas de ensino, apostilas, livros didáticos, editoras, sistemas informatizados de gerenciamento escolar e de pessoal. Assim, as escolas continuam públicas, mas seus conteúdos, lógica administrativa e pedagógica, acabam sendo determinados e controlados pelos capitais do ensino. Inclusive, a formação de professores para atuar na Educação Básica tem sido um grande alvo do processo de mercantilização sob o predomínio da finança. Isso tem graves implicações, pois atinge todas as esferas de formação das novas gerações (SEKI, 2020).

Portanto, deixamos uma importante reflexão nessas últimas linhas de nossas considerações finais: que o Estado não tem o papel de reverter o quadro apresentado, muito pelo contrário. O Estado representa a classe dominante; ele é a estrutura de comando complementar do capital (como já alertou Mészáros); independentemente, da instância em que atua, pública ou privada, sua natureza é a mesma. Se o capital é incontrolável, a busca pela lucratividade também é, e o Estado estará sempre pronto para facilitar a vida do capital, apoiando-o na tarefa de investir em novos nichos de mercado e expropriar ainda mais o campo do trabalho.

Como já explicado no início desta Tese, na sociedade do capital, se oculta uma relação social entre homens, que aparece sob a forma de uma relação entre coisas e, a esta aparência fantasmagórica, Marx (1996) denominou de fetichismo da mercadoria. Foi assim, em uma sociedade assentada nesse caráter fantasmagórico, que outras espécies *sui generis* de mercadorias foram surgindo, reverberando no interior da educação, da saúde, da produção científica, da cultura e da arte (SANTOS NETO, 2020a). O sistema do capital universaliza a lógica mercantil, portanto, enquanto estivermos sob o seu jugo, a educação e outros complexos sociais continuarão representando mercadorias lucrativas sem limites no aprofundamento e nas formas de mercantilização incorporadas.

É, neste preciso sentido que, não se pode considerar a mercadoria-educação apenas como representante do setor privado, pois o Estado, mesmo implementando suas políticas sociais, sempre estará inserido na lógica do mercado. Não interessa se essa mercadoria é produzida por capitais especificamente estatais ou diretamente pelas classes detentoras dos meios de produção. Tanto no desenvolvimento capitalista quanto no decorrer da crise estrutural do capital, a educação, assim como outros complexos sociais, não adquire caráter ontologicamente distinto entre o público e o privado – ambos estão subordinados à lógica das mercadorias. O que marca a diferença entre os dois setores é a forma direta e/ou indireta dos investimentos, ou seja, o aporte de origem pública ou privada dos recursos financeiros utilizados.

Por fim: o modo de produção capitalista é incompatível com relações sociais efetivamente emancipadas e as formas de enfrentarmos o capital devem estar conjugadas diretamente com a classe trabalhadora, sujeito histórico da necessária transformação social. Isso significa que precisamos avançar rumo ao horizonte socialista, ou seja, termos como fim a construção de uma sociedade realmente justa, igual e livre, se quisermos mudar, de fato, a ordem social vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira; MONTEFUSCO, Carla. Desafios contemporâneos para a educação superior brasileira em tempos de aprofundamento da mercantilização. *In* AGAPITO, A. P. F. *et al.* (Orgs.). **Questões contemporâneas e o serviço social em tempos de crise estrutural do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020, p. 111-127.

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho—o Brasil nos anos noventa. *In* TEIXEIRA, F. J. O. *et al.* **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ALVES, G. **A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório**. Bauru: Canal 6, 2016.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade** – o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ALVES, G. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Revista Estudos Sociológicos**, Araraquara, v.16, n.31, p.409-420, 2011b.

ALVES, E. M; GONÇALVES, R. M. de P. Educação como mercadoria desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. **RIESup - Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas-SP, v. 5, p. e019025, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653651. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651>. Acesso em: 6 mar. 2021.

AMORIM, M. G. R. de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In* SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R; PINTO, G. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época, vol. 58).

ANTUNES, C. *et al.* O tripé vilipendiador do trabalho: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização. *In* NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. **O avesso**

do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ARAÚJO, R. S.; KATO, F. B. G.; CHAVES, V. L. J. O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-21, e4543137, jan./dez. 2020. ISSN 1982-7199, DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994543>

B3. **Empresas listadas.** 2020. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm Acesso em: 28/10/2021.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior:** las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD/BM, 1994. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/14/000090341_20050614161209/Rendered/PDF/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Documento estratégico do Banco Mundial:** a educação na América Latina e Caribe. Dez/1999. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em: 10 abr. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades de Conocimiento:** Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria. Washington, D.C.: BIRD/BM, 2002. Disponível em: <http://www.academia.edu/35013252>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**. Número especial, 2017, p. 1-63. DOI: 10.1590/198055272129. ISSN 1980-5527, DOI <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129> elocation - e172129.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP**, Campinas, n. 217, mar. 2013, p. 1-20. ISSN 0103-9466.

BASTOS, R. **Capitalismo e crise** – a Banco Mundial e a educação na periferia capitalista. Curitiba-PR: Prismas, 2016.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In* BATISTA, P. N. *et al.* **Em defesa do interesse nacional:** desinformação e alienação do patrimônio público. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTOLDO, E. A dualidade estrutural na Reforma do Ensino Médio. **Gesto Debate**, v. 06, n. 01, p. 01-06, mar. 2018. Disponível em https://cdn-cms.fstatic.com/uploads/1154357/normal_5afb241791732.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

BOITO JR., Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira** [recurso digital] Goiânia-GO: Editora *Phillos Academy*, 2020.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do Pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL, Alex. Os trinta e três anos do regime democrático-burguês brasileiro. **Primavera Vermelha/Espaço Socialista**, p. 38-44, s/d.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República/MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10260compilado.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11096.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Universidade%20para,2004%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20deArt. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 7 ago. 2021

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Microdados Censo da Educação Superior, 2018 e 2019. Brasília: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-ainformacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRETTAS, T. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente. **Germinal: Educação em Debate**. Salvador, v. 11, n. 3, 2019, p. 7-18.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

BRETTAS, T. A via não clássica do capital financeiro no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 570-591, out./dez. 2020.

BURGARELLI, Rodrigo. Explosão e implosão do Fies: como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. *In* MARINGONI, G. *et al.* (Orgs.). **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco / Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPEESP**. São Paulo: Olho d'água, 2017. p. 37 – 54.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.

CARCANHOLO, M. D.; MEDEIROS, J. L. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. **Revista Outubro**, n° 20, p. 171-197, 1º semestre de 2012.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital portador de juros, característico da globalização. *In* GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *In* GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARDOZO, M. O ajuste estrutural do Estado e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. *In* RABELO, J. *et al.* (Orgs.) **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto Estudos Brasileiro**, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2013.

CHASIN, J. **Método Dialético**. Maceió, s/d, (mimeo). Acesso em 2011.

CHAVES, V. L. J. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. *In* CASSIO, F. (Org.) **Educação contra a barbárie – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAVES, V. L. J; SANTOS, M. R. S. dos; KATO, B. G. F. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**. Vol. 14, n. 08, p. 1-16, janeiro de 2020.

CHAVES, E. R. M.; MENDES SEGUNDO, M. das D. RABELO, J. J. O Poder Destrutivo da Crise Estrutural do Capital. *In* BERTOLDO, M. E. L. *et al.* **Marx e a educação**. Maceió-AL: Coletivo Veredas, 2021, p. 163-179.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia & Sociedade**. Campinas, IE / Unicamp. Vol. 5, p. 1-30, 1995.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, jan./jun. 2002.

CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada** – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 2001, p. 7-28. Publicado originalmente em *Les Temps Modernes*, 607, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.

CHESNAIS, F. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. *In* GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COGGIOLA, O. **As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939)**: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

COGGIOLA, O. **A crise global** - uma abordagem do período de 2007 à 2012. Porto Alegre: Pradense, 2012.

COUTINHO, M. C. Do Capital Financeiro de Hilferding. **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 35, p. 5-25, junho de 2013.

CORDEIRO, Tarcísio da Silva. **O modelo de gestão da UNAMA com a sua aquisição pelo grupo Ser Educacional S.A. (2014-2018)**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação Educação, 2020.

COSTA, Hellen Balbinotti. **Financeirização da Educação Básica**: tendências no período 2010-2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10/09/2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal [recurso eletrônico]. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

ESPÍNDOLA, C. Rumos da educação universitária – a reforma no contexto do domínio do capital financeiro e do conservadorismo. In RAMPINELLI, W. J. *et al* (Orgs.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005.

EVANGELISTA, O.; SEKI, Allan Kenji; SOUZA, A. G.; TITON, M.; AVILA, A. B. (Orgs.). **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas (SC, Brasil): Mercado das Letras, 2019.

FILGUEIRAS, Vitor; BISPO, Bruna; COUTINHO, Pablo. A reforma trabalhista como reforço a tendências recentes no mercado de trabalho. In: KREIN, José, GIMENEZ, Denis; SANTOS, Anselmo (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FRERES, Helena; GOMES, Valdemarin Coelho; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Teoria do capital humano e o reformismo pedagógico pós-1990: fundamentos da educação para o mercado globalizado. In RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Orgs.) **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015, p. 70-85.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GOMES, T. A. M. de M. **Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores: conflitos laborais e trabalho docente**. 231 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, T. A. M. de M.; LEHER, R.; COSTA, H. B. O trabalho docente em grupos empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores: Um estudo a partir dos conflitos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/Dossiê Especial**. Vol. 28, n. 8, p. 01-29, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14507/epaa.28.4902>> Acesso em: 20/10/2021.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRANEMANN, S. Política sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista da Faculdade de Serviço Social** da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007.

GUIMARÃES, R. G. **As Transformações do Mercado do Ensino Superior e o Endividamento Estudantil no Brasil: uma produção do Estado neoliberal**. Tese

(Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RGS, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Para entender o capital** - livros II e III. São Paulo Boitempo, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, M. **Serviço social no tempo do capital fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 13-33, jan./abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5ª edição. São Paulo: IBGC, 108p, 2015, online. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigoCodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores.; JIMENEZ, Susana. O papel do Banco Mundial na reestruturação do capital: estratégias e inserção na política educacional brasileira. *In* RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Orgs.) **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

KATO, F. B. G.; CHAVES, V. L. J.; MEGUINS, R. da C. O modelo de governança corporativa na educação superior e as repercussões no trabalho docente: Um estudo de caso. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/Dossiê Especial**. Vol. 28, n. 9, p. 01-29, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14507/epaa.28.4890>> Acesso em 20/10/2021.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. *In*: Anais da **XI Reunião Científica Regional da ANPED, 2016**. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>>. Acesso em 20/12/2020.

LANCILLOTTI, S. S. P. **A constituição histórica do processo de trabalho docente.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2008.

LASKI, H. **O liberalismo europeu.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LAVINAS, L. *et al.* Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Instituto de Economia da UFRJ**, pp. 1-40, 2017. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>. Acesso em: 20/12/2020.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos estudos, CEBRAP** - DOSSIÊ balanço crítico da economia brasileira (2003-2016), São Paulo, vol. 37, n. 02, p.191-211, mai/ago. 2018.

LEHER, Roberto. Crise do capital e questão social. **Estudos do Trabalho**, vol. 6, p. 17-35, 2010a.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In*: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* (Orgs.). **Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico.** Garamond: Rio de Janeiro, 2010b.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução:** a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.

LESSA, S. **Capital e Estado de bem-estar:** o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a). **Revista Praia Vermelha.** Vol. 1, n. 2, pp. 141-173, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis, On-line version** - vol.14 n.1, Florianópolis, p. 86-94, Jan./Jun. 2011.

LIMA, K. R. de S. Educação a distancia na reformulação da educação superior brasileira. *In* SIQUEIRA, A. C. de; NEVES, L. M. W. (Orgs.) **Educação superior: uma reforma em processo.** São Paulo: Xamã, 2006, p. 147-177.

LIMA, K. R. de S. **Contrarreforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, K. R. de S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos nichos de exploração. *In* NEVES, M. L. W. **O empresariamento da educação:** novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p. 41-63.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MACENO, T. E. Educação para todos: universalizando a educação para o desemprego crônico. **Educação & Cidadania**. Vol. 6, número 2, jul./Dez. 2007, p. 41-52.

MACENO, T. E. **Educação e Universalização no Capitalismo**. São Paulo: Baraúna, 2011.

MACENO, T. E. **Educação e reprodução social** – a perspectiva da crítica marxista. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARANHÃO, C. H. A crise estrutural do capital. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 629-633, nov.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JPtvvN7nDjxHsLC67ZhS6sg/?lang=pt>. Acesso em 20/12/2020.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. & Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, jan./abr. 2009, p. 15-35.

MARTINS, J. **Império do terror** – Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Vol. I, Livro I, Tomos I e II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. O processo de circulação do capital. Vol. II, Livro II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. Vol. III e IV, Livro III, Tomos I e II (primeira e segunda partes). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MATOS, R. A. *et al.* A reforma trabalhista e seus impactos nos direitos dos trabalhadores. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 149-158, abr. 2019.

MELO, A. **O projeto pedagógico da confederação nacional da indústria para a educação básica nos anos 2000**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2010.

MELO, A. A. S. de; SOUSA, F. B. de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017. ISSN: 2175-5604.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE.

MERQUIOR, J. G. **O liberalismo** - antigo e moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MISES, L. **Ação humana: um tratado de economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NADER, G; SILVA, E. M. da. Acumulação financeira e desenvolvimento na periferia: notas sobre o processo de financeirização no Brasil pós-estabilização monetária. **OIKOS**, Rio de Janeiro, volume 16, n. 1, pp. 47-61, 2017.

NAKATANI, P.; GOMES, H. A natureza e as contradições da crise capitalista. *In* GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NEVES, L. M. W. Legislação e planejamento no processo de privatização da educação superior. *In* NEVES, L. M. W. (Org.) **O empresariamento da educação – novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 137-150.

NEVES, L. M. W; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. *In* NEVES, L. M. W. (Org.) **O empresariamento da educação** – novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.

OLIVEIRA, S. C. de *et al.* Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 35, n.5, p. 1-5, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, R. P de. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. *In* MARINGONI, G. *et al.* (Orgs.). **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco** / Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPEESP. São Paulo: Olho d'água, 2017, p. 27-35.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula – da inspiração à implantação. *In* SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de; MANCEBO, D. (Orgs.) **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas-SP: Alínea, 2006. p. 43-58.

PANIAGO, M. C. S. Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. **Temporalis**, ano VIII, n. 15, p. 121-133, jan-jun., 2008.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. Boitempo: São Paulo, 2005.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In* LIMA, J. C. F; NEVES, L. W. (Orgs.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **ESTUDOS AVANÇADOS**, n. 23 (66), p. 25-39, 2009.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau-SC: Ed. FURB, 1999.

RIBEIRO, R. F. A unidade financeirização e autorreprodução do capital: pressupostos marxianos e elementos contemporâneos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, Vol.22, n. 1, p. 171-180, jan./abr. 2019.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)**. 395 f. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Josiane S. “**Questão social**” - particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS NETO, A. B. **Mundialização do capital**: imperialismo e subimperialismo [recurso digital] Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020a.

SANTOS NETO, A. B. **Capital e pandemia** [recurso digital] Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020b.

SANTOS NETO, A. B. dos. **A presença do capital industrial-financeiro no Brasil**. Maceió-AL: EDUFAL, 2019.

SANTOS, Deribaldo; AMORIM, G. Profissionalização e escola capitalista: formação para a adaptação. *In* SANTOS, Deribaldo. *et al.* (Orgs.). **Educação profissional no Brasil do século XXI**: políticas, críticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. pp. 19-56, 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, vol. 36, n. 33, p. 867-889, out./dez. 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

SEBIM, Charlini Contarato. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior**: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo. 201f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior**: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 437 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

SILVA, M. de O. Os governos petistas e a continuidade do neoliberalismo. *In* SANTOS NETO, A. B. dos (Org.). **Análise de conjuntura**: a dinâmica da luta de classes no Brasil no contexto da crise do capital (Volume 1) [recurso eletrônico] Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018.

SILVA NETO, J. G. da. **Estado e capitalismo na presente internacionalização do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SOUZA, R. M. de **Controle capitalista e reestruturação produtiva**: programa brasileiro de qualidade e produtividade – PBQP. Maceió: EDUFAL, 2011.

SOUZA, D. de O. Financeirização, fundo público e os limites à universalidade da saúde. **SAÚDE EM DEBATE**, v. 43, p. 71-81, 2019.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado**: mercantilização de novo tipo? 124 p.

Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional**. 175 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2019.

TONET, I. Lukács, Marx e a educação. S/d. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/LUKACS MARX E A EDUCACAO.pdf>.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. **Sobre o socialismo**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2005.

TONET, I. A educação numa encruzilhada. **Educação: Revista do CEDU da UFAL**, Maceió, n. 19, p. 33-53, dez. 2003.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VALE, A. A. do; CARVALHO, C. H. A. de; CHAVES, V. L. J. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. *In* CABRITO, B. *et al.* (Orgs.). **Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**. Lisboa: Educa, 2014.

VERGEL, C. A política educacional do imperialismo para o século XXI. **Marxismo Vivo** – Revista de teoria e Política Internacional, n. 19, ano 2008, p. 64-78.